



Agripino Souza Coelho Neto
Ednice de Oliveira Fontes Baitz
Jussara Fraga Portugal
(Organizadores)

LEITURAS TERRITORIAIS

AMBIENTE, CIDADE E EDUCAÇÃO



Parte I

ESTUDOS AMBIENTAIS

Uso de indicadores ambientais em bacias hidrográficas

Uso e ocupação do solo: uma abordagem a partir dos serviços ecossistêmicos

Gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil: avanços e retrocessos nas políticas públicas brasileiras

Percepção ambiental em comunidades tradicionais pesqueiras costeiras no Brasil: considerações teóricas

Os desafios da indústria de mineração no Brasil: a experiência no município de Santaluz, Bahia

Parte II

ESTUDOS URBANOS

Narrativa de idosos sobre a cidade e os seus lugares: tempos, histórias e memórias

Quem manda aqui? impactos territoriais do planejamento urbano estratégico em Salvador

Emancipacionismo, fragmentação e gestão territorial: apontamentos para pensar o município

O direito à moradia digna no Brasil: os desafios para igualdade de gênero nas políticas habitacionais

Análise de aplicativos para apoio ao turismo acessível no contexto da deficiência visual e da pessoa idosa

Agripino Souza Coelho Neto
Ednice de Oliveira Fontes Baitz
Jussara Fraga Portugal
(Orgs.)

LEITURAS TERRITORIAIS

AMBIENTE, CIDADE E EDUCAÇÃO



Goiânia, GO | 2023

© Autoras e autores – 2023

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Catalogação na Fonte.



C&A ALFA
COMUNICAÇÃO
Presidente
Luiz Carlos Ribeiro

Revisão Geral
Jéssica Lopes

Projeto Gráfico / Capa
Adriana Almeida

Conselho Editorial
Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)
Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena (UNESP/Ourinhos)
Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)
Denis Richter (UFG)
Eguimar Felício Chaveiro (UFG)
Lana de Souza Cavalcanti (UFG)
Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)
Míriam Aparecida Bueno (UFG)
Vanilton Camilo de Souza (UFG)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

L533 Leituras territoriais : ambiente, cidade e educação / Agripino Souza
Coelho Neto, Ednice de Oliveira Fontes Baitz, Jussara Fraga Portu-
gal (Orgs.). – Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2023.
322 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-89324-80-5 (Físico)
ISBN 978-65-89324-81-2 (Digital)

1. Estudos ambientais. 2. Estudos urbanos. 3. Estudos territo-
riais. 4. Educação geográfica. I. Coelho Neto, Agripino Souza. II.
Baitz, Ednice de Oliveira Fontes. III. Portugal, Jussara Fraga.

CDU: 911

SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>Gilmar Alves Trindade</i>	

Conexões iniciais: Visitando os estudos ambientais, urbanos e territoriais.....	11
<i>Agripino Souza Coelho Neto</i>	
<i>Ednice de Oliveira Fontes Baitz</i>	
<i>Jussara Fraga Portugal</i>	

PARTE I ESTUDOS AMBIENTAIS

1	Uso de indicadores ambientais em bacias hidrográficas ...	23
	<i>Cleo Roger de Lima Heck</i>	
	<i>Mara Rojane Barros de Matos</i>	
	<i>Gustavo Barreto Franco</i>	
2	Uso e ocupação do solo: uma abordagem a partir dos serviços ecossistêmicos.....	43
	<i>Daiane Cristina Maltez dos Santos</i>	
	<i>Rozilda Vieira Oliveira</i>	

3	Gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil: avanços e retrocessos nas políticas públicas brasileiras.	63
	<i>Rafaela Barbosa Fonsêca</i>	
	<i>Lirandina Gomes</i>	
4	Percepção ambiental em comunidades tradicionais pesqueiras costeiras no Brasil: considerações teóricas.	75
	<i>Thiana do Nascimento Cazais</i>	
	<i>Gustavo Barreto Franco</i>	
	<i>Sirius Oliveira Souza</i>	
5	Os desafios da indústria de mineração no Brasil: a experiência no município de Santaluz, Bahia.	91
	<i>Marcela Oliveira da Silva Santos</i>	
	<i>Lirandina Gomes</i>	
	<i>Ednice de Oliveira Fontes Baitz</i>	

PARTE II ESTUDOS URBANOS

6	Narrativa de idosos sobre a cidade e os seus lugares: tempos, histórias e memórias	111
	<i>Dagmar Ribeiro Duarte</i>	
	<i>Jussara Fraga Portugal</i>	
7	Quem manda aqui? Impactos territoriais do planejamento urbano estratégico em Salvador	133
	<i>Jaqueline Lima Amorim</i>	
	<i>Ednice de O. Fontes Baitz</i>	
8	Emancipacionismo, fragmentação e gestão territorial: apontamentos para pensar o município ¹	149
	<i>André Pires Maciel</i>	
	<i>Agripino Souza Coelho Neto</i>	

- 9 O direito à moradia digna no Brasil: os desafios para
igualdade de gênero nas políticas habitacionais 173
Patrícia dos Santos Francisco
Lysie Reis
- 10 Análise de aplicativos para apoio ao turismo acessível no
contexto da deficiência visual e da pessoa idosa 191
Luciana de Oliveira Cidade
Eduardo Manuel de Freitas Jorge
Gustavo Barreto Franco

PARTE III

EDUCAÇÃO E ESTUDOS TERRITORIAIS

- 11 Jogo de xadrez na educação geográfica: metodologia
potencializadora para abordar questões territoriais 219
Adelvan Ferreira Santos
Simone Santos de Oliveira
- 12 Itinerários culturais para a prática da aula de campo na
cidade histórica de Cachoeira/BA: perspectivas e novas
aprendizagens geográficas 239
Aisllan Damacena Souza da Silva
Janio Roque Barros de Castro
- 13 Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e
territorialidades: tecendo análises sobre a atuação
da Uneb no território baiano 259
Fernando de Souza Nunes
Simone Santos de Oliveira
- 14 Imigração e territorialidade: apontamentos conceituais . . . 275
Emanuel Gonzaga dos Santos
Agripino Sousa Coelho Neto

15	Narrativas racistas e colonialidade: conexões no ciberespaço.....	299
	<i>Manuela Evangelista da Silva</i>	
	<i>Jussara Fraga Portugal</i>	
	Sobre os/as organizadores/as	311
	Sobre os/as autores/as	313

PREFÁCIO

GILMAR ALVES TRINDADE

O mundo atual apresenta grande diversidade de situações e de problemas que emergem da interface sociedade-natureza, no campo e na cidade, envolvendo todas as escalas da análise espacial que se justapõem entre o local e o planetário, indicando o movimento incessante de apropriação e de uso dos territórios. Isso, por si só, já define a pertinência e a necessidade de leituras territoriais no âmbito das atividades acadêmicas da graduação e da pós-graduação em Geografia e nos diversos campos do conhecimento que têm o território como objeto nuclear de seus estudos.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Uneb (Proet) contribui mais uma vez com os debates em torno das questões territoriais, ao apresentar ao público esta interessante coletânea de textos que têm o território como foco dos estudos realizados pelos corpos discente e docente do seu curso de Mestrado. Os artigos produzidos compõem os capítulos desta compilação que foi dividida em três seções, onde as leituras territoriais se desdobram em estudos ambientais, estudos urbanos e estudos que dialogam com a educação.

A seção I, dos estudos ambientais, contempla análises acerca de temas como o uso de indicadores ambientais em bacias hidrográficas;

o uso e a ocupação do solo a partir dos serviços ecossistêmicos; o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil; a percepção ambiental em comunidades tradicionais; e a análise dos impactos da indústria de mineração no Brasil a partir do caso específico de Santaluz, na Bahia.

A seção II, dos estudos urbanos, discute questões como o direito à moradia no Brasil enfatizando a urgência da igualdade de gênero nas políticas habitacionais; de narrativas de pessoas idosas acerca da cidade e seus lugares; dos impactos territoriais do planejamento estratégico em Salvador; e dos apontamentos para pensar a escala do município discutindo emancipacionismo, fragmentação e gestão territorial.

Na seção III se promove a conexão dos estudos territoriais com a educação. Os textos trazem contribuições para a educação geográfica e suas múltiplas interfaces em temas como: uso do jogo de xadrez como metodologia para auxiliar no estudo das questões territoriais; propostas de itinerários culturais para as aulas de campo na cidade de Cachoeira-BA; atuação da Uneb no território baiano a partir das territorialidades da Uati (Universidade Aberta à Terceira Idade); apontamentos conceituais sobre imigração e territorialidade; e conexões no ciberespaço sobre narrativas racistas e colonialidade.

Portanto, percebemos que o território e a territorialidade são os fios condutores das abordagens desenvolvidas pelos autores que colaboram com esta coletânea de textos; ao fazerem uso de diferentes aportes teórico-metodológicos no desenvolvimento dos temas que buscaram iluminar, os autores contribuem com análises de questões que se impõem, inexoravelmente, no mundo contemporâneo – tão prenhe de contradições, de desafios, de dissensos, mas também de lutas, de superações e de esperanças.

Estão de parabéns os autores, por importante contribuição à renovação permanente do conhecimento geográfico, e o Proet-Uneb, por promover a socialização dos estudos realizados internamente pelos pós-graduandos, possibilitando, assim, que um público maior – inclusive externo à universidade – tenha acesso ao conhecimento científico produzido recentemente em torno do território e de suas múltiplas territorialidades.

Verão de 2023.

CONEXÕES INICIAIS

Visitando os estudos ambientais, urbanos e territoriais

AGRIPINO SOUZA COELHO NETO
EDNICE DE OLIVEIRA FONTES BAITZ
JUSSARA FRAGA PORTUGAL

O livro *Leituras territoriais: ambiente, cidade e educação* é uma coletânea de textos que resulta das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (Proet), da Universidade do Estado da Bahia. Trata-se de um esforço sistemático e articulado dos professores e dos mestrandos para pensar os processos e as dinâmicas territoriais, segundo duas grandes linhas estruturantes: (i) o Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial e Ambiental e (ii) os Processos Territoriais e a Dinâmica Urbano-Regional.

O livro está organizado em três eixos temáticos: (i) **Estudos Ambientais**, (ii) **Estudos Urbanos** e (iii) **Educação e Estudos Territoriais**. Nesse sentido, visitando temas variados, focalizando objetos diversos e acionando repertórios teóricos e metodológicos diferentes, os textos deste livro mostram a amplitude de possibilidades de estudos geográficos. Importante destacar que esta obra é uma continuidade da política de produção científica do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (Proet), dando sequência aos livros anteriormente publicados: [1] *Leituras Territoriais: ambiente, planejamento e dinâmicas urbanas e rurais* (COELHO NETO, FRANCO e

OLIVEIRA, 2020) e [2] Abordagens territoriais: reflexões teóricas e estudos de casos (FRANCO, CASTRO e MATOS, 2022).

A primeira parte do livro, centrada no que estamos chamando de **Estudos Ambientais**, evoca um conjunto dos mais importantes e atuais temas e questões na agenda da problemática ambiental brasileira, focalizando (i) o estudo de bacias hidrográficas, (ii) o uso e ocupação do solo e a geração de serviços ecossistêmicos, (iii) o gerenciamento de resíduos sólidos, (iv) a percepção ambiental de comunidades tradicionais e (v) os impactos ambientais da indústria de mineração no Brasil. A importância da temática ambiental se revela e se torna uma exigência de tratamento pela ciência, quando nos debruçamos sobre a política ambiental brasileira no período de 2018-2022 e reconhecemos seus efeitos nefastos aos ecossistemas e às populações tradicionais.

O primeiro artigo que inaugura este livro, intitulado “Uso de indicadores ambientais em bacias hidrográficas”, escrito por Cleo Roger de Lima Heck, Mara Rojane Barros de Matos e Gustavo Barreto Franco, revela a validade e o alcance do uso de indicadores na avaliação e no diagnóstico da vulnerabilidade ambiental em bacias hidrográficas, asseverando sobre a importância do planejamento e da gestão de bacias hidrográficas como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Amparado na paisagem como categoria aplicada, o texto se estrutura na discussão de cinco indicadores ambientais: (i) indicadores embasados na análise da estrutura horizontal das paisagens; (ii) indicadores que avaliam a eficiência no uso de paisagens; (iii) indicadores que avaliam a pressão humana sobre as paisagens; (iv) indicadores que avaliam o cumprimento de funções específicas em bacias hidrográficas; e (v) indicadores do grau de vulnerabilidade ambiental. É desse modo que as bacias hidrográficas passam a ser consideradas como unidades básicas de estudo ambiental, que devem ser analisadas de forma sistêmica e integrada, representando um nível mais profundo de análise do espaço geográfico, podendo ser relacionado com o planejamento e a gestão do território.

O artigo de Daiane Cristina Maltez dos Santos e Rozilda Vieira Oliveira trata do “Uso e ocupação do solo: uma abordagem a partir dos serviços ecossistêmicos”. O texto procura mostrar as alterações no uso e na ocupação do solo provocadas pelo “habitar colonial”, centrado na

dominação do ambiente natural e dos corpos do “outro”, tendo como base um modelo de desumanização e uso intensivo do solo, que vai engendrar mudanças diversas, como a alteração das propriedades do solo, a redução da qualidade da água e a redução da biodiversidade. As autoras tratam também do potencial do solo como sumidouro de carbono na mitigação das mudanças climáticas, destacando o tesouro gerado pelos povos tradicionais: os Serviços Ecossistêmicos. Conclusivamente, as autoras se interrogam sobre “como proteger o bem-viver?”, apontando o planejamento do uso do solo como uma estratégia fundamental para manutenção dos Serviços Ecossistêmicos, e como um importante instrumento para a conservação da biodiversidade.

Rafaela Barbosa Fonsêca e Lirandina Gomes nos povocam a pensar sobre o “Gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil: avanços e retrocessos nas políticas públicas brasileiras”, considerando os dados de geração de resíduos de 2010 e 2020. O texto é produto de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, com levantamento documental e análise de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), cujos resultados mostraram que o gerenciamento de resíduos sólidos por meio das políticas públicas está avançando e trazendo resultados positivos. O texto discute as políticas públicas de saneamento no Brasil, detalha a política nacional de resíduos sólidos e analisa o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, destacando os avanços e retrocessos do gerenciamento de resíduos sólidos no âmbito da realidade brasileira.

O artigo de Thiana do Nascimento Cazais, Gustavo Barreto Franco e Sirius Oliveira Souza focaliza uma temática ambiental das mais relevantes no Brasil atual (agravados no período de 2018-2022), especialmente quando nos deparamos com os ataques que os povos tradicionais e seus territórios sofre(ra)m. Desse modo, o artigo intitulado “Percepção ambiental em comunidades tradicionais pesqueiras costeiras no Brasil: considerações teóricas” se configura como um trabalho que recupera os esforços de investigação do tema nos trabalhos acadêmicos de pós-graduação e nos artigos de periódicos. O texto discute, inicialmente, o conceito de Percepção Ambiental, revelando suas

mutações na história da ciência e conferindo destaque às perspectivas fenomenológicas. Os autores dedicam uma seção aos estudos de Percepção Ambiental em Comunidades Pesqueiras Litorâneas do Brasil, revelando a fundamentação teórico-metodológica proposta por Whyte (1977), para quem a percepção ambiental é a consciência e o entendimento do ambiente, e portanto é subjetiva, dando-se em função das condições materiais, dos conhecimentos e dos conteúdos afetivos, éticos e ideológicos de cada indivíduo.

O artigo que fecha a primeira parte do livro trata dos “Desafios da indústria de mineração no Brasil: a experiência no município de Santaluz, Bahia”. Marcela Oliveira da Silva Santos, Lirandina Gomes e Ednice de Oliveira Fontes Baitz argumentam que a indústria de mineração que opera em países do hemisfério Sul tem caráter exploratório, alimentando o mercado globalizado com recursos minerais, cuja extração está alinhada às demandas e ao valor definido pelo mercado externo, atendendo aos interesses capitalistas que dominam o setor. As autoras analisam o processo de licenciamento ambiental das empresas mineradoras de capital externo, extratoras de cromo/cromita e de ouro no município de Santaluz/Ba, identificando, à luz das evidências, os desafios ambientais a serem enfrentados no cenário minero-industrial que se apropriam dos recursos desse município do semiárido baiano. É importante destacar o *modus operandi* da indústria mineradora, realizado por corporações internacionais, reconhecendo e denunciando a natureza predatória em relação à natureza, exploratória no que tange aos trabalhadores e excludente quanto aos lugares, que são vítimas das políticas e das ações estranhas aos interesses das populações e dos lugares.

A segunda parte do livro, dirigida ao que estamos designando de **Estudos Urbanos**, dedica-se a um campo robusto e tradicional de pesquisas e reflexões no âmbito da ciência geográfica. Esta seção investe em olhares e em abordagens diferentes para os fenômenos que atravessam a cidade e o urbano. Os textos tratam de casos mais específicos, circunscritos ao contexto do território baiano, como nos exemplos das (i) narrativas de idosos sobre os lugares e cotidianos da cidade de Feira de Santana ou sobre os (ii) impactos territoriais do planejamento urbano em Salvador. Outros textos nos provocam com questões mais gerais,

seja tratando do (iii) emancipacionismo, fragmentação e gestão territorial na escala municipal ou debatendo o (iv) direito à moradia digna no Brasil, preocupando-se com os desafios para igualdade de gênero nas políticas habitacionais, ou, ainda, (v) pensando os aplicativos para apoio ao turismo acessível no contexto da deficiência visual e da pessoa idosa nos contextos urbanos. Com temas, questões e matrizes teóricas distintas, esse conjunto de textos busca apresentar possibilidades de leituras geográficas sobre a realidade urbana e municipal.

Com o mérito de potencializar os estudos das narrativas e das memórias na geografia, amparado na abordagem do método (auto)biográfico, Dagmar Ribeiro Duarte e Jussara Fraga Portugal tratam da “Narrativa de idosos sobre a cidade e os seus lugares: tempos, histórias e memórias”. O texto busca compreender as reminiscências das experiências vividas por um grupo de idosos, por meio da interpretação e da análise das narrativas sobre os lugares e os cotidianos da cidade de Feira de Santana, reconhecida como a “Princesa do Sertão”. Acionando relatos de memórias emergidas das narrativas de um grupo de idosos da cidade, as autoras entrecruzam trajetórias de vida, por meio das histórias narradas sobre as vivências e as experiências nos cotidianos da cidade, destacando o modo como foram sendo construídos os laços de identidade e de afetividade com os lugares e as suas formas espaciais. Esse movimento interpretativo-compreensivo acionou uma constelação conceitual e metodológica potente, que envolveu Cidade, História de vida, Lugar, Memória, Narrativas e Tempo.

O segundo artigo, “Quem manda aqui? impactos territoriais do planejamento urbano estratégico em Salvador”, de autoria de Jaqueline Lima Amorim e Ednice de Oliveira Fontes Baitz, avalia o processo de planejamento urbano estratégico em Salvador/BA entre 2000 e 2020, inspirando-se na seguinte indagação: Quais os impactos das políticas públicas no planejamento urbano de Salvador de 2000 a 2020? As autoras concluem que o ordenamento territorial vem sendo pensado em Salvador, orientando-se efetivamente para uma modernização excludente da cidade, favorecendo a múltiplos interesses econômicos. Cria-se facilidades para o funcionamento do mercado imobiliário, consolidando um processo que pode ser considerado como uma terceirização do planejamento e da

gestão da cidade. Verifica-se um novo padrão de governança sobre a cidade de Salvador, favorecendo empresariamento urbano e produzindo uma série de impactos territoriais.

André Pires Maciel e Agripino Souza Coelho Neto se debruçam sobre um tema relevante e atual para a Geografia Política, isto é, “Emancipacionismo, fragmentação e gestão territorial: apontamentos para pensar o município”. Segundo os autores, o emancipacionismo integra a dimensão espacial da reprodução social e alimenta continuamente os processos de fragmentação territorial. A criação de municípios no contexto nacional ocorre em ritmos diversos, mas, nas últimas décadas, passou por um forte processo de intensificação. Em suma, a fragmentação cria novos desafios e abre novas possibilidades para a gestão territorial do município. O texto analisa as implicações da fragmentação municipal resultante do processo de emancipação de municípios para a gestão territorial no âmbito local. A ênfase nesse recorte se explica pelo fato de que, no âmbito da geografia política tradicional, os estudos relacionados à fragmentação/gestão territorial por muito tempo privilegiaram a escala nacional. A estrutura do artigo se encontra lastreada no tripé emancipacionismo municipal/fragmentação territorial/gestão territorial, sustentando-se teoricamente nos conceitos de território, poder e Estado.

O quarto artigo, intitulado “O direito à moradia digna no Brasil: os desafios para igualdade de gênero nas políticas habitacionais”, de Patrícia dos Santos Francisco e Lysie Reis, discute a importância de políticas públicas na busca pela justiça social e de gênero. O ponto de partida que mobiliza o debate consiste no entrecruzamento entre gênero e direito à moradia no Brasil. As autoras argumentam que a discussão de gênero é “desafiadora diante de uma sociedade construída à base de padrões preconceituosos, que, por muito tempo, limitou e excluiu a mulher de exercer direitos sociais e políticos”, mas, ressaltam que, por outro lado, “os movimentos sociais liderados por forças femininas, desde a década de 1970, no Brasil e pelo mundo, foram cruciais para impulsionar uma agenda política favorável às mulheres ao colocá-las como sujeitos das políticas públicas”. O texto focaliza o Programa Minha Casa Minha Vida, buscando analisá-lo como instrumento político que assegura o direito à moradia para mulher, mas aponta a

necessidade de ampliar a democratização do programa, principalmente nas escolhas da localização de moradias para pessoas de baixa renda, pois muitas habitações, oriundas de recursos do programa, desprezam os elementos da moradia adequada e a função social da moradia.

O quinto e último artigo desta segunda parte, “Análise de aplicativos para apoio ao turismo acessível no contexto da deficiência visual e da pessoa idosa”, de autoria de Luciana de Oliveira Cidade, Eduardo Manuel de Freitas Jorge e Gustavo Barreto Franco, é resultado de uma pesquisa que se debruçou na análise de aplicativos de apoio ao turismo acessível em Salvador, considerando o contexto da deficiência visual e da pessoa idosa. Os autores realizaram uma reflexão crítica sobre as leis de acessibilidade no Brasil e sua associação com o turismo, resultado da contextualização sobre pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida, bem como a relação das leis de acessibilidade no Brasil. O texto faz uma discussão sobre a relação entre Cidade e Acessibilidade, defendendo que as cidades turísticas como Salvador necessitam oferecer serviços e infraestrutura que possibilitem a satisfação das necessidades de turistas e residentes. Aponta-se, também, que a construção da sociedade inclusiva deve utilizar múltiplos mecanismos para promoção da qualidade de vida das pessoas e fundamentar seu planejamento na realidade e necessidade de cada comunidade, o que ocorre com a participação das pessoas, com ações objetivas que ampliem a possibilidade de inclusão social.

A terceira parte deste livro tenta estabelecer um diálogo entre **Educação e Estudos Territoriais**. A aproximação entre Educação Geográfica e Estudos Territoriais consiste em um esforço original empreendido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais, sendo experimentado na disciplina “Educação Geográfica, Linguagens e Territorialidades”, conduzida pelas professoras Jussara Fraga Portugal e Simone Santos de Oliveira. Os conteúdos dos cinco artigos que compõem essa terceira parte revelam uma diversidade de objetos e de temas, mobilizando esforços variados para tecer as complexas conexões que a proposta enceta. Os artigos reunidos nesta seção versam sobre (i) os jogos na educação geográfica como metodologia para abordar questões territoriais, (ii) os itinerários culturais como

perspectivas para a prática da aula de campo, (iii) as territorialidades conformadas nas ações da Universidade Aberta à Terceira Idade, (vi) as conexões estabelecidas entre narrativas racistas e colonialidade no ciberespaço e (v) as perspectivas conceituais para pensar a relação entre imigração e territorialidade.

Inaugurando essa terceira parte, Adelvan Ferreira Santos e Simone Santos de Oliveira nos provocam com o artigo intitulado “Jogo de xadrez na educação geográfica: metodologia potencializadora para abordar questões territoriais”, apresentando algumas reflexões teóricas acerca do uso dos jogos no ensino da Geografia, ao passo que apresentam possibilidades de mediação do conhecimento de temáticas territoriais e socioespaciais através do jogo de Xadrez. Para os autores, o Xadrez é composto por elementos com linguagem própria e seu caráter lúdico instiga a tomada de atitudes e decisões estratégicas do jogador, para alcançar o êxito da vitória, além de apresentar territorialidades dentro da microescala do seu tabuleiro. Consideram, também, que o jogo de Xadrez possibilita a reflexão sobre relações socioespaciais e disputas de poder que acontecem no espaço geográfico e suas contradições por meio da representação da realidade que compõe o seu simulacro, pois cada peça que integra o jogo tem sua representatividade e funcionalidade, o que possibilita ao professor de Geografia utilizá-lo como recurso didático e procedimento metodológico para abordar temáticas relacionadas às questões voltadas ao território.

O artigo de Aisllan Damacena Souza da Silva e Janio Roque Barros de Castro, “Itinerários culturais para a prática da aula de campo na cidade histórica de Cachoeira/BA: perspectivas e novas aprendizagens geográficas”, advoga a potencialidade das temáticas culturais para o desenvolvimento de aulas de campo no ensino da geografia. Segundo os autores, temas como as religiões, as cidades, as diferentes expressões do patrimônio material e imaterial, as festas populares, as territorialidades das comunidades tradicionais podem ser trabalhados à luz do enfoque cultural da Geografia, sobretudo nos contextos educacionais. O texto aborda proposições de itinerários culturais, que podem ser trabalhados por professores/professoras de Geografia para fomentar nos estudantes a compreensão das dimensões culturais urbanas, considerando as

descrições, as contextualizações, as leituras e as análises realizadas no espaço público, como viés potenciador de significativas aprendizagens geográficas, tendo como base os conceitos geográficos e o cotidiano dos estudantes. O contexto geográfico que oferece como base empírica para a proposta é o espaço urbano da cidade histórica de Cachoeira e as dinâmicas culturais da região do Recôncavo baiano.

O terceiro artigo desta parte, “Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e Territorialidades: tecendo análises sobre a atuação da UNEB no território baiano”, analisa um programa de extensão universitária que atua sob o princípio da educação continuada, em espaços não escolares, de educação de jovens e adultos, em consonância com o Estatuto do Idoso e a Política Nacional da Pessoa Idosa. Fernando de Souza Nunes e Simone Santos de Oliveira tecem reflexões sobre as relações existentes entre a UATI e as territorialidades para compreender a atuação da UNEB no território baiano e discutir a potencialidade da UATI como um importante lugar que reúne pessoas com expressões identitárias diferentes e convergentes, cujos modos de ser e de viver podem evidenciar futuras ações e políticas públicas voltadas ao público idoso. Os autores consideram que a presença da Uneb no território baiano se constitui em uma ação territorializante, por meio de suas ações e iniciativas, como a da UATI, ou seja, das múltiplas territorialidades que geram dinâmicas socioespaciais de caráter político, técnico, profissional, cidadã, humanizadora, popular, cultural, entre outras.

No artigo “Imigração e territorialidade: apontamentos conceituais”, Emanuel Gonzaga dos Santos e Agripino Sousa Coelho Neto discutem teoricamente o fenômeno da migração, buscando realizar uma aproximação entre a geografia e a sociologia para pensar o fenômeno migratório em uma perspectiva interdisciplinar. Inicialmente, os autores estabelecem um diálogo entre alguns conceitos-chave, a exemplo de fronteiras, territorialidade, nacionalidade, cidadania e estrangeiridade. Em seguida, dialogam com dois sociólogos com importantes contribuições para pensar o fenômeno migratório: são os casos do Francês Pierre Bourdieu e do argelino Abdelmelek Sayad. Os autores concluem que o movimento habitual do imigrante envolve um processo de desterritorialização no Estado-nação de origem e reterritorialização

no Estado nacional que o recebe. Essa reterritorialização implica na construção de novas relações de apropriação com seu(s) novo(s) território(s), sem perder de vista os vínculos sociais, políticos e culturais com o(s) território(s) de origem, movimento que permite pensar em uma multiterritorialidade, nos termos concebidos por Haesbaert (2004).

A Revolução da Tecnologia da Informação (CASTELLS, 2003 [1996]) ou Revolução Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 1994) produziu uma série de transformações na dinâmica espacial, social, econômica, política e cultural da sociedade. As invenções e os intensos aperfeiçoamentos das tecnologias alteraram drasticamente as formas de informação e comunicação, engendrando uma série de fenômenos. É nesse contexto que Manuela Evangelista da Silva e Jussara Fraga Portugal tratam das “Narrativas racistas e colonialidade: conexões no ciberespaço”, estabelecendo conexões da colonialidade que se reafirma enquanto processo histórico-geográfico, com as dimensões da racialidade, cujas expressões são construídas no contexto do ciberespaço. Sustentando-se metodologicamente na Pesquisa Narrativa, o transcurso do texto permite evidenciar o modo como a história da humanidade foi sendo construída mediante uma perspectiva de universalidade, sobretudo no que tange às populações negras e ao processo de escravização, possibilitando uma des-reconstrução de tais narrativas, à medida que permite aos(as) negros(as) narrarem sua própria história.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996].
- COELHO NETO, Agripino Souza; FRANCO, Gustavo Barreto; OLIVEIRA, Rozilda Vieira (org.). *Leituras territoriais: ambiente, planejamento e dinâmicas urbanas e rurais*. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- FRANCO, Gustavo; CASTRO, Janio; MATOS, Mara. (org.). *Abordagens territoriais: reflexões teóricas e estudos de casos*. Curitiba: CRV Editora, 2022.
- HASBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SANTOS, Minton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WHYTE, Anne. *Guidelines for Field Studies in Environmental Perception*. Technical Notes 5. Paris: Unesco, 1977.

PARTE I

ESTUDOS AMBIENTAIS

USO DE INDICADORES AMBIENTAIS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS¹

CLEO ROGER DE LIMA HECK
MARA ROJANE BARROS DE MATOS
GUSTAVO BARRETO FRANCO

Nas últimas décadas houve uma crescente preocupação com a qualidade e a disponibilidade da água. As bacias hidrográficas são sistemas complexos, onde seus componentes naturais têm intrínseca relação com a sociedade, visto que é sobre o território definido como bacia hidrográfica que se desenvolvem as atividades humanas. Em função dos impactos antrópicos, torna-se cada vez mais urgente buscar respostas para o planejamento da ocupação territorial e a sustentabilidade local, baseado na perspectiva socioeconômica e na fragilidade ecológica, contemplando tanto a proteção da biodiversidade como a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Sob essa perspectiva, neste artigo apontamos a necessidade do uso de indicadores sistêmicos que permitirão avaliar a vulnerabilidade ambiental e o diagnóstico dos parâmetros importantes para gestão de bacias.

Os estudos das bacias hidrográficas deixaram de ser uma mera descrição e análise das características hidroclimáticas e passaram a ter enfoque sistêmico, integrado e embasado nas relações sociedade *versus*

1 O presente artigo é produto da pesquisa “Análise da Vulnerabilidade Ambiental da Bacia do Rio Capivara Grande, Camaçari, Bahia”, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estudos Territoriais (PROET-UNEB)

natureza. Logo, a bacia hidrográfica passa a ser compreendida como unidade fundamental para gestão do território, a otimização dos múltiplos usos dos recursos naturais e humanos e o desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2014).

A Lei n. 9.433/1997 trouxe ao Brasil um avançado sistema de gestão de recursos hídricos. Por mais difícil que seja a aplicação, em virtude de suas múltiplas escalas e fenômenos espaciais, sua definição como unidade de gestão integrada permite avaliar de forma sistêmica as ações antrópicas sobre o ambiente e suas consequências para o equilíbrio ambiental.

Apesar de complexos, os índices e indicadores mostram-se como ferramentas eficazes em tornar os dados técnicos mais facilmente utilizáveis e assimiláveis.

Segundo Rocha *et.al* (2010), os indicadores são projetados para simplificar a informação sobre fenômenos complexos de modo a melhorar a comunicação, podendo ser aplicados em uma série de situações-problemas como: atribuição de recursos; classificação de locais; cumprimento de normas legais; análise de tendências; informação ao público e investigação científica.

O objetivo deste artigo é apontar a importância de usos de indicadores na avaliação e diagnóstico da vulnerabilidade ambiental de bacias hidrográficas, apresentar alguns indicadores utilizados nos estudos realizados nas últimas décadas e suas características.

Bacias hidrográficas

Existem diversas definições de bacias hidrográficas. Em todas podemos destacar algumas características comuns, tais como: a complexidade; o fato de que constitui unidade territorial ou unidade da paisagem com limites espaciais bem definidos; relativa independência; relação dinâmica entre os elementos constituintes, quer sejam naturais ou sociais; o funcionamento como sistema aberto onde ocorrem a entrada e a saída de matéria e energia; a constituição de um tipo especial de sistema ambiental ou geossistema, composto pelas relações dinâmicas entre sociedade e natureza (DANILO *et al.*, 2019).

Dentro da abordagem geográfica, bacias hidrográficas podem ser compreendidas como Unidade de Paisagem (UP). É importante salientar que, na abordagem geográfica, a unidade da paisagem é em geral definida como:

um espaço de terreno com características hidrogeomorfológicas e história de modificações humanas semelhantes. De certa forma, a “unidade da paisagem” da abordagem geográfica pode ser considerada como uma “paisagem” dentro da abordagem ecológica, pois ela é composta por um mosaico com diferentes usos e coberturas (METZGER, 2001, p. 8).

Segundo Salinas *et al.* (2019), considera-se paisagem como

Um sistema espaço-temporal completo e aberto, tem origem e evolui na interface natureza-sociedade, integrada por elementos naturais e antrópicos, com uma estrutura, funcionamento, dinâmica e evolução próprias, que as conferem integridade, limites espaciais e hierarquização, construindo uma associação de elementos e fenômenos em constante e completa interação, movimento e energia, matérias e informação. p. 8 (tradução nossa).²

Chaves *et al.*, (2022) entendem que, por possuírem características específicas, a utilização da concepção geoecológica, no estudo de bacias hidrográficas, torna-se um enfoque apropriado para estabelecer uma articulação sistêmica entre os elementos que a constituem.

O estudo das paisagens é fundamental para gestão das bacias hidrográficas. Algumas pesquisas mencionam, de forma teórica, que, para melhor gestão de bacias, é necessária uma profunda compreensão da paisagem, dos elementos naturais e socioeconômicos que compõem essa bacia; dentre estas pesquisas podemos destacar a de Neves & Machado (2013), Silva e Mateo (2014). Estes estudos apontam que a

2 Um sistema espacio-temporal complejo y abierto que se origina y evoluciona en la interface naturaleza-sociedad, integrado por elementos naturales y antrópicos, con una estructura, funcionamiento, dinámica y evolución propias, que le confieren integridad, límites espaciales y jerarquización, constituyendo una asociación de elementos y fenómenos en constante y compleja interacción, movimiento e intercambio de energía, materia e información (SALINAS, 2019, p. 8).

análise da vegetação, o uso e a cobertura do solo ou fragilidade/vulnerabilidade ambiental são os principais indicadores a serem considerados para compreensão do equilíbrio/desequilíbrio da paisagem estudada.

Diagnóstico para planejamento e gerenciamento de bacias hidrográficas

O termo *diagnóstico da paisagem*, cunhado originalmente nos anos 1950 por Ligner e Carl, na Alemanha Oriental, atualmente se vincula a

um sistema de ferramentas e métodos que são necessários para fornecer uma avaliação da paisagem com vistas a cumprir as necessidades dos seres humanos, em que seu principal objetivo é determinar a capacidade destes para atender aos requisitos sociais, de modo a definir limites e limiares para proteger as condições naturais e aumentar sua capacidade de prover bens e serviços (CHAVES *et al.*, 2022, p. 295).

Os diagnósticos da paisagem ou geoecológicos são construídos a partir de mapeamento de paisagens delimitadas e classificadas de acordo com abordagens diferentes, embasadas na caracterização e análise da paisagem, com o objetivo de criar modelos de desenvolvimento futuro, dentro do escopo do planejamento ambiental e territorial.

Considerando estudos de La O *et al.* (2012), Miravet *et al.* (2014), Mateo *et al.* (2017) e Chávez *et al.* (2022), para se fazer o diagnóstico ambiental devem-se realizar cinco etapas fundamentais: avaliar o potencial de uso das terras para as distintas atividades socioeconômicas que se desenvolvem ou aquelas que se pretende desenvolver; considerar a eficiência na utilização das paisagens (potencial *versus* uso atual); identificar os riscos e problemas ambientais; avaliar o estado geoecológico das paisagens; realizar o diagnóstico integrado das paisagens.

Diversos métodos podem ser utilizados para realizar diagnóstico de paisagens, dentre eles destacamos: a análise da relação entre problemas/qualidade ambiental; a compreensão do estado ambiental do território através do uso de indicadores geoecológicos selecionados; o

uso de impactos ambientais; a análise da vulnerabilidade ambiental (BOLLO, VELAZCO, 2018; TROMBETA, 2019; GARCÍA-RIVERO *et al.*, 2019). A maior parte das propostas metodológicas para realizar diagnóstico de paisagem é fundamentada na utilização de: a) indicadores embasados na análise da estrutura horizontal das paisagens; b) indicadores que refletem a ação antrópica em paisagens; c) indicadores que avaliam a eficiência no uso de paisagens; d) indicadores que avaliam a pressão humana sobre as paisagens; e) indicadores que avaliam o cumprimento de funções específicas em paisagens. Abaixo, apresentaremos os principais aspectos estudados em cada indicador.

Indicadores embasados na análise da estrutura horizontal das paisagens

A estrutura horizontal das paisagens é a organização e distribuição espacial dos diferentes tipos de ecossistemas na superfície do terreno. Essa análise é importante para identificar o quantitativo de cobertura vegetal nativa na bacia hidrográfica, visto que a presença de cobertura florestal em bacias hidrográficas promove a regularização do regime de rios e a melhora na qualidade da água. Para esse tipo de análise é necessário apoiar-se em medidas da estrutura da paisagem, também conhecidas como métricas de paisagem, que permitem quantificar e avaliar as mudanças estruturais da paisagem.

Segundo Tamasauskas (2011), para analisar o padrão atual da paisagem da bacia hidrográfica e o problema da fragmentação florestal, devem-se considerar métricas conforme tabela a seguir:

Quadro 1 – Métricas da paisagem

Aspecto Principal	Métrica	Unidade	Questão Ecológica
Heterogeneidade	Grau de Contágio	%	Qual o grau de conectividade entre as manchas da mesma classe?
Análise de Formas	Índice Médio de Forma	-	Quão compactas são as manchas em comparação com uma circunferência de área igual?
Análise de Formas	Dimensão Fractal Média	-	Quão complexa ou irregular é a forma da mancha?
Análise de Vizinhança	Distância do Vizinho mais Próximo	Metros ou Km	Qual é a distância da próxima mancha vizinha da mesma classe?
Retalhamento	Subdivisão	%	Qual é o grau de retalhamento/a probabilidade de que dois pontos aleatórios não sejam da mesma mancha?
Retalhamento	Índice de Retalhamento	m ²	Quantas manchas (de igual tamanho) permanecem num determinado grau de retalhamento?

Fonte: Adaptado de TAMASAUSKAS (2011); LANGANKE *et. al.*, 2005 e MCGARIGAL, 2002 *apud* BLASCHKE; LANG, 2009.

Indicadores que avaliam a eficiência no uso de paisagens

Para esse tipo de indicador são considerados o uso potencial e o uso atual da unidade de terra. A forma básica de proceder com esse tipo de análise é

Atribuir um peso ou valor para os potenciais de uso ou produtividade, de acordo com o estado atual do recurso. Esta é uma avaliação que se baseia principalmente na capacidade natural, inerente ou intrínseca da terra, de suportar um determinado tipo de uso. Um tipo alternativo de avaliação

valoriza a habilidade potencial de um recurso de produzir bens e serviços, com base na produção máxima possível para um determinado tipo ou nível alternativo futuro de insumo no manejo da terra (BOHRER, 2000, p. 104).

Visto que qualquer ação impacta sobre a paisagem, analisar de forma comparativa o uso potencial e atual da paisagem torna-se fundamental para o estudo de paisagens e bacias hidrográficas e para apontar o uso inadequado das terras.

Nesse caso é indicada a aplicação da metodologia do levantamento da capacidade do uso da terra proposta por Lepsch *et al.* (1983). Na referida metodologia, esses autores utilizaram o termo *terra* no intuito de não considerar apenas os solos, mas também a localização, o relevo, a vegetação, os tipos e o grau de erosão, características climáticas e suprimento de água, infraestrutura e condições socioeconômicas. Para isso é necessário levantar as características pedológicas, declividade e formas erosivas e também os diferentes usos do solo, interpretação da geomorfologia e características climáticas. Com uso de Sistema de Informação Geográfica e da ferramenta *Intersect*, é possível cruzar as diferentes características (*feature class*).

Como o objetivo é a elaboração de um zoneamento da capacidade de uso das terras para áreas agrícolas, as categorias do sistema seguem uma hierarquização em que a intensidade de uso é decrescente com terras destinadas a conservação da vida silvestre e recreação, cultivo ocasional ou limitado e cultivo intensivo. As classes são descritas a seguir:

- classe I: terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação;
- classe II: terras cultiváveis com problemas simples de conservação e/ou de manutenção de melhoramentos;
- classe III: terras cultiváveis com problemas complexos de conservação e/ou de manutenção de melhoramentos;
- classe IV: terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação;

- classe V: terras adaptadas, em geral, para pastagens e, em alguns casos, para reflorestamento, sem necessidade de práticas especiais de conservação, cultiváveis apenas em casos muito especiais;
- classe VI: terras adaptadas, em geral, para pastagens e/ou reflorestamento, com problemas simples de conservação; são cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo;
- classe VII: terras adaptadas, em geral, somente para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação;
- classe VIII: terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e da flora silvestre, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento de águas.

Indicadores que avaliam a pressão humana sobre as paisagens

Um indicador importante para avaliar a pressão humana sobre as paisagens é a fragilidade ambiental. A metodologia da fragilidade empírica proposta por Ross (1994) fundamenta-se no princípio de que

a natureza apresenta funcionalidade intrínseca entre seus componentes físicos e bióticos. Os procedimentos operacionais para a sua construção exigem num primeiro instante os estudos básicos do relevo, solo, geologia, clima, uso da terra e cobertura vegetal etc. Posteriormente, essas informações são analisadas de forma integrada gerando um produto síntese que expressa os diferentes graus de fragilidade que o ambiente possui em função de suas características genéticas (KAWAKUBO, *et al.* 2005, p. 2203).

Nessa perspectiva, tal metodologia correlaciona e analisa de maneira integrada e interdependente cada elemento que compõe a paisagem, gerando assim uma análise única sobre cada paisagem, compreendendo a singularidade ambiental de cada uma.

Dentre os indicadores que refletem a ação antrópica na paisagem, podemos destacar o Índice de Urbanidade (IB) (TREVISAN *et al.*, 2017), que mede a intensidade e a extensão em que as paisagens são dominadas por sistemas alterados pela interferência antrópica, sendo um indicador da naturalidade da mesma, ou seja, o quanto a paisagem ou território permanecem com suas características naturais.

O Índice de Urbanidade (IB) (O'NEILL *et al.*, 1998; WRBKA *et al.*, 2004; SILVA, 2014; TREVISAN *et al.*, 2017) é obtido pela expressão:

$$IB = \text{Log}_{10} \frac{(U+A)}{(F+W)}$$

onde:

U: Corresponde à extensão de área urbana;

A: Corresponde à extensão de área agrícola;

F: Corresponde à extensão de área de vegetação natural;

W: Corresponde à extensão dos corpos hídricos.

Quando as informações (ou variáveis) possuem natureza ou escalas distintas, é necessário que seja realizada uma padronização; em geral, é escalonada com base na lógica difusa fuzzy, de tipo linear [$y=f(x)$], com valores de zero a um.

Segundo Moschini (2018), a técnica fuzzy tem sido utilizada em trabalhos de inferência espacial (TANSCHKEIT, 2006; AMORIM, 2015), sendo uma extensão da lógica booleana que admite valores lógicos intermediários entre o falso (0) e o verdadeiro (1). Isso significa que um valor lógico difuso é um valor qualquer no intervalo de valores entre 0 e 1, permitindo que estados intermediários possam ser tratados por dispositivos de controle (MARRO *et al.*, 2013).

Indicadores que avaliam o cumprimento de funções específicas em bacias hidrográficas

Dentre os indicadores que avaliam funções específicas em paisagens, destacamos o Índice de Qualidade das Águas (IQA), criado em 1970, nos Estados Unidos, pela *National Sanitation Foundation* (NSF).

A NSF definiu um conjunto composto por nove parâmetros que foram considerados os mais representativos para a classificação da qualidade das águas, sendo eles: oxigênio dissolvido, pH, demanda bioquímica de oxigênio, nitratos, fosfato total, turbidez, temperatura da água, sólidos totais dissolvidos e coliformes termotolerantes. Cada uma dessas variáveis recebe um peso relativo, entre 0 e 1, proporcional à sua significância.

Após definidos os parâmetros integrantes do IQA e os respectivos pesos, é traçada uma curva de qualidade, que correlaciona sua concentração a uma nota q , pontuada de zero (a pior nota) a 100 (a melhor nota) (NATIONAL SANITATION FOUNDATION, 2016).

Diversas metodologias já foram desenvolvidas com o intuito de calcular o IQA com o uso de médias aritméticas e geométricas. Entretanto, deve-se ter cuidado ao agregar inúmeras variáveis em um único número, já que se pode gerar uma atenuação negativa de uma das variáveis frente às demais consideradas para o cálculo (SIMÕES *et al.*, 2007).

O IQA sugerido pela Agência Nacional de Águas (ANA) utiliza os nove parâmetros já citados acima, atribuindo pesos (w_i) em função da importância para a conformação global da qualidade da água, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Valores de pesos de cada parâmetro do IQA

Parâmetro	Peso (wi)
Oxigênio Dissolvido (OD)	0,17
Coliformes Fecais (CF)	0,15
Potencial Hidrogeniônico (pH)	0,12
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	0,10
Nitrogênio Total (NT)	0,10
Fosfato Total	0,10
Temperatura	0,10
Turbidez	0,08
Sólidos Totais	0,08

Fonte: Agência Nacional de Águas (2022).

O IQA é calculado pelo produto ponderado da qualidade da água correspondente aos parâmetros conforme a fórmula (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2017):

$$IQA = \prod_{i=1}^n q_i^{w_i}$$

onde:

IQA: Índice de Qualidade da Água (varia de 0 a 100);

q_i : qualidade do i -ésimo parâmetro, um número entre 0 e 100, obtido da respectiva curva média de variação de qualidade específica para cada parâmetro, em função da sua concentração ou medida;

w_i : peso correspondente ao i -ésimo parâmetro ou subnível, um número entre 0 e 1, atribuído em função de sua importância para a conformação global de qualidade, sendo n o número de parâmetros ($n = 9$).

A categoria é avaliada através dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos da qualidade da água estabelecida conforme os valores

de ponderação. O resultado enquadra-se em uma categoria, podendo ser de ótima a péssima, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Categoria para referência para classificação do IQA

Categoria	Ponderação
Ótima	80 – 100
Boa	52 – 79
Regular	37 – 51
Ruim	20 – 36
Péssima	0 – 19

Fonte: Agência Nacional de Águas (2022).

Indicadores que utilizam análise multicriterial

Quaisquer que sejam os indicadores utilizados para a compreensão ambiental de uma bacia hidrográfica, se considerados de forma isolada, apenas apresentam um aspecto da paisagem estudada. Assim, técnicas de Análise Multicritério de Decisão (AMD), associada à Análise Hierárquica de Processo (AHP), apoiadas pelo uso de Sistemas de Informação Geográfica, tornam-se fundamentais para a eficiência do estudo ambiental realizado.

Dentre as técnicas AMD, associadas ao AHP, destacamos as aplicações do Electre III na solução de problemas de gestão de recursos hídricos. Essa técnica já foi utilizada na simulação de um processo decisório de escolha de um sítio para construção de barragem de regularização e na análise de situações de conflitos na alocação de recursos hídricos (BELLA *et al.*, 1996), para o *ranking* de alternativas estratégicas de irrigação, visando o planejamento sustentável de recursos hídricos (RAJU *et al.*, 2001) como instrumento de gestão dos Recursos Hídricos (POMPERMAYER; JUNIOR; NETTO, 2007). Salminen *et al.* (1998) estabeleceram comparações entre o Electre e vários outros métodos multicritérios no contexto de problemas ambientais, obtendo resultados positivos no processo de tomada de decisão quanto à localização de

plantas para tratamento de resíduos e na seleção de alternativas de reúso da água.

Para a aplicação desse modelo, Pompermayer, Junior e Netto (2007) adotaram os seguintes procedimentos:

- a) construção da “matriz de *performances*”: a matriz de *performances* resume as informações relativas a um conjunto de ações $A = \{a_1, a_2, \dots, a_n\}$ avaliadas em relação a uma família de critérios $F = \{g_1, g_2, \dots, g_n\}$ (Yu, 1992). Essa matriz pode compor um quadro que contenha eventualmente outras informações, como os pesos dos critérios, os limiares p (preferência), q (indiferença) e v (veto) e o sentido de preferência;
- b) atribuição de pesos e valores aos parâmetros p , q e v , podendo adotar uma escala de pesos de 0 a 1;
- c) simulação: após elaboração da matriz de *performances*, ponderação dos indicadores e fixação dos limiares p , q e v .

Indicadores do grau de vulnerabilidade ambiental

Segundo Figueiredo *et al.* (2010), entende-se como vulnerabilidade ambiental a susceptibilidade de um sistema à degradação ambiental, considerando-se: a **exposição** do sistema às pressões ambientais típicas de atividades antrópicas avaliadas por indicadores que mostram a pressão antropogênica exercida no sistema; a **sensibilidade** dos sistemas às pressões exercidas, avaliada pelo uso dos indicadores que mostram as características do meio físico e biótico próprias da região (solo, clima, vegetação, geomorfologia, etc) que já ocorrem antes de qualquer perturbação e que interage nas pressões e a **capacidade de resposta** do meio, avaliada pela adoção de ações de conservação ou preservação ambiental que mitigam ou reduzem os possíveis efeitos das pressões exercidas.

Para mapeamento da vulnerabilidade de paisagem à perda de solo, fundamentada no conceito de Ecodinâmica de Tricard (1977), Crepani (1996) considera as seguintes variáveis: geologia, geomorfologia, clima, cobertura vegetal e uso da terra.

Esses autores buscam representar empiricamente a espacialização da bacia hidrográfica à vulnerabilidade à perda de solo. No método proposto por Crepani (2001), são atribuídos valores de vulnerabilidade que variam de 1,0 a 3,0, sendo 1,0 para maior estabilidade, 2,0 para estabilidade intermediária e 3,0 para maior vulnerabilidade. Aplicando álgebra de mapas, é possível gerar um mapa de vulnerabilidade à perda de solo a partir da média aritmética dos valores individuais de cada tema.

$$V = \frac{G + R + S + Vg + C}{5}$$

em que:

V = Vulnerabilidade da unidade paisagem;

G = Vulnerabilidade para o tema da Geologia;

R = Vulnerabilidade para o tema Geomorfologia;

S = Vulnerabilidade para o tema Solos;

Vg = Vulnerabilidade para o tema da Vegetação/Uso da Terra;

C = Vulnerabilidade para o tema Clima.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, conseguimos estabelecer algumas compreensões acerca do estudo ambiental de paisagens; dentre eles, podemos destacar:

- a) as bacias hidrográficas são unidades da paisagem adequadas para a aplicação de estudos ambientais, quer sejam um sistema geoambiental aberto e pela interdependência dos elementos que a compõem, quer sejam elementos naturais ou antrópicos;
- b) compreendemos que para um estudo de bacias hidrográficas completo devam ser realizados ao menos dois dos indicadores apontados neste artigo;

- c) reconhecemos que por maior que seja o avanço tecnológico nos últimos anos aplicados ao estudo ambiental de paisagem/ bacias hidrográficas, a comunidade científica tem ainda muitos passos a caminhar para que tornemos as nossas ações sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. A. Agente de suporte a decisão multicritério com soma ponderada fuzzy em gestão pública participativa: um estudo de caso em gestão ambiental. *Revista Brasileira de Sistemas de Informação*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, v. 8, n. 3, p. 28- 41, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. Indicadores de qualidade – Índice de Qualidade das Águas (IQA). Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/indicadores-indice-aguas.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BELLA, A.; DUCKSTEIN, L.; SZIDAROVSKY, F. A multicriterion analysis of the water allocation conflict in the upper Rio Grande Basin. *Applied Mathematics and Computation*, North-Holland, n. 77, p. 246-263. Elsevier Science Inc, New York, 1996.

BERTRAND, C. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, Messias Modesto dos (org.). Maringá: Massoni, 2007.

BLASCHKE, T.; LANG, S. *Análise da paisagem com SIG*. Tradução Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

BOHRER, C. B. A. Vegetação, paisagem e o planejamento do uso da terra. *GEOgraphia*, ano. II, n. 4, p. 103-120, 2000.

BOLLO, M.; VELASCO, W. E. El Estado del Medio Ambiente en Michoacán de Ocampo - México. *Cuadernos Geográficos*, Granada, v. 57, n. 3, p. 118-139, 2018.

BRASIL. Lei Federal n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

CARVALHO, R. G. As bacias hidrográficas enquanto unidades de planejamento e zoneamento ambiental no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. especial, n. 36, p. 26-43, 2014.

CHÁVEZ, E. S.; TROMBETA, L. R. A.; MEDEIROS, R. B. Paisagem e gestão de recursos hídricos: um diagnóstico das Bacias Hidrográficas do Rio Paranapanema (SP-PR) e Rio Formoso (MS), Brasil. *Espaço em Revista*, v. 24, n. 1, jan./jun. 2022,

CREPANI, E. Curso de sensoriamento remoto aplicado ao zoneamento ecológico-econômico. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 8, Salvador. *Anais...* São Paulo: Image Multimídia, 1996. Seção de Comunicações Técnico-científicas. CD-ROM, 1996.

CREPANI, E. Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial. São José dos Campos: Inpe, 2001.

NEVES, C. E.; MACHADO, G. Metodologia geossistêmica e o uso da bacia hidrográfica enquanto táxon de análise. X ENANPEGE: Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, *Anais [...]*, Campinas, p. 2151-2163, 2013.

FEITOSA, T. B.; ARAUJO FILHO, R. N.; IOST, C. Diagnóstico geoambiental como ferramenta no planejamento e gestão dos recursos hídricos da sub-bacia do rio Lontra – TO, *Revista Geonorte*, v. 12, n. 39, p. 185-201, 2021.

FERREIRA N. H.; FERREIRA, C. A. B. V.; CACCIA GOUVEIA, I. C.; PIROLI, E. L. O uso do mapa de fragilidade ambiental como ferramenta de auxílio ao adequado ordenamento territorial em bacias hidrográficas. In: AMÉRICO-PINHEIRO, J. H. P.; BENINI, S. M.; FOLONI, F. M. (org.). *Análise ambiental: abordagem interdisciplinar aplicada aos recursos hídricos*. Tupã: ANAP, p. 11-24. 2018. p. 11-24.

FIGUEIREDO, M. C. B.; VIEIRA, V. de P. P.; MOTA, S.; ROSA, M. de F.; MIRANDA, S. *Análise da vulnerabilidade ambiental*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2010.

GARCIA-RIVERO, A.; MIRAVET, B. L.; SALINAS, E.; DOMINGUEZ A. Z. A cartografia das paisagens com sistemas de informação geográfica como base para o diagnóstico geoecológico da bacia hidrográfica do rio Ariguanabo (Cuba), *Revista da ANPEGE*, v. 15, n. 27, p. 169-194. 2019.

HAASE, D.; HAASE, G. Approaches and methods of landscape diagnosis. In: BASTIAN, O.; STEINHARDT, U. (ed.). *Development and perspectives of landscape ecology*. Dordrecht: Kluwer Acad. Publ., Dordrecht, 2002. p. 113-122.

KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. K.; CAMPOS, C.; LUCHIARI, A.; ROSS, J. L. S. *Caracterização empírica da fragilidade ambiental utilizando geoprocessamento*. XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 2203-2210.

LANGANKE, T., et. al. Spatial indicators for nature conservation from European to local scale. *Ecological Indicators*, 2005. 322-338

LAO, J. A.; SALINAS, E.; LICEA, J. E. Aplicación del diagnóstico geoecológico del paisaje en la gestión del turismo litoral: caso destino turístico litoral norte de Holguín, Cuba. *Investigaciones Turísticas*, v. 3, p. 1-18, 2012.

LEPSCH, I. F.; ESPÍNDOLA, C. R.; VISCHI FILHO, O. J.; HERNANI, L. C. Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Viçosa-MG: SBCS, 170 p, 2015.

LEPSCH, I. F. *et al.* LEPSCH, I. F.; BELLINAZZI, J. R.; BERTOLINI, D.; ESPÍNDOLA, C. R. *Manual para levantamento utilitário do meio físico de terras no sistema de capacidade de uso*. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983.

MATEO, J. M.; SILVA, E. V.; LEAL, A. C. Planejamento ambiental em bacias hidrográficas. In: SILVA, E. V. da; MATEO, J. M.; MEIRELES, A. J. (org.). *Planejamento Ambiental e Bacias Hidrográficas*, Fortaleza: Edições UFC, p. 29-48, 2011.

MATEO, J. M.; SILVA, E. V. *Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica*, 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

MATEO, J. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. *Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. 5. ed. Fortaleza: Editora UFC, 2017.

MARRO, A. A.; SOUZA, A. M. C.; CAVALCANTE, E. R. S.; NUNES, G. S. B. R. O. *Lógica fuzzy: conceitos e aplicações*, material didático. Departamento de Informática Matemática Aplicada. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2001.

MIRANDA, L. C. *Diagnóstico geoecológico como subsídio ao planejamento ambiental na Ilha do Príncipe – São Tomé e Príncipe – África*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Ceará, 2013.

MIRAVET, B. L.; GARCÍA, A. E.; SALINAS, E.; CRUAÑAS, E.; REMOND, R. Diagnóstico geoecológico de los paisajes de la cuenca hidrográfica Ariguanabo, Artemisa, Cuba. *Ciencias de la Tierra y el Espacio*, v. 15, n. 1, p. 53-66, 2014.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I. C.; ROSS, J. L. S. Fragilidade ambiental: uma proposta e aplicação de geomorphons para a variável relevo. *Revista do Departamento de Geografia*, 37, 123-136.

MOSCHINI, L. E. Carta de Fragilidade Ambiental como instrumento de planejamento e conservação de unidades aquíferas: o caso da bacia do rio Clarinho, SP. *Caderno de Geografia*, v.28, n.53, 2018.

NATIONAL SANITATION FOUNDATION – NSF. Consumer Information: Water Quality Index (WQI). Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13201-016-0523-z>, acessado em: 26/07/2022

NEVES, C. E.; MACHADO, G.; HIRATA, C.A.; STIPP, N. A. F. A importância dos geossistemas na pesquisa geográfica: uma análise a partir da correlação com o ecossistema. *Revista Sociedade e Natureza*, v.26, n.2, p. 271-285, 2013.

O'NEILL, R. V. *et al.* Indices of landscape pattern. *Landscape Ecology*, p. 153-162, 1998.

POMPERMAYER, R. de S.; PAULA JÚNIOR, D. R. de; CORDEIRO NETTO, O. de M. Análise multicritério como instrumento de gestão de recursos hídricos: o caso das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 12, n. 3, p. 117-127, jul./set. 2007.

RAJU, S.; DUCKSTEIN, L.; ARONDEL C. Multicriterion analysis for sustainable water resources planning: a case study in Spain. *Water Resources Management*, v.14, p.435-456, 2001.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 8, p. 63-74, 1994.

SALINAS, E.; MATEO, J. M.; CAVALCANTI, L. C. S.; BRAZ, A. Cartografia de los paisajes: teoría y aplicación. *Physis Terrae*, v. 1, n. 1, p. 7-29, 2019.

SALMINEN, P. Chosing a solid wast magnement system using multicriteria decision analysis. *European Journal of Operational Research*, Amsterdam, v. 98, p. 19-36, 1998.

SILVA D. B. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN*. v1(3):23-34, 2012

SILVA, E. V. da; MATEO, J. M. Planejamento e zoneamento de bacias hidrográficas: a geoecologia das paisagens como subsídio para uma gestão integrada. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 36, v. especial, p. 4-17, 2014.

SIMÕES, F. *et al.* Avaliação do efeito da piscicultura em sistemas aquáticos em Assis e Cândido Mota, São Paulo, por indicador de qualidade da água e análise estatística multivariada. *Química Nova*, v. 30, n. 8, p. 1835-1841, 2007.

TAMASAUSKAS, C. E. P. *Fragmentação florestal e áreas protegidas: uma análise da estrutura da paisagem visando a criação de corredores ecológicos*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belem/PA, 2011.

TANSCHKEIT, R. *Fundamentos da lógica fuzzy e controle fuzzy*. 2006. Departamento de Estatística – PUC-Rio. Disponível em: http://www.tcs.eng.br/PUC/Fuzzy/SILogica_C ontrele_Fuzzy.pdf Acesso em: jul. 2022.

TONIAL, T. M.; MISSIO, E.; SANTOS, J. E.; HENKE-OLIVEIRA, C.; HOLZSCHUH, M. L.; ZANG, N. Diagnóstico ambiental de unidades da paisagem

da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul no período de 1984 a 1999. *Revista Brasileira de Cartografia*, n. 57, n. 3, p. 213-225, 2005.

TREVISAN, D. P; MOSCHINI, L. E; MELLO, B. M. Avaliação da naturalidade da paisagem do município de São Carlos, São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, n. 10(2), p. 356-370, 2017.

TRICART J. *Ecodinâmica*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Superintendência de Recursos Naturais e Meio ambiente. Diretoria Técnica. Rio de Janeiro, 1977.

TROMBETA, L. R. A. *Gestão das águas, planejamento de bacias hidrográficas e paisagem: proposta metodológica aplicada na unidade de gestão de recursos hídricos Paranapanema, Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

WRBKA, T.; ERB, K. H.; SCHULZ, N. B.; PETERSEILA, J.; HAHNA, C.; HABERL, H. Linking pattern and process in cultural landscapes: an empirical study based on spatially explicit indicator. *Land Use Policy*, p. 289-306, 2004.

YU, W. ELECTRE TRI: Aspects méthodologiques et manuel d'utilisation. LAMSADE – Laboratoire d'analyse et modélisation de systèmes pour l'aide à la decision. Université de Paris-Dauphine, Paris, 1992.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Uma abordagem a partir dos serviços ecossistêmicos

DAIANE CRISTINA MALTEZ DOS SANTOS

ROZILDA VIEIRA OLIVEIRA

O Brasil abriga a mais rica biota continental do planeta, com 15 a 20% de toda a biodiversidade do mundo, ocupando o primeiro lugar na lista dos países megadiversos. Além de registrar o maior número de espécies endêmicas, guarda a maior floresta tropical, a Amazônia, e dois dos dezenove *hotspots* mundiais, a Mata Atlântica e o Cerrado (PRATES e IRVING, 2015; VIANA, 2020).

O país tem cerca de 62% do seu território coberto por vegetação nativa com 40% dessa vegetação sob proteção em territórios indígenas ou áreas públicas protegidas (SAE, 2013). Além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, é um dos países de maior diversidade cultural. Conforme dados de Maretti e Simões (2020), existem cerca de 305 etnias e 274 línguas indígenas, 3.311 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ), mais de 500 sítios naturais sagrados de diferentes manifestações culturais e diversas outras comunidades tradicionais, as quais perpetuam conhecimentos milenares sobre as características ambientais e o manejo dos recursos naturais e adaptação a toda variedade dos ecossistemas (DIEGUES, 2000). Essa situação faz do Brasil um país de grande relevância no contexto das adaptações às mudanças climáticas para a manutenção da sociedade mundial.

Alteração do uso do solo pelo “habitar colonial”

Com base nos registros históricos coloniais da (re)ocupação do Brasil, a partir do grande mar interior (a Kirimurê, como era conhecida pelos tupinambás, (des)nomeada pelo colonizador, de Baía de Todos os Santos [BTS]), observa-se que o planejamento para uso e ocupação do solo pelas comunidades originárias seguia critérios de proteção contra intempéries/ameaças externas e segurança alimentar, não sendo encontrado registro de grandes áreas de supressão de vegetação com corte raso e/ou grandes plantios de monocultura para acumulação, mas um modo de ocupação que mantinha a floresta em pé, de forma a garantir os benefícios que as matas proporcionavam (SCHWARTZ, 1988; GOMES, 1995, 2015). Entretanto, já no final do século XVII, toda a riqueza cultivada pelos indígenas ao longo da costa da BTS havia sido derrubada para implantação de uma agricultura de alto impacto e fornecimento de madeira para os engenhos, restando somente uma pequena faixa de vegetação nativa ao sul do Rio Jaguaripe (CAROSO, TAVARES e PEREIRA, 2011).

A história colonial escrita do Brasil é marcada pela extração dos recursos naturais e pela (re)ocupação (des)ordenada das terras pelos europeus (LEITE, 2015). É nesse contexto que observamos a instalação dos primeiros conflitos ambientais pela alteração do uso do solo, passando de uma agricultura de produção de alimentos com tecnologias sociais adaptadas ao longo de séculos para uma agricultura intensiva, com monoculturas de produtos para exportação e industrialização.

Vale salientar que, apesar da extrema violência de tomada do território dos grupos tupinambás pelos portugueses e da drástica alteração de uso do solo, na BTS (GERMANI, 2006; CAROSO, TAVARES e PEREIRA, 2011), o trabalho de lavra do solo na sucessão aos tupinambás se deu especialmente por grupos de povos bantos transmigrados para o Brasil, num *continuum* (GOMES, 2015; NASCIMENTO, 2018), e esta forma de fazer agricultura foi incorporada e adaptada. Os povos bantos já manejavam as florestas equatoriais, no continente africano, com práticas milenares para garantia de recursos e reservas alimentares abundantes, muito antes da mecanização (FOURSHEY, GONZALES

e SAIDI, 2019). Conforme Diegues (2000), as culturas tradicionais perpetuam o manejo dos recursos naturais na oralidade por mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas.

A prática agrícola das populações tradicionais resulta num mínimo de erosão genética e num máximo de conservação, contrário ao modo de uso pelos latifundiários monocultores, marcado pela conversão para agropecuária, afetando diretamente as propriedades físicas e biológicas do solo, com impacto potencial no clima regional e global (DIEGUES, 2000), a exemplo da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, com utilização intensiva de veneno e adubação química com elevado poder residual (SACRAMENTO, 2010).

O “habitar colonial”, como descreve Ferdinand (2022, p. 48) com dominação do ambiente natural e dos corpos do “outro” (KILOMBA, 2019), com base num modelo de desumanização e uso intensivo do solo, gerou mudanças de diversas naturezas, incluindo alteração das propriedades do solo, redução da qualidade da água e redução da biodiversidade (BUSTAMANTE *et al.* 2019). É possível afirmar que o Ocidente, com o seu “habitar colonial” (FERDINAND, 2022), estabeleceu a base para a contribuição sistemática para o aumento da concentração de CO₂, que teria seu “marco zero” na revolução industrial em 1750.

Conforme dados da FAO (2015), cerca de 30% dos solos no mundo estão degradados, o que, além de levar à perda acelerada de muitas espécies, é um grande entrave na redução da pobreza, na segurança alimentar e na conservação das águas. A mudança no uso da terra, especialmente a intensificação do desmatamento nos ecossistemas tropicais, tem impacto na taxa de mudança climática induzida pelo homem por alterar o equilíbrio entre os reservatórios de carbono terrestre e atmosférico (BUSTAMANTE *et al.* 2019). Segundo o diagnóstico realizado por Joly (2019), no Cerrado, entre 2000 e 2015, a conversão do uso do solo foi de 236 mil km², a Caatinga registrou conversão de 45% da cobertura original e, na Mata Atlântica, a área desmatada supera substancialmente a área restaurada. Dados mais recentes do MapBiomass apontam que em 2021 houve aumento de 20% da área desmatada em relação a 2020. Assim, é possível observar que em 500 anos esse “habitar

colonial” que invadiu as águas da Kirimurê, onde a qualidade dos solos foi fator fundamental para a instalação e manutenção das monoculturas (SCHWARTZ, 1988; BARICKMAN, 1988; REIS, 2003; GOMES, 2015), persiste e continua a devastar os ecossistemas brasileiros.

Potencial do solo como sumidouro de carbono na mitigação das mudanças climáticas

O solo é o maior compartimento de carbono nos ecossistemas terrestres, constituído pelo carbono orgânico e mineral (MACHADO, 2005). O carbono orgânico representa o equilíbrio entre a taxa de perda pela erosão e oxidação microbiana e a taxa de adição pela vegetação; portanto, o tipo de vegetação e o manejo têm total relação com esse equilíbrio. Em solos sob vegetação natural, o estoque de carbono depende especialmente de condições climáticas como chuva e temperatura e tipo de solo, que influenciam diretamente nas taxas de perda e adição (SALTON, 2005).

Entre os processos com relação direta com sequestro de carbono nos solos, os três principais são a humificação, a sedimentação e a agregação, com destaque para este último, que vem se apresentando como um dos mais importantes (MACHADO, 2005). Considerando que a agregação é uma qualidade que varia com o manejo do solo (PRIMAVESI, 2016), a agricultura de baixo impacto e as práticas conservacionistas constituem estratégia fundamental, pois além de aumentarem a produtividade podem transformar os solos em drenos ou sumidouros de carbono. Nesse sentido, o uso e o manejo do solo assumem importância central na discussão das mudanças climáticas, tanto no que diz respeito ao carbono armazenado, como ao potencial para sequestrar carbono a partir das práticas utilizadas (MACHADO, 2005).

As mudanças climáticas são um fenômeno global que afeta os sistemas biofísicos e o bem-estar humano e já vem afetando as populações mais vulneráveis, alterando diretamente os serviços ecossistêmicos como fertilidade do solo, água limpa e alimentos. Margulis (2020) destaca a preocupação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO) com a relação entre o carbono orgânico

do solo e sua biodiversidade com a segurança alimentar, que poderá ser prejudicada em três pontos: disponibilidade, acesso e estabilidade do suprimento, corroborando com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), que afirma que uma pequena elevação na temperatura (de 1° a 2°C) pode reduzir a produtividade das culturas, o que aumentaria o risco de fome. É importante destacar que diversos trabalhos têm refletido sobre a interseccionalidade de raça e gênero no impacto das mudanças climáticas, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar, considerando que as mulheres negras compõem o grupo de maior vulnerabilidade no sistema capitalista patriarcal (AKOTIRENE, 2019; MANFRINATE, SATO e PAZOS, 2019).

O último relatório do IPCC, considerando as médias de projeções climáticas até o ano de 2100, revela um significativo incremento das temperaturas e mudanças nos regimes de precipitação para a América do Sul, com especial atenção às comunidades tradicionais que têm seu modo de vida relacionado aos serviços ecossistêmicos, com previsão de secas ou chuvas intensas (MARGULIS, 2020), como as observadas no final do ano de 2022 nas cidades da Zona Costeira e Marinha (ZCM) da Bahia. Vale destacar que os dados mostram que, em partes da Mata Atlântica, a temperatura pode chegar a subir 4° C em 2040 e até 8° C em 2100, quando 45 e 53% da sua vegetação nativa estarão sob estresse climático, configurando como importantes ameaças para os sistemas ecológico, econômico e social do bioma (MMA, 2018; MANFRINATE, SATO e PAZOS, 2019).

O tesouro gerado pelos povos tradicionais: os Serviços Ecossistêmicos (SE)

A diversidade ambiental e cultural faz do Brasil uma grande potência para enfrentar a crise causada pelo modo do “habitar colonial”, e o desafio é garantir a manutenção desses recursos da biodiversidade e dos benefícios gerados por eles, os SEs, para melhor adaptação às condições extremas em decorrência das mudanças climáticas (PRATES e IRVING, 2015; BUSTAMANTE *et al.*, 2019; MARGULIS, 2020).

Os SEs compõem um conjunto de fluxos nas interações entre “os sistemas ecológicos e os sistemas sociais (ou humanos)” (CAMARGO,

2015, p. 19) e ocorrem sem a interferência humana, a partir de “*configurações específicas de recursos ambientais*” (CAMARGO, 2015, p. 20), gerando benefícios diretos e indiretos. O fluxo de sustentação (dos bens/recursos) é constituído pelo fluxo físico dos “produtos” que são as matérias-primas, resultado de interações de elementos bióticos e abióticos e energias dos ciclos biogeoquímicos, sendo esses “produtos” consumidos como recursos ambientais pelo sistema social, retornando à natureza como resíduos e efluentes. E os fluxos dos serviços ambientais, ao contrário dos SEs, são gerados pelo homem em decorrência do manejo nos sistemas naturais ou agroecossistemas, “*em direção ao sistema ecológico*” (CAMARGO, 2015, p. 20), contribuindo para manter a oferta de SE pela natureza (BECKER, 2010; CUNHA, 2014; CAMARGO, 2015).

A MEA (2005) avaliou como as mudanças nos SEs influenciam o bem-estar humano e quais seriam aqueles serviços que poderiam ser “substituídos” em caso de deterioração na perspectiva de mediação de conflitos. Essencialmente, o documento aponta diretrizes para promoção de políticas e ações no sentido de garantir a manutenção dos SEs, que estão diretamente relacionados ao bem-estar, dos quais a humanidade depende para sobreviver, incluindo água, alimento (serviços de fornecimento), regulação de enchentes, secas e degradação dos solos (serviços de regulação) e a recreação, o valor espiritual, o valor religioso e outros benefícios não materiais (serviços culturais) que são obtidos por diversos processos, como o dos ciclos biogeoquímicos e o de formação dos solos (serviços de suporte).

Segundo Santos (2015, p. 90), os “*povos de lógica cosmovisiva politeísta com os elementos da natureza*” nunca esqueceram essa premissa e estabeleceram uma “*relação respeitosa, orgânica e biointerativa com todos os elementos vitais*” (SANTOS, 2015, p. 90), uma vez que as intervenções nesses elementos se refletiriam diretamente na sua existência, na compreensão de que “*sem a terra, a água, o ar e o fogo não haverá condições sequer para pensarmos em outros meios*” (SANTOS, 2015, p. 90). Dessa forma, não haveria tal separação em serviços fornecidos pelos processos ecológicos e, sem a intervenção do homem, tudo ocorre na e pela “biointeração” (SANTOS, 2015).

Segundo Tavora (2019), as funções ecossistêmicas seriam fortemente influenciadas pelo uso e cobertura da terra, e o conceito de SE relaciona-se, portanto, a essa interação entre os fluxos ecossistêmicos e os insumos. O autor contextualiza ainda o surgimento do conceito de SE na perspectiva de valoração econômica, numa visão utilitarista com o meio ambiente como produto final dos processos ecológicos. Cunha (2014) afirma não haver unanimidade sobre o conceito de SE; ora refere-se aos bens, ora é sinônimo para serviços ambientais (aqueles resultados da intervenção humana), mas categórico ao registrar a emergência de estudos de forma a evidenciar os SEs como critério para conservação.

Assim, pelos resultados da avaliação dos ecossistemas (MEA, 2005) e pelo contexto das mudanças climáticas, têm sido enfatizadas ações para conservação numa perspectiva de adaptação das comunidades mais vulneráveis. Portanto, o ponto de partida é conhecer os ecossistemas locais para proteger o ambiente e as pessoas, sendo necessárias, para tal, abordagens associadas às dimensões ecológicas e socioculturais (MÜLLER, 2015; MMA, 2018; BUSTAMANTE *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) propõe a concepção de adaptação baseada em ecossistemas (AbE): *“uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos como parte de uma estratégia integral de adaptação, a fim de ajudar as pessoas a se adaptarem aos efeitos adversos da mudança do clima”* (MÜLLER, 2015, p. 1; FEBA, 2018, p. 3).

A abordagem em AbE traz uma visão integrada do território com vistas à segurança alimentar, à gestão sustentável da água e ao aprimoramento da governança (MÜLLER, 2015; FEBA, 2018). Nesse sentido, pensar a conservação para o bem-estar humano ou para o “bem-viver” como têm cunhado as mulheres negras enfrentando a fratura colonial e ambiental, como nos convoca Ferdinand (2022), é fundamental para a adaptação nesse “navio-mundo”, a partir de um pensamento sociético com base em valores coletivos (SODRÉ, 2020), onde ninguém é deixado “fora do navio”, como na “arca de Noé” ou no “porão do navio”, como no “navio negreiro”, mas no “convés” deste “navio-mundo” (FERDINAND, 2022, p. 271 e 272).

Como proteger o bem-viver?

Partindo dessa perspectiva, o planejamento do uso do solo é estratégia fundamental para manutenção dos SEs. Nessa linha, um importante instrumento para a conservação da biodiversidade trazido pela CDB é o de áreas protegidas. Paralelamente, a CDB traz recomendações para preservação e aplicação das inovações e tecnologias das comunidades tradicionais (LEITE, 2015; PRATES e IRVING, 2015).

Como signatário da CDB, o Brasil tem um robusto arcabouço legal sobre áreas protegidas, com destaque para o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) e para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Entretanto, o grande desafio é a articulação das políticas como estratégia fundamental para conservação da biodiversidade, com inclusão social e combate à pobreza.

Aqui é necessário fazer uma breve retrospectiva do histórico colonial da discussão sobre conservação no Brasil iniciada em 1605, com o Regimento do Pau-Brasil, que previa a necessidade de licença para exploração da madeira, e, posteriormente, a Carta Régia de 13 de março de 1797, que proibiu o corte não autorizado de determinadas espécies de madeira, as “madeiras de lei”. Assim, as primeiras tentativas de ordenamento ocorrem pela necessidade de proteção ou controle dos recursos naturais estratégicos expropriados, sendo a preocupação, a escassez do bem/recurso, influenciada pelo que já ocorria na Europa, com a extinção de espécies e o esgotamento de recursos (MEDEIROS, 2006).

A mudança de concepção do colonizador ocorre justamente quando os efeitos sobre os SEs começam a ser sentidos, a exemplo do projeto de restauração da Floresta da Tijuca, que surge em resposta à redução da produtividade dos cafezais e ao aparecimento de pragas pela redução da fertilidade do solo (que é um SE). Entretanto, a primeira área protegida criada no Brasil não segue essa linha e, em 1937, inspirado no Parque de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, que tem uma concepção baseada

na beleza cênica e na contemplação, é criado o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro (MEDEIROS, 2006).

Assim, vale frisar que, embora tenha incorporado a perspectiva do uso sustentável, o SNUC é concebido em bases de uma ecologia colonialista em correntes conservacionistas/preservacionistas inspiradas em modelos da Europa e dos EUA (DIEGUES, 2000; FERDINAND, 2022). Apesar da forte atuação social na Assembleia Constituinte, em que foi garantida a base para o SNUC, bem como a luta histórica do movimento de seringueiros, sendo a sua maior liderança Chico Mendes, que conseguiu incorporar as Reservas Extrativistas (RESEX) no SNUC (MEDEIROS, 2006), a base conceitual do Sistema conserva suas origens preservacionistas e desconsidera o processo histórico fundiário no Brasil, o que pode contribuir negativamente para sua eficiência.

No mesmo período de concepção do SNUC, as terras indígenas passam a ser reconhecidas como áreas protegidas por meio do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) (MEDEIROS, 2006), portanto após quase 500 anos do genocídio indígena. Convém registrar, porém, que ainda no período colonial, por meio do Alvará de 1º de abril de 1680, teria sido reconhecido o direito à propriedade de terras aos indígenas, mas sua situação de escravizado determinada pela Carta Régia de 1570 não permitia que o alvará fosse cumprido, o que o tornou obsoleto (GERMANI, 2006). E agora, mais uma vez, os povos indígenas veem o seu direito ao território ameaçado pela discussão do marco temporal.

Um dos principais desafios para a efetividade das áreas protegidas, em especial as UC, tem sido o ordenamento dos usos da terra, entretanto um mosaico de áreas protegidas, com diferentes governanças, pode exercer papel fundamental na conservação da biodiversidade (FEBA, 2018). Conforme Prates e Irving (2015), a falta de planejamento integrado resulta numa fragmentação das políticas públicas, impactando diretamente na efetividade das áreas protegidas como sobreposição de categorias incompatíveis ou megaprojetos de infra-estrutura sobre CRQs, promovendo sua expropriação (SANTOS, 2015).

É o que podemos observar no Vale do Iguape, nos municípios de Cachoeira e Maragogipe, na Bahia, que abriga 22 CRQs,

reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): a RESEX Marinha Baía do Iguape, criada pelo Decreto Federal s/n de 11/08/2000, e ainda a Área de Proteção Ambiental BTS, conforme Decreto Estadual n. 7.595, de 05/06/1999. E mesmo após o reconhecimento das CRQs e a criação da RESEX, foi instalado o Estaleiro Naval, em Maragogipe (BAHIA, 2018), afetando diretamente o “habitar quilombola”, especialmente pelo desmatamento para implantação da atividade no modo de “habitar colonial”, ameaçando diretamente a geração de SE (ARAÚJO, BLANDA e MOLINU, 2019; FERDINAND, 2022). Este é um exemplo de racismo ambiental, denunciado pela pescadora Eliete Paraguassu, mulher das águas do Quilombo de Ilha de Maré, descrito pelo Dr. Benjamin Chavis em 1982, citado por Ferdinand (2022, p. 8) como *“a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, [...] o direcionamento deliberado de comunidades racializadas para [...] sanção oficial da presença de venenos e poluentes que representam uma ameaça à vida em nossas comunidades”*.

Para fins de regularização fundiária, o Decreto Federal n. 4.887, de 20-11-2003, define as CRQs como *“grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas[...]”*. Ainda que traga uma descrição que não compreenda a complexidade das comunidades amplamente discutida por Beatriz Nascimento, Flavio dos Santos Gomes, Rafael Sanzio, é possível perceber a centralidade do território para as CRQs, que não têm sido devidamente analisadas nas políticas de ordenamento numa concepção de sistemas naturais e sociais apartados do território, gerando conflitos. Conforme Coelho Neto (2014, p. 143), é preciso

uma radicalização nos processos de descentralização qualificada [...] pela participação social [...] operada pela articulação das redes socioterritoriais e sustentadas nas suas territorialidades particulares, numa problematização desse ordenamento de forma vertical e autoritária resultando em normas alienígenas às comunidades territoriais.

O grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) é uma tentativa de *“compatibilizar a conservação da natureza com o*

uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Entre as suas categorias, apenas três são específicas para comunidades tradicionais, a RESEX, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Floresta Nacional (FLONA) (SNUC, 2000). De acordo com Maretti e Simões (2020), existem cerca de 76 mil famílias tradicionais residentes em 87 UCUS federais, sendo 70% concentradas na região amazônica. Por outro lado, conforme dados da FCP, mais de 60% das CRQs certificadas no Brasil estão na região nordeste, que abriga menos de 20% das UCUS federais. Vale registrar que, considerando as categorias de UCUS, a concentração ocorre entre as RESEXs, que correspondem a 30% do total de unidades localizadas na ZCM.

Na Bahia, conforme dados do ICMBio e do INEMA, temos quase 16 mil ha em UC, cerca de 10 mil ha sob gestão federal e quase 6 mil ha sob gestão estadual. Desse total, somente 6.603.839 ha são UCUS e apenas 301.336 ha estão sob RESEX (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados sobre as RESEXs criadas na Bahia

Nome da UC	Município	Área (ha)	N. de famílias (capacidade)	N. de famílias cadastradas
RESEX Canavieiras	Belmonte, Canavieiras e Una	100.645,85	3.000	1.198
RESEX Marinha do Corumbau	Porto Seguro e Prado	89.500,00	633	546
RESEX do Cassurubá	Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa	100.687,25	1.700	658
RESEX Marinha Baía do Iguape	Cachoeira e Maragogipe	8.117,53	5.000	3.643
TOTAL		298.950,63	10.333	6.045

Elaborada pelas autoras.

Fonte: INCRA (2022), ICMBio (2022).

Além das UCs específicas para comunidades tradicionais, o SNUC prevê ainda a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), que visa “*disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*” (BRASIL, 2000), onde vivem 50 mil famílias de pescadores artesanais somente nas APAs da ZCM (RAYMUNDO, 2021).

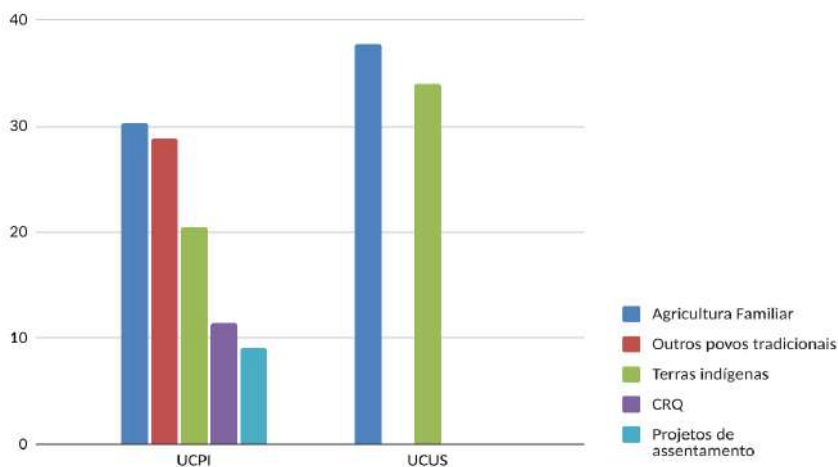
Além das Ucus, é importante discutir os Projetos de Assentamento (PA) ambientalmente diferenciados que têm sua origem a partir do final da década de 1990 no âmbito da política de reforma agrária e ordenamento fundiário para comunidades extrativistas da região amazônica (SILVA *et al.*, 2021), a exemplo dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) e Projetos de Assentamento Florestal (PAFs), implantados pelo Incra, proporcionando o assentamento de cerca de 123.390 famílias agroextrativistas no Brasil (MARETTI e SIMÕES, 2020). Conforme dados do Incra, nessa categoria, na Bahia existem o PDS Reunidas Pau Brasil, em Itamaraju, e o PAE São Francisco, em Serra do Ramalho. Cabe destacar que anteriormente ao estabelecimento do SNUC e à regulamentação da política de regularização fundiária das CRQs pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, foram criados cinco Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ) na Bahia, numa área total de 44.965,36 ha, com 1.259 famílias residentes, conforme dados do Incra, demonstrando as batalhas empreendidas para a garantia de direitos e território anteriormente à regulamentação.

Apesar da organização social das comunidades e da regulamentação dos direitos ao território, das 2.837 CRQ certificadas pela FCP, menos de 9% tiveram seus títulos emitidos, mais de 60% estão com processos de titulação em tramitação no INCRA e quase 30% sequer têm processo em tramitação (MARETTI e SIMÕES, 2020).

As CRQs têm relevante papel na conservação da biodiversidade, como observado nas 35 comunidades em Oriximiná no Pará, com sobreposição parcial em UC e apenas 1% dos territórios desmatados, em taxa de redução de desmatamento (MARETTI e SIMÕES, 2020). No contraponto, segundo o MapBiomias (2022), o Pará foi o Estado que mais desmatou em 2020/2021, mostrando como a diferença no uso do solo se reflete na conservação.

Dados levantados por Maretti e Simões (2020) indicam a existência de 185 sobreposições entre UC federais e diferentes grupos sociais (Figura 1), sendo observada ocorrência de sobreposição em todos os grupos sociais para UCPI, o que pode interferir na efetividade da UC e/ou na garantia de direitos às comunidades, dadas as restrições legais de uso (SNUC, 2000). Verifica-se também tendência de menor ocorrência em áreas de povos com política mais bem definida (terras indígenas e CRQ), o que pode mostrar a importância da regulamentação da política para o ordenamento territorial. Nas UCUS, há menor incidência de sobreposição com registro somente para terras indígenas e agricultores familiares, sendo este o grupo em que estão inseridas as categorias específicas para povos tradicionais.

Figura 1 – Percentual de sobreposição entre UC com outras áreas protegidas e áreas de agricultura familiar



Fonte: Maretti e Simões (2020).

As discussões internacionais sobre mudanças climáticas têm confluído (SANTOS, 2015) para ratificar que as comunidades tradicionais sempre estiveram à frente no que diz respeito às (r)existências e muitos conceitos e metodologias têm sido sistematizadas a partir das experiências locais.

Por fim, o (re)conhecimento, um outro caminho

Numa concepção mais ampla, ganha cada vez mais força o conceito dos Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA), do Programa Ambiental das Nações Unidas, que nada mais é do que o (re)conhecimento dos “*territórios e áreas conservados por povos indígenas e comunidades locais e tradicionais*”, os chamados “*territórios de vida*” (MARETTI e SIMÕES, 2020, p. 75). A concepção é estabelecer uma linguagem internacional sobre áreas que contribuem para a conservação e que poderão se fortalecer em redes para acessar políticas públicas, recursos ou ainda ser mais uma ferramenta para contribuir na garantia de direitos. Portanto, nesse sentido, o reconhecimento como TIICA pode ser uma oportunidade para áreas protegidas já definidas como terras indígenas, CRQ, assentamentos extrativistas, UC ou outras comunidades tradicionais, a exemplo do Território Kalunga, composto por 39 CRQs que vivem há mais de 300 anos na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, o primeiro TIICA reconhecido no Brasil pelo modo secular e ancestral da agricultura de baixo carbono, “no ritmo da natureza”, sem utilização de veneno (agrotóxicos) e máquinas em roças e com regime de pousio. O destaque para o processo se dá pela participação fundamental da organização Mupan (Mulheres em Ação no Pantanal) na articulação política com as outras comunidades e lideranças, pois não havia outro TIICA no Brasil para o reconhecimento pelos pares para atestar a conformidade, exigência da ONU; assim, o povo Kalunga abriu o caminho e agora poderá contribuir para o reconhecimento de outros TIICAs.

Considerações finais

O manejo e o uso do solo estão diretamente relacionados com o potencial para sumidouro de carbono no solo, por essa razão, a agricultura de baixo impacto praticada pelas comunidades tradicionais pode ser um potencial para geração de serviços ecossistêmicos.

O conhecimento sobre o potencial da totalidade dos SEs é informação fundamental no ordenamento e na gestão territorial para garantia

do fornecimento de serviços e difusão de medidas de mitigação e adaptação aos extremos climáticos.

Considerando a sobreposição das diversas áreas protegidas no Brasil, o grande desafio é integrar o planejamento territorial, mas sob uma perspectiva descolonial, a partir dos saberes dos povos que manejam o ambiente secularmente com (re)conhecimento à capacidade de gestão territorial dessas comunidades.

Há uma necessidade emergente de atravessamento das políticas de conservação, de mudanças climáticas e de povos e comunidades tradicionais para que a comunicação e a discussão sobre mudanças climáticas incluam as comunidades com apoio às tecnologias sociais já desenvolvidas, mas também com suporte para aquelas mais vulneráveis aos extremos climáticos. Como diz Nego Bispo (SANTOS, 2015), é preciso confluência entre as políticas e a realidade das pessoas, numa lógica da biointeração, com organicidade, pois “nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual”, e o Estado precisa enxergar cada uma dessas diferenças para garantir direitos, especialmente o acesso à terra, ao “território de vida”, promovendo a articulação das políticas de áreas protegidas já existentes.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, M.; BLANDA, L. D.; MOLINU, M. *Mapeamento participativo das comunidades remanescentes de quilombo e dos conflitos ambientais do Vale do Iguape*. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

BAHIA. Plano de ações estratégicas para gerenciamento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Rio Paraguaçu e do Recôncavo Norte e Inhambupe. Bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu. PP02A-Relatório de Caracterização da Bacia. Volume I. 2018. 46p.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780- 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BECKER, B. K. Ciência, tecnologia e inovação: condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, v. 15, n. 31. 2010. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/496/472.

BRASIL. *Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília, 1999.

BUSTAMANTE, M. M. C. *et al.* Ecological restoration as a strategy for mitigating and adapting to climate change: lessons and challenges from Brazil. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, Heidelberg, p. 1-22, 2019. DOI: 10.1007/s11027-018-9837-5.

CAMARGO, T. R. L. de. *Tutela jurídica dos sistemas de compensação por serviços ambientais*. 2015. Tese. (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade no Amazonas) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 194 p. 2015.

CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org). *Baía de todos os santos: aspectos humanos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 28-48. SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/jy7mt/pdf/caroso-9788523211622-03.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020

COELHO NETO, Agripino. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componentes de democratização do ordenamento territorial. In: SILVA, O.; SANTOS, E.; COELHO NETO, A. (org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 131-145.

CUNHA, F. A. G. C. da. *Unidades de conservação como fornecedoras de serviços ambientais*. 2014. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 183 p. 2014.

DIEGUES, A. C. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB/USP/PROBIO/MMA, 1999

DIEGUES, A. C. S. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2000.

FAO. *Status of the world's soil resources: main report*. Rome, Italy, 2015.

FEBA – Friends of ecosystem-based adaptation. Tornando eficaz a adaptação baseada em ecossistema: parâmetros para definir critérios de qualificação e padrões de qualidade. Revisado em julho 2018, 14 p.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOURSHEY, C. C.; GONZALES, R. M.; SAIDI, C. *África bantu: de 3.500 a.C. até o presente*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, v. 2, n. 2, p. 115-147, 2006.

GOMES, F. dos S. Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808). *História social*, (2), 25-54. 1995. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/74>. Acesso em: 1ª set. 2020.

GOMES, F. dos S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo. Claro Enigma, 2015.

JOLY, C.A et al. 1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. São Carlos: Editora Cubo, 2019. p.351. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-60064-88-5>.

KILOMBA, G. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó. 2019.

LEITE, V. R. *Análise da efetividade de unidades de conservação para proteção de ecossistemas localizados em paisagens fragmentadas e sob intensa pressão antrópica no bioma da Mata Atlântica*. (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Biociências e Biotecnologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 155 p. 2015.

MACHADO, P. L. O. de A. Carbono do solo e a mitigação da mudança climática global. *Quím. Nova*. 28. (2). 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000200026>.

MANFRINATE, R.; SATO, M.; PAZOS, A. S. Entrelaçamentos entre justiça climática e educação ambiental: diálogos com mulheres de comunidades tradicionais do Mato Grosso e Galícia. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Ahead of Print, 2019 DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2019-14592>.

MARETTI, C. C.; SIMÕES, J. F. 2020. *TICCA*s: análise da situação legal e da implementação no Brasil: territórios e áreas de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no Brasil e relações com os conceitos associados aos TICCA's. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 233 p.

MARGULIS, S. *Mudanças do clima: tudo que você queria e não queria saber*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. 180 p.

MEA – MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Relatório-Síntese da Avaliação Ecossistêmica do Milênio, 2005.

MEDEIROS. R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. IX, n. 1. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2020

MMA. *Estratégia de desenvolvimento de capacidades em Adaptação baseada em Ecossistemas como resposta à mudança do clima na Mata Atlântica, Brasil*. Mata Atlântica: Biodiversidade e Mudanças Climáticas. Brasília, 2018.

MULLER, F. Adaptação baseada em ecossistemas. Cartilha. Meio Ambiente e mudança do clima. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, janeiro 2015. Alemanha.

NASCIMENTO, M. B. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. 488 p.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. de A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi*. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, jan-jun 2015. UNICEUB. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3014>

PRIMAVESI, A. *Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*. 2. ed. revisada. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2016. 205 p.

RAYMUNDO, M. H. A. *et al. Projeto político-pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM)*. Brasília/DF: GIZ, 2021. 237 p.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SACRAMENTO, R. V. O. *Caracterizações dos solos, fitodisponibilidade e teores pseudo-totais de metais no sistema solo-planta em canaviais do Recôncavo Baiano*. Tese (Doutorado em Energia e Ambiente) – Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente, Universidade Federal da Bahia, 2010. 220 p.

SAE. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE (2013). *Impacto da revisão do código florestal: como viabilizar o grande desafio adiante?* Disponível em: https://WWW.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/artigo-codigo-florestal_britaldo_soares_sae_2013pdf.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SALTON, J. C. *Matéria orgânica e agregação do solo na rotação lavoura-pastagem em ambiente tropical*. 2005. (Tese de doutorado) – Porto Alegre, 2005, 158 p.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474 p.

SILVA, V. dos A. da. História e marco legal de um projeto de assentamento agroextrativista na Amazônia Oriental. *Multitemas*, Campo Grande, v. 26, n. 62, p. 255-279, jan./abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/multi.v26i62.3133>.

SODRÉ, M. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes. 2020.

TÁVORA, G. S. G. *Avaliação dos serviços ecossistêmicos prestados pelos solos em áreas agrícolas inseridas no Bioma Mata Atlântica, na região serrana do estado do Rio de Janeiro*. 2019. (Tese de Doutorado em) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Tecnologia e Ciências Instituto de Geografia, 2019, 185 f.

VIANA, T. dos S. *Efetividade da gestão de Unidades de Conservação Marinhas da Costa Brasileira*. 2020. 89p. (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais). Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Porto Seguro, BA. 2020

ZAGATTO, B. P. *Sobreposições territoriais no Recôncavo Baiano: a reserva extrativista Baía do Iguape, territórios quilombolas e pesqueiros e o polo industrial naval*. *RURIS-UNICAMP*, 7(2). 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/rr.v7i2.1881>.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Avanços e retrocessos nas políticas públicas brasileiras¹

RAFAELA BARBOSA FONSÊCA

LIRANDINA GOMES

As políticas públicas brasileiras foram criadas com o intuito de assegurar os direitos presentes na Constituição Federal de 1988, após a redemocratização do país. O marco regulatório de saneamento básico (Política Nacional de Saneamento Básico, Lei n. 11.455/2007) trouxe uma nova perspectiva para a democratização do acesso aos serviços de abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos e drenagem pluvial.

Com as diretrizes propostas pelas políticas públicas seria possível implementar planos estaduais e municipais, de acordo com as realidades locais. Não diferente do marco de saneamento básico, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei n. 12.305/2010, surgiu como marco regulatório especificamente para a gestão de resíduos sólidos. A PNRS abordou questões relacionadas a municipalização do serviço, inclusão das organizações de catadores de materiais recicláveis,

1 O presente artigo se insere numa pesquisa mais ampla intitulada “Gestão de Resíduos Sólidos e Qualidade Ambiental Urbana: o caso do Programa de Coleta Seletiva em Salvador/BA (2016-2020)”, desenvolvida no âmbito do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET-UNEB).

logística reversa e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos no seu escopo.

O gerenciamento de resíduos sólidos é todo o processo de manejo de resíduos sólidos, desde a sua coleta até a destinação final de seus rejeitos (materiais não reaproveitáveis). A atualização de legislações é uma prática, já que as políticas são criadas para fins de planejamento e, caso não alcance seu objetivo, pode ser reformulada/atualizada.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar o gerenciamento dos Resíduos Sólidos no Brasil, através dos avanços e retrocessos nas políticas públicas de saneamento básico e resíduos sólidos, considerando os dados de geração de resíduos de 2010 e 2020.

A pesquisa tem abordagem quali-quantitativa, com levantamento documental dos marcos regulatórios (Leis n. 11.455/2007, 12.305/2010 e 14.026/2020) e análise de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), dos anos de 2010 e 2020.

Este artigo foi organizado em cinco seções, além da introdução. A segunda seção aborda as políticas públicas de saneamento implementadas no Brasil. Na terceira seção, é apresentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua importância legal para o país. A quarta seção apresenta dados de gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, comparando os anos de 2010 e 2020. A quinta seção discute os avanços e retrocessos do gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil sob a ótica das políticas públicas, e na última seção são apresentadas as considerações finais.

Políticas públicas de saneamento no Brasil

Um dos problemas ambientais no Brasil sempre foi o acesso ao saneamento básico, que durante o processo de urbanização das cidades afetou diretamente a saúde da população, principalmente a população que não possui acesso a uma infraestrutura adequada no meio urbano. O Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que antecedeu a Constituição Federal de 1988, tinha o objetivo de eliminar o déficit do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Esse plano continha ações que

eram centralizadas à gestão das águas, ou seja, não incluía o serviço de coleta de lixo (IBGE, 2000). Por esse motivo, a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007) se tornou um marco para a limpeza urbana, pois introduziu o manejo de resíduos sólidos em sua legislação.

Na época do Planasa havia o incentivo da criação de Companhias Estaduais de Saneamento (CESBs) para se responsabilizar pelo saneamento, assim concedendo os serviços como responsabilidade do Estado e não do município – que houvera dificuldades em atender a população (IBGE, 2000).

Britto (2011) salienta que as companhias estaduais eram majoritariamente responsáveis pela prestação dos serviços de água e esgoto, herança das concessões de contratos às empresas estaduais previstas pelo Planasa, e, assim, os municípios perdiam o controle sobre os aspectos essenciais da política de saneamento, como a política tarifária e as decisões sobre os investimentos no serviço.

Os marcos legais brasileiros referentes à limpeza urbana foram definidos pela Política Nacional de Saneamento Básico, que tinha como proposta a integração do plano de gestão e manejo de resíduos sólidos aos Planos Municipais de Saneamento e, em 2010, foi regulamentada uma política específica para a gestão de resíduos sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei n. 12.305/2010 (JACOBI; BESEN, 2011). Em 2020, houve a atualização da Lei n. 11.455/2007, sendo assim considerado o novo marco legal de saneamento básico, definido pela Lei n. 14.026/2020 (BRASIL, 2020).

A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos são considerados na Política Nacional de Saneamento Básico como um “conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas” (BRASIL, 2007, art. 3º). Dessa maneira, a gestão de resíduos inclui todo o processo de manejo, sua infraestrutura e sua operação.

O antigo marco regulatório de saneamento básico tinha, no seu corpo de texto, diretrizes que garantiam o acesso ao saneamento básico para toda a população, esclarecendo questões referentes a prestação,

regulação e fiscalização do serviço, questões tributárias e questões sociais (BRASIL, 2007). O novo marco regulatório de saneamento básico, de 2020, aprimorou as condições estruturais do saneamento básico no país e alterou algumas leis, como: atribuição da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para edição de normas relacionadas ao serviço de saneamento veda a prestação por contrato de programa dos serviços públicos, altera os prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, autoriza “a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados”etc. (BRASIL, 2020).

Na antiga Política Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2007), a universalização ao acesso aos serviços de saneamento era o primeiro princípio a ser apresentado, e, na sua atualização, além da universalização do acesso, foi acrescentada a “efetiva prestação do serviço” (BRASIL, 2020). O incentivo à “melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e da saúde pública” é também trazido nos marcos de saneamento básico ao estabelecer critérios para os contratos de concessão de serviços e assegurar o direito básico presente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007; 2020).

Alguns dos objetivos presentes nos marcos de saneamento envolvem: reduzir as desigualdades regionais e contribuir com o desenvolvimento nacional, gerar empregos e renda; priorizar a implantação de planos, programas e projetos em áreas ocupadas por população de baixa renda; proporcionar adequadas condições de salubridade ambiental para populações rurais e pequenos grupos urbanos isolados; entre outros (BRASIL, 2007; 2020).

Enquanto a Política de Saneamento Básico de 2007 possuía resquícios da política do Planasa em relação às CESBs, a Política de Saneamento Básico de 2020 atualiza a forma de contrato de prestação de serviço, por meio de licitação, e os contratos em vigor terão que comprovar a capacidade econômico-financeira para prestar o serviço. De tal forma, essa atualização no marco regulatório de saneamento possibilita o que Borja (2014) abordava sobre a privatização dos serviços públicos de abastecimento de água, tornando-o um bem econômico regulado pelo mercado.

O novo marco de saneamento de 2020 também renova os prazos trazidos pela PNRS quanto à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Enquanto o texto original previa o prazo de até quatro anos para sua publicação – até 2014 – para disposição, a nova redação redefiniu esses prazos para os municípios que tenham elaborado o plano intermunicipal de resíduos sólidos ou o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de acordo com alguns critérios específicos (BRASIL, 2020).

Política nacional de resíduos sólidos

A importância da gestão de resíduos sólidos foi abordada durante a Conferência Rio 92, devido a sua influência de forma direta e indireta com o aquecimento global. Após a Conferência, novas prioridades foram incorporadas na temática “gestão de resíduos sólidos “ e isso representou uma “mudança no paradigma”, que direcionou a atuação dos governos, da indústria e da sociedade (JACOBI; BESEN, 2011).

A PNRS é uma ferramenta que assegura a promoção da gestão dos resíduos sólidos e se caracteriza como marco regulatório na área dos resíduos sólidos, trazendo a discussão da sustentabilidade com mecanismo para criar um equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental (MAIA *et al.*, 2014).

A questão do manejo de resíduos sempre foi abordada nas legislações brasileiras como limpeza urbana e não como processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, descrito como

conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei (BRASIL, 2010, art. 3º).

Com o fortalecimento da gestão integrada de resíduos, a PNRS propõe a responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos

produtos e a logística reversa, o incentivo à formação de consórcios públicos de forma a ampliar a capacidade de gestão das administrações municipais, cria mecanismos de inserção de organizações e associações de catadores nos sistemas de coleta seletiva municipal, de maneira que fortaleça a rede de organização dos catadores, com a função de contribuir com o marco na gestão de resíduos sólidos (JACOBI; BESEN, 2011).

O incentivo à criação de planos para gestão de resíduos sólidos nas diferentes escalas governamentais (estadual e municipal) permite expandir a discussão da gestão de resíduos, não limitando, dessa forma, a visão na escala nacional e permitindo maior efetivação dessa gestão (BRASIL, 2010). Vale salientar que a municipalização da gestão de resíduos sólidos é uma questão trazida na PNRS, de forma que descentraliza a gestão, permitindo a intervenção na realidade local, já que é necessário um diagnóstico para a criação dos planos municipais de gestão de resíduos (BRASIL, 2010).

Gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil

A geração de resíduos nas cidades brasileiras tem relação com o número de habitantes e a problemática do lixo não está dissociada da sua disposição indevida e seus consequentes impactos ambientais. Na década de 90, na maioria das cidades brasileiras sua destinação era a céu aberto e geralmente o serviço de coleta oferecido não previa a segregação dos resíduos na fonte geradora (IBGE, 2000).

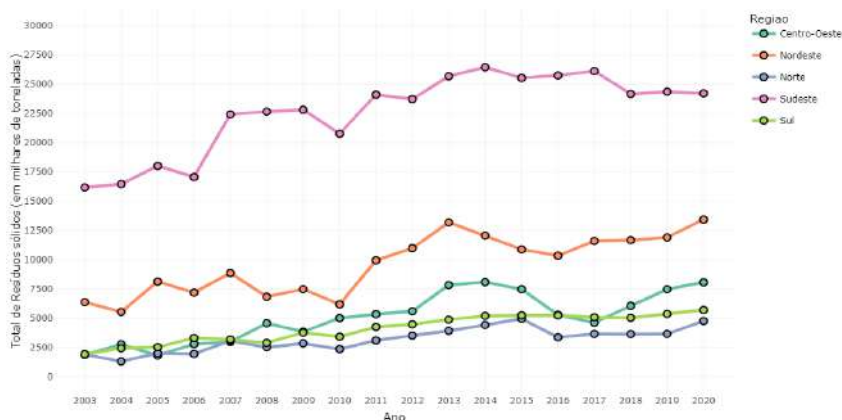
Com a municipalização do manejo de resíduos sólidos e com o incentivo de instrumentos para melhorar a gestão, foi possível perceber uma melhora em relação aos dados de resíduos sólidos no Brasil e sua destinação final.

Após a PNRS, o fornecimento de dados da geração de resíduos sólidos foi mais expressivo, possibilitando o acompanhamento dos dados por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). De acordo com a Figura 1, a produção de resíduos sólidos foi crescente durante o período de 2003 a 2020. As regiões Sudeste e Nordeste possuem uma produção maior e isso tem relação com a quantidade de

habitantes por região. A região Norte possui a menor produção de resíduos sólidos em comparação com as cinco regiões.

A cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil em 2010 era de 88% e em 2020 equivalia a 92,2%, com o predomínio nas regiões Sudeste e Sul em ambos os anos (Abrelpe, 2020; 2021). Quanto à disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, 56,8% dos resíduos possuíam destinação adequada (aterros sanitários) e, em 2020, 60,2% dos resíduos sólidos foram destinados para aterros sanitários (Abrelpe, 2020; 2021). Logo, 39,8% dos resíduos sólidos em 2020 eram dispostos inadequadamente, ou seja, destinados a lixões e aterros controlados (Abrelpe, 2021). As regiões Norte (64,4%), Nordeste (63,7%) e Centro-Oeste (57,5%) apresentavam mais de 50% dos resíduos coletados com destinação final inadequada em 2020 (Abrelpe, 2021)

Figura 1 – Total de resíduos sólidos coletados por região ao longo dos anos, em milhares de toneladas



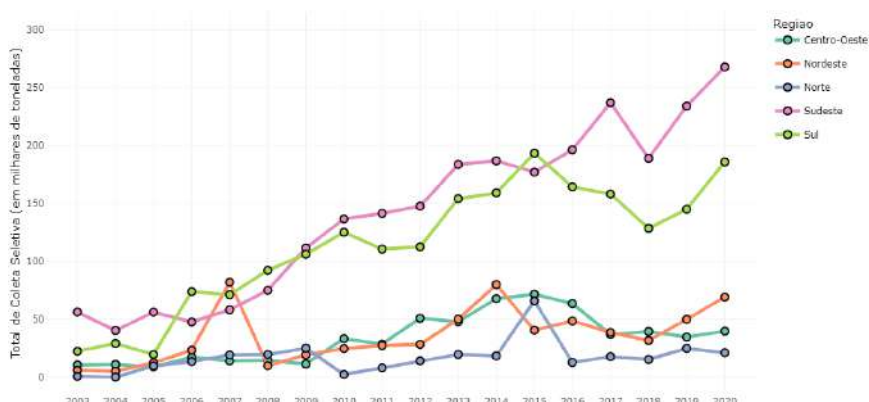
Fonte: Elaborado por Marcelo Fonsêca com base nos dados de 2003 a 2020 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2022).

O instrumento de coleta seletiva, presente na PNRS, incentiva a administração pública criar e implantar programas desse teor nos municípios. De acordo com a Figura 2, há um aumento da quantidade de coleta seletiva ao longo dos anos entre 2003 e 2020, com uma quantidade coletada mais expressiva das regiões Sudeste e Sul.

No ano de 2010, 56,6% dos municípios brasileiros possuíam iniciativas de coleta seletiva, enquanto em 2020 havia 74,4% de municípios com iniciativas de coleta seletiva, ou seja, houve um aumento de municípios que iniciaram a coleta seletiva (Abrelpe, 2020; 2021).

Em 2020, as regiões Sul (91,2%) e Sudeste (90,6%) do país apresentaram a maior quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva. Já as regiões que apresentaram a menor quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva foram: Centro-Oeste (50,5%), Nordeste (56,7%) e Norte (65,3%) (Abrelpe, 2021). Estes dados revelam a expressividade dos programas de coleta seletiva nas regiões Sul e Sudeste.

Figura 2 – Total de coleta seletiva por região ao longo dos anos, em milhares de toneladas



Fonte: Elaborado por Marcelo Fonsêca com base nos dados de 2003 a 2020 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2022).

Avanços e retrocessos do gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil

Como tratado na segunda seção, enquanto o PLANASA tinha foco no abastecimento de água e esgotamento sanitário, em 2007, a Política Nacional de Saneamento Básico trazia não apenas a gestão das águas, mas também incluía o manejo de resíduos sólidos em sua política. Esse foi um avanço importante para o saneamento, já que a coleta

de lixo sempre foi um problema e a questão da destinação final inadequada era uma questão de saúde pública (IBGE, 2000).

Com a PNRS as expectativas eram: extinguir os lixões até o ano de 2014, elaboração dos planos de gestão dos resíduos nas diferentes escalas governamentais até o ano 2012, inserir as cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva junto ao poder público municipal, entre outras metas (GRISA; CAPANEMA, 2018 apud SILVA; CAPANEMA, 2019).

De acordo com os dados de 2020, existiam regiões em que a destinação final dos resíduos foi ambientalmente inadequada (aproximadamente 40%), sendo assim, os lixões ou aterros controlados não foram extinguidos (ABRELPE, 2021). As desigualdades regionais são perceptíveis quanto à infraestrutura e viabilidade financeira do gerenciamento de resíduos. A região Sudeste é a que mais investe nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (ABRELPE, 2021).

Quanto à coleta seletiva incentivada pela PNRS, há iniciativas em todas as regiões, porém o Sul e o Sudeste investem muito mais nas ações/programas de coleta seletiva (ABRELPE, 2021). Vale ressaltar que a coleta seletiva colabora com a diminuição da quantidade de rejeitos que são destinados aos aterros sanitários, assim, aumentando a vida útil dos aterros e revertendo os materiais em renda para os cooperados/associados.

A nova Política Nacional de Saneamento Básico, por outro lado, flexibiliza questões referentes aos contratos de concessões, apresentando a possibilidade de os serviços de saneamento serem gerenciados pela iniciativa privada (BRASIL, 2020). A maior preocupação seria com as empresas estatais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, já que as empresas interessadas podem fechar contratos a longo prazo, além da cobrança das taxas para a manutenção do serviço público (BRASIL, 2020). Porém, quanto à atualização do artigo da PNRS que trata sobre a mudança de prazo para extinção dos locais de destinação ambientalmente inadequados, sua atualização é cabível, já que o prazo venceu depois de 2014 (BRASIL, 2020).

As políticas públicas possuem a função de planejamento, então é importante sua atualização ao decorrer do tempo. Porém, é

importante pensar no papel da sociedade no controle social, já que a participação se faz necessária nas tomadas de decisão e na avaliação dos resultados que deverão beneficiar a todos e assegurar o acesso aos direitos previstos por esses instrumentos legais.

Considerações finais

Após a Constituição Federal de 1988, as políticas públicas brasileiras começaram a ser criadas para dar suporte e apoio ao planejamento nas diferentes escalas governamentais. As políticas públicas de Saneamento Básico foram marcos importantes para definir diretrizes para a democratização do acesso ao saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos e drenagem pluvial).

Com o aumento das desigualdades sociais no território brasileiro, as políticas públicas são necessárias para dar um direcionamento ao planejamento para o alcance da qualidade de vida. Tendo em vista as mudanças na administração pública nas diferentes escalas, os objetivos são sistematicamente alterados e as políticas se tornam as ferramentas mais adequadas para assegurar uma boa gestão.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos já possui mais de dez anos e, ainda assim, há municípios que possuem dificuldades com o manejo de resíduos sólidos, seja na destinação final ou com a criação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Com a atualização da Política Nacional de Saneamento Básico, que dá margem a outras questões que poderão ser tratadas em outro momento, a questão do manejo de resíduos sólidos também foi atualizada. Nele, o prazo de quatro anos após a publicação da PNRS para implantação de um local de disposição final ambientalmente adequado dos rejeitos foi atualizado, algo necessário, já que aproximadamente 40% dos municípios brasileiros destinam seus rejeitos aos lixões e aterros controlados.

O gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil por meio das políticas públicas está avançando e trazendo resultados positivos de forma lenta. A manutenção das políticas é necessária e é válido abordar a

importância do controle social que assegura o funcionamento desse instrumento e que colabora no alcance das metas.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020*. 2020.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2021**. 2021.

BORJA, P. C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. *Saúde e Sociedade*, v. 23, p. 432-447, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000200007>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. *Lei n. 11.455, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes para o saneamento básico. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico e dá outras providências. Brasília: 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm#. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRITTO, A. L. Saneamento ambiental nos planos diretores municipais. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; MONTANDON, D. T. (org.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 2011, v. 25, n. 71, p. 135-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YgnDNBgW633Y8nflF5pqLxc/?lang=pt>.

MAIA, H. J. L. *et al.* Política Nacional de resíduos sólidos: um marco na legislação ambiental brasileira. *POLÊMICA*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1070-1080, fev. 2014.

SILVA, V. P. M.; CAPANEMA, L. X. de L. *Políticas públicas na gestão de resíduos sólidos: experiências comparadas e desafios para o Brasil*. BNDES: Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 153-200, set. 2019.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS COSTEIRAS NO BRASIL

Considerações teóricas¹

THIANA DO NASCIMENTO CAZAIS

GUSTAVO BARRETO FRANCO

SIRIUS OLIVEIRA SOUZA

O conceito de Percepção Ambiental tem sofrido várias reformulações com o passar dos séculos. Entretanto, tal conceito se desenvolveu a partir das correntes filosóficas mais influentes do século XIX, a saber: a fenomenologia alemã, a escola francesa e a norte-americana de Tuan. Segundo Silva, Lopes e Diniz (2008), a fenomenologia alemã de Husserl pode ser definida como uma “análise de uma psicologia descritiva [...] da subjetividade” (SILVA; LOPES; DINIZ, 2008; p. 255). A escola francesa de Merleau-Ponty se caracteriza por afirmar que “o homem é o núcleo dos debates sobre o conhecer, [...] o conhecimento está na capacidade de perceber o que nos cerca, o que implica também o processo de dar significado ao que foi assimilado pelos sentidos” (MERLEAU-PONTY, 1999 *apud* FREITAS *et al.*, 2015; s/p). Já na escola norte-americana de Tuan (1982) (*apud* Silva e Lopes, 2014, s/p), “há diferenças na maneira como as pessoas percebem o mundo [...]

1 O presente artigo é produto da pesquisa: Percepção ambiental em comunidades tradicionais costeiras brasileiras: um estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras – Bahia, Brasil; desenvolvido no âmbito do *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação do mestrado em Estudos Territoriais – PROET, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus I, Salvador. Patrocinado por uma bolsa da Capes-Fapesb.

os conceitos e atitudes em relação à vida e ao meio de vivência podem variar, pois refletem percepções individuais, podendo mudar de acordo com a idade, sexo ou estrutura social”. Tais escolas de pensamento foram importantes para a formação do conceito de Percepção Ambiental justamente por ser caracterizada por trazer a subjetividade para o centro da discussão das relações entre os seres humanos e o meio ambiente. “A Percepção Ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem e é um processo que permite a interação do indivíduo com o meio onde vive” (MASSON, 2004, p. 34 *apud* FREITAS; MAIA, 2009, p. 59).

Inegavelmente, Zampieron *et al.* (2003) (*apud* Caldas e Rodrigues, 2005) aponta que o estudo da Percepção Ambiental serve de base para se compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. A história mais recente a tem considerado como ramo transdisciplinar do Conhecimento e da Filosofia, e, em vista disso, é influenciada pela Psicologia do Comportamento do início do século XX. Recentemente, tem sido influenciada pela Geografia da Percepção e tem integrado diversas áreas das Ciências (CLAVAL, 1983; HOLZER, 1992; LOWENTHAL, 1961; OLIVEIRA; COSTA, 2017). Freitas e Maia (2009, p. 59) afirmam que a Percepção Ambiental “tem estabelecido conexões entre teoria e prática, além de se fazer uma reflexão sobre as relações dos meios físico-biológicos com a subjetividade, própria do ser psicológico e social”.

Todavia, entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX, surgiram os primeiros estudos sobre Percepção Ambiental, por causa da preocupação em se (re)conhecer as atitudes e os valores atribuídos por determinado indivíduo ou populações sobre questões relacionadas ao ambiente, principalmente após a publicação do livro *Silence Spring*, de Rachel Carson (MENDES, 2006). Para Holzer (1992) e Ingold (1996; 2000), o conceito se tornou mais evidente nos primeiros ensaios de Percepção do Ambiente da década de 1960, com a ideia de que a inteligência ambiental do homem se dá nas relações sociedade-natureza e na capacidade de situar informações (assimilar, entender, decodificar e reproduzir o significado) sobre o espaço vivido.

Nessa perspectiva, Rodrigues *et al.* (2012) afirmam que, após a década de 1970, o conceito de Percepção Ambiental se voltou para o planejamento estratégico do ambiente, após a criação do Projeto 13, da Unesco, e depois do surgimento dos fundamentos teórico-metodológicos de Percepção Ambiental de Whyte (1977). Ainda segundo Tuan (2003) e Lowenthal (1982) (*apud* MARANDOLA JÚNIOR, 2017), depois de 1970 até os dias atuais, os estudos de Percepção Ambiental se concentraram na construção de perspectivas de planejamento estratégico e de gestão ambientais participativos voltadas para a incorporação das perspectivas individuais e fortaleceu a visão crítica e sistêmica do ambiente².

A corrente epistemológica da atual Geografia da Percepção é criada com base na importância do sujeito no processo de formação das Ciências (TUAN, 1980; CLAVAL, 1983). A ligação do homem ao lugar foi explorada neste texto e adotou-se o conceito de percepção ligado à obra de Tuan (1980), em que exprime que a percepção é uma resposta e uma atividade estimulante carregada de intenções. Possui, assim, valor para o homem e propicia-lhe algumas satisfações enraizadas na cultura.

A Percepção Ambiental implica na compreensão e na investigação da formação de julgamento de valor (feito a partir de percepções individuais) e atitudes de valor que orientam ações estratégicas propositalmente nos processos de ocupação, de uso, de apropriação e de organização espaciais. Além disso, está manifestada na cultura, nas crenças, na religião, no modo de viver e na educação dos sujeitos (COSTA e COLESANTI, 2011; KRZYSCZAK, 2016; SANTOS, 2006).

Portanto, a Percepção Ambiental é transdisciplinar, pois busca a compreensão dos fatores, dos mecanismos e dos processos que levam as pessoas a terem determinadas opiniões e atitudes em relação ao meio em que vivem (TERAMUSSI, 2008). Segundo alguns autores como Tuan (1980), Leff, Valenzuela e Vieira (2001), Melazo (2019) e Fernandes e Sant'anna (2002)², a Percepção Ambiental é transdisciplinar porque

2 Um dos mais expressivos centros nacionais de pesquisa de Geografia Humanista e de Percepção do Ambiente no Brasil liderado pelas professoras Livia de Oliveira e Lucy Machado relaciona uma abordagem de Piaget no estudo cognitivo de PA, pois as suas respectivas teses foram nesse campo do Conhecimento (AMORIM FILHO, 1999).

une os aspectos fisiológicos à afetividade e aos aspectos simbólicos, morais e sensoriais dos processos de organização social. Isso porque perpassa pelas esferas socioeconômicas, ambientais, educacionais e culturais de indivíduos ou comunidades para propor usos tradicionais dos recursos disponíveis, com a Justiça socioambiental. Portanto, reconhecendo que os saberes tradicionais contribuem de forma complementar para novos paradigmas, é possível projetar novos modelos de conhecimentos centrados não apenas no conhecimento científico, mas também na melhoria da vida das comunidades tradicionais, objetivando o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2000; FERNANDES; SANT'ANNA, 2002; LEFF, VALENZUELA e VIEIRA; 2001).

Nesta pesquisa, foram investigados e descritos trabalhos acadêmicos de pós-graduação e artigos sobre Percepção Ambiental de comunidades pesqueiras costeiras do Brasil. Discorreu-se sobre o impacto científico de trabalhos acadêmicos de pós-graduação e artigos sobre Percepção Ambiental de trabalhadores brasileiros do mar em comunidades tradicionais de pequena escala. E, por fim, foi averiguada a função acadêmica de conceitos e metodologias usadas em cada um dos trabalhos acadêmicos de pós-graduação e de artigos sobre a investigação da Percepção Ambiental de pescadores artesanais, caiçaras, jangadeiros e açorianos do Brasil. Assim, as principais pesquisas concluídas de *stricto sensu*, bem como de artigos acadêmicos trabalhados neste estudo, atrelam a observação sobre o conceito de Percepção Ambiental aplicado na análise de modos de vida de comunidades tradicionais costeiras com o espaço vivenciado por estas.

Destarte, esta pesquisa se caracteriza por ser um levantamento analítico da produção bibliográfica acerca do conceito de Percepção Ambiental aplicado à análise de populações pesqueiras litorâneas do Brasil, em que foi estabelecida uma correlação de trabalhos de pós-graduação e artigos publicados em periódicos sobre a temática no século XXI.

Trabalhadores do mar do Brasil: história e legislação

O conceito de comunidade tradicional tem sido reconstruído no decorrer do tempo cronológico humano, pois esse conceito é amplo e

anterior ao surgimento das cidades, tal qual conhecemos. Dessa maneira, tem-se considerado comunidade tradicional como a unicidade com o todo, o que tem conseguido unir o senso de alteridade com o ancestral e comunitário, criando, assim, modos de vida peculiares (DIEGUES, 1995; BRANDÃO e BORGES, 2014; BERKES, 2017; ACSELRAD, 2009). Por conseguinte, segundo Berkes (2017) e Diegues (1995), os pescadores artesanais têm modos de vida tradicionais decorrentes de conhecimentos, costumes, práticas socioculturais, percepções ambientais, atitudes, valores e crenças particulares relacionados ao meio, pelos processos adaptativos dependentes da conservação dos recursos naturais locais do meio em que se inserem.

Acerca de 14 mil anos atrás, os pescadores-coletores e os pescadores-agricultores possuíam cultura singular relacionada à ancestralidade e ao senso de alteridade comunitária, manifestados através da sociodiversidade (DIEGUES, 1983; 2004; ROOSEVELT, 1992; MORAES, 1999; BRASIL, 2000; 2021; FAVRE, 2004). Já mais recentemente, os grupamentos humanos de pescadores-coletores e pescadores-agricultores vivem no litoral da América Latina, desde um período anterior ao Século XIV, e atualmente se transformaram em pescadores artesanais, açorianos, pescadores-agricultores, jangadeiros e caiçaras (DIEGUES, 1983; 2004; FAVRE, 2004). Todavia, as comunidades tradicionais da Federação brasileira são consideradas culturalmente diversificadas, haja vista que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social. Ocupam e utilizam os territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 1988; 2000).

De acordo com Diegues (2002) e Paula (2018), as populações tradicionais costeiras não indígenas do Brasil, que praticam atividades extrativistas, na maioria das vezes, são formadas por: jangadeiros, pescadores artesanais, quilombolas, açorianos, parte dos ribeirinhos amazônicos, pescadores-agricultores e caiçaras. E vivem no litoral brasileiro, nas várzeas de rios, lagoas e lagos, sobrevivem de extrativismo vegetal, artesanato e agricultura de pequena escala, com modos de vida peculiares. Sobretudo os pescadores artesanais ou praiheiros, os açorianos,

as caiçaras e os jangadeiros, que se identificam como tais, sobrevivem em comunidades costeiras não urbanas no Brasil, com pesca em pequena escala para consumo próprio e para abastecer o comércio local. De forma geral, no território nacional há 50% de pesca em pequena escala (decorrentes da prática dos pescadores artesanais, açorianos, jangadeiros, pescadores-agricultores e caiçaras) e o restante é resultado da pesca empresário-industrial, o que vem reduzindo os estoques pesqueiros de todo o mundo (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2011; DIEGUES, 1983).

Tendo em vista o problema da pesca predatória e da sobrepesca, o governo federal criou Políticas Públicas voltadas para essas comunidades costeiras do Brasil com a criação do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT e dá outras providências), junto com a Constituição Federal (CF) de 1988, com a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e com o Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019 (consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT³, ratificadas pela república federativa do Brasil) em que foram estabelecidos conceitos estruturais e operativos das Ciências Jurídicas, Biológicas e Sociais (BRASIL, 2000; 2007; 2019). E foi a partir desse decreto que foram criados mecanismos institucionais jurídicos, como forma de assessorar as comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil (Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs).

A definição de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) pode ser entendida como grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam os territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição ancestral (BRASIL, 1988; 2000; 2007; 2019; PAULA, 2018). Assim, proclama-se que o patrimônio cultural

3 Organização Internacional do Trabalho – OIT (Convenção 169, 2011); do inglês International Labour Organization (ILO).

brasileiro, os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupamentos humanos que formam a sociedade brasileira são relevantes do ponto de vista social. Afinal, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) conseguem o reconhecimento dos direitos diferenciados e a proteção estatal, considerando-os como grupos sociais participantes do processo civilizatório brasileiro. E, acima de tudo, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi criada em um contexto de busca por reconhecimento e conservação de apoio governamental, uma vez que foi só depois da década de 1980 que a legislação ambiental do Brasil se modernizou, visando conservar o ambiente natural, bem como os respectivos meios de vida de populações costeiras pesqueiras tradicionais. Nesse contexto, a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências), é criada; a Constituição Federal brasileira de 1988 é promulgada e a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, surge. E, juntas, deram indicação para conservação dos meios de vida de comunidades do litoral do país (BRASIL, 1981; 1988; 2000).

A seguir, levantou-se os trabalhos científicos publicados pelos principais centros de pesquisa e periódicos do Brasil, que tratam da Percepção Ambiental em comunidades tradicionais costeiras pesqueiras nos Estados da União.

Estudos de Percepção Ambiental em Comunidades Pesqueiras Litorâneas do Brasil

Muitas investigações científicas têm se sensibilizado com a análise da temática da Percepção Ambiental, embasadas pelas obras *Guidelines for field studies in environmental perception* (1977), de Anne Whyte, e *Percepção ambiental: a experiência brasileira* (1996), de Del Rio e Oliveira.

As fundamentações teórico-metodológicas propostas por Whyte (1977) envolvem várias maneiras de pensar e de se entender a Percepção Ambiental estabelecendo, muitas vezes, uma rede de diretrizes

internacionais de análise e intervenção em Percepção Ambiental a serem seguidas por pesquisadores, que se ocupam da temática. Segundo Whyte (1977), do ponto de partida conceitual-metodológico, a Percepção Ambiental é complexa, é a consciência e o entendimento do ambiente, de forma geral, e nesse sentido a autora cria um modelo metodológico integrado de classificação de variáveis de um sistema. De tal maneira, para esse autor a Percepção Ambiental é subjetiva, dando-se em função das condições materiais, dos conhecimentos e dos conteúdos afetivos, éticos e ideológicos de cada indivíduo.

Partindo dessa contribuição, a obra do Del Rio e do Oliveira (1996) foi criada em torno dessa discussão conceitual e metodológica, vinculada à análise em Percepção Ambiental, com o rito estabelecido por Whyte (1977), derivadas do debate internacional gerado pelas diretrizes do *Guidelines for field studies in environmental perception*, do grupo Man and Biosphere – 13 (MAB) na Unesco, durante a década de 1970. As diretrizes teórico-metodológicas estabelecidas no triângulo metodológico proposto por Whyte (1977): ouvindo (estratégia A), perguntando (estratégia B) e observando (estratégia C) foram aplicados no trabalho de Castello (1996).

Diversos autores fazem referência à visão teórico-metodológica estabelecida por Whyte (1977), dentre os quais destacam-se Castello (1996), Ferreira (2005), e Silva e Almeida (2016), que realizaram a análise da Percepção Ambiental de pescadores artesanais da costa brasileira: em Porto Alegre, na Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), na mesorregião de Cananéia e na Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APA Jenipabu) respectivamente, nas macrorregiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil.

Do ponto de vista prático, esses estudos ainda servem para entender as mais diversas Percepções do Ambiente de cada comunidade que faz parte da Baía de Babitonga, da EEJI, da mesorregião de Cananeia e APA Jenipabu, respectivamente, o que tem permitido analisar os conflitos sociais e ambientais decorrentes da degradação do ambiente e do esgotamento dos recursos naturais e ambientais, potencializados pela falta de Planejamento Estratégico do Ambiente pelo Estado, e por uma possível ausência de Gestão Costeira Integrada (GCI), com uso

de Políticas Públicas antiquadas. Assim, Ferreira (2005) também aplica técnica teórico-metodológica desenvolvida por Del Rio e Oliveira (1996). Por conseguinte, a dissertação de Rodrigues (2000) apresenta um diagnóstico socioeconômico de um grupo de comunidades usuárias dos recursos pesqueiros, relacionando-o à Percepção Ambiental desses atores, contribuindo, assim, com uma das etapas do processo de gestão ambiental. Ressaltou-se que há uma correlação do Conhecimento técnico-científico com o Conhecimento Tradicional e foi possível determinar um perfil das exigências e dos problemas de ordem social, econômica e ambiental, necessários para a criação de um evento de GCI, o Fórum de Gestão Compartilhada. Do mesmo modo, Ferreira (2005) estabeleceu uma possível correlação existente entre conflitos (sociais e ambientais) e as diferentes Percepções do Ambiente dos grupos socio-culturais envolvidos na gestão ambiental da Unidade de Conservação (UC). Em suma, conclui que há relação entre conflitos sociais e as diferentes percepções de grupos sociais existentes na EEJI.

Todavia, Ferreira (2005), assim como Silva e Almeida (2016) adotaram as técnicas de análises em Percepção Ambiental estabelecida em Whyte (1977). O estudo realizado na APA Jenipabu, que fica localizada no Estado do Rio Grande do Norte (RN), permitiu combinar três interações: observar, escutar e interrogar, através da avaliação das práticas, bem como das características individuais e coletivas de determinados grupos ou atores sociais nas tomadas de decisão. Então, no Brasil os conflitos sociais e ambientais decorrentes de forte especulação imobiliária e turística buscaram formar, aprender e decifrar aspectos da Percepção Ambiental, cumprindo, assim, as diretrizes estabelecidas no triângulo metodológico proposto por essa autora em Whyte (1977): ouvindo (estratégia A), perguntando (estratégia B) e observando (estratégia C). A pesquisa foi realizada em três etapas: as estratégias A, B, e C adaptadas da teoria de Whyte (1977).

Além dos trabalhos de Whyte (1977) e do Del Rio e do Oliveira (1996), muitos trabalhos foram desenvolvidos com a fundamentação teórica da obra do professor Antônio Carlos Sant'Ana Diegues (2004), da NUPAUB-USP. E inúmeras questões científicas têm se preocupado com a análise da temática das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

no Brasil, embasadas nas obras de Maldonado (1986) e de Diegues (1983; 2004), como Pantoja *et al.* (2021), Gusmão (2013) e Ferreira (2005).

Em síntese, alguns trabalhos sobre comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil usaram os conceitos de trabalhador do mar criados por Maldonado (1986) e do Diegues (1983; 2004). Estes classificam, respectivamente, os pescadores em alguns tipos: i) pescadores-lavradores ou pescadores artesanais, que são aqueles que pescam e plantam na região costeira; ii) pescadores artesanais que pescam na região em alto-mar com embarcações de pequeno porte e economia familiar; e iii) pescador industrial que trabalham na pesca empresarial-capitalista (MALDONADO, 1986). Entretanto, Diegues (1983; 2004) argumenta que os pescadores são divididos em: i) pescador-coletor; ii) pescador-agricultor; iii) pescador industrial. Então, seguindo essa linha de raciocínio, o classificam os pescadores de acordo com Diegues (1983; 2004): pescadores artesanais, pescadores-agricultores e pescadores-industriais. Conceitos presentes nos trabalhos de Pantoja *et al.* (2021), Gusmão (2013) e Ferreira (2005).

Considerações finais

Este é um trabalho preliminar sobre um tema bastante vasto e com muitas possibilidades de aprofundamento. A intenção foi apresentar, nesse momento, uma revisão de literatura sobre o Conceito de Percepção Ambiental e o de Comunidades Tradicionais Costeiras do Brasil, com histórico do conceito e da legislação, bem como apresentar uma retrospectiva do surgimento dos principais centros de pesquisa do Brasil que estudam a temática no país.

Evidenciou-se que os trabalhos acadêmicos utilizam a abordagem teórico-metodológica de Whyte (1977), nas obras de Ferreira (2005) e de Silva e Almeida (2016), quando vão fazer suas considerações científicas sobre a Percepção Ambiental dos trabalhadores do mar do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henrique; BEZERRA, Gustavo das Neves; MELLO, Cecília Campello Amaral. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia, topocídio em Minas Gerais. In: DEL 'RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 139-152.

BERKES, Fikret. *Sacred ecology*. New York: Routledge, 2017. 394 p. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315114644/sacred-ecology-fikret-berkes>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1-23, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007*. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 10.088. República Federativa do Brasil. *Presidência da República Secretaria-Geral*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 6.938*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 31 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9.985. Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC. *Constituição Federal*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Ministério do Desenvolvimento Social. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. *Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007*. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Decreto n.

6.040. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2021.

CALDAS, Ana Luiza Rios; RODRIGUES, Maria do Socorro. AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL: estudo de caso da comunidade ribeirinha da microbacia do Rio Magu. *Remea – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [s.l.], v. 15, n. 1, out.-dez. 2005.

CASTELLO, Lineu. A percepção em análises ambientais: o projeto MaB/Unesco em Porto Alegre. In: DEL'RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 23-39.

CLAVAL, Paul. A Geografia e a percepção do Espaço. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 243-255, abr./jun. 1983.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. *RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 22, jun. 2011.

DEL'RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. Gaia: São Paulo, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. São Paulo: Nupaub-USP, 2002. 597 p.

FAVRE, Henri. *A civilização Inca*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 104 p.

FERNANDES, V.; SANT'ANNA F. S. P. Políticas públicas e gestão ambiental. In: IV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2002, Florianópolis. *Anais do IV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental*. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2002. v. 1. p. 129-135.

FERREIRA, Carolina Peixoto. *Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Jureia-Itatins*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 2005.

FREITAS, Juliana Rodrigues da Silva Ribeiro de; MAIA, Kércia Maria Pontes. Um estudo da Percepção Ambiental entre alunos do Ensino de Jovens e Adultos e 1º

ano do Ensino Médio da Fundação de Ensino de Contagem (Funec) – MG. *Revista Sinapse Ambiental*, Betim, p. 52-77, dez. 2009.

FREITAS, Simone Aparecida; OLIVEIRA, Linda Marques de; SOUZA, Selma Lopes de Oliveira Andrade; SANCHES, Valter; BERVIQUE, Janete de Aguirre. Fenomenologia da percepção segundo Maurice Merleau-Ponty. *Revistas Científicas Eletrônicas – Faef*, [S/L], n. 23, p. 1-6, nov. 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/a/1152-fenomenologia-da-percepcao-segundo-maurice-merleau-ponty.html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GUSMÃO, Juliana São Pedro. *Percepção e interação de comunidades caiçaras do complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia, SP, Brasil, com tartarugas marinhas*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Diversidade Biológica e Conservação, Ufscar, Sorocaba, 2013.

HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista na sua trajetória de 1950-1990*. 1992. 550 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de PPGG, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

INGLÖD, Tim. *Key debates in anthropology*. London: Routledge, 1996.

INGLÖD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000. 465 p.

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. *Revista do Ideau*, Getúlio Vargas, v. 11, n. 23, p. 1-16, jan./jun. 2016.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LEFF, Enrique. VALENZUELA, Sandra. VIEIRA, Paulo Freire. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS, 3, 1961, New York. *Annals*. New York: Association of American Geographers, 1961. p. 241-260.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. 78 p.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. *Revista Terceiro Incluído*, Goiás, v. 7, n. 00, p. 7-18, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/issue/view/1830>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. *Olhares e Trilhas*, [S/L], v. 6, n. 1, p. 45-51, 3 set. 2019.

MENDES, Renato Porto Ribeiro. *Percepção sobre meio ambiente e educação ambiental (2005): o olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC-Betim*. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, PUC-MG, Belo Horizonte, 2006.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. *Pesca Artesanal*, Brasília, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil*: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Ivan Gomes; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Análise da percepção ambiental dos moradores de área de várzea urbana de uma pequena cidade do estuário do Rio Amazonas. *Paisagem e Ambiente*, [S/L], n. 40, p. 151-167, dez. 2017.

PANTOJA, Wanderson Michel de Farias; CORRÊA, Jacklinne Matta; FERREIRA, Simone Dias; GUEDES, Glenda de Freitas; MENDONÇA, Renan Pereira; PANTOJA, Jair de Farias. Percepção de impactos sobre a pesca artesanal: caminhos para o manejo dos recursos pesqueiros do Amapá, Brasil. *Revista Ethnoscintia*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 135-162, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10351>. Acesso em: 2 jul. 2022.

PAULA, Cristiano Quaresma de. *Geografia(s) da pesca artesanal brasileira*. 2018. 451 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RODRIGUES, Mariana Lima; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; FERNANDES, Valdir; DARÓS, Taiane Dagostin. A Percepção Ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 96-110, 2012.

RODRIGUES, Ana Maria Torres. *Diagnóstico socioeconômico e a percepção ambiental das comunidades de pescadores artesanais do entorno da Baía Babitonga (SC): um subsídio ao gerenciamento costeiro*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Engenharia Ambiental, UFSC. 2000.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992. p. 53-86. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/hist:p53-86>. Acesso em: 18 out. 2021.

SANTANA, Antônio Carlos. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: Nupaub-Usp, 1995. 260 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 61, n. Rev. Bras. Enferm., 2008 61(2), p. 254-257, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/7y7W8mcJns5c4TY4hgGBqWg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 15 de mar. 2023.

SILVA, Gerson da; LOPES, Claudivan Sanches. TOPOFILIA E TOPOFOBIA: um estudo da percepção ambiental de alunos do ensino médio em Paíçandu – PR. *Cadernos PDE*, Curitiba, v. 1, p. 1-24, jan. 2014.

SILVA, Leonardo Oliveira da; ALMEIDA, Elineí Araújo de. Percepção ambiental e sentimento de pertencimento em área de proteção ambiental litorânea no Nordeste brasileiro. *Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [s.l.], v. 33, n. 1, p. 192-212, jan./abr. 2016.

TERAMUSSI, Thais Moreto. *Percepção ambiental de estudantes sobre o Parque Ecológico do Tietê São Paulo-SP*. 2008. 106 f. Dissertação (Doutorado) – Curso de Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-05052008-132727/pt-br.php>. Acesso em: 16 out. 2021.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 298 p.

WHYTE, Anne. *Guidelines for Field Studies in Environmental Perception*. Technical Notes 5. Paris: Unesco, 1977.

OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO NO BRASIL

A experiência no município de Santaluz, Bahia

MARCELA OLIVEIRA DA SILVA SANTOS

LIRANDINA GOMES

EDNICE DE OLIVEIRA FONTES BAITZ

A indústria de mineração é uma vertente do extrativismo, no geral caracterizado pela exploração de recursos naturais com finalidade econômica primária, visto que grande parte desses recursos é destinada ao mercado externo cujo valor é referenciado também conforme os ditames globais.

O neoextrativismo operado por megaprojetos na América Latina no início do século XXI nada tem de novo e o termo utilizado dá ênfase ao tipo de apropriação dos recursos naturais, uma vez que consiste basicamente na retirada de um grande volume de recursos minerais com pouco ou nenhum valor agregado destinados à exportação.

Ademais, para conformação desse fenômeno houve a cooperação dos governos progressistas da esquerda latino-americana e respectivas intenções de promoverem uma política de desenvolvimento e justiça social que não romperam com questões estruturais capitalistas. Embora os atuais governos conservadores, inclusive o brasileiro, se afastem do perfil neoe-xtrativista, estes não promovem avanços positivos devido às mudanças essenciais realizadas na estrutura de tais políticas (GUDYNAS, 2017).

Mesmo que as políticas dos governos progressistas implemen-tadas em prol do neoextrativismo tivessem objetivo de arrecadar recursos

para o retorno social, tal prática distributiva não se susteve por proporcionar uma qualidade de vida pautada no consumo e não na formação cidadã, cujos direitos são relegados quando comparados às prerrogativas econômicas sobrepostas às questões ambientais. Dessa forma, urge alternativas que viabilizem resolver as contradições do desenvolvimento apregoado pela indústria mineradora (WALDMAN, 1998; ACOSTA; BRAND, 2018).

Em tal contexto, este trabalho aborda a extração minero-industrial de cromo/cromita e ouro no município de Santaluz localizado no semiárido baiano. Portanto, faz-se necessário primeiramente verificar como estão sendo desenvolvidos o cumprimento das prerrogativas legais e a contrapartida do poder público enquanto cumpridor dos trâmites legais perante análise documental dos Pareceres Técnicos expedidos pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), mais precisamente a renovação das licenças de operação ainda vigentes quando foi verificada a existência de desafios na atividade das empresas mineradoras de capital externo; uma vez superados esses desafios, podem-se estabelecer efetivas justiça ambientais.

Contextualização dos aspectos legais brasileiros

A legislação brasileira, no tocante à atividade mineradora, conta com dispositivos que auxiliam a regular e normatizar tal setor. Entretanto, diante dos casos de rompimento de barragens da indústria de mineração que ocorreram no Brasil, primeiramente no ano de 2015 em Mariana e posteriormente no ano de 2019 em Brumadinho, infere-se haver uma fragilidade que impede de equacionar as externalidades negativas oriundas da indústria mineral, potencializando a iminência de ocorrer outros crimes.

A flexibilização das normas e regras que controlam os impactos ambientais demonstra que a legislação está alinhada a atender ordens advindas do mercado globalizado, modulando riscos e vulnerabilidades presentes em atividades altamente degradadoras do meio ambiente, como é a atividade mineral. Segundo Santos (2020), a atual conjuntura econômica tem um sistema de normas condizentes com os seus sistemas de

objetos e ações, e não é a falta de normas que desregula, mas sim uma gama de normas não respeitadas (SANTOS, 2020, p. 275), a começar pelo texto constitucional brasileiro de 1988, que determina como princípios fundamentais garantir a sobrevivência e a qualidade da vida humana resguardadas pela seção do meio ambiente. No entanto, esta, ao estabelecer parâmetros para o equilíbrio dos ecossistemas, no geral confirma a finalidade utilitarista de servir a condição humana tanto na obtenção dos recursos ambientais como dos advindos especificamente da extração mineral, embora caiba ao Estado o dever de proporcionar um equilíbrio dos interesses da sociedade, das atividades econômicas e do meio ambiente.

Para tanto, a extração mineral é ratificada no Código da Mineração n. 227/1967, em cumprimento à competência privativa da União em legislar sobre “jazidas, minas, outros recursos e metalurgia” (art. 22, inciso XII, CF), como também estabelece a fiscalização e os regimes de aproveitamentos de minerais presentes no solo e no subsolo, englobando desde a produção até a distribuição, o comércio e o consumo. Dispõe em seu art. 6º:

A atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, o armazenamento de estéréis e rejeitos e o transporte e a comercialização dos minérios, mantida a responsabilidade do titular da concessão diante das obrigações deste Decreto-lei até o fechamento da mina, que deverá ser obrigatoriamente convalidado pelo órgão regulador da mineração e pelo órgão ambiental licenciador (Código de Mineração, 1967, art. 6º).

Com base na definição supramencionada e, conforme elenca o anexo VIII da Lei n. 6.938/1981 da Política Nacional do Meio Ambiente, tanto a extração mineral como o tratamento de minerais são classificados como atividade de alto potencial de poluição e grau de utilização de recurso natural. Uma vez enquadrados nessa condição, os empreendimentos ou atividades precisam de licenciamento ambiental cujo processo fica a cargo dos órgãos ambientais.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), na Resolução 237/1997, define licenciamento ambiental em seu art. 1º, inciso I, como:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, Resolução Conama n. 237/1997).

Ainda na Resolução Conama 237/97 art. 1º, inciso II, a licença ambiental é:

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (BRASIL, Resolução Conama n. 237/1997).

O processo de licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente que possui uma sequência de licenças encadeadas em etapas específicas iniciada com a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação visando a um fim. Entretanto, nada impede que outras autorizações possam ser requeridas a outros órgãos ambientais competentes, a depender do recurso ambiental utilizado na atividade.

A Licença Prévia é concedida na fase preliminar do planejamento que ao aprovar a localização e a viabilidade ambiental estabelece os requisitos básicos e as condicionantes para as próximas fases. Na sequência, a Licença de Instalação autoriza a execução de planos, programas e projetos aprovados. Por fim, somente com a Licença de Operação em que, após cumprimento das condicionantes e medidas propostas nas licenças anteriores, autoriza-se a operação da atividade ou empreendimento.

Quando o licenciamento ambiental é para uma atividade ou empreendimento que culmina na modificação do meio ambiente, a Resolução do Conama 01/1986 (art. 2º, inciso IX) determina que na avaliação dos impactos ambientais, no caso específico da extração mineral por seu potencial degradador, são necessários o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Nesse sentido, a Lei n. 10.431/2006, diante da competência comum da União, dos Estados e dos Municípios de legislar sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, classifica as atividades conforme a utilização dos recursos ambientais e o respectivo potencial poluidor, como também ratifica a realização de audiência pública para a discussão do EIA/RIMA.

Quanto aos empreendimentos minerários que possuem barragens, a Agência Nacional de Mineração (ANM), com a Resolução n. 95/2022 dispõe sobre seguranças destas. Dentre as atribuições constam a fiscalização e a gestão dos títulos outorgados para aproveitamento mineral concedido pelo governo federal, ou seja, a própria autarquia ou o Ministério de Minas e Energia (MME). Como é uma medida ainda bastante recente, vale ressaltar que algumas medidas e ajustes ainda estão em processo de transição com prazos futuros estabelecidos. Ademais, complementa com as peculiaridades circunscritas à mineração, além do enquadramento estabelecido na Lei n. 12.334/2010:

- Altura do maciço maior ou igual a 15 metros;
- Capacidade do reservatório maior ou igual a 3.000.000 m³;
- Reservatório de resíduos perigosos;
- Categoria de dano potencial associado médio ou alto;
- Categoria de risco alto, a critério do órgão fiscalizador.

Embora no âmbito municipal exista a Lei n. 1.492/2017 da Política Municipal do Meio Ambiente, é da esfera estadual a responsabilidade de conceber o licenciamento ambiental para empreendimentos de potencial impacto ambiental que ultrapassem os limites territoriais locais. Para uma apreensão da atividade mineradora no município de Santaluz, é pertinente trazer a configuração territorial desta.

Aspectos geo-históricos de Santaluz/BA

A indústria da mineração presente em Santaluz representa a atenção do sistema-mundo capitalista-moderno-colonial da estrutura de globalização em que busca por lugares longínquos para obter os recursos mantenedores da competitividade e consequentemente de poder.

O município de Santaluz está a 258 km da capital baiana, localizado no nordeste do Estado da Bahia, e pertence ao Território do Sisal na região do semiárido, Polígono da seca, com 60% da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru. Sua população estimada em 2021 era de 37.704 habitantes, maior que a apresentada no último censo em 2010, que foi de 33.838 habitantes; destes, 61,5% residem na área urbana e 38,6% na rural, composta em sua maioria por mulheres. Em uma extensão territorial de 1.623,447 km², corresponde a uma densidade demográfica de 21,65 hab/km² (IBGE, 2022).

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas, tem seu destaque na agropecuária, com criação de cabras e de gado e com o plantio de mandioca, como também forte participação do sisal, da indústria de transformação e do comércio (TEIXEIRA; COELHO, 2014).

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), a partir do mapeamento geológico e da prospecção geoquímica ocorridos no período de 1970 a 1980, descobriu depósitos auríferos na região do Rio Itapicuru, em Santaluz, e tal fato marca efetivamente o início da mineração do ouro nesse município. Em decorrência de tal descoberta junto à subsidiária da CBPM, à Rio Salitre Mineração Ltda. e à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pequenos garimpos do metal também se estabeleceram na região, tornando-se fonte de renda (formal e informal) para um quantitativo de pessoas (TEIXEIRA e COELHO, 2014).

Segundo Informações Geológicas e de Recursos Minerais do Estado da Bahia (IGBA), em Santaluz os recursos minerais identificados são areia, calcita, cobre, cromo, manganês, ouro, pedra de revestimento, pedra para construção, quartzo hialino e rocha ornamental (IGBA, 2022). Uma vez que os dois principais empreendimentos mineradores presentes no município possuem capital listado em bolsa de valores internacionais, desponta a preponderância da extração do ouro e do cromo/cromita.

Em 2019, Antônio Carlos Tramm, presidente da CBPM, na abertura do livro *Ouros na Bahia*, destaca que o Estado baiano, naquele ano, vendeu o valor de R\$ 1,2 bilhão, somente referente à produção de ouro das minas de Serra da Jacobina e Fazenda Brasileiro, em Santaluz, que juntas produziram aproximadamente seis toneladas. À época, também prognosticou que em 2021, devido ao início das operações da Mina C1, em Santaluz, a produção do estado aumentaria (TEIXEIRA *et al.*, 2019).

A aceitação de que há uma produção de minerais quando na verdade estes advêm diretamente da natureza reforça a perpetuação de práticas de dominação da natureza pelo homem. Nesse tocante, a efetiva produção é da mina que extrai e utiliza os recursos naturais; logo, é conveniente o posicionamento de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) quando afirmam:

Rigorosamente falando, nenhuma sociedade e nenhum país do mundo produz carvão, petróleo, gás ou qualquer outro minério, inclusive água, mas simplesmente os extrai. A ideologia produtivista do antropocentrismo europeu, com seu mito de dominação da natureza, acreditou que produzia minério, como se pudesse fazê-lo ao seu bel prazer. Na verdade somos extratores e não produtores e, com essa caracterização, estamos mais próximos de reconhecer nossos limites diante de algo que não fazemos. O paradoxo se vê quando constatamos que as sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista científico-tecnológico, como os EUA, as da Europa Norte-ocidental e a japonesa, dependem amplamente do suprimento de recursos naturais (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 110).

Nesse setor, as questões econômicas prevalecem sobre questões ambientais, uma vez que o aproveitamento mineral é avaliado pela viabilidade econômica da extração, haja vista o ocorrido com o Projeto CI-Santa Luz sob a titularidade da Yamana Gold, que investiu cerca de R\$ 323,3 milhões e operou entre agosto de 2013 até o terceiro trimestre de 2014, quando extraía 243,3kg de ouro por mês. Quando a planta de beneficiamento obteve resultados muito abaixo do esperado da recuperação de ouro, interrompeu as atividades bem antes da projeção de nove anos de vida útil (TEIXEIRA e COELHO, 2014).

Teixeira e Coelho (2014, p. 52), ao se posicionarem diante da prematura operação da Yamana Gold:

Há de se convir que, para uma região deprimida econômica e socialmente do semiárido, a mineração constitui uma das principais alternativas para a estratégia de desenvolvimento regional, em face do volume de investimentos e dos empregos qualificados que ali são gerados, especificamente (TEIXEIRA e COELHO, 2014, p. 52)

Essa visão ratifica a valorização econômica utilitarista presente na segregação das biodiversidades dentre as de alto retorno e as de baixo retorno, posição que tende a agravar o problema ambiental em decorrência da sua condição física ser menosprezada pela indústria de mineração (GUDYNAS, 2019).

Resultados e Discussões: Mineração em Santaluz/BA

Em Santaluz, os principais agentes da indústria mineral são respectivamente as empresas extratoras do cromo/cromita e do ouro – Magnesita Mineração S.A. e Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda. O Estado cumpre o dever de licenciamento ambiental através do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema, pelo qual o parecer técnico foi analisado.

Extração do cromo

Encontra-se a 2,7 km da cidade de Santaluz, na zona rural, a mina de cromo/cromita na Fazenda de Pedras Pretas, empresa Magnesita Mineração S.A., onde são realizadas atividades de lavra e de beneficiamento, respectivamente estimadas em 84.000 t./ano e 25.000 t./ano, cujo total dos minérios cromitíferos estimado em 400.000 t., segundo Teixeira e Coelho (2014).

Tendo em vista que a extração mineral diz respeito a atividades diretamente relacionadas ao cenário econômico globalizado, associado aos métodos tecnológicos, estima-se que há a possibilidade de durar

cerca de 20 anos, embora esta seja uma mina antiga, cujo processo data do ano de 1935, que ao longo dos anos passou por empresas distintas. Diante do exposto, depreende-se que já havia naquele ano a exploração do cromo, senão tal direito não haveria sido reclamado, como manifesto de mina (ANM, 2022).

De acordo com o material produzido pelo atual requerente do licenciamento na mina de Pedras Pretas, junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), consta que todo o processo desse tipo de extração afeta o ambiente por alcançar o meio físico, biológico e socioeconômico.

No tocante ao meio físico, o método de lavra a céu aberto adotado pelo empreendimento minero-industrial atuante na extração de cromo/cromita, em Santaluz tem o desmonte do material realizado por explosivos ou mecanicamente. Todavia, afirma-se que o único impacto, causado por esse equipamento é o visual, por interferir na paisagem. À medida que avançam com a lavra há a modificação do relevo e somente quando essa mina for exaurida é que será realizado um estudo futuro para saber o que será feito do relevo alterado.

Quanto ao meio biótico, a atual fase não requer mais nenhuma intervenção de retirada da vegetação, que já foi realizada na primeira etapa do projeto, o qual se encontra cumprido com área destinada a Reserva Legal, posto que são afetadas pela operação empresa a flora e a fauna, que se utilizam das espécies nativas para alimentar-se. Daí a proposta apresentada é a coleta de mudas e sementes nativas para o posterior aproveitamento mediante reparação das áreas degradadas, como também o material lenhoso mesmo sem valor econômico pode ser doado às comunidades locais.

No tocante ao aspecto socioeconômico, prevê impactos positivos com a geração de emprego, renda, consumo do empreendimento e das pessoas envolvidas e arrecadação de impostos. Atualmente dispõe de 35 empregos diretos e 15 terceirizados.

No tocante ao sistema de captação de água, este prescinde de outorga na unidade extratora de cromo/cromita, por ser oriunda do próprio processo de escavação decorrente do acúmulo de água do fundo da mina, apesar de as águas subterrâneas em Santaluz, no geral,

apresentarem baixo potencial devido à própria configuração física do semiárido, sendo salinizadas. Tais condições não podem descartar a importância de sobrevivência que esses recursos hídricos podem proporcionar no abastecimento das comunidades autóctones.

Por fim, deve-se ater a que o parecer técnico do Inema, ao proferir que as condicionantes Normas Reguladoras de Mineração, constantes na Portaria DNPM n. 237/200, encontram-se em andamento, deixou de discriminar entre as executadas e as não executadas, uma vez que tal dispositivo engloba 22 normas para a atividade mineradora nos quesitos produtividade, segurança e saúde dos trabalhadores e preservação ambiental.

Ressalta-se que esse empreendimento minero-industrial, segundo a ANM (2022), possui três barragens de beneficiamento destinadas para contenção de rejeitos de mineração, que não possuem enquadramento para estarem incluídas no Programa Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Extração do Ouro

O Projeto C1 foi retomado em 2017, após novos estudos geológicos apresentarem uma recuperação mineral favorável. No ano de 2020 assume uma nova empresa de mineração canadense de prospecção, extração e beneficiamento de minério de ouro, que no Brasil, além da Bahia, atua nos Estados do Maranhão e Minas Gerais.

Atualmente, as operações do empreendimento minero-industrial responsável pelo Projeto C1, com a subsidiária Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda., abarcam 11 propriedades rurais, operando em duas minas a céu aberto numa área de aproximadamente 1.060 ha localizada a 35 km ao norte da cidade, com a extração e o beneficiamento de minério de ouro, com previsão de extrair 2,5 milhões de ton./ano, alcançando todos os estoques existentes entre 2021 e 2030, em uma vida útil estimada em 9,5 anos.

O sistema de abastecimento de água do Projeto C1 para utilização no beneficiamento do minério possui outorgas para captação de água subterrânea de poços artesianos e água superficial proveniente do Rio

Itapicuru. Devido a tal captação, o empreendimento está incluso na Área de Proteção Permanente (APP), com vazão outorgada de 366 m³/h, armazenada na barragem de água. Há também água recuperada da barragem de lixiviação.

Outrora, conforme o previsto no Rima da Yamana Gold, o Projeto C1 captava do rio Itapicuru 336,4 m³/h; supõe-se um gasto diário de 8.073,6 m³/d, enquanto para o ano de 2008 o volume de água distribuído por dia para a população era de 4.505 m³/d com 6.551 ligações; já em 2017, o volume distribuído por dia era 3.110 m³/d e 8.913 ligações de água (IBGE, 2021).

O Projeto C1 possui duas barragens de rejeito geradas no beneficiamento e construídas em estágios pelo método de elevação a jusante, usando material de compactação e rocha residual. Essas barragens, em função das características técnicas, categoria de risco e dano potencial associado, aplicam a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que prevê, para os próximos anos, alcançar a elevação de 266 m, sendo que a cota atual delas está aproximadamente em 260 m. Segundo a ANM (2022), as barragens de lixiviação e flotação são de categoria de risco baixo e de alto dano potencial associado.

Consoante o último Parecer Técnico analisado para renovação de licença de operação, o Projeto C1, durante todo o período de vigência das licenças anteriores, estava com as atividades paralisadas, por conseguinte a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas foi mínima, como também as 52 condicionantes estabelecidas não foram executadas plenamente, das quais apenas seis condicionantes foram finalizadas, dentre estas a realocação da comunidade Nova Esperança. Em execução está a recuperação da área de reserva legal cujas propriedades rurais Fazenda Ouro Verde e Fazenda Santa Helena foram adquiridas para a finalidade exclusiva de conservação ambiental.

A atividade de grande porte desenvolvida pelo Projeto C1 tem alto potencial de impacto ambiental que, em decorrência da recente retomada das operações, deve-se ater a monitorá-los, conforme orientado pelo órgão estadual de fiscalização. Este definiu planos e programas pertinentes para a continuação do empreendimento minero-industrial, a exemplo do plano de fechamento.

Os desafios encontrados da mineração: extração do cromo e do ouro

A conformação da indústria mineradora dá-se da seguinte forma: “O sangue que corre pelas veias dos modos de produção e de vida imperiais do Norte global provém das lógicas extrativistas aplicadas ao Sul global há centenas de anos” (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 21). Pauta-se por uma transformação não apenas da natureza, mas do território como um todo, com impactos no ambiente e na economia; em contrapartida, alternativas horizontalizadas devem ser buscadas.

Deese modo, a atuação da indústria mineradora no município de Santaluz ao longo dos anos mostra que o rebatimento ambiental gera externalidades retidas no território. Mesmo com embasamento legal, trâmites cumpridos pelos órgãos públicos e pelos empreendimentos, tais documentos não são claros, gerando, vez ou outra, lacunas de informações ao ponto de dificultar o acompanhamento do cidadão comum de processos que tangem a sua vida.

Nesse sentido, dados e informações de entidades do poder público, como também as renovações dos licenciamentos ambientais das empresas Magnesita S.A. e Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda., foram analisados. E algumas evidências foram apresentadas com base na legislação pertinente ao regime de licenciamento ambiental.

De acordo com a CBPM (2022), dentre as 67 minas em operação no município luzense, a identificação de impacto ambiental foi realizada apenas em quatro, das quais apenas uma mina de ouro foi avaliada como de baixo impacto ambiental de um total de 34 minas de exploração do ouro e uma de cromo/cromita. Como também, juntas, as minas do ouro e do cromo/cromita totalizam cinco barragens de contenção de rejeitos de mineração.

Tais empreendimentos minerários analisados possuem externalidades distintas, as quais refletem no território, proporcionais aos respectivos impactos gerados. A exemplo, ocorreram recentes tremores de terra de magnitude 2.0 e 2.5 na Escala Richter que foram registrados pelo Laboratório Sismológico (LabSis) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Embora os dois eventos fossem imperceptíveis para os moradores do município como um todo, pode ser um

alerta para a possibilidade de as atividades sísmicas causarem desastres, principalmente quando se trata de barragens.

Tendo em vista que os rejeitos oriundos da extração tanto da mineração de ouro como do cromo são armazenados em barragens de rejeito e a história registra diversos acidentes em condições similares, resta investigar se são de causas naturais ou decorrentes de atividades antropogênicas e se há possibilidade de correlação com a atividade mineradora no município em estudo, haja vista que as mesmas utilizam explosivos (CBPM, 2022; LABSIS, 2021).

O art. 92 do Decreto n. 14.024/2012, que regula a Lei n. 10.431/2006 e a Lei n. 11.612/2009, ora já apresentadas, cita o tipo de estudo a ser apresentado pelo empreendedor no ato da solicitação de licenciamento ambiental correspondente. Assim caso o empreendimento ou atividade se enquadre na classe de grande porte e alto potencial poluidor, é exigido o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. No caso do Projeto C1, o mesmo encaixa-se nesta exigência, haja vista o parecer técnico de renovação de licença operacional:

Trata-se de um empreendimento classificado como Classe 6, de grande porte e alto potencial poluidor. O parâmetro adotado para classificação do porte do empreendimento foi a produção bruta de minério (ton. /ano), que continuará em 2,5 milhões de tonelada por ano. O potencial poluidor do empreendimento, também definido conforme anexo único do referido decreto, é assim caracterizado de acordo com as atividades desenvolvidas no empreendimento, como a extração do minério, utilização de explosivos, desconformação topográfica, tráfego intenso de veículos e equipamentos, emissões atmosféricas, lançamento de efluentes industriais, operação e manutenção da barragem de rejeitos, exposição a riscos e impactos ambientais inerentes à atividade de mineração, entre outros aspectos (PARECER TÉCNICO INEMA, 2022, s/p).

Ainda sobre o Projeto C1 e Realocação da comunidade Nova Esperança, transcreve-se um questionamento feito por Souza (2019, p. 188): “E quem se preocupa verdadeiramente com os impactos sobre os grupos humanos?”. Ele também faz uma reflexão muito válida a

respeito de as empresas de consultoria entregarem o produto encomendado, conforme os interesses do cliente e dos órgãos públicos, quanto à neutralidade que conduzem suas ações técnicas em prol do desenvolvimento e crescimento econômico.

A empresa outorgada para lavar e beneficiar o minério de cromo/cromita, de acordo com o laudo técnico do INEMA ainda vigente, é considerada de médio porte, tanto pela atividade do empreendimento como pelo impacto ambiental. No entanto, o próprio empreendimento se considera como de grande porte, de acordo com documentos apresentados para o licenciamento. Com essa classificação designada pelo órgão licenciador para obtenção do licenciamento de operação não há a exigência do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bastando apenas o Estudo Ambiental para Atividades de Médio Impacto.

Entretanto, o anexo único do Decreto n. 14.024/2012, que regula a Lei n. 10.431/2006 e a Lei n. 11.612/2009 ao caracterizar os minerais metálicos e os não metálicos que compõem o grupo B1.1.3, ao qual o elemento cromo está incluso, prevê que todos têm classificação de alto potencial de poluição. Quanto à quantidade do mineral extraído, o empreendimento tem estimado para o cromo 84.000 t./ano e, para a cromita, 25.000 t./ano. Neste caso, conforme o referido regulamento, esses dados estão classificados como médio potencial de poluição.

Ademais, a Lei n. 6.938/1981, no seu Anexo VIII, estabelece que empreendimentos de extração e tratamento de minerais que desenvolvem lavra a céu aberto e beneficiamento enquadram-se no potencial de poluição e no grau de utilização alto, corroborando a análise apresentada.

Diante das evidências encontradas nesse processo de renovação de licença, reforça-se que a sociedade civil não pode e não deve deixar a cargo do Estado o cumprimento de medidas eficazes e sustentáveis, quiçá com alternativas que busquem romper com a concepção extrativista, que no dizer de Acosta e Brand (2018) representam:

Decrescimento e pós-extrativismo compartilham uma profunda crítica ao capitalismo – especialmente à sua etapa neoliberal, que consiste na

mercantilização cada vez maior das relações sociais e da Natureza – e concordam que um dos maiores desafios é combater as noções de “progresso”, “desenvolvimento” e “crescimento”, profundamente enraizadas em nossas sociedades (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 157).

Conclusão

Com base no exposto sobre a análise dos processos de renovação de licenças operacionais das empresas mineradoras atuantes no município de Santaluz/BA, percebe-se a importância de repensar os paradigmas da racionalidade capitalista com alternativas mais heterogêneas, em que sejam acionadas novas possibilidades socioeconômicas alinhadas tanto às justiça sociais como ambientais.

Salienta-se que as empresas em seus relatórios apresentam os seus impactos amenizados e não cumprem na íntegra as medidas e condicionantes propostas pelos órgãos fiscalizadores. Em contrapartida, estes deixam de exercer o seu poder de polícia, pois não impedem que a licença de operação seja concedida, enquanto as condicionantes não são resolvidas. Logo, abrem-se precedentes para inferir que no dever do processo de operação existam irregularidades, a partir do momento que em algumas das obrigações não estão sendo executados os impactos inerentes à indústria mineradora, o que pode estar comprometendo a qualidade do ambiente e da vida e deixando de proporcionar o efetivo desenvolvimento proposto, sem que os maiores afetados por este setor tão nocivo. Este é o grande desafio: identificar alternativas que rompam com um ciclo de pobreza, desigualdades e problemas no meio ambiente, resultado da dicotomia do desenvolvimento recepcionado pela sociedade como uma externalidade positiva da extração mineral.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A; BRAND, U. *Pós-extrativismo e desenvolvimento: saídas do labirinto*. São Paulo: Elefante, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. SIGBM – Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração. *Classificação Nacional de Barragens*. Disponível em:

<https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/ClassificacaoNacionalDaBarragem>. Acesso em: 28 jun. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Sistema Nacional de informações sobre Segurança de Barragens – SNISB. *Relatório de Segurança de Barragens*. Disponível em: https://www.snisb.gov.br/apresentacao/entidadesfiscalizadoras/efetivas/copy_of_federais. Acesso em: 19 jul 2022.

ARÁOZ, H. M. *Mineração genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.

BAHIA. *Decreto n. 14.024, de 6 de junho de 2012*. Aprova o Regulamento da Lei n. 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei n. 11.612, de 8 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=242454>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BAHIA. *Lei n. 10.431, de 20 de dezembro de 2006*. Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade. Disponível em: http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

BAHIA. *Lei n. 11.612, de 8 de outubro de 2009*. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/820104/lei-11612-09>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967*. Código da Mineração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986*. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre critérios e regulamentação para o licenciamento ambiental. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.PDF. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. *Resolução nº 95, de 7 de fevereiro de 2022*. Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/legislacao/resolucao-no-95-2022.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. *Lei n. 12.334, de 20 de setembro de 2010*. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm#:~:text=Estabelece%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art. Acesso em: 19 jul. 2022.

CBPM. COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. *Missão e Valores*. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/institucional/missao-visao-valores>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CBPM. COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Informações Geológicas e de Recursos Minerais do Estado da Bahia-IGBA. *Atividade Mineralo-industrial*. Disponível em: <http://igba.cbpm.ba.gov.br/?p=ATMI>. Acesso em 19 jul. 2022.

CBPM. COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Informações Geológicas e de Recursos Minerais do Estado da Bahia-IGBA. **Recursos Minerais**. Disponível em: <http://igba.cbpm.ba.gov.br/?p=RCM>. Acesso em 19 jul. 2022.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. *Missão e valores*. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/institucional/missao-visao-valores>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Informações Geológicas e de Recursos Minerais do Estado da Bahia-IGBA. *Atividade Mineralo-industrial*. Disponível em: <http://igba.cbpm.ba.gov.br/?p=ATMI>. Acesso em: 19 jul. 2022.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Informações Geológicas e de Recursos Minerais do Estado da Bahia-IGBA. *Recursos Minerais*. Disponível em: <http://igba.cbpm.ba.gov.br/?p=RCM>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GONÇALVES, C.W.P. *Os (Des)caminhos do meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

GUDYNAS, E. Neo-extractivismo y crisis civilizatoria. ORTEGA, G.(coord.). *In: América Latina: avanzando hacia la construcción de alternativas*. Asunción: BASE-IS, 2017.p. 29-54.

GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. A. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santaluz/panorama> Acesso em: 27 de jun de 2022.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA. RIMA – Relatório de Impacto Sobre o Meio Ambiente. Projeto C1 – Santa Luz. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/RIMA_projeto_santa_luz_parte2.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA. *Parecer técnico de renovação da licença de operação, portaria nº 25.182 de 1 de fevereiro de 2022*. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/legislacao/normas-tecnicas-e-portarias>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LABORATÓRIO SISMOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – LABSIS – *Tremores de terra na Bahia*. 2021. Disponível em: <http://labsis.ufrn.br/en/noticias/47122399/tremor-de-terra-e-registrado-na-bahia-10-09-2021>. Acesso em: 17 set. 2021.

SANTALUZ. *Lei n. 1.492 de 17 de dezembro de 2017*. Política Municipal do Meio Ambiente e da Proteção à Biodiversidade e dá outras providencias. Disponível em: <https://santaluz.ba.gov.br/busca?s=Lei+1492>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTALUZ. *Lei n. 1.266 de 11 de dezembro de 2007*. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santaluz, Estado da Bahia, e dá outras alterações. Disponível em: <https://santaluz.ba.gov.br/LEI1266>. Acesso em; 19 jul. 2022.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp., 2020.

SOUZA, M. L. de. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TEIXEIRA, J. B. G.; COELHO, C. E. S. *Depósito de ouro C1, Santaluz, Bahia, Brasil*. Salvador: CBPM, 2014.

TEIXEIRA, J. B. G. et al. *Ouro na Bahia: metalogênese e potencial exploratório*. Salvador: CBPM, 2019.

WALDMAN, M. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PARTE II

ESTUDOS URBANOS

NARRATIVA DE IDOSOS SOBRE A CIDADE E OS SEUS LUGARES

Tempos, histórias e memórias

DAGMAR RIBEIRO DUARTE
JUSSARA FRAGA PORTUGAL

Entre tempos, cenários e enredos: narrativas iniciais

O atual momento vivenciado pela sociedade caracteriza-se por rápidas e profundas transformações no mundo do trabalho, na organização dos processos produtivos, no âmbito das cidades e, conseqüentemente, nas relações sociais entre os sujeitos e desses com seu lugar. Os vetores técnico-científico-informacionais, com recursos tecnológicos avançados, vêm culminando numa maior rapidez da produção do espaço urbano, maior fluidez de informação, de comunicação, e maior produção coletiva de conhecimento.

Essa realidade evidencia um período de transição paradigmática que torna a sociedade uma instituição contemporânea complexa e plurifacetada.

A cidade, nesse contexto, é o centro dessas mudanças, uma vez que é nela que se materializam as ações dos sujeitos, a partir de uma dinâmica de construção e de reconstrução de seus espaços, e que, na conjuntura atual globalizada, estão sendo modificados e/ou instituídos novos equipamentos urbanos, implicando em mudanças significativas na paisagem e no cotidiano das vidas das pessoas que nela habitam.

O desenvolvimento e a modernização desses espaços urbanos vêm desafiando constantemente os fenômenos implícitos à sua configuração espacial, imprimindo uma reflexão acerca dela e as relações instituídas entre os sujeitos no que diz respeito aos conflitos sociais, mas também às suas vivências e às experiências cotidianas, bem como quanto às relações identitárias com/nos lugares da cidade. De acordo com Lima (2012, p. 2), a cidade

é o lugar onde se inscreve a história do urbano e preserva a memória do seu repertório coletivo. Essa história, porém, não é uma simples coleta de referências factuais, mas uma recepção e percepção de lembranças e repertórios perdidos que incidem sobre o espaço da cidade. Conjunto múltiplo de ação coletiva, a cidade tem muitas dimensões e significados – reais e virtuais, concretos e simbólicos – e, também ela, a cidade, é construtora de identidades e identificações.

Ao se referir à cidade como construtora de identidade e de identificações, a autora ressalta que é nesse espaço urbano que os sujeitos constroem suas histórias de vida e, por conseguinte, as histórias dos lugares, guardando na memória as histórias de si, da família, dos grupos nos quais estiveram e/ou estão inseridos nos seus diversos tempos e contextos sociais. “A relação afetiva que o sujeito constrói com um determinado espaço, passando este a ser um lugar para ele; um dado lugar carrega em si um significado de afetividade, tornando-se um espaço dotado de valores relacionados” (SANTOS, 2009, p. 123). De acordo com Bertini (2015, p. 15),

nos espaços da cidade, as pessoas convivem no mesmo território ou no mesmo bairro e, no cotidiano vivenciam diversas experiências. É na experiência que os encontros se dão, sendo através deles que os corpos compõem outros corpos – resultando no aumento da potência – ou não o fazem – situação de menor potência.

E, nesse contexto, quando ocorrem as alterações nas áreas urbanas, modificando o perfil do uso e da ocupação dos espaços das cidades,

implica a perda de referenciais e de seus significados culturais e históricos para os sujeitos que a habitam.

Nesse sentido, Bertini enfatiza ainda que,

quando as cidades são transformadas abruptamente, a partir de uma política exterior à organização dos cidadãos enquanto sociedade, cerceando-os da participação das decisões, os sujeitos podem não mais se assemelhar com os espaços da cidade. O cidadão pode não mais reconhecer historicamente o espaço urbano, tornando-se alheio ao mesmo. Os espaços da cidade se tornam estranhos quando não correspondem à dinâmica histórico-política, ou à dimensão afetiva das pessoas na vivência do espaço urbano (BERTINI, 2015, p. 14).

Há, portanto, uma ruptura no processo de circulação, dos encontros, das vivências e das experiências nos determinados lugares da cidade, imprimindo aos sujeitos uma readaptação e uma nova forma de ver e de viver a cidade.

A esse respeito, percebe-se que cidades de grande e médio portes, como é o caso de Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, é comum revelarem-se em uma nova contextura urbana, inserindo-se nos moldes de novos valores e de práticas urbanas, reafirmando uma tendência potencial para estabelecimentos de comércio e de serviços e, nesse processo, muitos referenciais da cidade acabam desaparecendo.

Em tal contexto, Callai, Copatti e Oliveira (2018, p. 119) assevera que

uma cidade é sempre um lugar ocupado no espaço pelo fenômeno urbano, que envolve as pessoas, a sociedade como grupo social, as relações de poder, a cultura e as condições físico-naturais que dão sustentação material para a vida humana, mas que não é apenas palco onde acontecem os fenômenos, pois tem a ver com os condicionantes e possibilidades para a realização humana. Além de ser palco, tem vida que produz novas relações e novas demandas, tem movimento que é a vida.

Ao afirmar que a cidade tem vida, movimenta-se, é dinâmica e produz relações, Callai (2018) sinaliza que a cidade pode ser

interpretada pela materialidade, quando estabelecemos relações com/nos seus lugares, a partir dos espaços que ocupamos para moradia, lazer, produção, mas também pelo modo como a ressignificamos, tendo por base o sentimento de pertencimento, o reconhecimento e a familiaridade que nos levam a criar um estilo de vida.

Castrogiovanni (2000, p. 15) enfatiza que “o estudo desses lugares deve contemplar a compreensão das estruturas, das ideias, dos sentimentos, das paisagens que ali existem”. Assim, pensar a cidade por meio da análise de sua dinâmica social, política, econômica e cultural é condição necessária para conhecer as relações que se constituem entre as pessoas nos lugares de vida em sociedade. Entretanto, percebê-la em sua dimensão simbólica é contributo indispensável para a compreensão de sua significação, enquanto palco/cenário das relações humanas e das intenções que se esboçam, quer pelos desejos individuais dos sujeitos, quer pelas aspirações de determinados grupos sociais, com/nos seus lugares. Sobre essa questão, Cavalcanti (2012, p. 56) sinaliza:

Na cidade, as pessoas produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, no contato com seus amigos e familiares, e outros lugares de convivência, na escola, no trabalho, no lazer, também se pode aqui relacionar esse conceito como elemento do lugar: a familiaridade, a afetividade, a identidade e a construção da diferença, da diversidade, da desigualdade. [...] A cidade é um espaço geográfico de objetos e de ações: contudo, ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como arranjo de objetos, tecnicamente orientado.

Concordando com Cavalcanti (2012), Callai (2000, p. 127) reforça essa discussão, ao asseverar que a cidade pode ser definida como um

lugar de concentração da população; é o espaço, via de regra, onde as relações humanas acontecem de maneira mais acentuada, mais extensa, mais complexa. Pode-se dizer que tudo está mais aproximado. Sendo resultado do processo de urbanização, a cidade representa, antes de mais nada, os laços que ligam as várias pessoas que compartilham um mesmo território para morar, para trabalhar, para satisfazer suas necessidades de

sobrevivência [...]. Um modo interessante de estudar a cidade é fazer a leitura que cada um tem desse espaço que nos acolhe, nos abriga, mas que nos impõe regras.

Depreende-se, então, que a compreensão da vida nas cidades deve ser analisada pelo viés da produção, mas igualmente relevante é sua compreensão pela dimensão simbólica, pois essa é uma dimensão indispensável para o reconhecimento do significado dado aos sujeitos em suas relações cotidianas com/nesse espaço. De acordo com Cavalcanti (2001, p. 23), “a cidade educa quando forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes”.

A cidade projeta-se em um sistema carregado de mensagens, de símbolos e de signos, que possibilitam a produção de informações sobre a sociedade que a criou, por meio de suas histórias, de suas memórias e das suas relações socioespaciais, culturais e econômicas. Desse modo, ao experienciar a cidade e os seus cotidianos marcados por histórias, ritmos, singularidades e tempos, os cidadãos também constroem histórias a partir do vivido. Assim, a cidade é concebida como um lugar onde a vida acontece e, portanto, “demonstra a história das vidas que ali foram e estão sendo vividas” (CALLAI, 2011, p. 17) e, ainda, apresentam “marcas que lhe[s] permitem construir a sua identidade” (CALLAI, 2002, p. 107).

Nessa perspectiva, quando se pensa na relação que se constitui entre os sujeitos e a cidade, lugar de suas vivências e de experiências, percebe-se a existência de vários elementos essenciais que requerem profunda reflexão, com variadas significações e complexidade, dadas

todas as dimensões, a material, a simbólica e cultural, a social, pois elas estão ligadas à dinâmica interna da cidade – produção, circulação e moradia. (CAVALCANTI, 2002, p. 1). [...] A cidade é um espaço geográfico de objetos e de ações: contudo, ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como arranjo de objetos, tecnicamente orientado (CAVALCANTI, 2012, p. 66).

É com esse olhar que a presente escrita, ancorada na compreensão da importância das histórias narradas por quem viveu e vive os cotidianos dos lugares de uma cidade, amparadas nas dimensões espaço-temporais, intenta apresentar um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (Proet), na Linha de Pesquisa 2: Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional, *Campus I*, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), intitulada *Tempos, memórias e histórias: narrativas sobre os lugares e os cotidianos da cidade “Princesa do Sertão”*. A referida pesquisa está assentada na perspectiva da abordagem qualitativa, ancorada no método (auto)biográfico, e objetiva *compreender as reminiscências das experiências vividas por um grupo de idosos, por meio da interpretação e da análise das narrativas sobre os lugares e os cotidianos da cidade “Princesa do Sertão”*, Estado da Bahia.

As fontes de recolha de dados são a entrevista narrativa, o questionário biográfico, de modo pontual, e as fotografias que retratam os lugares e os cotidianos da cidade, nas dimensões temporais (passado e presente). A escolha pela entrevista narrativa se justifica por ser um dispositivo de pesquisa qualitativa que potencializa o relato de histórias, e por ser concebida, de acordo com Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 95), como “uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas”. As fotografias compõem o acervo imagético que possibilitará a análise temporal e espacial dos lugares da cidade narrada. Ao eleger as fotografias enquanto fontes de pesquisa, o objetivo é apresentar os lugares e os cotidianos da cidade “Princesa do Sertão”, entrecruzando as dimensões temporais – passado e presente – com as narrativas dos colaboradores.

São colaboradores da pesquisa oito idosos, na faixa etária de 70 a 90 anos, homens e mulheres, que desempenham diferentes atividades na cidade de Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, os quais, desde a mais tenra idade, vivenciam e experienciam a cidade, circulam por seus lugares, acompanham as mudanças – social, política, econômica e cultural –, testemunham as mudanças e as permanências nos lugares da “Princesa” e, nesses percursos, construíram e/ou constroem suas histórias de vida nesse espaço urbano no devir da vida. E, nessa

investigação, compreendemos o idoso como “sujeito que constrói sua narrativa e que reflete sobre sua dinâmica. E, assim, concebemo-lo como “o escultor da sua existência” (JOSSO, 2010, p. 195).

Sobre os idosos, Bosi (1987), em sua obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, afirma que,

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada a nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento de paisagens caras, pela desapareção de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 1999, p. 41).

Desse modo, as memórias que emergirão das narrativas dos colaboradores da pesquisa sobre os lugares e os cotidianos da cidade de Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, são concebidas, na referida pesquisa, como os retratos que contextualizam tempos e contextos da história da cidade, atravessada por histórias de vida reconstituídas das memórias individuais e coletivas. “Um dos papéis atribuídos ao idoso é de ser a memória coletiva de seu grupo social, transmitindo um legado cultural” (CORREA; JUSTO, 2010, p. 1). Nesse sentido, Bosi (2003, p. 15) reitera:

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermédio informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

Corroborando com Bosi, Dimenstein (2016, p. 4) destaca que, por meio da enunciação de memórias que contam histórias dos lugares e das pessoas, e também por meio de relatos, de testemunhos, de narrativas, muitas questões podem ser evidenciadas, as quais foram apreendidas mediante

observações de hábitos de um passado tal como foi vivenciado, como, por exemplo, vestir-se de forma especial para ver o movimento nas ruas, sentar, conversar e jogar nos bancos das praças, bater papo nas calçadas, botecos e passear pelo comércio e feiras.

Mediante esses hábitos,

é possível desvendar elementos relativos à história, à cultura, à memória e aos afetos de um local, principalmente quando se leva em consideração os aspectos da vida cotidiana relacionados às mudanças e permanências nos usos da cidade no presente e no passado.

Assim, o ato de narrar vivências na cidade possibilita ao narrador, na trama do enredo das histórias, rememorar situações e identificar elementos que constituem a cultura e a história de um povo ou de um lugar, ao entrecruzar as suas histórias com as histórias da própria cidade. Tal experiência é uma forma singular de trazer ao presente um passado carregado de simbologias e de sentimentos pela cidade, seus lugares e seus referenciais.

À vista disso, ao fazermos uma análise sobre a cidade, é relevante atentarmos para

o resgate das emoções, sentimentos; a reabilitação dos sentidos humanos que nos faz pensar a cidade além das formas [...]. A cidade é um modo de viver, mas também sentir (CARLOS, 2008, p. 26) [...]. A cidade enquanto realização humana é um fazer intenso, ininterrupto (CARLOS, 2008, p. 67).

Dessa forma, mobilizar memórias, sentimentos e atribuir sentidos vividos nas cidades são questões que se entrecruzam na escrita do trabalho, ao dar visibilidade às histórias de sujeitos idosos que, durante décadas, percorrem itinerários, experienciam lugares e vivem o cotidiano do espaço urbano.

A memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente. O tempo e seus ritmos, o tempo e as representações

coletivas sobre seu processar relacionam-se aos movimentos históricos e à construção de interpretações sobre esses processos específicos (DELGADO, 2006, p. 9).

As histórias de vida expressam vivências e experiências que se revelam nos lugares da cidade, em seus múltiplos contextos, e reverberam nos sujeitos a partir de seu lugar no mundo, uma vez que nos lugares se dá o processo de construção de pertencimento e de identidade.

Tais experiências ao virem à tona, por meio da lembrança, podem reformular a memória da cidade, mostrando que o presente pode ser muito mais que um simples elo de transição entre o passado e o futuro, mais um tempo repleto de significados (BENJAMIN, 1987, p. 231).

Nessa ótica, a narrativa biográfica torna-se um dispositivo de estudo que propicia ao pesquisador compreender os processos constituintes da construção identitária no espaço social e coletivo dos sujeitos pesquisados e perceber as maneiras pelas quais eles dão significado às suas experiências. Ao mesmo tempo, imprime uma autorreflexão de fatos relevantes sobre as histórias de vida de quem narra e torna-se um referencial importante para a reflexão crítica do sujeito que pesquisa, ou seja, as narrativas do outro provocam uma autorreflexão de si. “A narrativa possibilita, portanto, o desenvolvimento tanto da consciência sobre as experiências vivenciadas, quanto o autoconhecimento situando o narrador como sujeito de sua própria história” (BRITO, 2016, p. 109).

Narrar é descrever e construir histórias de vida, na percepção singular que cada sujeito elabora. Assim, narrar é uma forma de estar e conhecer o mundo e remete a uma série de pressupostos e implicações subjacentes a objetividade, subjetividade e seus cruzamentos. Esses elementos revelam a historicidade que marca a construção da existência, da identidade humana, considerando as conexões em âmbitos social e individual (MOURA, 2021, p. 12).

Assim, os relatos de história de vida, em que as temporalidades (passado e presente) e as espacialidades se entrecruzam, coadunam para compor narrativas desses idosos sobre a cidade de Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”.

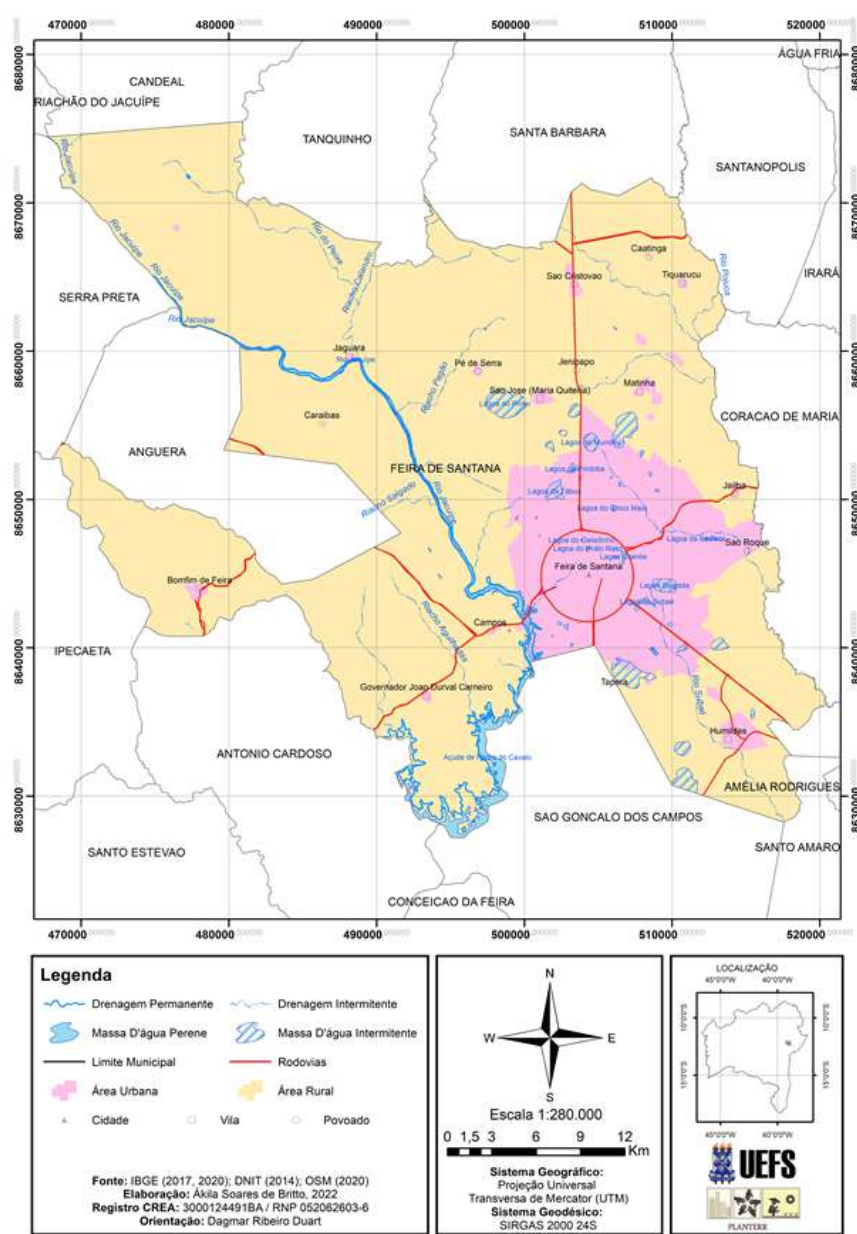
Feira de Santana, a “Princesa do Sertão: caracterização

Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, está localizada geograficamente na porção leste do Estado da Bahia (Brasil), em uma área considerada de transição climática entre a Zona da Mata e o Sertão, também conhecida como Zona do Agreste baiano (Figura 1).

Por conta dessa localização, Feira de Santana em 1919 recebeu o título de “Princesa do Sertão”, atribuído por Ruy Barbosa, quando realizava campanha presidencial na cidade. Além dessa denominação, ao longo de seu processo histórico, a cidade foi agraciada com outras nomenclaturas, relacionadas às suas características geográficas, econômicas, sociais e culturais. Inicialmente, “Santana dos Olhos d’Água”, em virtude da quantidade de nascentes de lagoas e da referência à padroeira. “Cidade comercial de Feira de Santana”, denominação atrelada à sua origem a partir da comercialização do gado e da feira livre, que deu nome à cidade e que fez parte do processo histórico e cultural de sua formação. Posteriormente, recebeu a denominação de “Feira de Santana”, consolidando sua posição como unidade política. Assim, desde sua origem, no início do século XVIII, a feira de gado e o comércio foram o suporte para o crescimento de sua população, que foi crescendo de forma espontânea e agregando outras atividades econômicas, no decorrer do tempo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Feira de Santana possuía em 2021 uma população de 624.107 mil habitantes. Sua população cresce em média 80 a 120 mil habitantes por década, o que significa um crescimento expressivo. Desse contingente populacional, 91,7% residem na zona urbana e apenas 8,3%, na zona rural.

Feira de Santana é a segunda maior cidade do interior do Estado da Bahia, depois da capital Salvador. É a mais influente cidade do interior da região Nordeste, com o maior centro urbano, destacando-se em vários ramos de atividades econômicas – educacional, tecnológico, econômico, imobiliário, industrial, financeiro, administrativo e comercial – do interior da Bahia. Exerce, portanto, forte alcance sobre as cidades de seu entorno e centenas de municípios do Estado. Sobre essa questão, Oliveira (2014, p. 53) afirma:

Figura 1 – Mapa de localização de Feira de Santana – Bahia

Esse território, do qual Feira de Santana é o seu principal componente, delimita o Recôncavo e o Semiárido fazendo a convergência de perfis notoriamente bem delineados pelos costumes e tradições que estão presentes na vida de sua população. E entre esses municípios ocorre um intenso fluxo de pessoas e mercadorias.

Cidade de nível médio metropolitano, passou a se destacar no cenário nordestino a partir do início do século XX, na hierarquia urbana como capital regional – IBGE –, consagrando-a como sede da maior região metropolitana do interior do Nordeste, um importante e dominante polo urbano, dadas as suas atratividades econômicas e sociais.

A cidade possui um dos maiores entroncamentos rodoviários, que interliga as regiões Nordeste ao Sul do país, cortadas por três rodovias federais: BR-101, 116 e 324, e quatro rodovias estaduais: BA-052, 502, 503 e 504, conforme dados da Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana (Acefs). Como ressalta o artista Carlos Pita, “Todos os caminhos levam a Feira de Santana”¹.

A história da emancipação da cidade de Feira de Santana começa a se delinear a partir do século XVIII, quando a ocupação humana começa a se acentuar com a implantação de fazendas. “Uma dessas fazendas, denominada Santana dos Olhos D’água, ‘com quase uma légua de comprimento e meia légua de largura (POPPINO, 1968, p. 20), consagra-se como o sítio urbano³ da cidade de Feira de Santana, a partir da chegada do casal pioneiro, Domingos Barbosa de Araújo e a sua esposa Ana Brandão, ambos proprietários da fazenda. Na área foi construída uma capela denominada Nossa Senhora Sant’Ana, local que se tornou ponto de encontro dos tropeiros, viajantes da época que se dirigiam para Salvador e outras regiões do Recôncavo para a comercialização de gado.

Na área da fazenda, algumas nascentes e a construção de uma capela dedicada a Santana e São Domingos serviram de base para boiadeiros e

1 Música composta por Carlos Pitta em XXXX, em homenagem à cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XWNUCIBKL20>. Acesso em: 20 jun. 2022.

moradores das vizinhanças, firmando-se como ponto de encontro para orações, negócios, descanso de boiadas e visitas. Aos poucos uma feira periódica ali foi se estabelecendo, com o nome Feira de Santana dos Olhos D'Água, no primeiro quartel do século dezoito. O arraial floresce e lentamente o comércio de gado vai se firmando como a atividade principal (BARRETO, 2002, p. 10).

A crescente concentração de tropeiros vindos do Sertão para as feiras da capital – ou indo em direção contrária –, bem como o fluxo periódico de pessoas na área, favoreceram o surgimento de uma feira semanal – realizada, inicialmente, nas terças-feiras, sendo transferida para as segundas-feiras, em 25 de dezembro de 1854. Ao narrar sobre a feira livre que virou comércio, Barreto (2002, p. 17) assevera que

foi o fator inicial de atração, permanecendo até 1977, como mercado a céu aberto pelas ruas do centro da cidade. Beneficiada pela localização, produtos típicos do litoral e do sertão aqui eram comercializados com variedade. Bens de consumo industrializados estavam espalhados em lonas pelo chão ou em barracas. Era um de carne, farinha, cereais, arreios e diversos produtos. Um grande burburinho se formava nas segundas-feiras, com vendedores, visitantes e transeuntes. O dia da feira era o dia máximo das atividades comerciais da cidade.

Dessa forma, desde sua origem, no início do século XVIII, o comércio e o núcleo populacional foram crescendo espontaneamente. De povoado passaria à condição de Vila [...] e de Vila a cidade Comercial de Feira de Santana (OLIVEIRA, 2014). A esse respeito, Freitas (2014, p. 336) revela que

Diante de seu crescimento e importância social e econômica, o então arraial, em 1832, foi elevado à categoria de Vila. Em 1833 deu-se a instalação do município, posse e juramento pela Câmara Municipal da Nova Vila do Arraial de Santa Anna de Feira de Santana. Até então, Feira de Santana pertencia ao município de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, atual cidade de Cachoeira – Bahia, havendo, portanto, o

desmembramento desse território. Em 1873, a cidade ganha a denominação de ‘Cidade Comercial de Feira de Santana’ (FREITAS, 2014, p. 336).

Em 1938, por meio do Decreto Estadual n. 11.089, de 30-11-1938, a cidade conquista o nome de Feira de Santana, solidificando sua posição como unidade política. Poppino (1968, p. 12) relata, em seus escritos, que em 1950 Feira de Santana já se destacava pelo grande número e pela variedade de estabelecimentos comerciais localizados na cidade, bem como pelo volume de negócios que ali eram realizados, na feira semanal: “Os compradores viajam dos municípios circunvizinhos e da costa para aquisição dos artigos produzidos em regiões distintas da Bahia e dos outros Estados”. Segundo o autor,

Em 1950, Feira de Santana era um mercado importante para os produtos agrícolas e pastoris, do interior. Uma nova fase surgira com a rápida expansão dos processos industriais no município, desde o início da Segunda Guerra Mundial. Na cidade, o número de estabelecimento para o beneficiamento do fumo, algodão e dos couros e o aproveitamento da carne e dos gêneros alimentícios aumentaram de mais de cinco vezes, entre 1940 e 1950. Nos últimos anos, somente a Cidade do Salvador excedia Feira de Santana em produção industrial (POPPINO, 1968, p. 12).

Dessa forma, a economia da cidade, desde seus primórdios, teve como lastro a pecuária, a agricultura e o comércio e, posteriormente, a indústria e os serviços. Mas é no comércio que a cidade tem o seu ponto forte na economia local.

Quanto ao processo de urbanização da “Princesa do Sertão, este ocorreu do rural para o urbano, com o desenvolvimento da pecuária, a comercialização de gado, aspectos que determinaram seu crescimento populacional durante décadas (FREITAS, 1997). A implantação do transporte ferroviário em 1875 e, posteriormente, o transporte rodoviário, na década de 1960, associado à intensificação do processo de industrialização, na década de 1970, foram fatores que contribuíram para o crescimento econômico e coadunaram igualmente para o processo de urbanização e de expansão da área urbana de Feira de Santana.

Três importantes rodovias federais, a BR-101, a BR-116 e a BR-324, e outras rodovias estaduais, tais como a BA-504, BA-411, BA-120, BA-515 e BA-084, constituem os eixos de articulação entre o espaço regional e outras áreas da Bahia [...], as quais têm Feira de Santana como cidade polo e considerada pelo IBGE (2017) como maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste (SANTOS, 2020, p. 08).

Ao se referir à feira e ao mercado popular, o professor, poeta e dramaturgo Araylton Alexandre Públio afirma:

Feira de Santana. Quem hoje passa pelas ruas do seu centro, mal consegue imaginar que ali onde os automóveis trafegam havia uma gigantesca feira livre, que atraía gente de toda parte. E essa feira acontecia não apenas no sentido comercial, mas também com a intenção de conagração, do encontro de comunidades diversas, do espetáculo popular. Para quem hoje atravessa a Praça da Bandeira, fica difícil conceber que o povo ocupava todo aquele território, uns trazendo pencas de galinhas nas mãos; enfileirando sacos de aniagem cheios de feijão, farinha e arroz; abrindo barracas de madeira, as ‘bancas’, aqui e acolá; outros assistindo às apresentações dos repentistas adquirindo os seus folhetos de cordel; enfim, ocupando festivamente a praça e quase toda a extensão de duas adjacências. Quem hoje entra no Mercado Municipal, atualmente dedicado ao artesanato popular, dificilmente lembrará do cheiro da carne de boi que ali havia, embora o boi continue presente no cheiro dos calçados e das roupas de couro (JORNAL TRIBUNA FEIRENSE, 15 de novembro de 2002).

Na atualidade, a cidade assemelha-se a grandes centros urbanos – ainda que seja classificada como cidade média –, caracterizada pelo desenvolvimento econômico em todos os setores da economia – primário secundário e terciário –, com forte tendência para o comércio e os serviços; intensa mobilidade espacial; e se destaca pela grande influência que exerce sobre diversos municípios do Estado da Bahia, como também da região Nordeste. É uma cidade que possui uma população expressiva, principalmente na zona urbana, e que vem passando por um intenso processo de crescimento urbano.

Tempos e história: memórias da “Princesa do Sertão”

No estudo sobre Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, elegemos alguns conceitos que estruturam a pesquisa. Por conseguinte, *Tempos, histórias e memórias* são dimensões que atravessam o objeto da mencionada pesquisa.

Em se tratando do tempo, toda narrativa tem, no seu acontecer, um tempo em que se passam as histórias. Um tempo cronológico, em que os eventos acontecem sob a égide de uma linearidade dos fatos, seguindo uma ordem dos acontecimentos, ou um tempo simbólico, tempo subjetivo, vivido, elaborado na mente dos sujeitos, em que se agregam passado, presente e futuro, seguindo, portanto, o fluxo em que “viaja” o pensamento dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, o tempo é compreendido a partir dos estudos de Delgado (2006). Para a autora,

o tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que, inserido à vida humana, implica durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão, a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro (DELGADO, 2006, p. 33).

Depreende-se, então, que o tempo se transmuta, é tempo passado, é tempo presente e tempo futuro e, nesse caminhar, torna-se “testemunha” de sensações e de sentimentos, e guarda consigo histórias de vidas, dos lugares, de estados de vivências e experiências das pessoas. Assim, “se constitui a partir da própria essência da realidade um tempo que se encontra por toda parte, do espírito à matéria, do eu ao universo” (BERGSON, 2005, p. 269). A esse respeito, Fontana (2010, p. 182) nos revela que, no tempo,

vivemos e somos nossas relações sociais, produzimo-nos em nossas histórias. Falas, desejos, movimentos perdidos na memória. No tempo nos constituímos, relembramos, repetimo-nos e nos transformamos,

capitulamos e resistimos, mediados pelo outro, mediados pelas práticas e significados de nossa cultura.

Quanto à dimensão que reporta à abordagem sobre histórias, vale destacar que, ao se tratar de uma pesquisa que está ancorada no método (auto)biográfico, com ênfase nas memórias dos sujeitos sobre os lugares e os cotidianos de uma cidade, as histórias que serão contempladas são as narrativas de vida e a interface com as histórias da cidade. De tal forma, ao interpretar a história vivida, no processo de construção espacial, as pessoas são influenciadas pelas representações construídas no fluxo do tempo e, a partir dessas representações, são acionadas as memórias.

Na memória, guardamos as lembranças vividas, e é por intermédio delas que constituímos nossa identidade pessoal, social e espacial. “O narrador, ao buscar compreender a sua historicidade, faz uso de suas margens de manobra reais para inserir sua ação na História” (PASSEGGI, 2011, s/p).

Nesse processo de evocar memórias e narrar histórias, os sujeitos-narradores colocam em cena as construções biográficas e, desse modo, “interpretam os espaços e as temporalidades de seus contextos histórico-culturais” (PASSEGGI, 2010, p. 111). E nesse contexto, torna-se pertinente destacar, conforme Portugal (2013, p. 40), que

tempos e espaços são inseparáveis. Tempos e espaços que trazem as marcas do vivido, do experienciado nos movimentos migratórios que demarcam os caminhos trilhados, dando forma ao modo de ser, pensar, agir e atuar [...]. Os tempos são memórias do passado e do presente; os espaços são os cenários nos quais as vivências foram, são e serão experienciadas, configurando-se a trama das histórias. [...] Assim, a trama, o tempo e o cenário conferem sentidos e retratam as histórias, a partir das memórias evocadas e narradas; os espaços são os cenários, os lugares (contextos) onde as histórias foram, são e serão contadas, cujos enredos trazem os vestígios e histórias dos tempos, das experiências e dos lugares, tecendo a trama da narrativa.

Já a dimensão *memórias* comporta as reminiscências narradas sobre o ser-viver-estar na cidade, cenário/objeto da investigação. Segundo Lopes (2000, p. 46), “ao narrarem suas histórias, os sujeitos deixam-se ficar emersos no tempo a fim de que o passado esquecido possa ser redescoberto no presente”. Nessa perspectiva, ao narrar o sujeito busca na memória sucessão de fatos, episódios e acontecimentos que se desenrolaram no tempo e no espaço, no decorrer de suas histórias de vida.

A memória “é construção do passado pautada por emoções e vivências. [...] É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2002, p. 111). Nesse sentido, ao interpretar e ao analisar as narrativas de idosos, a intenção é apreender as memórias que comportam histórias sobre a cidade, os seus lugares e os cotidianos.

Entre tempos, memórias e histórias: narrativas finais desse enredo

A intenção dessa escrita, conforme sinalizado na narrativa inicial que comporta a sua apresentação, foi apresentar uma pesquisa em andamento, que busca *compreender as reminiscências das experiências vividas por um grupo de idosos, por meio da interpretação e da análise das narrativas sobre os lugares e os cotidianos da cidade “Princesa do Sertão”*.

Objetivamos entrelaçar as três dimensões fundantes nessa pesquisa, quais sejam, *tempo, histórias e memórias*, as quais comporão os enredos das narrativas de idosos sobre os lugares e os cotidianos da cidade de Feira de Santana. Buscamos, desse modo: caracterizar a cidade Feira de Santana; contextualizar os lugares da cidade (passado e presente) que emergem das memórias das narrativas de idosos; descrever os itinerários percorridos na cidade; desvelar a “Princesa do Sertão” como lugar que ecoa memórias afetivas, históricas e culturais, entrecruzando com os registros imagéticos (fotografias) que também guardam memórias sobre a “Princesa do Sertão”.

Esse recurso imagético possibilita caracterizar os cenários narrados, descrevendo as permanências e as mudanças nos cotidianos dos lugares que emergirão nas narrativas dos colaboradores nas pesquisas.

No momento presente (tempo), estamos percorrendo os caminhos em busca das narrativas que serão feitas pelos idosos, tendo em vista conhecer as memórias que retratam múltiplas histórias sobre as vivências, experiências do/com os lugares, cenários da vida e seus cotidianos na cidade “Princesa do Sertão”.

A memória dos velhos é portadora de um conjunto de referências sociais, que reforça as suas identidades. Recordar os conteúdos que estão guardados em suas memórias possibilita reafirmar sua existência e reconhecer a si mesmo por meio das transformações vividas com a passagem do tempo, além de possibilitar a manutenção da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA. Disponível em: www.acefs.com.br. Acesso em: 29 jul. 2022.

BARRETO, Marialvo. A excentricidade da expansão do sítio urbano de Feira de Santana e seus condicionantes. Feira de Santana: UEFS, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 408p.

BERTINI, Fatima Maria Araújo. Afetos e Espinosa e a cidade como *Civitas*. *Revista Conatus – Filosofia de Espinoza*, v. 9, n. 19, dez. 2015.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRITO, Antonia Edna. Narrativas de alfabetizadores bem sucedidas; a prática docente como objeto de análise e reflexão. *Linguagens, Educação e Sociedade* – Revista do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPI, Teresina, ano 21, n. 35, dezembro, 2016.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CALLAI, Helena Copetti. Apresentação. Em busca de fazer a educação geográfica. In: CALLAI, Helena Copetti (org.). *Educação geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 15-33.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André (org.). *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-134.

CALLAI, Helena Copetti; COPATTI, Carina; OLVEIRA, Tarcísio Dorn de. In: *A cidade além para além da forma: Compreender e interpretar para compreender o mundo da vida*. V. I. Curitiba: CRV, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTROGIOVANNI, Carlos Antonio. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Carlos Antonio. *Ensino da Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino da Geografia para a vida urbana cotidiana*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 11-32.

CORREA, Mariele Rodrigues; JUSTO, José Sterza. Oficinas de Psicologia: memória e experiência narrativa com idosos. *Est. Inter. Psicol.* [online]. 2010, vol.1, n. 2, p. 249-256.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIMENSTEIN, Marcela. Corpo idoso, memórias e narrativas do centro de João Pessoa. *VIRUS*, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus13/?sec=4&item=5&lang=pt>> Acesso em: 2 ago. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FONTANA, Roseli Aparecida Cação. *Como nos tornamos professores?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 208 p.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

FREITAS, Nacelice. Barbosa. *Urbanização de Feira de Santana: influência da industrialização 1970 – 1996*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *O Descoroamento da Princesa do Sertão*: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe/UFS, Núcleo de Pós-graduação em Geografia/NPG, São Cristóvão (SE), 2014.

JOSSO, Marie-Christine. *Caminhar para si*. Tradução Albino Pozzer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 63, p. 413-438, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>. Acesso em: 10 nov. 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Tradução Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-113.

LOPES, José Carlos Cacau. *A voz do dono e o dono da voz*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LIMA, Marcia Cristina Senra Marinho de. Cidade, identidade e os lugares de memória. *Revista Uni Montes Científica*, Montes Claros (MG), v. 14, n. 2, 2012.

MOURA, Késsia Mileny de Paulo. *Narrativas digitais na formação de professores*: potencialidades, dimensões formativas e construtos de identidade docente. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Porto Alegre, 2021.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. *Feira de Santana, no contexto da urbanização brasileira e questão da moradia na favela*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

OLIVEIRA, Marlene Macário. O estudo do meio sobre a cidade e o urbano na geografia: (re)pensar a prática de ensino na escola é necessário? *GEOUSP – Espaço e Tempo* (online), [s. l.], v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/90070>.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI, M. C.; SILVA, V. B. (org.). *Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.103-130.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PASSEGGI, Maria da Conceição et al. Formação e pesquisa autobiográfica. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). *Autobiografias, histórias de vida e formação*: pesquisa e ensino. Porto Alegre: Edipucrs: Eduneb, 2006. p. 257- 268.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta Antunes. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa

em Educação. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa/Portugal, n. 33, p. 111-125, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34949131009>. Acesso em: 30 jul. 2022.

POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTUGAL, Jussara Fraga. “*Quem é da roça é formiga!*”: histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Alessandra Honorata dos. Guaxindiba, à beira de rios de memórias. In: PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva (org.). *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SANTOS, Janio. Urbanização e produção de cidades no/do Território de Identidade Portal do Sertão. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 24, e6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/38339>. Acesso em: 30 jul. 2022.

QUEM MANDA AQUI?

Impactos territoriais do planejamento urbano estratégico em Salvador¹

JAQUELINE LIMA AMORIM
EDNICE DE O. FONTES BAITZ

Pensar cidade no começo desse século significa refletir sobre os impasses e desafios estabelecidos pelas complexas relações entre economia, sociedade e território, resultante das transformações econômicas globais das últimas décadas, pois a gestão urbana nas grandes metrópoles tem se associado cada vez mais à ideologia neoliberal, e assim torna-se necessário ressaltar que o neoliberalismo não implica, necessariamente, apenas em um recuo do Estado, mas também na mobilização do próprio Estado para que este promova arranjos regulatórios de interesse do mercado imobiliário, tornando necessária a análise e a compreensão dessas novas formas de atuação, particularmente do poder público municipal.

Assim, a concretização de princípios neoliberais se qualifica de forma diferente em cada território e diante de cada contexto histórico das distintas cidades, e tem gerado um variado e complexo conjunto de possibilidades. Entende-se aqui neoliberalismo como a extensão do processo de mercantilização, em todos os domínios da vida, a forças

1 O presente artigo é produto da pesquisa “Caminho da fé ou caminho do povo? Ordenamento territorial na Península de Itapagipe – Salvador(BA)”, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estudos Territoriais (Proet-Uneb).

particulares, desiguais de regulação, que geram grandes diferenciações entre escalas e territórios, o que torna a cidade uma mercadoria (BRENNER *et al.*, 2010; SANTOS *et al.*, 2021). Vale salientar que o destaque do capital imobiliário nas grandes cidades não é novidade, mas que o conflito entre o valor de uso e de troca da terra urbana na cidade se atualizou no contexto neoliberal. Dessa forma, no atual cenário da globalização, a cidade muda seguindo a lógica de transformação da acumulação capitalista, e tais mudanças produzem impactos nas distintas esferas sociais da cidade, com diversos desdobramentos nas escalas territoriais em que tais processos se materializam.

Nesse contexto, Salvador é um caso exemplar dessa forma de gestão urbana mercadológica; como em outras metrópoles brasileiras, a capital baiana vem experimentando um grande crescimento do mercado imobiliário e este vem se tornando protagonista em seus planos e projetos, aumentando a segregação urbana e reordenando a cidade de acordo com seus interesses; tal crescimento do poder de coalizão de interesses privados no desenvolvimento da cidade pode ser notado, na sua visível articulação com o poder local, que passa por uma desvalorização da organização burocrática e que caracteriza o atual planejamento urbano de Salvador.

Perante essa nova forma de governança, é urgente discutir a necessidade da realização de Avaliação de Impacto Territorial (TIA), para se mensurar e analisar os impactos causados pelo planejamento urbano estratégico a fim de potencializar os efeitos positivos e mitigar os negativos, para que assim possam acontecer intervenções que levem em consideração a realidade local ao invés de repetir técnicas de gestão e intervenções globalizadas. Dessa forma, tal pesquisa teve por objetivo estudar o processo de planejamento urbano estratégico em Salvador(BA) entre 2000 e 2020.

Essa pesquisa é documental, e utiliza técnicas de análise qualitativa para alcançar seus resultados. Uma das técnicas importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa foi a realização de uma ampla pesquisa bibliográfica sobre o planejamento urbano de Salvador (CARVALHO, PEREIRA, 2014; OLIVEIRA, 2019; GOMES, 2019; SANTOS *et al.*, 2021), seu desenvolvimento social e histórico, e sobre

os sucessivos planos e políticas urbanas definidas pela Prefeitura de Salvador entre 2000 e 2020, nos acervos públicos da cidade (FMLF, CONDER, SEDUR, SEI-BA) e também na internet (*Scielo*, Google Acadêmico, *HighBeam Research*, *Academia.edu*) em busca com as palavras-chaves de nosso resumo (Avaliação de Impacto Territorial; empreendimento urbano; planejamento urbano; Salvador). Entre essas fontes encontram-se a imprensa soteropolitana, livros e artigos sobre a História de Salvador.

Planejamento urbano estratégico

O “planejamento estratégico” é, de fato, uma estratégia de gestão orientada para a atração de “uma produção altamente móvel e flexível, bem como fluxos financeiros e de consumo” (HARVEY, 1985, p. 5). Para alcançar esses objetivos, o poder local utiliza, entre outros métodos, a flexibilização das normas relativas ao parcelamento e uso do solo e dos códigos de edificação, antes estabelecidos para orientar e controlar o desenvolvimento urbano. Com a ênfase nos mecanismos de mercado e a nova primazia do capital imobiliário, esse desenvolvimento se consolida numa lógica que ignora, deixa em segundo plano ou até mesmo contraria as necessidades e demandas da maioria da população (CARVALHO e PEREIRA, 2012).

Assim, o poder público local, além de atuar no sentido de facilitar os investimentos do capital privado no âmbito local, também busca maior competitividade internacional, explorando vantagens locais, transformando a cidade em lugar de consumo, em vez de lugar de produção. Dessa forma, a cidade passa a ser orientada de acordo com a lógica empresarial e especulativa, passa a se investir nos lugares onde que se apresentam como mais rentável e os custos dos investimentos são compartilhados com os contribuidores, porém os benefícios são apropriados apenas pelos promotores associados aos projetos de renovação urbana que ocorrem nas cidades. Portanto, os lucros e benefícios desse tipo de gestão, sejam eles sociais, de segurança ou de lazer, são desfrutados apenas por algumas classes sociais, particularmente as mais privilegiadas. Consequentemente, verifica-se que o ato de colocar

em prática o empresariamento urbano torna a cidade uma organização estruturada com o objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e um desenvolvimento plenamente voltado para o lucro e o bem do capital, quebrando assim o conceito de cidade, como espaço de produção e reprodução das relações sociais, “coisificando” o espaço urbano (HARVEY, 1996; BOTELHO, 2004).

A adoção de práticas pautadas na ideologia neoliberal na administração pública brasileira começou a sua trajetória a partir do cenário de crise internacional, que devido à alta de preço no petróleo desencadeou uma instabilidade nas economias mundiais, esta seguida pela alta nos juros dos empréstimos que afetou diretamente a política voltada para o bem-estar social. O Brasil, sofrendo esse reflexo, portanto, sem dinheiro no caixa, viveu uma profunda recessão econômica, com elevada inflação e retração dos investimentos públicos, na denominada “década perdida”, a década de 1980. O país passou por um período em que a administração pública brasileira, influenciada pelas práticas que acabaram por virar tendência nas nações mais ricas, tornou crescente o processo de abertura ao capital privado como forma de cobrir as lacunas deixada pelo estado no atendimento da população.

Dessa forma, a política neoliberal no Brasil se iniciou no final da década de 1980 e foi intensificada no final da década de 1990, e, assim como em outros países, essa forma de governança agravou as desigualdades sociais à medida que, gradativamente, o Estado se afastou das suas obrigações de assistência às classes mais vulneráveis, intensificando o processo de massificação da pobreza, assim como o crescimento da miséria e o aumento dos índices de violência. A ausência de políticas públicas direcionadas para as áreas sociais deixou a população entregue aos caprichos do capital e dos seus agentes que historicamente não investem no fomento de cidades mais justas, pois estas passam a atender predominantemente a lógica do lucro (OLIVEIRA, 2019).

As reformas econômicas que se sucederam durante a década seguinte, ligadas a um amplo conjunto de programas de privatizações, aceleraram as desigualdades sociais e reduziram ainda mais o controle do Estado sobre a economia e a vida dos seus cidadãos. Essa política urbana neoliberal pautou-se no enfraquecimento e na incapacidade do

poder público em gerir o uso e a ocupação do solo, o qual impulsionou os processos de segregação espacial nas cidades e a escassez de produção de moradias, levando assim inúmeras famílias a residir na informalidade, em áreas inapropriadas, devido às péssimas condições de saneamento, ou em função de sua localização em áreas de risco.

A partir do início dos anos 2000, quando o país passou a ser gerido por um governo de esquerda, programas sociais foram lançados, visando atender a perspectiva de grupos sociais excluídos, principalmente nas questões urbanas relacionadas a moradia. Assim, para atender essa demanda, o governo criou o Ministério das Cidades em 2003, e a implantação do Conselho das Cidades, o qual realizou diversas conferências, as quais reuniam representantes da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais, para formulação de políticas que promovessem o Direito à Cidade. Esses programas governamentais começaram a ganhar destaque e promover a articulação entre diversos aspectos do urbano, como mobilidade, saneamento e habitação. Ainda que a habitação popular se fizesse presente nos governos anteriores, questões urbanas, históricas, como a habitação, não eram vistas enquanto política prioritária do Estado brasileiro, pois havia a falta de um plano que articulasse regularização fundiária, patrimônio histórico, meio ambiente, saneamento, mobilidade, habitação, saneamento básico, infraestrutura, dentre outros temas inerentes a cidade. Esses temas por falta de políticas acabaram se tornando responsáveis pelo agravamento da crise urbana ao longo dos anos (OLIVEIRA, 2019).

Esse período foi um momento único para a política urbana brasileira, com a conformação dos fóruns e assembleias e o amparo jurídico criado pela Lei Federal n. 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que conclamava as atividades à participação popular, e a partir dessa lei foram estabelecidas normas e critérios de ordem pública e interesse social a fim de regulamentar o uso da propriedade urbana em função do bem-estar coletivo. E nessa lei está estabelecida também a obrigatoriedade da elaboração dos planos diretores urbanos. Estes deveriam viabilizar a articulação entre os poderes públicos para aprovação de projetos que cumprissem a função social da cidade. No entanto, por mais que o Estatuto da Cidade tenha criado diversos instrumentos

urbanísticos para assegurar a função social da cidade, esbarrou na vontade política das administrações locais para a sua implantação (OLIVEIRA, 2019).

A falta de compromisso por parte das administrações locais com a aplicabilidade dos princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade em seus planos diretores, normativa e demais projetos criados com esses instrumentos prejudicou a promoção da justiça social e da consolidação do Direito à Cidade, e isso vem acontecendo até os dias atuais, comprometendo o que poderia ter sido um marco na mudança das posturas políticas públicas urbanas brasileiras. Um exemplo é a Operação Urbana Consorciada, um dos instrumentos da política urbana, que foi criado com o objetivo de estabelecer uma parceria entre o Poder Público municipal, os proprietários, moradores e usuários permanentes e investidores privados, com vistas a alcançar em determinadas áreas transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

Contudo, a Operação Urbana Consorciada não é um instrumento que se aplica a qualquer intervenção urbana; a poligonal de intervenção deveria ser previamente delimitada, no Plano Diretor do município, e seguir diretrizes estabelecidas no referido estatuto, como a valorização ambiental e melhorias sociais; além disso, o produto gerado deve obrigatoriamente ser de interesse público, tornando necessário assim abarcar a participação e o posicionamento tanto de moradores como de empresários locais. Porém, a realidade prática tem se distanciado desse objetivo, gerando resultados distintos nas cidades onde essas operações têm sido executadas. Constantemente, a melhoria social não ocorre de maneira camuflada, o poder municipal local abre brechas para processos como a gentrificação.

Ordenamento territorial

Com isso, “ordenar” o território ficou muito mais complexo. O ordenamento territorial é um instrumento de articulação setorial e institucional que objetiva um planejamento integrado e especializado da ação do poder público. Este constitui a expressão territorial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas. Nesse sentido, seu

entendimento caminha na direção de um “disciplinamento” do uso do território, de modo a compatibilizar, ou, ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas ações públicas e privadas que alteram dinamicamente os cenários físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território (FIGUEIREDO, 2005).

Ordenar o território exige, obrigatoriamente, considerar alternativas de usos possíveis e aceitáveis. Eleger os usos mais adequados exige o conhecimento dos agentes públicos e privados que atuam em um dado território, de seus interesses e suas práticas de ocupação (COELHO NETO, 2014). Portanto, um “reordenamento territorial” é necessariamente multiescalar e multiterritorial, no sentido não simplesmente da combinação dos espaços políticos, econômicos e culturais, mas das múltiplas escalas e formas espaciais em que elas se manifestam. O ordenamento territorial tem como meta a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. Pensa-se o Estado como agente regulador e harmonizador, e não como gerador de impactos negativos (ambientais, sociais e econômicos).

Impactos territoriais

Assim, faz-se necessário entender os impactos territoriais do ordenamento urbano a fim de mensurá-los e analisá-los através da Avaliação de Impactos Territoriais. É vasta a base de literatura encontrada sobre o processo de avaliação de impactos, que incide em diversas dimensões do desenvolvimento regional e ambiental. No entanto, como foi possível compreender nessa pesquisa, através dos buscadores em repositórios acadêmicos, a avaliação de impacto territorial não tem tido lugar de destaque na literatura internacional e tem raras menções na literatura brasileira.

A importância da avaliação de impacto territorial está em, primeiramente, realizar a distinção entre resultados e impactos. O primeiro refere-se aos resultados imediatos produzidos na implantação de um projeto/programa/política. Por exemplo, quando se constrói uma estrada, o resultado é a própria estrada, e até dados que não se

obtem de imediato, mas passado algum tempo da sua execução, no caso da estrada, pode ser avaliado o número de veículos que passam a circular diariamente por ela. Mas o uso de uma estrada, ou de grande parte dos projetos financiados com verbas públicas ou capital misto, não pode ser avaliado em uma perspectiva reduzida, pensando-se que o investimento público teria como objetivo o desenvolvimento territorial. Dessa forma, voltando ao exemplo da estrada, o processo de avaliação necessita levar em conta os seus impactos para o desenvolvimento territorial e para a qualidade de vida das populações na área de intervenção, para a população da área imediata, e, dependendo da sua abrangência, até mesmo da região servida por ela (MEDEIROS, 2014).

Posto isto, o conceito de avaliação de impacto territorial (TIA) deve ser entendido como uma ferramenta ou um procedimento para avaliar o impacto das atividades de desenvolvimento espacial, tendo como objetivo identificar: os efeitos territoriais positivos e negativos da política, do plano ou do programa; e os meios para acentuar os efeitos positivos e mitigar os negativos (ESPON 2.4.1, 2006). É importante ressaltar que o TIA deve ser entendido como uma ajuda para o processo de tomada de decisão e não como o mecanismo de tomada de decisão em si, e deve levar em conta as diferentes escalas de análise (micro, meso, macro), e necessita servir como suporte para as políticas de desenvolvimento territorial em uma perspectiva transversal, tendo a atenção das políticas setoriais no território de sua aplicação para que, assim, se assegure a coerência entre as decisões adotadas em nível regional e local e um conjunto mais amplo de princípios de base para um desenvolvimento do território mais equilibrado e sustentável (MEDEIROS, 2014).

Em suma, a avaliação de impacto territorial consiste no uso de procedimentos, técnicas e/ou métodos que sejam capazes de prover ou verificar alterações significativas em várias dimensões e componentes no território, em uma ou várias escalas geográficas de análise (urbana, local, regional, nacional, continental, mundial), devendo tal análise ser simplificada e quantificada, apresentando os impactos positivos e negativos do projeto/programa/política avaliado, e sempre que possível essa avaliação deva ser acrescida com a análise de outros elementos

colaterais à avaliação de impacto territorial como: efeitos multiplicadores, de substituição, de deslocação (MEDEIROS, 2014).

Impactos territoriais do planejamento urbano estratégico em Salvador

O ordenamento territorial vem sendo pensado em Salvador, através de uma sucessão de planos de desenvolvimento urbano. Muitas vezes, esses planos acabam por fornecer discursos técnicos para intervenção governamental, orientando-se efetivamente para uma modernização excludente da cidade, favorecendo interesses econômicos a ela ligados. Nesse contexto, o capital imobiliário vem adquirindo um novo poder e protagonismo sobre o desenvolvimento da cidade, acentuado pela sua maior capacidade de intervenção no espaço urbano e pelo grau de liberdade do qual passou a desfrutar a partir do “empreendedorismo urbano”.

Para melhor entendimento desse fenômeno, torna-se necessário levar em consideração como o crescimento econômico recente do Brasil refletiu especialmente no mercado imobiliário, pois, as demandas por infraestrutura, novos espaços para atividades produtivas, habitação, turismo, cultura, consumo e lazer, principalmente para as camadas de renda mais alta, assim como as políticas nacionais de incentivo à habitação de interesse social, e a ampliação de crédito, do emprego e da renda, tornaram o mercado imobiliário brasileiro um dos mais dinâmicos do mundo (A MAIOR ALTA DO MUNDO, 2001; CARVALHO, PEREIRA, 2014).

Nesse contexto, a capital baiana vem experimentando um crescimento imobiliário, concentrado na Orla Atlântica, espaço privilegiado e mais valorizado pelas camadas de maior poder aquisitivo, onde se encontra em curso um processo de adensamento baseado em uma verticalização crescente, pois as terras desocupadas estão se tornando escassas. Segue-se a isso a ocupação das áreas livres da Avenida Paralela, onde ainda se encontram resquícios da Mata Atlântica. Tal adensamento se baseia em uma forte verticalização, incentivada por uma legislação urbanística mais permissiva a partir dos planos diretores de 2004 e 2008, pois estes alteraram os parâmetros de ocupação, sem

apresentar critérios técnicos que justificassem as mudanças (CARVALHO e PEREIRA, 2014).

Essa articulação expressou-se na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004 (Lei n. 6.586/2004), demonstrou uma coalizão de interesses privados no desenvolvimento da cidade, a qual enfraquece o poder local, gestando e orientando esses planos para o interesse do mercado imobiliário, flexibilizando e alterando normas e instituindo outros mecanismos para facilitar a apropriação por tais setores, pouco preocupados com os grandes problemas da cidade, como a carência de infraestrutura de serviços básicos, a habitação social, o transporte e a mobilidade, visando basicamente à modificação de parâmetros construtivos e à elevação do gabarito nas áreas nobres da cidade, como desejavam os empreendedores imobiliários. Seu conteúdo e sua aprovação foram questionados, pois ignoravam as disposições do Estatuto da Cidade, e terminou sendo objeto de um processo por parte do Ministério Público, mas só obteve êxito quatro anos depois, quando o plano já havia sido revisado, com as mesmas intenções (CARVALHO e PEREIRA, 2014; GOMES, 2019).

Essa revisão teve como resultado o PDDU de 2008 (Lei n. 7.400/2008), e este teve como eixo central o incremento nos parâmetros urbanísticos de aproveitamento do solo, aumentando a intensidade de ocupação por zona, sem apresentar estudos técnicos que justificassem as mudanças ou, ao menos, avaliassem o seu impacto social e ambiental, o que resultou, de maneira imediata, na segregação socioespacial e aumentou a mais-valia urbana pela coalizão de interesses das corporativos, as quais vêm se apropriando da paisagem urbana e dos espaços públicos, beneficiando-se da infraestrutura instalada com recursos públicos, podendo, nas atuais condições de governança municipal, inclusive impor à metrópole novos investimentos, projetos e operações urbanas (CARVALHO e PEREIRA, 2014; GOMES, 2019).

Um ano depois, em 2010, 22 projetos, prevendo grandes intervenções urbanísticas e se declarando interessados no desenvolvimento sustentável da cidade foram apresentados com o objetivo/discurso de transformar Salvador e sintonizá-la com as mais modernas cidades do mundo. Esse pacote de projetos foi denominado de Salvador Capital

Mundial, assinados por vários arquitetos e “doados” à prefeitura de Salvador pela Fundação Bahia Viva. Tais projetos estabeleciam intervenções estruturais na cidade direcionadas para o desenvolvimento. Não formavam um corpo coerente nem menos integravam um plano único, sendo a expressão de interesses pontuais e direcionados para áreas da cidade sobrevalorizadas e saturadas, ou para áreas do centro com menor valorização do solo; para valorizar o seu uso, os projetos justificariam a desapropriação dos imóveis. A localização dessas intervenções ignorava as áreas socialmente carentes da cidade, concentrando-se naquelas onde a especulação imobiliária poderia ampliar seus ganhos (CARVALHO e PEREIRA, 2014).

Essa requalificação apresentava diretrizes onde a orla receberia ampla área e novos espaços públicos qualificados para o uso e lazer e de pedestres, como ciclovias, novas linhas de transportes públicos como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de edifícios residenciais e túneis de estacionamento subterrâneo; porém, para estas serem realizadas, seria passado o trator nas edificações existentes nas áreas de intervenção. A doação desse conjunto de projetos foi questionada em uma reportagem do jornal *A Tarde*, de 27 de fevereiro de 2010, a qual cobrava ao então prefeito João Henrique Carneiro a identificação do patrocinador do Salvador Capital Mundial, e levantava suspeitas de que interesses econômicos do próprio grupo diretor da fundação doadora estariam motivando essa doação; a falta de reação imediata da Prefeitura levou o doador a pedir a devolução dos projetos.

No ano de 2016, a Prefeitura de Salvador lançou o atual PDDU (Lei n. 9.069/2016) e este seguiu o mesmo roteiro; nele, a delimitação do Centro Histórico, da Orla e da Península de Itapagipe inteira está como área passível de Operação Urbana Consorciada (OUC), com a estratégia de desenvolvimento que se orienta pelo objetivo geral de assegurar a sua vitalidade por meio de políticas de valorização da sua diversidade social e cultural, dos espaços urbanizados, do patrimônio edificado, da paisagem e das manifestações culturais, mantendo-as atrativas para a moradia e para atividades econômicas, em especial o turismo, otimizando os investimentos públicos e privados já realizados.

Nesse contexto, o plano vigente em Salvador não definiu metas, não estabeleceu prazos, não estimou os recursos necessários para o seu cumprimento e muito menos alinhou-se às estratégias adequadas para definição de prioridades. Esse plano revelou um descompromisso com o real planejamento, o qual deveria orientar a gestão urbana, abrindo mão do controle do destino da cidade.

Mais recentemente, em 2017, a Prefeitura Municipal de Salvador lançou o Programa Salvador 360, anunciado como o maior programa de desenvolvimento da história de Salvador; este prometeu estimular o crescimento da cidade e dinamizar a sua economia. Um programa com oito eixos e 360 medidas, que pretendia acelerar o crescimento econômico e social de Salvador, consistindo em um pacote de incentivos fiscais, modernização e simplificação da burocracia, com a finalidade de tornar mais rápidos os negócios. As ações relativas ao desenvolvimento econômico consistem no estímulo à implantação de empresa, no acompanhamento da geração de empregos, intermediação e capacitação de mão de obra, em parceria com entidades privadas, na concessão de infraestrutura e na redução fiscal para empresas de segmentos estratégicos.

Dentre as ações propostas destacam-se: o estímulo à geração de empreendimentos; a concessão de infraestrutura, ou seja, ceder o uso de terrenos e/ou imóveis para instalação e/ou ampliação de empresas de segmentos estratégicos; a redução de tributação, reduzindo em 50% a outorga onerosa de empreendimentos; a revogação da lei de contrapartida financeira referente à diferença do gabarito da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS); o parcelamento sem juros e mora de débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); o parcelamento da cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Intervivos (ITIV) de unidades imobiliárias; a não restrição à emissão do alvará de construção, em caso de débitos no Cadastro Informativo Municipal (CADIN); a isenção de 50% de IPTU para instalação de empresas de teleatendimento e telecobrança (SANTOS *et al.*, 2021).

E essa gestão focada no empreendedorismo urbano que vem ocorrendo em Salvador e na sua Região Metropolitana (RMS), assim como vem acontecendo em outras capitais nas últimas décadas, que apresentam um movimento de internacionalização de capitais locais,

tendo como resultado a concentração do capital, a segregação espacial, a modernização de espaços já valorizados em detrimento das áreas carentes, ou seja, essa forma de governança vem destacando espaços de alto valor comercial na cidade com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que relega e deixa de lado as necessidades sociais de toda a população que vive na cidade. Pois nesse tipo de administração, quando algumas áreas perdem o valor de venda, essas são deixadas de lado e entram em processo de depreciação.

Cosiderações finais

Dessa forma, a política neoliberal, vivenciada na administração pública brasileira desde a década de 1980, veio perpassando a história de forma camuflada, mas foi intensificada nos últimos anos em função da ausência do poder público em detrimento da interferência das grandes corporações no controle do solo urbano, o que aos poucos vai abrindo brechas para o aumento da segregação espacial, pois a elite é beneficiada por ter acesso a espaços privilegiados, em oposição aos grupos vulneráveis. Assim, a crise urbana e social é constantemente agravada por essa ideologia política do empreendedorismo urbano, movida em prol da dinamização da economia e que vem se consolidando enquanto política urbana nacional.

Na cidade de Salvador vem se firmando esse processo que pode ser considerado como uma terceirização do planejamento e da gestão da cidade, ou da transferência das atribuições de controle do uso e ocupação do solo e da formulação de políticas, planos e projetos de desenvolvimento urbano da esfera pública para a esfera privada, e essa gestão é respaldada no discurso do empreendedorismo urbano. Tais planos e projetos apresentados têm em comum a falta de transparência, de discussão, de participação pública efetiva, tendo o repasse das atribuições tradicionais do Estado para uma coalisão de interesses privados como empreiteiras, empreendedores imobiliários, concessionárias e empresas de consultoria, e esses vêm transformando a cidade em espaços de valor de venda e direcionando o seu desenvolvimento em função dos interesses imediatos dos atores dessa união.

Assim, tal é o destaque na competitividade urbana e na mundialização, a qual privilegia a atração de empreendedores e turistas, deixando em plano de fundo ou secundário e até mesmo ignorando as necessidades sociais da maior parte da sua população, concentrando os investimentos nas áreas já valorizadas, sem contemplar a integração com os demais espaços da cidade, e vêm transformando a cidade em um negócio, em que poucos são os privilegiados, e a maioria sofre os seus impactos negativos. Diante desse novo padrão de governança se faz necessário pensar nos impactos territoriais dessas políticas públicas, e questionar se os impactos negativos não estariam sendo mitigados ao invés de reproduzidos e ampliados em cada novo plano/projeto se houvesse uma cultura de avaliação de impactos territoriais efetiva.

REFERÊNCIAS

- A MAIOR alta do mundo. *Exame*, São Paulo: Abril, edição 992, ano 45, n. 9, 2011, p. 34-50, 2001.
- BRASIL. *Lei n. 10.257*, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 26 maio 2017.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization? *Globalizations*, 7(3), 327-345, 2010.
- BOTELHO, Adriano. *A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004*. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 111- 124, 2004.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. *A cidade como negócio*. Salvador: EDUFBA, 2012. 23 p.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador, uma metrópole em transformação. Em: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (org.). *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2014, p. 236-261.
- COELHO-NETO, Agripino. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componente de democratização do ordenamento territorial. In: SILVA, O.; SANTOS E.; COELHO NETO, A. (org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 131-145.

ESPON 2.4.1, *Territorial trends and policy impacts in the field of EU environmental policy*. Final Report, Luxemburgo, ESPON, 2006.

FIGUEIREDO, Adma Harman. Visões governamentais. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MIN, 2005, p. 63-64.

GOMES, Hortênsia. PDDU de Salvador e a apropriação empresarial da cidade. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (org.). *Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: construindo novas possibilidades*. Salvador, Edufba, 2019.

HARVEY, David. *The urbanization of capital*. Oxford, Blackwell and Baltimore (Md), Johns Hopkins University Press, 1985.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 39, 1996, p. 48-64.

MEDEIROS, E. J. A avaliação de impactos territoriais: o Target_TIA. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 37, 3-17, 2014.

OLIVEIRA, Ícaro M. G. de. *O frontispício em disputa: demandas, conflitos e possibilidades reais na borda marítima do Centro Antigo de Salvador*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 2011, 2019.

SALVADOR. *Lei Municipal n. 6.586, de 3 de agosto de 2004*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2004/658/6586/lei-ordinaria-n-6586-2004-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-do-salvador-pddu-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SALVADOR. Prefeitura. *Lei Municipal n. 7.400, de 22 de fevereiro de 2008*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Salvador, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2008/740/7400/lei-ordinaria-n-7400-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-do-salvador-pddu-2007-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 1º dez. 2008.

SALVADOR. Prefeitura. *Lei Municipal nº 9.069*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/906/9069/lei-ordinaria-n-9069-2016-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-salvador-pddu-2016-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos *et al.* *Estratégias de produção da cidade no contexto da neoliberalização: Salvador como exemplo. Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 28, n. 98, p. 627-651, julho 2021.

EMANCIPACIONISMO, FRAGMENTAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Apontamentos para pensar o município¹

ANDRÉ PIRES MACIEL
AGRIPINO SOUZA COELHO NETO

A gestão territorial em escala local adquire novas feições e possibilidades com a constituição de 1988, atribuindo ao município um protagonismo histórico decorrente de um movimento de descentralização que concede maior autonomia político-administrativa e financeira a esses entes federativos (FONSECA, 2006). Todavia, as últimas décadas do século XX foram marcadas por um intenso processo de emancipacionismo municipal, gerando uma fragmentação territorial que apresenta novas possibilidades e desafios para a gestão do território no plano municipal.

Os contornos da nova realidade, proveniente da flagrante dinâmica fragmentadora, produzem um conjunto de implicações geográficas e político-institucionais, envolvendo a área territorial, a população, as infraestruturas, os serviços públicos, a receita e a representação política, que incidem diretamente na dinâmica de gestão territorial. Por isso, objetiva-se com este artigo, analisar as implicações da fragmentação territorial resultante do processo de emancipação de municípios para a gestão do território no âmbito local.

A ênfase neste recorte espacial se explica pelo fato de que, no âmbito da geografia política, os estudos relacionados à fragmentação/

gestão territorial por muito tempo privilegiaram a escala nacional, como foi o caso de Corrêa (1995) ou focalizaram a questão regional, como fez Egler (1995). Entretanto, em tempos recentes, as transformações estruturais da economia, da política e da cultura exigem uma crescente abordagem multiescalar do território, de modo que se torna cada vez mais premente perscrutar as dinâmicas territoriais na escala local. O foco de nossa reflexão é o município que passa pela fragmentação e perde área territorial, uma vez que, até aqui, as pesquisas relacionadas ao emancipacionismo na esfera da ciência geográfica enfatizam as repercussões objetivas e subjetivas do processo para os novos municípios formados, com pouco – ou nenhum – destaque para o município afetado pela desagregação.

Este texto reúne um conjunto de reflexões teóricas que se debruçam sobre três processos diretamente implicados e que envolvem a instituição do município no Brasil. Trata-se (i) da explosão do emancipacionismo municipal, (ii) com a consequente fragmentação territorial e a criação de novos municípios, (iii) engendrando novos desafios e novas oportunidades à gestão territorial dos municípios brasileiros. A empreitada se apoia no debate sobre os conceitos de território, de poder e de Estado, acionados como instrumental que lastreia a reflexão desses expressivos e relevantes fenômenos que animam a vida política e social, demandando, por sua relevância, reflexão sistemática da Geografia Política.

Emancipacionismo no Brasil: da formação territorial à autonomia relativa do município

O fenômeno emancipacionista no Brasil tem apresentado nuances variadas no tempo e no espaço, remetendo a um conjunto de processos econômicos, políticos, institucionais, territoriais e culturais que se imbricam de forma mútua, ora se apresentando em oposição aberta, ora se posicionando em plena convergência. Para discorrer sobre o emancipacionismo municipal, torna-se premente compreender como a dinâmica espaço-poder vai se materializando no país, com seus desdobramentos sobre a emergência das entidades subnacionais, até finalmente alcançarmos o município em sua condição normativa vigente.

O território do Brasil, tal qual se apresenta hoje, começa a ser delineado a partir do processo de invasão capitaneado pelos europeus, sequenciada por uma brutal desterritorialização dos povos originários. Esse é o ponto de partida da sociedade nacional e de sua faceta territorial. A formação territorial do Brasil consiste numa conversão do espaço indígena em domínios de propriedade, dinâmica conhecida como colonização, que se assenta num poder fundiário e territorial. Nesse sentido, Moreira (2011, p. 11) afirma que “Terra, território e senhorio político, num tripé, formam desde então a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil”. A forma territorial predominante instaurada pela colonização portuguesa foi o latifúndio, base geográfica para instituição das relações de poder e cujos desdobramentos ainda podem ser notados na organização sociopolítica atual.

Nesse contexto, vale destacar que todo o arranjo colonial tem como centro a fazenda de lavoura, que, por sua vez, se estruturava em *plantation*. É com ela, segundo Moreira (2011), que se inicia a quebra do arranjo espacial indígena, calcado em valores comunitários, e se impõem o valor de troca e as leis do mercado. Aqui é relevante apontar a centralidade da força de trabalho escrava, proveniente da África, organizada numa renda de estrutura fundiária de natureza pré-capitalista com uma base de relação mercantil.

Em concomitância com a dimensão econômica, é preciso considerar que um fato geopolítico crucial acelera a incursão portuguesa pelo interior de sua colônia americana: a unificação das coroas ibéricas, em 1580. Com isso, Tordesilhas, a primeira fronteira implantada pelos europeus nessas terras, deixa de ter sentido, de forma que esse período é marcado, por um lado, pela grande expansão territorial e, por outro, pelos fracionamentos – domínio holandês na zona da mata, quilombo dos palmares, territórios missionários e colônia do Maranhão – da soberania portuguesa sobre sua colônia. Somente na segunda metade do século XVII, com o fim da união ibérica, ocorre um processo de recuperação da soberania portuguesa sobre esses espaços (MORAES, 2001).

Estavam dadas as condições para o estabelecimento dos tratados internacionais que delimitariam as fronteiras do Brasil: o Tratado de Santo Idelfonso e o Tratado de Madri. Por meio deste último se

delineiam efetivamente as linhas divisórias entre as possessões portuguesas e espanholas neste hemisfério (PRADO JÚNIOR, 2011). A partir desse momento, o sistema colonial entra em crise. O processo de independência em 1822, a forma monárquica adotada e a não fragmentação do território devem ser entendidos não apenas na perspectiva da manutenção do escravismo, mas também da existência de grandes fundos territoriais (MORAES, 2001).

Qualquer tentativa de entendimento sobre a dinâmica da formação territorial do Brasil, contudo, será sempre superficial se privilegiar apenas as vertentes jurídico-política e econômica do território, num viés eurocêntrico, desconsiderando as múltiplas territorialidades, as resistências e as potências criativas dos povos originários e dos negros. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2017) afirma que, com a difusão por todo o mundo de um mesmo tipo de territorialidade – o Estado Territorial – e de um mesmo padrão de instituições imposto pela moderno-colonialidade com base na experiência europeia, outras territorialidades e outras modalidades de resolução de conflitos foram desqualificadas e invisibilizadas, como se os europeus tivessem encontrado a chave da natureza humana, levando, com isso, a um grande desperdício de experiências da humanidade.

De todo modo, fruto da dialética instaurada nessas terras a partir do confronto entre o ideário de organização social e espacial hegemônico importado da Europa e as territorialidades “alternativas” dos povos originários e dos africanos, a formação territorial brasileira nos lega a figura do município, o qual se estabelece e passa a compor a paisagem político-territorial do Brasil.

A emergência da figura do município, articulado ao processo emancipacionista, no território brasileiro ocorre no âmbito de uma dinâmica marcada pelo jogo centralização *versus* descentralização, bem como por perdas e ganhos em matéria de autonomia. No olhar aguçado de Faoro (2001 [1967], p. 165), a dispersão territorial e o localismo anárquico que emergiam no início da colonização estimularam um processo de concentração do poder e instituição do Governo Geral em 1548, como instrumento de comando e de controle do território, sendo considerados como uma “obra de centralização e de construção do reino, desafiada e empreendida contra muitas rebeldias autonomistas”.

O município foi uma forma territorial instaurada pela Coroa Portuguesa para garantir o controle político da vida local, para assegurar a arrecadação de tributos e rendas, assim como para viabilizar o povoamento do território. Sua fórmula político-administrativa comporta um aparente paradoxo: o estabelecimento de um poder local no âmbito de uma arquitetura territorial centralizada, expressando a dialética centralização-descentralização.

Para dominar as populações dispersas fixou-se o estatuto do governo local. Na verdade, o município, na viva lembrança dos êxitos da monarquia, foi instrumento vigoroso, eficaz, combativo para frear os excessos da aristocracia e para arrecadar tributos e rendas. [...] O modelo serviria, além disso, a outro propósito, também coevo à corrente municipalista portuguesa: o povoamento, com a disciplina dos moradores (FAORO, 2001 [1957], p. 170).

O ente municipal enquanto estratégia de organização político-administrativa e territorial constitui uma antiga instituição; do seu surgimento até os dias atuais, o município brasileiro tem passado por mudanças significativas no que concerne a sua função e importância dentro da engenharia político-administrativa do país (FONSECA, SANTOS e BOROWSKI, 2014). De acordo com Cataia (2001), o município nasce com o Direito Romano e se expande por boa parte da Europa, atingindo Portugal e deste é transplantado para o Brasil.

No período da colônia, a cidade, sede do pelourinho e da câmara, gera o arranjo de limites do município, o qual representa a base de organização político-administrativa do território colonial. No dizer de Moreira (2020, p. 170), “é a cidade que organiza, via Câmara, o município, a um só tempo em nome da fazenda e da coroa [...]”. É um ente de poder do Estado e da fazenda”. Paradoxalmente, a independência significa uma perda de autonomia do município, com a instituição, em 1828, da primeira Lei Orgânica dos Municípios, que subordina os municípios às províncias e, com a Lei de Terras de 1850, a qual, por sua vez retira do âmbito municipal a exclusividade na prerrogativa de normatizar a concessão de terras (CATAIA, 2001). Com a Proclamação da

República (1888) e a Carta Constitucional de 1891, implanta-se o sistema federativo brasileiro, mas este, segundo Souza (2015), não trouxe os resultados esperados para o ente municipal, pois os acordos estabelecidos em face da proeminência dos estados-membros e da política dos governadores enfraquecem a autonomia municipal.

Após um breve ganho de autonomia com a Constituição de 1934, o município cai novamente no ostracismo na esteira da emergência do Estado Novo (1937-1945), regime político autoritário, que fecha as casas legislativas em todos os níveis (CATAIA, 2001). No pós-guerra, a redemocratização, a urbanização, o incremento da industrialização e o avanço da integração nacional exigem um novo pacto territorial. A partir da Constituição de 1946, os municípios conquistam maiores autonomias. Segundo Cataia (2001), pela primeira vez o município consta como um ente federativo e passa a acessar uma parcela da arrecadação federal do imposto sobre a renda, sendo esse estímulo decisivo para a criação de centenas de novos municípios em todo território nacional.

De fato, houve uma explosão no número de novos municípios. De acordo com Cigolini (1999), em 1940 havia 1.574 municípios e, em 1950, já eram 1.889 unidades. Entre 1950 e 1960, surgiram mais 877 e, somente entre 1960 e 1963, criaram-se mais 1.469 municípios, totalizando 4.234 unidades. Em menos de 20 anos, o número de municípios dobrou, algo relevante para um intervalo de tempo tão curto. A Tabela 1 explicita essa dinâmica.

O panorama do municipalismo brasileiro se altera a partir de 1964, com o golpe civil-militar que instaura o regime autoritário, de caráter centralizador. Como resultado, muitos municípios foram extintos e os que permaneceram perderam parte dos seus direitos, a exemplo do funcionamento regular da câmara de vereadores e da escolha por sufrágio universal de seus prefeitos – foram impostos prefeitos biônicos em capitais e em cidades tidas como estratégicas para a “segurança nacional”. Com a Constituição de 1967, os estados perdem o poder sobre a criação de municípios. Segundo Cataia (2001, p. 82), “de 1964 a 1980 o número de municípios no Brasil manteve-se no mesmo patamar, chegando inclusive a diminuir de 1963 a 1965. Só em 1990 é que o número de municípios chegou a ser maior que o do ano de 1963”.

Tabela 1 – Número de municípios brasileiros (1940-2010)

Ano	Número de municípios	Taxa de crescimento
1940	1.574	-
1950	1.889	20,01%
1960	2.766	46,42%
1970	3.952	42,87%
1980	3.391	-14,19%
1991	4.491	32,43%
2000	5.507	22,62%
2010	5.560	0,01%

Fonte: IBGE – Censo demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A retomada democrática situa a questão novamente em outra perspectiva. Nas últimas quatro décadas o processo emancipacionista tem sido intenso, tanto em quantidade como em amplitude espacial. Em 1980, havia no Brasil 3.391 municípios, enquanto em 2021 são 5570. De acordo com Cigolini (2014), com a redemocratização do país, a partir do ano de 1985, pode-se dizer que a criação de municípios assume outro padrão. As marcas desse período são a simultaneidade e a coexistência tempo-espacial do fenômeno, pois municípios foram criados tanto no litoral, nas áreas de ocupação mais antigas, quanto naquelas áreas de ocupação mais recentes.

A Carta de 1988 propicia aos municípios autonomia política, administrativa e financeira, as quais se expressam em: eleição direta para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, arrecadação de tributos de sua própria competência, organização de serviços públicos como limpeza urbana, transporte coletivo, entre outras questões (FONSECA, SANTOS e BOROWSKI, 2014). Todavia, nem tudo sai como imaginam os municipalistas. Houve certa frustração de expectativas, pois, se por uma lado ocorreu a ampliação das responsabilidades municipais, especialmente no âmbito da execução das políticas, por outro se deu mesmo foi uma redução de sua autonomia, mais especificamente no terreno da capacidade local de decisão, regulação, cooperação e coordenação

federativa para criação de políticas públicas e para ampliação da base econômica dos municípios (FONSECA, 2020).

Alimentado por estratégias de organização do território e por dinâmicas econômicas subjacentes, o fenômeno emancipacionista se alastra no tempo e no espaço e, apesar dos limites, confere relevo aos entes subnacionais – especialmente ao município – contribuindo assim para o crescente processo de fragmentação territorial.

Fragmentação territorial: política e economia entrelaçadas

No Brasil, essa dinâmica fragmentadora tem sido alimentada pelas forças do capital e pelos agentes políticos dominantes, como forma de facilitar a reprodução capitalista e de viabilizar a gestão territorial, respectivamente. A reflexão sobre território torna-se basilar para o entendimento do fenômeno da fragmentação. Nesse sentido, um marco nesse percurso reside na obra clássica de Friedrich Ratzel, um dos responsáveis pela sistematização da geografia. O território é uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano (RATZEL, 1990). Nessa perspectiva, trata-se de um espaço organizado por um sujeito bem delimitado, a saber, o Estado, e circunscrito à escala nacional. Na tradição jurídico-política ratzeliana, o espaço vital entra em cena e o território é concebido como o nexos que une a criatura humana à Terra, sendo assim a ligação natural que une Estado e sociedade ao seu solo (RATZEL, 1990).

Numa chave interpretativa similar, mais especificamente no que se refere à prevalência do Estado como agente territorial fundante das manifestações territoriais, Gottmann (2012) articula componentes materiais e processos políticos para encetar sua conceituação de território, para o qual se refere a uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Trata-se de um recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Mas esse autor, embora considere o mesmo sujeito estatal como protagonista, diferentemente de Ratzel, não restringe necessariamente a discussão à escala nacional, completando em seguida: “[o Território] descreve a arena espacial do sistema político

desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia” (GOTTMANN, 2012, p. 523). Assim, o autor contempla em sua abordagem territorial as instâncias subnacionais, que nos permitem pensar no município, faceta das instituições do Estado corporificadas no âmbito local.

Na esteira das transformações econômicas e políticas materializadas pela expansão contínua do capital, sobretudo nas últimas décadas do século XX, emergem novos prismas para o tratamento do território. Têm ganhado corpo perspectivas analíticas de natureza multidimensional e multiescalar. Haesbaert (2019) enfatiza o viés multidimensional do conceito, afirmando que o território se estabelece num *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. A carga mais concreta está associada ao valor de troca, enquanto a simbólica se vincula ao valor de uso.

A outra perspectiva, a da multiescalaridade da territorialidade, se assenta em pelo menos três elementos basilares – a flexibilidade, a descontinuidade e a superposição –, concebidos através do movimento tempo-espaço conjugados (COELHO NETO, 2013). O elemento da flexibilidade ultrapassa a rigidez dos limites de outrora. “O [território] pode e deve ser aplicado às mais diferentes escalas e situações – inclusive àquelas do cotidiano, tradicionalmente negligenciadas pelas pesquisas geográficas, com sua tradicional ‘visão de sobrevoo’ [...] – realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais” (SOUZA, 2013, p. 103-104). O elemento da descontinuidade tira a primazia absoluta do antigo formato zonal e dá margem para a lógica reticular tão bem expressa pelo território-rede (HAESBAERT, 2019) das corporações e de instituições diversas que conectam pontos espalhados por todos os continentes. Já o elemento da superposição rompe com a ideia de uso exclusivo do território, pois os sujeitos engendram territorializações que vão além do contexto da produção material e dos aparatos políticos tradicionais, e, por isso, são múltiplos, diversos, multiescalares e até coexistentes numa mesma escala.

Dentre as variadas dinâmicas que perpassam o território na contemporaneidade, a fragmentação territorial é uma das mais instigantes,

ocupando uma posição de destaque na presente reflexão. Trata-se de um processo inerente à reprodução da vida social que reflete tanto movimentos de base que irradiam pressões desestabilizadoras a jusante como energias desagregadoras provenientes do topo da ordem normativa da institucionalidade e do capital.

Fragmentar o espaço, ao longo do tempo, em capitânias, províncias, estados, regiões, municípios e distritos, atende a um anseio de “ocupação” e de otimização da gestão do território, por parte dos colonizadores e das nascentes elites nacionais, tanto no regime monárquico como no republicano. Durante seu percurso histórico, o Brasil vive momentos variados, ora de maior estabilidade, ora de aceleração da fragmentação territorial. No período pós-Constituição de 1988, tal dinâmica se intensifica, pois se avolumam propostas de criação tanto de estados como de municípios. Conforme Cigolini (1999), a criação do Estado do Tocantins em 1988, os frequentes debates sobre a criação de outros estados, como os movimentos ainda não concretizados de criação do Estado do Carajás (COELHO, 1996) e do São Francisco (HAESBAERT, 1997), bem como os movimentos pela criação de novos municípios, são exemplos que evidenciam a dinâmica da fragmentação territorial em curso no Brasil.

Para Cataia (2001), quanto mais o território se moderniza, com suas camadas técnicas, maior é a necessidade de regulação política. Esse autor afirma que a ocupação do território brasileiro e sua integração é também a história da superação das barreiras naturais e da produção de outras artificiais. A cada novo subespaço conquistado, novas fronteiras são delineadas, novos limites são demarcados no território, novos municípios são criados: por isso o território é a memória da história.

A fragmentação do território reflete também uma ampliação da densidade demográfica, da urbanização e maior complexidade da base material da sociedade. A expansão do capital, ancorada no movimento produção-circulação-distribuição-consumo, interioriza redes urbanas que, em última instância, servem aos propósitos da acumulação. Desse modo, “do ponto de vista econômico, a fragmentação do território, expressa na criação de novos municípios [...], insere-se no contexto

internacional de reprodução do capital, que tinha como exigência básica a ampliação do mercado consumidor” (GOMES, 2015, p. 233).

A fragmentação é um dado da organização espacial. Como revelam as divisões dos estados e dos municípios no Brasil, a fragmentação é prática comum na dimensão político-institucional, mas também é um processo inerente à esfera econômica, já que as próprias empresas, quando intensificam suas atividades, utilizam dos mesmos expedientes, conforme argumenta Corrêa (2000, p. 37):

No processo de produção do espaço há uma inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço. Este é dividido em unidades territoriais controladas por uma comunidade aldeã, uma cidade-estado, uma organização religiosa, o Estado moderno, poderosas empresas ou grupos que se identificam por uma determinada porção do espaço.

Embora muitas vezes apareçam entrelaçados, é preciso, contudo, diferenciar os processos de fragmentação dominantes na dimensão econômica daqueles vigentes na esfera política. São fenômenos que podem apresentar graus, ritmos, objetivos e naturezas distintas – e, às vezes, contraditórias. Isso porque no primeiro caso, o interesse central é conferir fluidez no sentido de acelerar os ciclos de acumulação, enquanto no segundo, a lógica primordial se assenta no controle territorial, que pode, inclusive, se basear em múltiplos recortes. Nessa vertente, Raffestin (1993, p. 176) afirma:

A tessitura é o trunfo fundamental na relação que se instaura em vários níveis entre organizações econômicas e organizações políticas. As primeiras têm um interesse evidente em anular os obstáculos, para tornar o espaço territorial isotrópico tanto quanto possível [...]. Já as organizações políticas, sobretudo as que se inspiram no princípio de centralização, têm interesse em recortar, em subdividir para melhor assentar seu controle; favorecem um espaço territorial anisotrópico, de maneira a evitar a possível ocorrência dos fenômenos de difusão. Eis a grande diferença: num caso trata-se de favorecer a difusão, no outro trata-se de impedi-la, eventualmente.

As propostas de fragmentação, contudo, podem, muitas vezes, articular interesses políticos e econômicos convergentes, que não estão necessariamente dissociados e que não se antagonizam ou se contra-põem. Isso porque a lógica fragmentadora é impulsionada pela divisão social do trabalho, detentora de feições territoriais e políticas próprias, as quais acabam se constituindo como importantes condicionantes do processo geral de acumulação. A expansão do capital se beneficia da fragmentação de diversas formas. Quanto mais repartições no espaço, maiores são, por exemplo, as possibilidades de legislações trabalhistas, ambientais e tributárias favoráveis à alocação de investimentos. Cataia (2001, p. 17) enfatiza:

De fato, com o advento do capitalismo, em todos os países do mundo produziram-se novas fronteiras internas, funcionais à produção. À medida que novas formas de produzir foram sendo desenvolvidas, novas fronteiras foram sendo exigidas. Por isso a divisão social e territorial do trabalho junta-se a divisão política do território, base da propriedade privada, da produção e de todo poder político [...].

Assim, embora atrelada à dimensão econômica, já que se remete a maior carga técnica e a objetos geográficos que propiciam fluidez e elevação da produtividade, a fragmentação é efetivada na prática pelas instituições que compõem o Estado, num processo intenso de delineamentos de limites e fronteiras. Dessa forma, a relação entre território e divisão é uma reflexão pertinente para entender a criação de municípios no Brasil, já que implica uma concepção jurídico-política do território (CIGOLINI, 1999). Mas só essa perspectiva não é suficiente para apreender a dinâmica fragmentadora em curso. Não circunscrito apenas aos limites estreitos do Estado, o poder cumpre um papel relevante nessa dinâmica, em face de suas ramificações por variadas vertentes que deságuam em rupturas, acomodações e saltos qualitativos na ordem socioterritorial.

Examinemos, então, as formas como o poder, do macro ao micro, opera no sentido da fragmentação. Sendo um dos principais geógrafos a se debruçar sobre o assunto, Rafestin (1993, p. 169) afirma:

Sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer. O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade *versus* descontinuidade. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites. Não é excessivo pretender que o poder, para se manter ou se reorganizar, tem necessidade de se apoiar sobre esse jogo geométrico dos limites. É um jogo paradoxal, permanente.

A perspectiva foucaultiana leva o poder para além da seara do Estado e o considera por um viés relacional, de multiplicidade de forças imanentes as relações econômicas, sexuais, de conhecimentos, dentre outras. Diz respeito às correlações de forças múltiplas intrínsecas ao mundo do trabalho, do ambiente familiar e das instituições, conformando uma complexa microfísica do poder. Foucault (2020, p. 102-103) afirma:

O poder vem de baixo. [...] Deve-se [...] supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergência desses afrontamentos locais.

Constitui-se num relevante trunfo analítico articular as formas vivas e múltiplas de manifestação do poder – tal qual Foucault apresentou – com seus processos de cristalização, os quais podem se materializar na figura do Estado. Nesse sentido, independentemente da dimensão do território sobre o qual o Estado projeta seus tentáculos, a divisão tem sido sua operação privilegiada como tática e como técnica de organização, tanto no que se refere ao ato de gerir interesses na esfera social, como no sentido de viabilizar a governança no âmbito espacial.

A despeito da perspectiva conservadora, a origem e o sentido do Estado repousam na ampliação da complexidade do corpo social, com

suas dinâmicas produtivas, variedades culturais e crescentes contradições em seu tecido, expressas de forma cristalina por meio de suas classes. Conforme Engels (2012) assevera, o Estado é um produto da sociedade, quando esta chega a certo grau de desenvolvimento e passa a ser dividida por antagonismos inconciliáveis. Mas, para que tais classes com interesses colidentes não se devorem, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais em função dos interesses da classe dominante, é o Estado.

Sob o modo capitalista de produção, o Estado se apresenta como uma terceira parte, além do capital e do trabalho, de forma que suas instituições pretensamente são dimensões apartadas dos exploradores e dos explorados. Seus aparatos cumprem não apenas a função repressiva, mas de constituição social e de valorização do valor. Segundo Mascaro (2013, p. 18), “a sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho”.

Num país diverso como o Brasil, para atender as especificidades regionais, o Estado nacional se organiza do ponto de vista político-administrativo no formato federativo. A institucionalidade é mobilizada para equilibrar os antagonismos calcados na concentração-desconcentração e para arrefecer as tensões originadas no complexo territorial contraditório que serve de substrato à nação. Conforme Castro (2005) advoga, o pacto federativo é um acordo de base territorial no qual grupos dispersos no território organizam-se em busca da harmonização entre suas demandas particulares e os interesses gerais da sociedade que se almeja formar.

Novos desafios são impostos ao federalismo a partir, por um lado, da irrupção do processo de industrialização, criador de uma nova divisão territorial do trabalho, e, por outro, do avanço da urbanização, a qual engendra uma rede urbana complexa, na qual o município passa a cumprir novos papéis. Segundo Moreira (2020), o embrião de

sociedade civil que vai surgindo na cidade atua como fonte de origem da demanda que está por vir e a nova composição da população vive agora novos valores, modos de representação e formas de demanda política, os quais, por sua vez, exigem outro tipo de Estado, de governo e, assim, de cidade, federação e federalismo. Contemplar tais demandas constitui-se num dos desafios da gestão territorial.

Gestão territorial: mudança na perspectiva escalar

Chegamos, assim, ao âmago de um fenômeno que se inscreve na esfera da intersecção entre a política e o território. Limites delineados, instituições edificadas e sujeitos sociais e políticos em permanente disputa: estão dadas as condições objetivas e subjetivas para a gestão territorial. Assim, “a fragmentação, sob a ótica da institucionalização administrativa do território, cria a condições da gestão do território, na medida em que possibilita a formação de uma elite política local, bem como a consciência política do território, isto é, cria uma territorialidade” (GOMES, 2015, p. 233).

Diferentemente de outros tipos de gestão – como a ambiental – a gestão territorial, especialmente aquela que incide no nível local, é um conceito ainda em construção nos círculos acadêmicos. Começamos então pela abordagem mais ampla, situada comumente na escala nacional. Nessa perspectiva, Corrêa (1992, p. 35) afirma:

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade.

Para esse autor, trata-se da faceta espacial do processo de gestão em geral. Já para Argento (1993, p. 164), “a gestão territorial está

associada ao ato de gerir, isto é, de fornecer um alicerce conceitual básico para que se possa administrar, com eficiência, um espaço geográfico definido – o território”. Aqui se diferencia gestão de gerenciamento, sendo este último vinculado a um conjunto de procedimentos voltados para a efetivação do primeiro.

O *Diccionario de geografía aplicada y profesional* (TRIGAL, 2015) apresenta uma definição de Gestão Territorial, destacando a implementação de ações com rebatimento na configuração do território, envolvendo infraestruturas institucionais, recursos econômicos e capacidades profissionais, mas prevendo também um diálogo com os atores territoriais:

Implementación de un conjunto de acciones institucionales sobre el territorio, encaminadas a conseguir los objetivos emanados de una política de planificación en la que se señalan directrices para configurar un modelo territorial deseable. La praxis o intervención territorial demanda continuidad, una infraestructura institucional, recursos económicos y capacidades profesionales para la interlocución con diversos actores. También involucra instrumentos de rendición de cuentas y evaluación de resultados (TRIGAL, 2015, p. 296).

Alguns autores identificam a modernidade como ponto de partida desse processo, pois “a gestão do território é a prática estratégica, científico-tecnológica, do poder no espaço-tempo” (BECKER, 2012, p. 129). Essa perspectiva adotada pela referida autora incorre no direcionamento do debate para a vertente de uma instrumentalização do conceito em voga, o qual ganha ares de uma pretensa neutralidade, quando se sabe que a realidade social é sempre contraditória e marcada pelos antagonismos de classes na organização do território, que, por sua vez, expressa interesses setoriais, inclusive no manejo do conhecimento científico vigente e do arsenal tecnológico disponível. Nesse sentido, “é no contexto dessas complexas relações sociais, envolvendo poder e opressão, que os territórios são apropriados, definidos, organizados e gerenciados [...]” (FONSECA, 2020, p. 477).

Para Barajas (2015, p. 296), a gestão territorial consiste em uma das fases do ordenamento do território, envolvendo também a análise territorial, o diagnóstico e uma proposta de planejamento territorial. Contudo, a gestão territorial implica a formulação de instrumentos normativos e acordos sociopolíticos, pois “la gestión implica la búsqueda de consensos, si ello fracasa pueden surgir nuevas fuentes de conflicto o de actitudes de rechazo o indiferencia hacia los asuntos colectivos asociados al territorio”.

No Brasil, entre o período desenvolvimentista e o declínio da ditadura militar, constitui-se a era de ouro da gestão territorial na escala nacional. Segundo Azevedo Júnior e Cândido da Silva (2011), a gestão do território era direcionada principalmente pelo Estado, cujo ápice ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, quando o regime autoritário fomenta uma integração econômica e a ocupação dos espaços “vazios”, e nas grandes intervenções de caráter desenvolvimentista para viabilizar as infraestruturas necessárias à reprodução do capital no país. O Estado assume o papel de sujeito criador de facilidades para a acumulação do capital. “Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas e o Estado são, efetivamente, os principais agentes da gestão do território” (CORRÊA, 1995, p. 83).

Em tempos de compressão do tempo-espço (HARVEY, 1992), contudo, a gestão territorial deve ser analisada não apenas sob o prisma dos múltiplos sujeitos que a empreendem, como também de sua multiescalaridade. Na vertente escalar, Berta Becker, que priorizou em muitos de seus trabalhos (como em BECKER, 1982) a escala nacional – e mesmo a regional – em suas últimas obras passou a considerar os processos e fenômenos vigentes na escala local. Transformam-se as relações entre Estado e território, impactando as práticas e o conceito de gestão. Nesse sentido, “outros movimentos se configuram, relacionados à organização e resistência sociais em todas as escalas de análise, não contemplados nas questões que focalizam a macrofísica do poder, dominante na escala global” (BECKER, 2012, p. 127).

Ganha relevo “a escala municipal, uma vez que esta é considerada por muitos como a mais exequível para a gestão territorial do desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental” (FONSECA, 2020,

p. 476). Num contexto dominado pela forte internacionalização do capital, pela reestruturação produtiva e pela abertura política, seria inconcebível enclausurar a gestão territorial no âmbito nacional. Nesse sentido, “o absurdo de querer administrar tudo ‘de cima’ torna-se cada vez mais patente. As instâncias superiores podem e precisam ajudar, e inclusive organizar o controle, mas a iniciativa e o ordenamento das ações têm de ser eminentemente locais” (DOWBOR, 2016, p. 27).

Nessa direção, Coelho Neto (2016) propõe pensar a democratização da gestão e do ordenamento territorial segundo dois pares de processos confluentes. O primeiro se refere ao processo de “descentralização político-administrativa” e à participação social factível na escala local. O segundo equivale à ativação/qualificação das redes socioterritoriais (implicadas em/com seus territórios) e o fortalecimento da territorialidade (entendida como o conteúdo espacial da ação social). Desse modo, a descentralização/participação/territorialização, considerando as instâncias decisórias locais e regionais, apontaria possibilidades para uma gestão territorial mais democrática, refletindo de forma mais próxima os anseios da população nos mais diversificados recantos do país.

No bojo do movimento de fortalecimento do município, enquanto ente federativo, tornou-se possível apontar, conforme Fonseca (2011), três grandes modelos de gestão do território adotados pelos governos locais: o modelo gerencial, o ativismo democrático e o empreendedor. É preciso ressaltar que “não houve ainda a substituição completa do modelo mais tradicional, gerencial, apesar de todas as mudanças externas e internas que vêm ocorrendo desde o final do século passado no mundo e no Brasil” (FONSECA, 2011, p. 64).

O município é o recorte espacial onde a intervenção das instituições se manifesta concretamente, materializando-se sob a forma de gestão territorial, seja num processo verticalizado, imposto desde a escala nacional, seja obedecendo a uma dinâmica horizontal, calcada nas diversas organizações sociais criadas no seio de relações da contiguidade espacial.

Considerações finais

A velha máxima inglesa do “dividir para reinar” constitui-se num mecanismo norteador da organização do território. No contexto brasileiro, ocorre um processo voraz de criação de municípios, acompanhado de novas institucionalidades responsáveis pelo ordenamento legal de uma ocupação territorial muitas vezes guiada pelo processo anárquico da difusão desigual das forças produtivas. Conforme Nunes e Garcia (2011), é possível afirmar que a fragmentação municipal continuará ocorrendo no Brasil, a julgar pela grande extensão territorial de inúmeros municípios brasileiros, o que, por si só, torna-se um empecilho à gestão pública.

Por se localizar no bojo complexo das relações dialéticas entre permanência e mudança, forma e estrutura, espaço absoluto e espaço relativo, continuidade e descontinuidade, extensão e coexistência, a fragmentação se constitui num fenômeno de eminente cariz geográfico. De acordo com Castro (2000), quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas alteram com o tamanho é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões.

Todavia, a mudança não pode ser situada num patamar de evolução linear, que beira um fatalismo mecanicista, como se os processos que a desencadeiam não fossem prenhes de contradições, tensões e constrangimentos variados. Num raciocínio dialético reconhecem-se as mudanças territoriais como tributárias do jogo de forças antagônicas e, longe de engendrar cenários totalmente novos, elas carregam consigo elementos arcaicos, os quais perdem a proeminência, mas de modo residual eventualmente ainda interferem nos arranjos de espaço-poder. Além disso, nem sempre a mudança da forma vem acompanhada pela transformação das estruturas subjacentes, isto é, é necessário fazer uma distinção entre aparência e essência. Afinal, é o caso de se questionar: o encurtamento das distâncias físicas significa uma efetiva aproximação sociopolítica entre o Estado – no nível micro – e a sociedade, com resultados objetivos que possam representar uma mudança qualitativa dos novos territórios, sejam eles remanescentes ou criados?

Seja como for, o processo de fragmentação territorial facilita a irrupção de uma nova correlação de forças políticas definidora da gestão territorial nos fragmentos resultantes da divisão. A mudança de malha territorial implica uma nova estrutura de poder (RAFFESTIN, 1993). Mapear o alcance do poder dos agentes sociopolíticos nos novos contextos torna-se uma tarefa crucial.

Destarte, o cenário municipal pós-fragmentação apresenta desafios para a gestão territorial, os quais residem não apenas no caráter da representação política, mas também na natureza da materialidade e dos serviços públicos e nas novas condições concretas com as quais passa a contar o poder local. Considerar a gestão territorial somente a partir do primado da técnica, obnubilando a orientação de classe que guia o preenchimento dos cargos estratégicos do Estado e suas consequentes ações estruturantes, consiste em adotar uma visão parcial do problema. Segundo Mészáros (2021), na ausência de uma igualdade substantiva, predominam determinações formais tendenciosamente exploradoras de classe por parte dos indivíduos sociais, e o Estado usurpa o poder de tomada de decisão. Nessas circunstâncias se estreitam as possibilidades de saltos qualitativos na transformação material do território, bem como em suas modalidades de apropriação subjetiva.

REFERÊNCIAS

ARGENTO, Mauro Sérgio Fernandes. A atuação dos geógrafos e físicos na gestão do território: experiências. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 55, n. 1, p. 163-166, jan./mar. 1993.

AZEVEDO JUNIOR, R. S; CÂNDIDO DA SILVA, R. Os conceitos de “gestão” na Revista Brasileira de Geografia entre 1980 e 2005. In: *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa (PR), v. 2, n. 1, p. 129-136, jan./jun. 2011.

BARAJAS, L. F. C. Gestión Territorial. In: TRIGAL, Lorenzo López (dir.). *Diccionario de geografía aplicada y profesional*: Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio. Leon: Universidad de León, 2015.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, v. 2, N.1, p. 117-150, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/1846>. Acesso em: 18 de maio 2021.

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CATAIA, M. *Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 163, 2001.

CIGOLINI, A. A. Ocupação do território e criação de municípios no período republicano brasileiro. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de diciembre de 2014, v. XIX, n. 1101 Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1101.htm>. Acesso em: 12 maio 2021.

CIGOLINI, A. A. *A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná*. 1999. 107 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COELHO NETO, A. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia*, Niterói, v. 15, p. 23-52, 2013.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componentes de democratização do ordenamento territorial. In: SILVA, O. A.; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. (org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 131-145.

CORRÊA, R. L. Corporações, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 3, p.115-121, jul./set. 1992.

CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n1.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

DOWBOR, L. *O que é poder local*. Impertriz, MA: Ética, 2016.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-238.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001 [1957].

FONSECA, A. A. M. Gestão do território em municípios da Bahia: um estudo comparativo. *GeoTextos*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 59-81, jul. 2011.

FONSECA, A. A. M. *Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após o processo de descentralização*. Feira de Santana: UEFS, 2006.

FONSECA, A. A. M. Localismo, desempenho institucional e (in)justiça territorial. *Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografía*, v. 29, n. 2, p. 473-492, jul./dic. 2020.

FONSECA, A. A. M.; SANTOS, L. L. F.; BOROWSKI, L. M. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1082-1090.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

GOMES, R. C. C. A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. *Sociedade e Território*, Natal, v. 27, n. 1, p. 231-250, jan./jun. 2015.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para além do leviatã*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. *GEOGRAFARES*, Vitória, n. 2, jun. 2001.

MOREIRA, R. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. *A formação espacial brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

NUNES, M. A.; GARCIA, R. A. Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém-criados. *Geografia, Artigos Científicos*, v. 11, n. 1, p. 108-127, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. In: MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

SOUZA, M. J. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, R. A. Análise das estratégias para emancipação municipal: um estudo comparado entre distritos emancipados e não emancipados. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFBA, Salvador/Ba.

TRIGAL, Lorenzo López (Dir.). *Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio*. Leon: Universidad de León, 2015.

O DIREITO À MORADIA DIGNA NO BRASIL

Os desafios para igualdade de gênero nas políticas habitacionais

PATRÍCIA DOS SANTOS FRANCISCO

LYSIE REIS

O presente artigo é produto da pesquisa em andamento, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, da Uneb. O estudo em questão tem por objetivo analisar as políticas habitacionais como meio de garantir o acesso à moradia digna, com ênfase dada ao programa Minha Casa Minha Vida.

Na perspectiva de gênero, o Programa Minha Casa Minha Vida representa um avanço importante na defesa dos direitos da mulher no âmbito habitacional. Desse modo, é necessário discutir a sua dimensão no acesso da mulher à moradia digna no país. É certo que boa parte das mulheres, principalmente aquelas que chefiam o lar, habita em moradias precárias. Essa informação pode ser justificada com base em dados apresentados no decorrer do texto, oriundos de estudos com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação José Pinheiro.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo contribuir com o debate a respeito do direito à moradia digna para a mulher, através do Programa Minha Casa Minha Vida, buscando analisar a dimensão do programa na redução do déficit habitacional e garantia da moradia adequada para as mulheres. Entende-se que a desigualdade de gênero ainda é algo que faz parte da sociedade brasileira, o acesso ao mercado de trabalho e a

remuneração são fatores que *reduzem* a mulher à conquista de direitos básicos, como a moradia, o que justifica a necessidade de ampliar a discussão sobre políticas públicas habitacionais como ferramenta de acesso, em partes, para garantir à mulher o direito à moradia.

Como uma das referências para análise, adotou-se a categoria de gênero por entender a importância de dialogar sobre o termo, para afirmar a compreensão a respeito das políticas públicas como meio de alcançar a igualdade e a justiça de gênero¹. Refletir sobre os direitos da mulher, na perspectiva habitacional, significa pensar numa lacuna histórica da política brasileira, que, por muitos anos, permaneceu omissa diante das necessidades sociais da mulher. É refletir, como numa população em que as mulheres configuram a maioria, trabalham e contribuem para o desenvolvimento econômico do país, por que boa parte destas vive em moradias inadequadas.

Gênero e direito à moradia no Brasil

O termo *gênero* pode ser utilizado para referir-se às relações de poder entre homens e mulheres, como defende Soares (2004). Para a autora, o termo diz respeito à construção da identidade sexual, que designa as pessoas desenvolverem diferentes papéis a partir de construções sociais. Desse modo, discutir gênero nos dias atuais faz-se necessário para entendermos as lutas feministas urbanas nas conquistas de seus espaços nas cidades brasileiras.

É claro que a discussão de gênero nesse contexto é complexa e desafiadora diante de uma sociedade construída à base de padrões preconceituosos, que, por muito tempo, limitou e excluiu a mulher de exercer direitos sociais e políticos. Embora a luta feminista tenha alcançado conquistas importantes de direitos da mulher, é necessário refletir até que ponto essas conquistas de fato atenderam as suas necessidades humanas, sociais e políticas.

1 A igualdade de gênero pode ser compreendida como a eliminação das desigualdades sociais entre homens e mulheres; é um dos objetivos que devem guiar as políticas para superar a pobreza (SOARES, 2003).

A partir da leitura de Carneiro (2003), entende-se como feminismo o movimento de mulheres que lutam pela igualdade social e pelos direitos da mulher. É um ato social, que transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Trata-se, segundo a autora, da politização de mulheres. No contexto social, faz com que esses sujeitos, a partir dos lugares em que estão inseridos, assumam diversos olhares que desencadeiam processos particulares na luta de cada grupo.

A discussão de gênero, no Brasil, destacou-se a partir dos anos 1980, na esfera política, resultado da redemocratização e da redefinição de novos temas com a Constituição Federal de 1988. A inserção da problemática de gênero na agenda política deu-se por meio de movimentos sociais com forte participação das mulheres na luta pela busca de melhores condições de vida urbana. A temática de gênero ganhou visibilidade e impulsionou os debates que colocam a mulher no centro das discussões políticas, sobretudo por entender a necessidade de assegurar os direitos da mulher por meio de políticas públicas (FARAH, 1999).

Antes de discutirmos gênero e políticas públicas, é importante compreendermos o feminismo, que se encontra entrelaçado nas discussões de gênero. Bell Hooks (2018), no livro *O feminismo é para todo mundo*, discute o feminismo como a luta por direito de gênero, embora ainda exista, na sociedade, a compreensão do feminismo resumido à busca da mulher por igualdade ao homem (HOOKS, 2018).

Desse modo, a autora traz à luz uma compreensão do feminismo disseminada por veículos de massa, que, sob uma ótica confusa, por muito tempo propagou tais ideias que acompanharam os discursos feministas ao longo dos anos. Hooks (2018) defende o feminismo como a justiça de gênero. A justiça de gênero pode ser compreendida por diferentes concepções, embora, para esse estudo, será considerada a de igualdade, um dos princípios da justiça defendido por Molyneux *apud* Silva e Wright (2016). Para a autora, a justiça de gênero configura a erradicação das injustiças contra as mulheres baseadas no sexo. A justiça de gênero busca combater a violação dos direitos humanos de mulheres. Portanto, neste estudo, será considerado o entendimento das autoras mencionadas para defender a importância de políticas públicas na busca da equidade e da justiça de gênero na sociedade contemporânea.

É importante ressaltar que os movimentos sociais liderados por forças femininas, desde a década de 1970, no Brasil e pelo mundo, foram cruciais para impulsionar uma agenda política favorável às mulheres ao colocá-las como sujeitos das políticas públicas, embora a mulher seja minoria em decisões políticas e partidárias. Porém, a mulher brasileira como sujeito de políticas implica na construção de canais de debates para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulher nos governos democráticos nas diferentes esferas administrativas (SILVEIRA, 2003).

Para Cisne e Gurgel (2008), o feminismo liberal representa, em síntese, a luta pela construção de um sistema democrático pautado na liberdade e pela igualdade social, embora as autoras compreendam a dimensão da problemática em torno da organização política que limita a promoção de políticas públicas que de fato rompam com a dominação masculina e as teorias culturalmente construídas. As autoras consideram, na sua abordagem crítica e reflexiva, dois dilemas que embasam a problemática da relação do feminismo com o Estado. O primeiro é o desafio do Estado manter uma posição de autonomia diante das estruturas patriarcal-capitalistas. O segundo ponto está na compreensão da reivindicação por políticas e programas sociais na luta pela emancipação humana das mulheres, uma vez que esta exige a construção de outra sociedade (CISNE; GURGEL, 2008).

As problemáticas levantadas por Cisne e Gurgel (2008) são importantes para compreendermos que as desigualdades de gêneros no Brasil, além de fatores culturais, perpassam também por uma estrutura capitalista. A desigualdade econômica entre homens e mulheres é um dos principais fatores que dificultam a emancipação feminina no país. A crença de que mulheres e homens ocupam papéis diferentes na sociedade alimenta as desigualdades econômicas de gênero. As relações de poder e renda presentes na sociedade só serão desconstruídas por meio de articulações políticas pensadas e elaboradas para acolher as desigualdades e diferenças sociais. Segundo Silveira,

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania

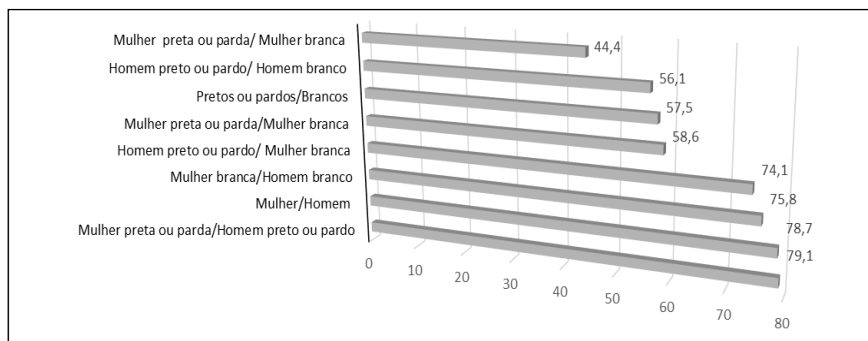
ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc. (SILVEIRA 2004, p. 66).

A autora compreende a importância dos organismos administrativos na construção de outra sociedade, como é discutida por Cisne e Gurgel (2008), que veem o Estado como agente regulador, que, como ente federativo, deve pautar-se no entendimento da pluralidade da sociedade e da diversidade cultural. Deve pautar as suas ações na defesa das diferenças e eliminação das desigualdades sociais e de gênero. Entretanto, não se pode negar uma ambiguidade entre a relação Estado e luta feminista no Brasil advertida por Silveira (2003), uma vez que se observa a neutralização do Estado em relação às desigualdades, quase sempre denunciadas por movimentos feministas, que buscam afirmar a luta pela justiça de gênero.

As desigualdades de gênero tornam-se maiores se analisadas a partir da perspectiva de raça e de classes sociais. Silveira (2003) afirma existir um sistema de opressão, exploração e dominação que coloca a mulher em posições diferenciadas na estrutura de poder, ou seja, um processo de dominação no contexto da sociedade capitalista, racista e patriarcal. Segundo a autora, as mulheres negras constituem a maioria na sociedade brasileira, e estas sempre estiveram nas lutas políticas por melhorias de serviços públicos e igualdade de gênero e raça.

Não se pode negar que, no contexto brasileiro, as mulheres negras são as mais vulneráveis à dominação e à exploração da sociedade capitalista, racista e machista, dados que podem ser comprovados por meio das estatísticas de acesso de mulheres negras ao mercado de trabalho. A pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em 2019, apontou que, em 2018, as mulheres negras receberam metade dos salários dos homens, enquanto as mulheres brancas ocupavam o segundo lugar na margem salarial em relação aos homens.

Gráfico 1 – Razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo



Fonte: IBGE: Estudos e Pesquisa, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41.

Os dados apresentados no gráfico mostram as desigualdades salariais na população brasileira em relação a gênero, raça e cor. Os índices indicam que há uma discrepância do rendimento da população quando analisadas por essas categorias. As mulheres negras ou pardas são as mais afetadas, pois recebem menos da metade do que recebem os homens brancos, ou seja, é o equivalente a 44,4 % das pessoas ocupadas. A mulher branca possui rendimentos superiores às mulheres negras e pardas como também aos homens do grupo racial, totalizando assim razões de 58,6% e 74,1%. De acordo com o IBGE, independe do nível de instrução, as pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda tendem a receber rendimentos inferiores às brancas. “As disparidades de rendimentos do trabalho, quando analisado o aspecto cor ou raça, mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda” (IBGE, 2019, p. 4).

A diferença salarial de gênero e cor está diretamente entrelaçada a fatores históricos. A população branca, por exemplo, sempre esteve no ápice da estrutura social, e, por muito tempo, o acesso à educação foi privilégio da elite patriarcal. Embora a educação tenha se tornando universal, devido à ampliação de políticas públicas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, ainda existem, no Brasil, barreiras

educacionais a serem rompidas devido à desvantagem de acesso à educação da população negra ou parda em relação à branca, como mostra a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça:

Entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Ambos os indicadores, porém, permaneceram aquém dos observados na população branca, cuja taxa de analfabetismo era 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o ensino médio completo era 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados, em 2018. O pior cenário em relação ao analfabetismo refere-se às pessoas pretas ou pardas residentes em domicílios rurais (IBGE, 2019, p. 7).

Os dados mostram como o cenário educacional apresenta uma divergência no acesso à educação básica no país. Os índices da pesquisa, evidentemente, estão relacionados a uma série de fatores. A população negra é a que mais se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo, o que em muitos casos limita o seu acesso à educação. Muitos jovens e adolescentes negros, no período escolar, precisam desenvolver algum tipo de atividade remunerada para contribuir com a renda familiar, principalmente quando não contam com a participação de seu genitor como provedor do lar. A gravidez precoce é outro fator que priva adolescentes e jovens negras de concluir o ensino básico.

A desigualdade socioeconômica entre a população, considerando o critério analítico de gênero e raça, reflete também no ingresso da população negra ao ensino superior. Embora o país tenha passado por um processo de democratização do ensino superior, com políticas que facilitam o ingresso de negros nas faculdades públicas e privadas, ainda, se comparado aos índices de acesso da população branca, os negros são minorias nas universidades, principalmente o gênero feminino, que, segundo dados do Inad, em 2019, entre as pessoas que concluíram o ensino superior, 27% eram mulheres brancas e 21%, mulheres negras.

É notável a diferença de instrução entre esses dois grupos populacionais de cor preta/parda e branca. O acesso à educação é um fator importante para a inserção no mercado de trabalho e para o rendimento econômico familiar. Segundo o IBGE (2019), na população branca, o rendimento médio familiar *per capita*, em 2018, superou em quase duas vezes a população preta ou parda – R\$ 1.848 contra R\$ 934. O estudo também traçou o panorama da linha de pobreza, sendo que, em 2018, a taxa de pobreza de pessoas brancas era de 15,4%, e 32,9% entre as pretas e pardas.

A desigualdade socioeconômica entre a população tem influência direta nas condições de vida e acesso a bens, como moradia e serviços públicos. O estudo realizado pelo IBGE (2019) revelou, com base no Censo Demográfico de 2010, que a chance de uma pessoa parda ou preta residir em aglomerado subnormal era mais do que o dobro de pessoas brancas. O estudo também aponta uma significativa desigualdade de cobertura de saneamento básico, segundo a cor ou a raça.

Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019, p. 5).

A partir de informações e dados apresentados do estudo realizado pelo IBGE (2019), a população negra é a que mais está em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A falta de infraestrutura urbana é um problema encontrado nas cidades brasileiras, o que compromete o bem-estar do cidadão. A ausência de moradia adequada é considerada um dos principais problemas urbanos e afeta grande parte da população preta e de baixa renda, principalmente os grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e mulheres.

A discussão da moradia sobre a perspectiva de gênero no Brasil deve considerar todos os indicadores apresentados aqui. A mulher, como já enfatizado, apresenta maior probabilidade de encontrar-se em

condições vulneráveis de habitação. Desse modo, entende-se importância de políticas públicas habitacional para promover o direito à moradia digna e o direito à cidade para a mulher. Para tal, a ênfase será dada ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como forma de analisar o seu papel na defesa do direito à moradia para a mulher.

O Programa Minha casa Minha Vida e o direito à moradia digna para a mulher

O MCMV, no âmbito da política habitacional, é a principal lei que assegura o direito da mulher sobre a moradia. Instituída no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com fim de corrigir eventuais desigualdades sociais que limitam o acesso à moradia para os grupos estabelecidos na lei, foi editada pela Medida Provisória n. 561, de 8-3-2012, convertida na Lei n. 12.693, de 24-7-2012, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, publicada no dia 8 de março de 2012.

A data de sanção da lei, Dia Internacional da Mulher, faz jus aos objetivos instituídos com a Medida Provisória, de garantir à mulher o acesso à moradia urbana. Embora o art. 35 da Lei n. 11.977/09 orientasse que o imóvel adquirido no âmbito do PMCMV deveria ser registrado preferencialmente no nome da mulher, a mudança estabelecida com a EP 561 acrescentou à lei o artigo 35-A, com o seguinte teor:

Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS (Incluído pela Lei nº 12.693, de 2012) (BRASIL, 11, p. 5).

As alterações na lei foram fundamentais para regularizar o direito da mulher à moradia urbana e para reduzir as desigualdades de gênero, pois, como já discutido, a probabilidade de a mulher encontrar-se em situação de marginalidade econômica é bem maior do que a do homem.

Por outro lado, em casos do fim da união matrimonial, na maioria das vezes a mulher era encurralada a despedir-se do lar e abrigar-se em casas de parentes ou em moradias precárias, principalmente quando esta não participava financeiramente para compra do imóvel. Deve-se enfatizar a submissão de algumas mulheres à violência doméstica, que, para protegerem a si e aos filhos do desalojamento, continuavam a conviver sob o mesmo teto do seu agressor.

Embora o PMCMV seja um avanço na política habitacional e para garantir o direito da mulher sobre o seu lar, é necessário analisar a dimensão do programa na perspectiva de gênero. Diante disso, serão feitos os seguintes questionamentos para direcionar a discussão: o Programa Minha Casa Minha Vida reduziu o déficit habitacional na perspectiva de gênero? O PMCMV assegura a moradia digna para as mulheres em situação de vulnerabilidade?

O estudo “Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil”, realizado pela Fundação José Pinheiro (FJP), traz os principais resultados para o período de 2016-2019 com base nos seus indicadores. A pesquisa teve como parâmetro analítico de indicadores do déficit habitacional a habitação precária, a coabitação e os ônus excessivos com aluguel. A habitação precária é definida no estudo como domicílios rústicos e improvisados, enquanto a coabitação representa o declínio em seus dois componentes, cômodos e unidades conviventes, ou seja, os domicílios com mais de duas pessoas por cômodos servindo de dormitório. Já o ônus excessivo com aluguel urbano representa a estimativa direta (renda domiciliar total), e especificamente corresponde às famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que habitam em mordais alugadas e comportem cerca de 30% do salário.

Os indicadores foram analisados com base na perspectiva de gênero, o que permite entender a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à moradia. Para responder ao primeiro questionamento levantado neste texto, a seguir, serão apresentadas tabelas com os indicadores utilizados pela FJP no estudo do déficit habitacional no país de 2019. As tabelas foram elaboradas com base em dados apresentados no estudo, e, para maior compreensão, utilizou-se diferentes escalas. Desse modo, foram objeto de análise os dados com os indicadores do

déficit habitacional da região Nordeste, do Estado da Bahia e sua capital, Salvador, o que permitiu identificar os índices de moradores que vivem em moradia precária em diferentes anos e escalas geográficas, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Composição percentual dos componentes do déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo região geográfica, estado e região metropolitana-2016

2016	Habitação precária		Componentes Coabitação		Ônus excessivo com aluguel	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nordeste	47,7	52,3	48,9	51,1	38,8	61,2
Bahia	36,1	63,9	46,4	53,6	38,0	62,0
Salvador	10,6	89,4	36,3	63,7	34,2	65,8

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016/2020.

Elaboração da autora com base no “Déficit habitacional no Brasil-2016-2020, Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

A |Tabela 1 representa o percentual do déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio de 2016. Os números mostram que a habitação precária, componentes coabitação e ônus excessivo com aluguel, por sexo, são maiores entre as mulheres. Em relação à habitação precária, no ano de 2016, no Estado da Bahia, a diferença entre homem e mulher é o dobro; já na capital, os números são preocupantes diante de tamanha diferença entre os sexos, ultrapassando o percentual da região geográfica. Em relação ao indicador Componentes Coabitação, a capital também apresenta diferença proporcional entre os sexos. O ônus excessivo com aluguel também é maior entre o gênero feminino, e, se comparado às três escalas, o número de mulheres que comprometem sua renda familiar com aluguel chega a ser o dobro dos homens, bem como no ano de 2017, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Composição percentual dos componentes do déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo região geográfica, estado e região metropolitana-2017

2017	Habitação precária		Componentes Coabitação		Ônus excessivo com aluguel	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nordeste	43,8	56,2	46,7	53,3	40,1	59,9
Bahia	38,5	61,5	46,6	53,4	43,3	56,7
Salvador	13,6	86,4	46,2	53,8	40,5	59,5

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016/2020.

Elaboração da autora com base no “Déficit habitacional no Brasil-2016-2020, Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

A Tabela 2 mostra que, na região Nordeste, o ônus excessivo com aluguel e a habitação precária são os principais componentes do déficit habitacional entre as mulheres responsáveis pelo domicílio. No Brasil, as mulheres foram responsáveis por 3,314 milhões (55,5%) dos domicílios com déficit habitacional, segundo a FJF (2019). Embora os dados variem regionalmente, o Nordeste apresentou o maior índice. Observa-se um crescimento do percentual nos indicadores no gênero feminino em relação ao ano de 2016, o que leva a entender que houve decréscimo do acesso da mulher à habitação.

Em 2018, segundo o estudo da FJS (2019), o déficit habitacional para o Brasil foi da ordem de 5,870 milhões de domicílios, dos quais 5,060 milhões estão localizados em área urbana e 809 mil, em área rural. Como mostra a Tabela 3, a habitação precária para região geográfica da Bahia, em relação à mulher, é maior. O ônus excessivo com aluguel entre as mulheres chega a quase o dobro do gênero masculino. Já na capital, a habitação precária entre as mulheres chega a 80%.

Tabela 3 – Composição percentual dos componentes do déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo região geográfica, estado e região metropolitana-2018

2018	Habitação precária		Componentes Coabitação		Ônus excessivo com aluguel	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nordeste	42,6	57,4	48,1	51,9	37,7	62,3
Bahia	37,6	62,4	44,8	55,2	41,7	58,3
Salvador	19,6	80,4	40,2	59,8	41,7	86,6

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016/2020.

Elaboração da autora com base no “Déficit habitacional no Brasil-2016-2020, Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

Como é possível acompanhar pela Tabela 3, a habitação precária representa uma percentagem expressiva na população feminina no ano de 2018, assim como nos anos anteriores. Em 2019, esse componente, no Nordeste, representou uma taxa de 58,7 no grupo de mulheres responsáveis pelo domicílio. No componente Coabitação, o índice equivaleu a 55,9 %, e o ônus excessivo com aluguel, a 62,6 % na região geográfica.

Tabela 4 – Composição percentual dos componentes do déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo região geográfica, estado e região metropolitana-2018

2019	Habitação precária		Componentes Coabitação		Ônus excessivo com aluguel	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nordeste	41,3	58,7	44,1	55,9	37,4	62,6
Bahia	37,1	62,9	35,1	64,9	34,3	65,7
Salvador	18,9	81,1	7,6	92,4	27,1	72,9

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016/2020.

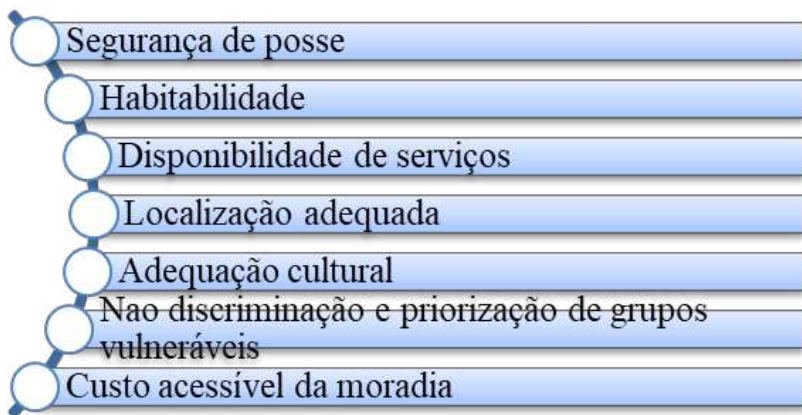
Elaboração da autora com base no “Déficit habitacional no Brasil-2016-2020, Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

As tabelas dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 justificam a importância da discussão habitacional e gênero. Os dados mostram que, no Estado da Bahia, os percentuais de habitação precária aumentaram continuamente nos anos citados. Isso demonstra a necessidade de priorizar a mulher no planejamento e implementação de políticas habitacionais no Estado. Conclui-se, com os dados, que o PMCMV ainda não é o suficiente para garantir o direito à moradia adequada às mulheres. É necessário romper com as barreiras legais e sociais, que discriminam as mulheres e as impedem de ter acesso à moradia digna no país.

A moradia digna, como demonstrado na tabela, ainda é um desafio para boa parte da população feminina chefe² do lar. Mesmo havendo um programa habitacional e de crédito, o sonho da casa própria e da moradia digna está longe da realidade de muitas mulheres. Isso porque, mesmo havendo um avanço nos direitos da mulher, ela continua em desvantagens em relação ao homem no campo do trabalho, o que a impossibilita de conquistar a moradia digna. Ademais, cabe enfatizar que as moradias adquiridas por via de políticas habitacionais, em muitos casos, não atendem o direito à moradia digna à mulher. A cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia”, da relatoria especial da ONU (2011), exemplifica os elementos da construção do direito de moradia digna à mulher, como mostra o fluxograma abaixo.

Os elementos destacados acima são considerados essenciais para atender o direito à moradia digna e o bem-estar da mulher. Todo ser humano tem o direito à moradia, como é defendido em leis e conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). A segurança de posse representa o direito que todos têm de morar sem medo de remoção ou ameaças, como defende Rolnik *et al.* em relatório da ONU (2011). No Brasil, o direito à moradia é garantido com base em princípios jurídicos. O Programa Minha Casa Minha Vida reafirma esse direito por meio de políticas habitacionais, porém faz ressalvas à mulher, assegurando-lhe o direito sobre o imóvel adquirido com recursos do programa, salvo casos específicos da lei.

2 De acordo com o IBGE (2021), chefes de famílias são mulheres responsáveis pelo lar, ou seja, famílias e domicílio são liderados por mulheres por diferentes situações: ausência da figura paterna, viuvez, divórcios etc. No Brasil, elas representam quase 50% dos lares.

Figura 1 – Os sete elementos do direito à moradia e à vida das mulheres.

Elaboração das autoras.

Fonte: Relatoria Especial da ONU para o direito a moradia adequada, 2011.

A habitabilidade, defendida no relatório, diz respeito às condições da estrutura do imóvel habitado. Segundo ele, a moradia adequada deve apresentar boas condições de proteção contra frio, calor, chuva, vento e umidade e demais ameaças que ponham em risco a integridade física e moral do morador. A disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos também são essenciais para moradia adequada, embora muitos conjuntos habitacionais de interesse social, construídos com recursos do PMCMV, não atendam a esse princípio, como escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer próximas, o que afeta as atividades cotidianas das mulheres.

A moradia adequada defendida no relatório da OUNU (2011) deve estar localizada em espaço que ofereça oportunidade de desenvolvimento econômico e social, ou seja, próximo do local, deve haver oferta de empregos e fontes de renda, além de estrutura comercial para suprir as necessidades básicas cotidianas do morador. Além do mais, a moradia adequada deve preservar a identidade e a diversidade cultural do morador, quando passar por reformas ou quando for construída, embora, como enfatizado no relatório, os projetos de moradias sejam arquitetados sem qualquer preocupação com as necessidades sociais e culturais da comunidade beneficiária, e aspectos específicos

da identidade cultural e das mulheres são ignorados nas construções (ROLNIK *et al.*, 2011).

Ademais, a moradia adequada deve ser acessível para os grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, crianças, pessoas portadoras de deficiência e HIV, vítimas de desastres ambientais e mulheres, considerando no planejamento de políticas públicas as especificidades de cada grupo, idosas, mães solteiras, chefes de família, travestis, lésbicas, transexuais, vítimas de violência doméstica e de doenças crônicas, dentre outras. O custo para aquisição do imóvel deve ser acessível, de modo que não comprometa a renda familiar e permita o atendimento de outros direitos, como alimentação ao lazer e manutenção da casa (ROLNIK *et al.*, 2011).

Os elementos destacados são essenciais para permitir o acesso da moradia digna à mulher. Embora exista um aparato jurídico-urbanístico e habitacional que assegure o direito à moradia digna no país para todos, é necessário que as políticas habitacionais sejam inseridas no planejamento urbano com olhares às particularidades da mulher. Como visto nas tabelas acima, o Programa Minha Casa Minha Vida, ainda que seja um avanço na defesa dos direitos habitacionais da mulher, não permite o acesso à moradia adequada para grande parte da população feminina em situação de vulnerabilidade.

Considerações finais

A análise apresentada não teve por objetivo esgotar a discussão do tema, até porque a abordagem de gênero na política habitacional precisa ser incorporada nos estudos acadêmicos com mais afinco, visto que, na literatura, ainda são poucos os estudos com tal finalidade. Entretanto, entende-se a necessidade dessa discussão, sobretudo por compreender a importância do arcabouço jurídico habitacional para assegurar a justiça de gênero e o direito à moradia digna a mulher.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como visto no texto, é o principal instrumento jurídico habitacional que dá poder legal à mulher sobre a moradia, embora seja necessário adicionar outros meios capazes de reduzir a massa feminina que habita em moradias

precárias. Como demonstrado, a desigualdade de gênero, juntamente com o capitalismo estrutural, limita o direito à moradia para muitas mulheres no país, o que justifica a necessidade de planejar e elaborar políticas habitacionais com o objetivo de romper com a desigualdade de gênero no acesso à moradia.

É necessário, portanto, reconhecer algumas falhas no PMCMV, com base nos sete elementos da moradia adequada discutida no texto, que o impossibilitam de alcançar tal objetivo. A princípio, pode-se citar a atuação do mercado imobiliário. A especulação imobiliária nas cidades encarece o valor da terra urbana; com isso, os terrenos compatíveis com o programa estão afastados dos centros urbanos, onde estão aqueles dotados de infraestrutura, equipamentos públicos e redes organizadas de sociabilização. Desse modo, as habitações oriundas do programa são construídas distantes da cidade preexistente, onde há terrenos baratos, inseridos geralmente em áreas inóspitas. E, como sabemos, a moradia adequada perpassa tanto pelo direito à titularidade do imóvel quanto pela concretização dos elementos que asseguram o bem-estar da população.

Conclui-se, neste breve estudo, que o PMCMV representa um avanço no direito à moradia à mulher, embora fique transparente a necessidade de associar o programa a outros temas importantes, a exemplo da diversidade de gênero e do direito à cidade. Entende-se a importância de estabelecer princípios democráticos com a participação da população nas discussões do programa, como forma de limitar a autonomia do mercado imobiliário, que exclui a sociedade pobre da cidade, o que restringe, em muitos casos, o acesso da mulher à moradia adequada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (2011, 17 de junho). Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Altera a Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências. *LEX: Diário Oficial da União*. Brasília, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.
- CISNE, M; GURGEL, T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *Ser Social*, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. *Organizações & Sociedade*, v. 6, n. 14, p. 65-104, jan./abr. 1999.

FJP. Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019. *Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, p. 169, 2021.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. *E-book*.

IBGE. Desigualdade por cor ou raça. *Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 41, 2019.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, 2019.

ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? *Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada*. 2011.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tadeu; SILVEIRA, M. L. da (org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. *Coordenadoria Especial da Mulher*. São Paulo, Revista Presença de Mulher, 2003.

SOARES, V. Políticas Públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tadeu; SILVEIRA, M. L. da (org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. *Coordenadoria Especial da Mulher*. São Paulo, Revista Presença de Mulher, 2003.

SILVA, S. M; WRIGHT, S. J. Uma reflexão feminista sobre o conceito de justiça de gênero. *Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*, v. 2, n. 1, p. 1-27, jan./jul. 2016.

ANÁLISE DE APLICATIVOS PARA APOIO AO TURISMO ACESSÍVEL NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA VISUAL E DA PESSOA IDOSA

LUCIANA DE OLIVEIRA CIDADE
EDUARDO MANUEL DE FREITAS JORGE
GUSTAVO BARRETO FRANCO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (OMS, 2022) destacam no Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva que existem mais de 2,5 bilhões de pessoas necessitando de algum tipo de acesso a tecnologias de apoio, por meio de cadeira de rodas, óculos, aparelhos auditivos auxiliares e dispositivos de comunicação, prevendo o aumento desse indicador para mais de 3,5 bilhões até 2050, à medida que a população mundial envelhece, enquanto que estimativas globais do Relatório Mundial da OMS sobre visão publicadas em 2020 estimam que pelo menos 2,2 bilhões de pessoas têm deficiência visual ou cegueira causada por doenças oculares, como catarata, tracoma e erro de refração.

A OMS (2011) estimava mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo com algum tipo de deficiência, enquanto no Brasil os dados do último Censo do IBGE (2010) mostravam que 23,9% da população brasileira, ou 45,6 milhões de pessoas, tinham ao menos uma das seguintes deficiências, em diferentes graus de dificuldade: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora e deficiência mental/intelectual. A deficiência visual apresentava a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar estava a

deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,1%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,4%. Referente aos diferentes grupos de idade, mereceu destaque o grupo dos idosos, pessoas com 60 anos ou mais de idade, com pelo menos uma deficiência e percentual de 23,5% (IBGE, 2012).

Diante desse cenário, foram delimitados dois grupos de análise, Pessoa com Deficiência Visual, que pertence ao grupo de Pessoas com Deficiência, bem como Pessoa Idosa, categoria que pertencente à categoria de Pessoas com Mobilidade Reduzida, que compreende indivíduos com mais de 60 anos, gestantes, pessoas com crianças de colo, obesos e outras que tenham, por algum motivo, dificuldade para se locomover nos espaços físicos privados e públicos. Para o estudo, considera-se o grupo “idosos”, uma vez que o encargo de doenças oculares e deficiência visual é muito maior entre as pessoas com mais de 60 anos.

Os problemas de infraestrutura, observados nos espaços públicos e privados da cidade de Salvador, Bahia, local com forte herança histórica e turística, são parte de uma realidade cotidianamente enfrentada por todos e, principalmente, por aqueles com deficiência visual ou por pessoas idosas, sejam elas munícipes ou visitantes, que têm grandes dificuldades de frequentar locais turísticos e de lazer, tanto por existência de barreiras às instalações e serviços turísticos, quanto por ausência de informação acerca do acesso a serviços e empreendimentos, encontrando em seu cotidiano vários obstáculos para exercer sua plena cidadania.

A inclusão social dessas pessoas deve ser considerada elemento basilar no desenvolvimento do país, tendo em vista que, quando se trata de direito ao acesso a locais públicos, convém lembrar que “todos são iguais perante a lei”, e o Estado é o responsável pela garantia desse e de outros direitos fundamentais, por isso deve oferecer condições de acessibilidade a todos e, principalmente, àqueles que mais precisam (BRASIL, 1988).

Com a ausência de acessibilidade, instaura-se uma situação de vulnerabilidade, de exclusão social em decorrência de dificuldades de mobilidade que alguns indivíduos apresentam, seja de forma permanente ou transitória, impossibilitando estes de usufruírem dos mesmos

bens coletivos, o que interfere inclusive no acesso à cidade e no direito à cidade.

Sob tal ótica, surge de forma acentuada a busca para aprimorar critérios das questões ligadas à acessibilidade, por meio de serviços de informações, em decorrência do aumento da conscientização pela igualdade de direitos entre as pessoas, resgatando aquilo que Lefebvre (2001) defende como o direito à cidade.

De acordo com Souza (2021), a partir do momento em que se reconhece a acessibilidade como instrumento de inclusão, surge uma transformação social, uma vez que se permite o uso de espaços, informação, serviços e instalações, de maneira justa pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. O mesmo esforço impetrado para o avanço dos estabelecimentos, das estruturas e dos serviços para se alcançar e estabelecer a acessibilidade também é requerido para a concretização de uma viagem ou passeio pela cidade, pois “o turismo se apropria dos espaços para acontecer e a ele são inerentes os atrativos e estruturas turísticas de iniciativas públicas e privadas” (SOUZA, 2021, p. 13).

Para Bonfim (2019), as pessoas com deficiência historicamente foram excluídas pela sociedade, sendo alterada essa condição de forma lenta e gradual por meio das lutas dos diversos movimentos sociais organizados, sobretudo com o advento da internet e a disseminação de conhecimento que ela provoca.

Nesse contexto, a utilização da tecnologia da informação e da internet oportuniza a disseminação de informações e possibilita a criação de ferramentas como *sites*, *blogs*, aplicativos e redes sociais, que refletem diretamente nos destinos, atrativos e equipamentos turísticos, gerando benefícios aos cidadãos que circulam nas cidades.

Justifica-se o presente estudo pela sua relevância social e acadêmica para toda a sociedade, pois envolve pessoas com deficiência visual e indivíduos com mais de 60 anos, efetivando seu direito a acessibilidade e cidadania, possibilitando o acesso aos equipamentos e locais turísticos, buscando meios de inclusão desse segmento no processo de desenvolvimento do país.

Marcos legais e associação com o turismo

Em decorrência da Constituição Federativa do Brasil de 1988, salienta-se a criação de normas e regulamentos publicados para garantir direitos da pessoas com deficiência, como o Decreto n. 914, de 6 de setembro de 1993, que implementou a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Brasil, 1993). Logo, a partir da primeira lei totalmente voltada à acessibilidade, Lei n. 10.098, de 2000, segue o Quadro 1 com as principais legislações e os mais importantes normativos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência e à acessibilidade, para melhor percepção.

Quadro 1 Legislações e normativos

Legislação e normativos	Descrição
Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n.10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (CDPD).
Resolução ANAC n. 280 de 11 de julho de 2013	Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.

Legislação e normativos	Descrição
Lei n. 12.933, de 26 de dezembro 2013	Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos e revoga a Medida Provisória n. 2.208, de 17 de agosto de 2001.
Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015 – LBI.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (LBI).
Resolução ANATEL n. 667, de 30 de maio de 2016	Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.
Decreto n. 9.296, de 1o de março de 2018	Regulamenta o art. 45 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esse artigo estabelece percentual de dormitórios acessíveis em empreendimentos de hospedagem existentes e a aplicação do desenho universal em novos estabelecimentos.
Decreto n. 9.404, de 11 de junho de 2018	Altera o Decreto n. 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Decreto n. 9.451, de 26 de julho de 2018	Regulamenta o art. 58 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a acessibilidade em edificações multifamiliares.
Decreto n. 9.762, de 11 de abril de 2019	Regulamenta os arts. 51 e 52 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

Legislação e normativos	Descrição
Lei nº 12.933, de 2013, regulamentada pelo Decreto n. 8.537, de 2015	Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos.
Lei n. 13.825, de 2019	Altera a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto n. 9.405, de 2018	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: elaborado pelos autores.

No âmbito do turismo e do lazer, o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, a ONU (1982) já assegurava que as pessoas com deficiência tivessem as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades que têm os outros cidadãos, como frequentar restaurantes, cinemas, teatros, assim como locais de lazer, estádios esportivos, e outros lugares de recreação. Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo com equivalência de emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, promulgado pelo Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.

A Lei n. 11.771 (Lei Geral do Turismo), de 17 de setembro de 2008, em seus arts. 5º e 6º, estabelece a promoção da prática da atividade turística com igualdade de oportunidades, equidade e solidariedade. Destaca-se também o Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite –, com o objetivo de promover, por meio da integração e da articulação de políticas, programas e ações, o exercício

pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Ressaltando um importante marco na legislação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que entrou em vigor em 2016, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata de um conjunto de normas destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e à cidadania, prevendo, em seu art. 42 do capítulo IX, sobre o direito da pessoa com deficiência à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Já o art. 43 dispõe que competem ao poder público a promoção e a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo. Por fim, o art. 45, regulamentado pelo Decreto n. 9.296, de 1º de março de 2018, estabelece que hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor.

O Decreto n. 9.791, de 14 de maio de 2019, que aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, indica em seu art. 4º que o plano será executado observando-se os seguintes objetivos, iniciativas e estratégias:

II – estruturação do turismo brasileiro: a) melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas do País: 1. estimular projetos de sinalização turística inteligente e interativa; 2. promover a infraestrutura necessária para permitir o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos atrativos turísticos; [...] IV – incentivo ao turismo responsável: c) possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística: 1. definir as diretrizes para o desenvolvimento do turismo social; 2. estimular o desenvolvimento do turismo para que seja acessível a todos.

De acordo com o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, é considerado pessoa idosa quando atinge idade igual ou

superior a 60 anos (BRASIL, 2003). Perante o crescimento demográfico e a ampliação da expectativa de vida, verifica-se que há um crescimento no número de idosos, e para se obterem melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida nessa etapa, é salutar fatores como o bem-estar biopsicossocial, relações sociais, prática de lazer e atividade física.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência direciona em seu art. 9º a adoção de medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu art. 21, também assegura às pessoas com deficiência o acesso à informação, respeitando-se o direito de cada pessoa em escolher ou exercer com autonomia o método de comunicação de sua preferência.

A segregação e os preconceitos que ainda permeiam a sociedade contemporânea decorrem de fatos históricos. Bonfim (2019) salienta que a humanidade, ao longo do seu caminho evolutivo, vivenciou o desenvolvimento lento e gradual da percepção social da deficiência, com adoção de conceitos e tratamentos diversos, que se transformaram ao longo da história quanto aos valores éticos e culturais de cada época da sociedade. Atualmente, o acesso à informação e ao conhecimento permite que pessoas com deficiência tomem decisões mais seguras e aprimorem suas decisões em diferentes esferas da vida. Entende-se, assim, que a informação tem sido um instrumento influente e poderoso no processo de inclusão social.

Embora o direito à acessibilidade esteja previsto em diversas normas infraconstitucionais, principalmente a partir da promulgação da primeira lei totalmente voltada à acessibilidade (Lei n. 10.098, de 2000), com vistas a assegurar a autonomia a essas pessoas, quebrando as barreiras urbanas arquitetônicas, nos transportes ou na comunicação, cidades históricas como Salvador, na Bahia, ainda apresentam inúmeras barreiras que dificultam o acesso ao meio físico dos seus espaços, prejudicando a movimentação livre de muitas pessoas, o que leva à conclusão de que somente leis e normas não são suficientes, enquanto a sociedade não se sentir também responsável pela pluralidade de pessoas.

Cidade e Acessibilidade

Carlos (2009) afirma que o desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes do espaço urbano que acontece de maneira cada vez mais rápida e profunda, gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores. As comunicações se desenvolvem e com elas a frequência dos contatos. O fator distância é eliminado pelo desenvolvimento dos jatos, dos satélites e da informática. Esses fatos abrem novas perspectivas para se pensar hoje a cidade.

A apreciação de “direito à cidade” fundamenta a construção da cidadania das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, baseia-se na obra *O direito à cidade*, de Henry Lefebvre, e em *O espaço urbano*, de Ana Fani Carlos.

O direito à cidade proporcionado por Lefebvre vai além da ideia de circulação e utilização do espaço, conduzindo para uma ideia de produção do espaço. Assim, considerando os problemas provenientes da expansão urbana, o acesso à cidade torna-se cada vez mais dificultoso e, portanto, o “direito à cidade” cada vez mais distante.

As novas tecnologias introduzidas mudam as relações dentro das áreas urbanas, diminuem as distâncias e melhoram o saneamento, o que implica uma renovação do espaço urbano, com rápidas alterações no modo de vida urbano, no uso do solo, nas relações de produção e na própria estruturação da sociedade (PINHEIRO, 2011, p. 36).

A cidade deve proporcionar a seus habitantes a condição de *cidadãos*, que por meio do seu direito à cidadania identifiquem-se com o lugar, sejam reconhecidos, tenham visibilidade e identidade. “O *status* de cidadania é composto da capacidade de exercer as liberdades fundamentais relativas à vida e ao desenvolvimento integral das pessoas, da possibilidade de participação da vida pública e das aspirações de uma vida digna e bem-estar” (GARCIA, 2008, p.78).

É importante enxergar a cidade sob uma óptica do cotidiano das pessoas com deficiência, possibilitando o acesso aos recursos básicos para o exercício de direitos e deveres em igualdade de condições para todos, reverberando nos espaços, serviços, produtos e equipamentos

públicos para que estejam ao alcance e em condições de conforto e segurança por todos os cidadãos.

Cidades turísticas como Salvador, Bahia, necessitam transmitir a seus consumidores aspectos positivos, por meio de atrativos, serviços e infraestrutura existente que possibilitem a satisfação das necessidades de turistas e residentes, proporcionando um desenvolvimento apoiado pela tecnologia para auxiliar no planejamento e na gestão de espaços turísticos acessíveis e com qualidade de visitação. O desenvolvimento de um destino turístico deve ser integrado a políticas urbanas sociais e culturais de desenvolvimento quanto a mobilidade, meio ambiente e economia.

Dessa forma, a acessibilidade virtual a aplicativos que contemplem uma cidade turística deve ser um instrumento que possibilite interação, portanto estes necessitam ser acessíveis, possibilitando o acesso a informações relevantes sobre o destino turístico de modo a transmitir dados de maneira eficiente, com sistemas navegáveis em diversas plataformas e sistemas, com informações claras e compreensíveis, atendendo as suas respectivas normas.

Recursos de Tecnologia Assistiva integrada a dispositivos móveis

De acordo com Beal (2015), os dispositivos móveis são ferramentas multifuncionais porque têm a capacidade de conter um leque generalizado de aplicações que servem de empresas ao cidadão comum. Tanto os *smartphones* como os *tablets* permitem que o utilizador os use para aceder à internet, para navegação na *Web*, consulta de *e-mail*, para mensagens, consulta de documentos de trabalho, listas de contatos, entre outras funcionalidades mais lúdicas. Os dispositivos móveis em alguns casos são vistos como extensões dos computadores pessoais (PCs) ou dos portáteis; outra das funcionalidades é a sincronização entre dispositivos.

Os tipos de dispositivos móveis mais comuns são: *smartphone*; *netbook/laptop*; *tablet* e atualmente o *smartwatch*. Assim, a sociedade vivencia o uso de novas tecnologias por meio de dispositivos eletrônicos que promovem larga comunicação, o uso do aparelho móvel que representa.

O “novo turista” consegue traçar roteiro, calcular distância, localizar hotéis, fazer passeio virtual etc., de modo a alterar a postura que antes era por indicação de amigos/parentes e reportagem. Há a promoção da democratização da informação cartográfica a um público cada vez mais abrangente (LAUDARES, 2014).

De acordo com a World Wide Web Consortium (W3C) (2016), a acessibilidade, usabilidade e *design* inclusivo estão relacionados nos seus objetivos, abordagens e diretrizes com a Web. A acessibilidade, segundo a W3C (2016), refere-se a questões relacionadas com a experiência do utilizador com deficiência. No uso da Web, usuários com deficiência necessitam compreender, navegar e interagir sem barreiras. “Além do acesso físico à rede, é necessário o desenvolvimento de padrões técnicos que garantam a acessibilidade da Web” (CETIC, *et al.*, 2020, p. 14). As Diretrizes de Acessibilidade a conteúdo da Web (WCAG) são desenvolvidas por meio do consórcio W3C: World Wide Web Consortium, comunidade internacional que desenvolve padrões de acessibilidade e usabilidade, com o objetivo de garantir a universalidade do valor social da Web.

Considerando que existem diferentes graus de visão e graus que podem variar com o tempo e que comprometem as funções visuais, resultando desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a realização de tarefas e o desempenho geral, os sentidos remanescentes trabalham de forma complementar e não isolada. A audição desempenha papel proeminente na triagem e codificação dos sons que são significativos e úteis. “Para acessar o meio digital, as pessoas cegas geralmente utilizam *softwares* leitores de tela, por meio de áudio, e navegam através do teclado. Também podem utilizar outras tecnologias, como impressoras Braille e linha Braille” (CTA, 2017).

De acordo com Motta (2016, p. 3), as pessoas cegas e com baixa visão utilizam um recurso de acessibilidade comunicacional, chamado audiodescrição, que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e

à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.

Os avanços tecnológicos melhoraram o acesso à informação e à comunicação aos indivíduos com deficiência visual (cegueira e baixa-visão). O desenvolvimento de telefones inteligentes, reconhecimento de voz e recursos de acessibilidade nos sistemas operacionais dos computadores, como por exemplo audiolivros digitais, estão amplamente disponíveis em número crescente para pessoas. Indivíduos com deficiência visual podem deslocar-se usando o GPS ou utilizar bengalas eletrônicas para as auxiliarem na detecção de obstáculos próximos.

O Centro Tecnológico de Acessibilidade em seu Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais (SALTON, AGNOL e TURCATTI, 2017) destaca ferramentas gratuitas de Tecnologia Assistiva como leitores e ampliadores de tela, mudança no esquema de cores, comunicação aumentativa e alternativa (CAA), alternativas para *mouse* e teclado, conversor de fala para texto e para áudio, tradutores de língua portuguesa para libras, facilitador de leitura na *web*, atalhos de acessibilidade dos sistemas operacionais, bem como ferramenta para gerar modelos 3D de placas Braille.

A maior parte dos dispositivos móveis contempla ferramentas de acessibilidade, e estas estão integradas nos dispositivos. No caso do Sistema Operacional da Apple (IOS), disponibiliza como produtos iPhone, iPad e iPod touch. Segundo a Apple (2022) e fazendo referência às acessibilidades do iPhone para pessoas cegas e com baixa visão, incluem-se as seguintes ferramentas de apoio:

Quadro 2 – Funcionalidades do Sistema Operacional da Apple – IOS

Funcionalidade	Descrição
VoiceOver	Leitor de tela que conta exatamente o que está aparecendo no seu aparelho. Ele descreve pessoas, objetos, texto e gráficos em detalhes que facilitam a navegação usando um teclado Bluetooth ou gestos simples, que podem ser feitos em uma tela sensível ao toque ou trackpad, e com gestos do rotor que permitem usar trackpads ou telas sensíveis ao toque como um sintonizador, explorando as páginas da internet, por exemplo.
VoiceOver + Braille	Para muitos usuários, um display em Braille pode ser mais fácil e prático do que um teclado padrão. Para usuários surdo-cegos, ele é fundamental. O VoiceOver pode usar esse sistema de escrita para descrever com exatidão o que há na tela e um display em Braille conectado por Bluetooth ao seu aparelho, que permite inserir o código diretamente na tela touch usando a Entrada de Braille via Tela. Ele é convertido automaticamente em texto em um painel de legenda na tela do Mac para que as pessoas sem deficiência visual possam acompanhar junto com as descrições do VoiceOver.
Conteúdo Falado	Com a funcionalidade “Falar Conteúdo da Tela”, tudo o que está nela é lido em voz alta. Já o recurso “Falar Seleção” permite selecionar e ouvir um trecho específico de texto. Pode-se controlar o ritmo da leitura com mais precisão durante a reprodução utilizando-se o Controle de Fala.
Reduzir Movimento	Ao ativar-se o “Reduzir Movimento”, diminui-se o movimento dos elementos na tela. Ações como abrir apps ou alternar entre eles ficam mais simples para evitar vertigem e cansar menos os olhos.
Atalho de Acessibilidade	Adiciona, organiza e personaliza atalhos para as ferramentas e os ajustes que mais se usam na Central de Controle. Pode-se adicionar um botão de audição para ter acesso rápido aos recursos “Ouvir ao Vivo” e “Adaptações de Fone de Ouvido”.
iWork	O Pages, o Numbers e o Keynote incluem muitos recursos que ajudam a criar documentos, planilhas e apresentações. Todas elas acessíveis ao usuário e para quem está na plateia. Adiciona descrições às imagens, aos áudios ou aos vídeos para que as pessoas que contam com tecnologias assistivas entendam melhor suas apresentações.

Funcionalidade	Descrição
Tamanho do Texto	Aumenta a legibilidade e a visibilidade do texto com ajustes de fonte. Também é possível colocar o texto em negrito para destacar as palavras na tela.
Tela	Personaliza a tela aplicando-se a aplicativos no iOS e no iPadOS. Seleciona predefinições comuns, como formas de botão no iOS e níveis de transparência no watchOS.
Siri	Ajuda nas tarefas cotidianas, como por exemplo localizar arquivos, criar lembretes, ativar ou desativar recursos de visão.
Modo Escuro	Muda todos os elementos da tela para um esquema de cores escuras, deixando a leitura mais fácil. As barras de ferramentas e os menus ficam em segundo plano para destacar o conteúdo na tela. E o texto em cor clara sobre um fundo escuro em apps como Mail, Safari e Calendário facilita a leitura em pouca luz.
Texto sob Cursor	Facilita a visualização do texto na tela do Mac. Se um parágrafo, legenda ou título for muito pequeno para ler, posiciona-se o ponteiro sobre o trecho e pressiona-se a tecla de ativação, gerando uma alta resolução do que foi selecionado.
Zoom	Permite aumentar o conteúdo que aparece na tela do aparelho. Pode-se usar o zoom em tela cheia ou no modo Picture in Picture, que mostra a área ampliada em uma janela separada e o restante da tela no tamanho original. Ele também funciona com o VoiceOver para ver e ouvir melhor o que está acontecendo.
Lupa	Aponta-se a câmera para aumentar o tamanho de qualquer objeto físico, como um cardápio ou uma placa, e ver todos os detalhes com clareza na tela. Usa-se o flash para iluminar o objeto, ajustam-se filtros para ajudar a diferenciar as cores ou congela-se a imagem para obter um close estático. A Detecção de Pessoas usa uma tecnologia que mede quanto tempo a luz leva para refletir a partir dos objetos, ajudando você a manter uma distância segura na fila, orientar-se melhor em um local barulhento ou encontrar um assento livre com facilidade.

Funcionalidade	Descrição
Ditado	Podem-se falar palavras e pontuação em vez de digitar. E em mais de 30 idiomas.
Audio-descrições	Permitem assistir a filmes com audiodescrições detalhadas de cada cena no iPhone, iPad, Mac, Apple TV ou iPod touch.

Fonte: Apple (2022); Elaborado pelos autores.

O desenvolvimento de aplicações móveis (apps), segundo Anacleto (2012), é uma área que tem tido um crescimento expressivo devido à popularidade e à massificação dos *smartphones* ou, mais genericamente, dispositivos móveis, em razão das características das próprias tecnologias e devido à crescente popularidade desses dispositivos.

Segundo Vieira (2012), a comunicação aliada às novas tecnologias tem como objetivo a oferta de métodos de ampliação das capacidades remanescentes de comunicação, ou de substituição. Verifica-se que a tecnologia está cada vez mais associada ao turismo, com soluções inovadoras e práticas que tornem possível usufruir de melhor qualidade de vida.

Aplicativos para pessoas com deficiência visual

A construção da sociedade inclusiva deve utilizar múltiplos mecanismos para promoção da qualidade de vida das pessoas e fundamentar seu planejamento na realidade e na necessidade de cada comunidade, o que ocorre com a participação das pessoas, com ações objetivas que ampliem a possibilidade de inclusão social.

Foram selecionados alguns aplicativos que apresentam funcionalidades que podem apoiar usuários com deficiência visual: cegos ou com baixa visão, por meio do Gps ou da interação. São aplicativos, na maioria gratuitos, desenvolvidos para os sistemas Android e iPhone.

Os aplicativos a seguir servem para acesso à localização, contendo mapas e/ou GPS reunidos, disponíveis nas plataformas *App Store* e *Google Play*.

Quadro 3 – Aplicativos para pessoas com deficiência visual

Aplicativo	Descrição
Be my eyes (gratuito)	Aplicativo disponível para iPhone no iTunes, permite que as pessoas chamadas videntes, ou que enxergam, ajudem pessoas cegas com necessidades específicas como ler uma etiqueta, um rótulo ou uma conta. É preciso se cadastrar no sistema para ser voluntário ou como uma pessoa que precisa da ajuda. Envia imagens em vídeo do que precisa ver; a outra pessoa responde por escrito e o aplicativo verbaliza (ASEVEDO, 2018).
BlindTool (gratuito)	Disponível no Android no Google Play, o aplicativo faz a leitura de objetos tridimensionais por uma rede neural artificial – neurônios artificiais – que relaciona o que está diante da câmera do aparelho com as imagens armazenadas em um banco de dados, buscando semelhanças. Para que funcione, o usuário aponta o celular à sua volta e quando o aparelho vibrar significa que o aplicativo detectou um objeto reconhecível e pode “dizer” qual é (ASEVEDO, 2018).
Color ID (gratuito)	Disponível para iPhone e Android, reconhece variados tons de cores e verbaliza (em inglês) para o usuário. Permite que pessoas com baixa visão tenham condição de descobrir, por exemplo, a cor da roupa que pretendem usar ou se uma fruta ainda não está madura (ASEVEDO, 2018).
iBraille notes (pago em dólar)	Possibilita anotações na tela do iPad ou iPhone e compartilha diretamente em braile. Posicionam-se os dedos sobre a tela e em seguida teclas dinâmicas aparecem, melhorando o conforto. A compra pode ser feita no iTunes (ASEVEDO, 2018).
Ariadne GPS (pago em dólar)	O GPS, disponível para Iphone, foi desenvolvido para proporcionar a pessoas cegas a possibilidade de conhecer a sua posição e obter informações sobre rotas a seguir. O usuário passa o dedo sobre o mapa e o aplicativo verbaliza onde ele está e oferece as coordenadas para chegar ao destino. O celular vibra caso seja preciso atravessar um cruzamento e sinaliza as paradas em ônibus em movimento (ASEVEDO, 2018).

Aplicativo	Descrição
Ubook (pago em reais)	Trata-se de uma loja de audiolivros com acervo com gêneros literários, ideia parecida com o serviço de streaming populares. Também pode ser uma opção para pessoas que têm dificuldades para ler. Os usuários podem baixar o aplicativo pela Internet, iOS ou Android e salvar os livros que mais interessam dentro do catálogo. Um diferencial do software é a possibilidade de compartilhar diretamente trechos de livros nas redes sociais (ASEVEDO, 2018).
Voice Brief (versão gratuita e paga)	App particularmente para pessoas com baixa visão. Com o toque de um botão, Voice Brief lê o e-mail, o Twitter, a meteorologia, os preços das ações e o Facebook (ASEVEDO, 2018).
ID cor	Alonso (2017) refere este App para pessoas cegas ou com baixa visão, pois permite identificar cores usando a câmara de um smartphone. É um App de realidade aumentada para descobrir as cores em tempo real e é acessível com o VoiceOver.

Fonte: Asevedo (2018); Alonso (2017).
Elaborado pelos autores.

Acessar informação não pode ser resolvido apenas com a disponibilidade de conexão à internet, pois deve-se analisar a diversidade de usuários. Com informação adequada, pessoas podem locomover-se com maior autonomia e planejar-se a eventuais barreiras para ampliar qualidade de vida.

Aplicativos para apoio ao turismo acessível

Os aplicativos selecionados na revisão sistemática de artigos e segundo a *Google Play Store*, acessado em julho de 2022, apresentaram várias soluções por meio de aplicativos que podem apoiar o turista com deficiência visual em relação ao turismo acessível. Os aplicativos objetivam o incentivo à inclusão, o acesso ao turismo e lazer.

Quadro 4 – Aplicativos para apoio ao turismo acessível

Aplicativos	Descrição
Guia de Rodas	Aplicativo que permite consultar e avaliar estabelecimentos acessíveis por cadeira de rodas. Está disponível para os sistemas operacionais Android e iOS.
Wheelmap	Preferencialmente utilizado para quem tem dificuldade de locomoção, pois disponibiliza um mapa online de todo o mundo que indica os lugares considerados acessíveis para visitas com cadeiras de rodas. Aplicativo desenvolvido por uma ONG, e não por uma empresa.
Biomob	Aplicativo que mapeia as cidades e traz informações de pontos turísticos, como restaurantes, hotéis, bares, museus e demais lugares com acesso facilitado. Com ele, o viajante sabe onde há rampas, cardápios em braile, banheiros adaptados, intérpretes de libras e vagas exclusivas para idosos.
Hand Talk	Para pessoas com deficiência auditiva e na fala, usado como um recurso de tradução para libras e conta com a ajuda do Hugo, inteligência artificial que traduz conteúdos diversos para a língua dos sinais. O aplicativo conta com uma sessão educativa chamada Hugo Ensina, que contempla uma série de vídeos que ensinam a crianças e adultos expressões e sinais em libras, com o objetivo de aproximação entre a comunidade surda e os ouvintes.
WhatsCine	Permite a descrição do filme para frequentadores com deficiência visual e auditiva sem interferir no áudio de outros espectadores. Disponibiliza a pessoas surdas o acesso a legendas e linguagem gestual por meio de óculos especiais ou em smartphones.
Enable Viacam	Software que controla o cursor do mouse por meio de movimentos da cabeça. Depois de instalado, o aplicativo precisa ser configurado para calibrar o reconhecimento facial, fazendo com que o usuário acesse as páginas, habilite o teclado, abra e feche programas, sem a necessidade de usar as mãos.

Fonte: Rosa (2020); Mobasher; Deister; Dieterich (2017); Google Play (2022); Oliveira (2020).
Elaborado pelos autores.

Com os aplicativos relacionados para dar mais acessibilidade às pessoas, diversas inovações podem e devem surgir, principalmente para expandir o escopo turístico entre esse público.

Considerações Finais

O turismo acessível aparece como potencial motivador da inclusão social, pois permite às pessoas com condições de acesso, abrangendo mobilidade, visão, audição e dimensões cognitivas de acesso, viver com mais qualidade de forma autônoma, possibilitando à pessoa com deficiência exercer seu direito de viajar por todo o Brasil, com autonomia. Tais informações podem servir ainda de subsídios para a definição de políticas públicas para as pessoas com deficiência, assim como para a tomada de decisão do governo e da iniciativa privada para a melhoria dos produtos e serviços turísticos.

Deve ser garantido, além dos direitos promulgados na legislação, o acesso à informação e à comunicação, garantindo níveis mais elevados de qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo, considerados elementos dos direitos humanos e da cidadania. Rampas, vagas reservadas, texto em braile, elevadores, corrimão, barras, piso antiderrapante, superfícies táteis, suporte especializado, autodescrição, entre outros, são itens que compõem a acessibilidade e surgem como atributo imprescindível na sociedade, permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades em educação, trabalho, habitação, lazer, turismo e cultura.

A tecnologia, se for adequada às necessidades, dispõe de aspectos facilitadores, assim todas as pessoas podem alcançar maior inclusão com o uso de um *smartphone* e a utilização de aplicações móveis específicas às suas necessidades para planejarem seus locais de lazer e roteiros de viagens, sendo necessário, portanto, produzir, sistematizar e difundir informações, em formatos acessíveis e tecnologias adequadas sobre acessibilidade de empreendimentos e atrações turísticas.

A continuidade de estudos promoverá, na prática, a transformação das cidades em lugares mais acessíveis e igualitários, incidindo sobre os problemas da sociedade; assim como do acompanhamento das

ações públicas ao longo do tempo, contribuindo para a viabilização da vida nas cidades.

Conclui-se, então, que a construção da sociedade inclusiva deve utilizar múltiplos mecanismos para promoção da qualidade de vida das pessoas e fundamentar seu planejamento na realidade e na necessidade de cada comunidade, o que ocorre com a participação das pessoas e com ações objetivas que ampliem a possibilidade de inclusão social.

REFERÊNCIAS

ALONSO, C. (2017). *Aplicativos IOS e IPadOS*. Color ID Free. Applevis. Disponível em: <https://www.applevis.com/apps/ios/lifestyle/color-id-free>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. Resolução n. 280, de 11/07/2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 135, S/1, p. 11, 16 de julho de 2013. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-no-280-de-11-07-2013>. Acesso em: 3 fev. 2021.

ANACLETO, J. Desenvolvimento de uma aplicação web para dispositivos móveis. Monitorização e controle de uma rede de digital signage. *RepositóriUM*. Escola de Engenharia. Universidade do Minho. 2012. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28062?mode=full> Acesso em: 14 jul. 2022.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Resolução n. 667, de 30 de maio de 2016. Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 de maio de 2016. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2016/905-resolucao-n-667>. Acesso em: 3 fev. 2021.

APPLE. *Business Conduct. The way we do business Worldwide*. Cupertino, EUA, 2022. Disponível em: <https://www.apple.com/br/accessibility/vision/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ASEVEDO M. Tecnologias Inovadoras para deficientes visuais. *Revista Veja Bem do Conselho Brasileiro de Oftalmologia*, São Paulo, v. 16, ano 6, p. 24-25, 2018. Acesso em 31/07/2022 Disponível em: <https://www.vejabem.org/uploads/arquivos/1585863081-5.PDF>.

BEAL V. *Introduction to mobile devices*. Disponível em: https://www.webopedia.com/quick_ref/mobile_OS.asp. Acesso em: 20 de maio 2022.

BONFIM, S. M. (org.). *Legislação Federal Brasileira sobre a pessoa com deficiência: tratamento Igualitário substantivo*. Legislação sobre pessoa com deficiência.

Câmara dos Deputados. Edições Câmara; 9. ed. 2019 p. 15-18 Disponível em: ebook kindle https://ler.amazon.com.br/reader?asin=b07nlpx5wf&ref_=dbs_t_r_kcr. 2019. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. EOS: *Revista Jurídica da Faculdade de Direito*. v. 2, n. 1, ano II, Dom Bosco, 2008.

BRASIL. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 de novembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 de dezembro de 2004 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 de agosto de 2009, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.933, de 26 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória n. 2.208, de 17 de agosto de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de dezembro de 2013, p. n. 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.933, de 26 de dezembro 2013. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória n. 2.208, de 17 de agosto de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de dezembro de 2013, p. 4 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 7 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 9.296 de 01 de março de 2018*. Regulamenta o art. 45 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – estatuto da pessoa com deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 2 de março de 2018, p. 4. 2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9296.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 9.404, de 11 de junho de 2018. Altera o Decreto n. 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 12 de junho de 2018, p. 11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9404.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 9.405, de 11 de junho de 2018. Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 12 de junho de 2011, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9405.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.405%2C%20DE%2011,Estatuto%20da%20Pessoa%20com%20Defici%C3%Aancia. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 9.451, de 26 de julho de 2018. Regulamenta o art. 58 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 27 de julho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9451.htm Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n. 9.762, de 11 de abril de 2019. Regulamenta os arts. 51 e 52 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1 – edição extra ISSN 1677-7042 n. 70-a, quinta-feira, 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9762.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.825, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, de 14 de maio de 2019, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13825.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. *Decreto n. 9.791 de 14 de maio de 2019*. Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 15 de maio de 2019, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9791.htm#:~:text=DECRETA%3A,o%20desenvolvimento%20do%20turismo%20nacional. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF de 3 de outubro de 2003, p. 1. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. *Revista Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2020, p. 349-369.

CARLOS, A. F. A. *Cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CETIC. *Acessibilidade e tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina*. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacoes/indice/estudos-setoriais/>. Acesso em: 30 maio 2022

CBO – CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Tecnologias inovadoras para deficientes visuais. *Veja Bem*, São Paulo, v. 16, p. 24-25, 2018.

CTA, S.; POLETO, B. *Manual de acessibilidade em documentos digitais*. Bruna Poletto Salton, Anderson Dall Agnol, Alissa Turcatti. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. 108 p: il. color; 28 cm.

GARCIA, C. C. *Sociologia da acessibilidade*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

GOOGLE PLAY. *WhatsCine*, 2022. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whc.softlab&hl=pt_BR&gl=US. Acesso em: 20 jul. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAUDARES, S. *Geotecnologia ao alcance de todos*. Curitiba: Editora Appris, 2014. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIGHT FOR THE WORLD INTERNATIONAL. *Relatório mundial sobre a visão*. 2021. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/328717/9789241516570-por.pdf> 2. Acesso em: 20 maio 2022.

MOBASHERI, A.; DEISTER, J.; DIETERICH, H. Wheelmap: the wheelchair accessibility crowdsourcing platform. *Open Geospatial Data, Software and Standards*, v. 2, n. 1, p. 27, 2017. Disponível em: <https://opengeospatialdata.springeropen.com/articles/10.1186/s40965-017-0040-5>. Acesso em: 20. maio 2022.

MOTTA, L. M. V. de M. *A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo*. 2016. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/audiodescricao-na-escola.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 29 maio 2021.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, CTA – Centro de Tecnologia e Acessibilidade. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/recurso-ta/softwares-leitores-de-tela/>. Acesso em: 20. maio 2022.

OLIVEIRA, R. (2020). *Melhores aplicativos para o turismo acessível*. Turismo e Inovação. Disponível em: <http://turismoenovacao.com/aplicativos/melhores-aplicativos-para-turismo-acessivel/>. Acesso em: 20 maio 2022.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Dados 2010. Disponível em: <http://www.who.int/about/es/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Dados 2011. Disponível em: <http://www.who.int/about/es/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Manual on accessible tourism for all: principles, tools and best practices module i: accessible tourism: definition and context*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/328717/9789241516570-por.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU/BR. *Programa de ação mundial para as pessoas deficientes*, 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/arlem/Downloads/Programa%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20para%20as%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20-%20ONU%20-%201982.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. *Relatório mundial sobre deficiência 2011*. Organização Mundial da Saúde, 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70670/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf;jsessionid=23FD4E4AFD76395911CF1061D312F80E?sequence=9. Acesso em 31 jul. 2022.

ONU. *Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva da ONU*. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-global-sobre-tecnologia-assistiva>. Acesso em 31 jul. 2022.

PINHEIRO, E.P. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador), *on line*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-

232-1191-2. SicELO Books Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=lGWSCgAAQBAJ&pg=GBS.PA204.w.3.0.23_252&hl=pt. Acesso em: 20 maio 2022.

ROSA, M. R. *Aplicativo colaborativo com informações de acessibilidade a serviços e locais turísticos: estudo de caso em Foz do Iguaçu/PR*. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

SALTON, B. P.; AGNOL, A. D.; TURCATTI, A. *Manual de acessibilidade em documentos digitais*. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.. Acesso em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais/> Acesso em: 31 jul. 2022.

SOUZA, Elisama da Silva. *Turismo acessível no Brasil: uma análise das publicações em periódicos de turismo nacionais*. 2021. 101 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

UNWTO. *Global Code of Ethics for Tourism* – Article 7. Disponível em: <https://www.unwto.org/global-code-of-ethics-for-tourism>. Acesso em: 21 maio 2022.

VIEIRA, P. *Desenvolvimento de competências da comunicação verbal através de um programa (GRID 2), em contexto familiar*. 2012. RepositoriUm Comum. (Mestrado em Educação Especial. Área de Especialização em Cognição e Motricidade) – ESEC, Instituto Politécnico de Coimbra, 2012. Disponível em: <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/13099>. Acesso em: 21 maio 2022.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The World Bank: relatório mundial sobre a deficiência*. Tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World Health Organization and the United Nations Children's Fund (UNICEF)*. Relatório Global sobre Tecnologia Assistiva (GReAT). 2022. Disponível em: <https://www.who.int/teams/health-product-policy-and-standards/assistive-and-medical-technology/assistive-technology/global-report-on-assistive-technology> Acesso em: 21 maio 2022.

PARTE III

EDUCAÇÃO E ESTUDOS TERRITORIAIS

JOGO DE XADREZ NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Metodologia potencializadora para abordar questões territoriais

ADELVAN FERREIRA SANTOS

SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA

Iniciando a partida: dizeres introdutórios

Por muito tempo a Geografia escolar esteve pautada em práticas de ensino tidas como tradicionais, enraizadas em descrições da paisagem e memorização de conteúdo assentados, via de regra, em livros didáticos, limitando a interlocução significativa entre os sujeitos aprendentes, seus mestres e as ideias.

Nos moldes contemporâneos, cabe aos professores de Geografia, da Educação Básica, se apropriar de metodologias ativas aliadas às diversas linguagens com o intuito de discutir e ampliar temas e conceitos geográficos, permitindo aos estudantes apreender tais conceitos, por meio da reflexão-ação acerca dos conteúdos da Geografia escolar, de modo a proporcionar a compressão da realidade em que os estudantes estão inseridos, pois “Alguns exemplos e reflexões a respeito do uso de linguagens na geografia não visam reproduzir receitas, mas, sim, oferecer propostas que, associadas à criatividade dos educadores, podem constituir ideias para a utilização de diferentes conteúdos (PONTUSCHKA; CACETE; PAGANELLI, 2009, p. 215).

Tendo em vista que a Geografia Escolar possibilita a diversificação das linguagens no processo de ensino e aprendizagem, este texto objetiva apresentar algumas reflexões teóricas acerca do uso dos jogos no ensino da Geografia, ao passo que apresenta possibilidades de mediação do conhecimento de temáticas territoriais e socioespaciais através do jogo de xadrez.

O presente artigo é produto da pesquisa “Eu jogo, tu jogas e juntos aprendemos: abordagens do conceito de lugar na EJA” (SANTOS, 2021), desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estudos Territoriais (PROET), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus I*, Salvador-BA, pois os jogos se constituem em extraordinários recursos metodológicos, dotados de linguagem própria, em seus enunciados, nas cartas, painéis e tabuleiros, o que os torna importantes formas de comunicação, ao possibilitar abordar determinados temas, como os geográficos, que estão dispostos em seu simulacro. Além disso, a linguagem das regras dos jogos é dotada de normas que regulam o que pode e o que não pode ser realizado no transcurso da partida; dessa maneira, desenvolve valores, responsabilidade, amplia as relações sociais e o respeito aos espaços dos sujeitos, dentre outros conteúdos e procedimentos atitudinais possibilitados pelo uso de jogos no processo de escolarização.

Estruturalmente, este texto encontra-se organizado em cinco seções. A primeira é esta: “Iniciando a partida: dizeres introdutórios”, que apresenta o contexto em que se insere esta escrita. A segunda seção, “Movendo as peças do jogo: contribuições da linguagem dos jogos no ensino de Geografia”, intenta elucidar a importância da diversificação das linguagens no ensino da Geografia Escolar, cuja ênfase se dá no uso de jogos no processo de ensino-aprendizagem de temáticas que compõem o currículo da Geografia, porque eles potencializam o ensino e promovem aprendizagens de maneira lúdica. Para esta reflexão, dissertamos que os jogos são um tipo de linguagem que dinamiza a metodologia para o ensino da Geografia porque proporcionam a participação dos estudantes de forma interativa e reflexiva nas aulas e abordagens sobre os conceitos e temas geográficos dispostos nas peças que os compõem.

A terceira seção, “Reinos em disputa: dinâmicas territoriais no jogo de xadrez”, apresenta as principais características deste jogo, qual

seja, o xadrez, suas regras e as possibilidades de abordagens sobre questões territoriais e socioespaciais dispostas no simulacro do xadrez, que foi, e ainda é, bastante difundido na sociedade. As relações de poder são evidenciadas no jogo de xadrez por meio das peças que representam personagens da sociedade monárquica, mas que podem ser adaptadas à sociedade contemporânea brasileira, com hierarquias e funções específicas, imersos em uma disputa territorial com oponente com igual força e espaço apropriado, de modo que apenas com um bom planejamento e estratégias poderão alcançar o *xequemate*, a captura do rei e o êxito da vitória no/do jogo.

A quarta seção é a conclusão, intitulada “Xequemate: algumas considerações finais”, que tece as reflexões não tão finais sobre a potencialidade dos jogos na Educação Geográfica; na sequência aparecem as referências, a seção onde estão os autores e suas respectivas obras, as quais ajudaram a tecer reflexões sobre o uso de jogos para ensinar e aprender temáticas que compõem o currículo da Geografia Escolar, pois, como esta escrita vincula-se à pesquisa “Eu jogo, tu jogas e juntos aprendemos: abordagens dos conceitos de lugar na EJA” (SANTOS, 2021), em desenvolvimento no PROET/UNEB, pode-se afirmar que o jogo de xadrez, aliado ao ensino da Geografia Escolar, possibilita a reflexão sobre dinâmicas territoriais, socioespaciais e relações de poder que emergem no espaço geográfico, podendo ser utilizado nas aulas de Geografia porque esses recursos didático-pedagógicos [os jogos] ampliam a socialização e a troca mútua de conhecimento entre estudantes-estudantes e estudantes-professores, de modo a desenvolverem habilidades relacionadas às apreensões conceituais e atitudinais, permitindo aos estudantes compreender a realidade e agir sobre ela de modo crítico e reflexivo.

Movendo as peças do jogo: contribuições da linguagem dos jogos no ensino de Geografia

Levando em consideração que somos sujeitos subjetivos e nas nossas subjetividades compreendemos o espaço geográfico de diversas formas, seja pela música, pela cartografia, por um cordel ou por meio dos jogos,

entre outras possibilidades, cabe ao ensino da Geografia Escolar ampliar o leque de possibilidades que favoreça decodificação do conhecimento concebido nos moldes de conceitos e temas desse componente curricular nos espaços escolares. Portanto, “[...] de modo emergente, novas práticas associadas à instrumentalização de novas linguagens configuram-se na Geografia Escolar como ‘novos’ modos de saber-fazer o ensino de Geografia” (PINTO; PORTUGAL; OLIVEIRA, 2016, p. 51).

Ao ampliar o repertório metodológico por meio das linguagens no processo de ensino e aprendizagem, é possível expandir a visão de mundo dos sujeitos aprendentes, instigá-los a desenvolver a criticidade sobre o seu papel na sociedade e, concomitantemente, os professores/pesquisadores avaliarem seus métodos de ensino e verificarem as possibilidades para melhor desenvolverem o seu ofício docente.

Assim, o professor, ao refletir sobre seus saberes e fazeres docentes, seleciona conteúdos e procedimentos de ensino-aprendizagem para tornar as aulas mais significativas e produtivas para os estudantes, pois os modos de comunicação, de ensinar, acionam processos cognitivos que possibilitam a convergência de ideias pré-concebidas com novas informações que dão subsídios a um novo saber, uma vez que “[...] o conhecimento é necessariamente a tradução em signos/símbolos e em sistemas de signos/símbolos. A tradução construtora ocorre a partir de princípios/regras que permitem construir sistemas cognitivos, articulando informações/signos/símbolos” (CASTROGIOVANNI, 2011, p. 63-64), permitindo aos sujeitos, em suas individualidades e coletividades, entender o multidimensionalismo de ideias que os cerca para que possam agir nos seus territórios e espaços vividos.

No âmbito educacional, para que o papel social do ensino da Geografia seja cumprido, de maneira que os estudantes compreendam os fenômenos que deram/dão origem ao espaço geográfico e suas contradições, são necessárias considerar que “[...] a diversificação de linguagens na Geografia Escolar significa pensar, antes de tudo, em como trabalhar as diversas temáticas da Geografia, de modo criativo, reflexivo e de acordo com as diferentes dimensões escalares” (PINTO; PORTUGAL; OLIVEIRA, 2016, p. 52), articulando o conteúdo, o vivido e o lúdico, pois

O intuito da Geografia Escolar não é o de formar Geógrafos, mas, sim, de proporcionar ao aluno uma nova leitura do seu cotidiano, que lhe permita olhar para o espaço e compreender os processos que envolvem a sua formação e transformação, bem como entender as lógicas que envolvem tal construção e os agentes que modelam e remodelam o seu próprio espaço de vivência (PINTO; PORTUGAL; OLIVEIRA, 2016, p. 51).

Essa tarefa está intimamente ligada à mediação do conhecimento por parte dos professores e dos estudantes que carregam consigo uma bagagem de informações, ao longo da vida, partindo do princípio de que “[...] a Geografia é uma forma de leitura do mundo. A educação escolar é um processo no qual o professor e seu aluno se relacionam com o mundo através das relações que travam entre si na escola e nas ideias” (MOREIRA, 2013, p. 105), havendo uma união de processos dialéticos que favorecem a aprendizagem mútua entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Corroborando com essa afirmativa de Moreira (2013), Duarte (2017, p. 31) reitera dizendo que “[...] existe uma forma de pensar que é particular à Geografia e de que cabe à versão escolar da disciplina desenvolver esse tipo de cognição entre os estudantes que frequentam o ensino básico”. Para esta leitura espacial, as linguagens, sobretudo as dos jogos, o que nos interessa nesta escrita, potencializam os modos de ensinar e de aprender temáticas e conceitos da Geografia através dos elementos que compõem os jogos e enunciados nas cartas e tabuleiros, o intuito de favorecer a aprendizagem significativa sobre conceitos e temas geográficos. Para mais, os jogos instigam a maior participação dos estudantes, ao mesmo tempo que permitem que eles adquiram novos conhecimentos de forma dinâmica e divertida, porque

O jogo é um tipo de linguagem muitas vezes carregado de elementos imagéticos, capaz de atrair a atenção dos estudantes para a abordagem de diferentes temáticas geográficas, possibilitando diversificar o ensino de Geografia, tendo como objetivo exprimir a percepção dos espaços individuais e coletivos dos sujeitos tornando as aulas atrativas, aproximando o conteúdo geográfico à realidade dos estudantes através do conhecimento

simbólico que são representados habitualmente na vida deles (SANTOS; NUNES; OLIVEIRA, 2022, p. 11).

Dessa forma, “a partir das concepções de Educação Geográfica, o uso do jogo se torna atividades de aprendizagem que permitem articular os conhecimentos tecnológicos e geográficos, com ludicidade e interatividade” (SACRAMENTO, 2017, p. 226), além de os jogos propiciarem a criação de laços afetivos, pois “[...] os alunos podem desenvolver sentimentos de afetividade, porque o jogo é essencialmente uma fatia simplificada de realidade” (MIRANDA, 2002, p. 26), de suas vidas, uma vez que eles podem permitir a articulação dos conteúdos, de maneira lúdica, fazendo com que a aprendizagem aconteça de maneira prazerosa.

Sendo uma abstração da realidade, esses recursos metodológicos [dos jogos] possibilitam representar vultosos fenômenos devido à microescala de tabuleiros, cartas, painéis, entre outras peças, na medida em que, jogando, os jogadores se submetem às regras que são impostas por quem as elaborara ou por comuns acordos que antecedem as partidas, assim como são estabelecidas as normas para o convívio saudável em uma sociedade democrática, pois

o jogo é o resultado de um exercício reflexivo sobre algo concreto, no qual estão presentes sistemas de regras, condutas, valores, conceitos e identidade, que fazem parte de uma determinada cultura e de uma determinada sociedade. Sendo assim, o jogo pode ser pensado como uma atividade de ensino que é criar e executar formas nas quais os estudantes consigam chegar ao resultado final por meio de erros e acertos. Além de estimular a descrição, a análise, a associação e a criação de situações que proporcionem a compreensão dos conceitos e dos conteúdos (SACRAMENTO, 2017, p. 225).

Os jogos, enquanto recursos metodológicos carregam consigo a característica da ludicidade. De acordo com Chalita (2015, p. 146), o lúdico é o que “atrai e estimula/instiga. Adaptando-o para a sala de aula, o lúdico é o que convida à maior participação dos estudantes, por causar certa curiosidade em descobrir algo, como algum conhecimento

que esteja encoberto”. De acordo com Luckesi (2000, p. 27), “o que caracteriza uma atividade lúdica é a ‘plenitude da experiência’ que ela propicia a quem a pratica. É uma atividade onde o sujeito entrega-se à experiência sem restrições, de qualquer tipo”, em que são livres para exercer algo que se difere da vida corrente, no qual há uma evasão da vida comum, desprendendo-se de julgamentos preestabelecidos desde que esteja de acordo com a atividade que se exerce, no caso dos jogos, se estiver em conformidade com as regras estabelecidas entre os pares.

Para Macedo, Petty e Passos (2005):

O espírito lúdico refere-se a uma relação da criança ou do adulto com uma tarefa, atividade ou pessoa pelo prazer funcional que desperta. A motivação é intrínseca; é desafiador fazer ou estar. Vale a pena repetir. [...] o interesse que sustenta a relação é repetir algo pelo prazer da repetição (MACEDO; PETTY; PASSOS, 2005, p. 18).

O caráter lúdico dos jogos induz os jogadores a concentrarem seus esforços, suas estratégias em desafiar a si e aos outros com o objetivo de romper barreiras, resolver situações-problema, além de alcançar prestígio diante dos oponentes gabando-se da vitória em um tempo e espaço definido por regras. Segundo Castellar, Moraes e Sacramento (2011, p. 44), “os jogos auxiliam o aprender a pensar e a pensar sobre o espaço que se vive”, tê-los no ensino da Geografia escolar possibilita que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas para vencer o jogo, ao passo que, ao compreender sua dinâmica, os sujeitos estarão imersos ao contexto do simulacro da realidade representado nas peças desses recursos metodológicos, pois

os jogos pedagógicos são baseados em modelos de situações reais e são amplamente reconhecidos por serem ao mesmo tempo lúdicos e válidos numa variedade de contextos de aprendizagem. Os modelos simplificam a realidade e os jogos oferecem um contato simulado com a realidade modelada, permitindo tanto a vivência e apreciação quanto o experimento e reflexão (KLIMEK, 2011, p. 117-118).

Comungando com Klimek (2011), Breda (2018, p. 85) diz que “são características dos jogos de simulação aqueles que recriam situações próprias da vida real, e as decisões e estratégias são atreladas a possíveis acontecimentos e, por isso, os jogadores interagem entre si e com o ambiente simulado”, pois eles, se utilizados com fins pedagógicos, poderão ser usados como recursos e dispositivos de ensino-aprendizagem nos procedimentos didáticos nas aulas de Geografia porque muitos jogos podem representar processos geográficos, fatos históricos, situações reais ou fictícias e articular conceitos e temas que compõem o currículo da Geografia Escolar. Dentro desse simulacro, o docente de Geografia e os estudantes, nas diferentes modalidades e faixas etárias, podem apoderar-se desses recursos pedagógicos com o objetivo de reproduzirem os fenômenos que ocorrem no espaço, compreendendo as dinâmicas espaciais e territoriais sem ter o contato direto com o objeto de estudo. Nesse sentido, Breda (2018) ainda complementa, dizendo:

O uso de jogos, como um recurso para o processo de ensino e aprendizagem, torna-se um material atrativo, pois permite o despertar da curiosidade e instiga a vontade de aprender de forma prazerosa. Combinado com outros recursos, como aulas, trabalhos de campo e leituras, o jogo pode ser mais uma alternativa, porque possibilita ao aluno, por meio de regras e métodos, construir por si mesmo a descoberta, o conhecimento e dinamizar a aula, já que o jogo é uma atividade ‘pelo prazer’. Não é só o conteúdo ou habilidade inserida no jogo, mas também um instrumento de socialização, trabalhando valores, como moral, respeito às regras e ao outro (BREDA, 2018, p. 27).

Diante do que expõe a pesquisadora, os jogos para fins pedagógicos precisam ser previamente selecionados levando em consideração os objetivos que se deseja alcançar durante a aula, respeitando as potencialidades e individualidades dos estudantes para que a atividade seja, de fato, satisfatória. Esses recursos podem ser utilizados no início de uma sequência didática como também no final da unidade, com a finalidade de revisar o conteúdo estudado; basta que haja uma sequência lógica que atenda aos anseios e aos critérios de apreensão do

conhecimento e avaliação dos estudantes. Além disso, a competição precisa ser saudável no sentido de assegurar o respeito entre os jogadores; dessa maneira, é importante que o professor contextualize previamente os objetivos e as regras para que não se perca de vista o cunho pedagógico de tais atividades lúdicas. Nesse sentido, “aliar as potencialidades dos jogos com os objetivos da Geografia Escolar pode ser uma opção metodológica para o desenvolvimento de habilidades necessárias e de conceitos fundamentais da aprendizagem geográfica” (BREDA, 2018, p. 27), assim como o conceito de território e suas dinâmicas.

De tal forma, na próxima seção abordaremos algumas potencialidades do jogo de xadrez para a compreensão de dinâmicas territoriais que emergem no simulacro do tabuleiro, no qual são estabelecidas fronteiras e relações de poder conduzidas por jogadores que se desprendem da vida habitual por um tempo e espaço definido por regras que representam as territorialidades das esferas da sociedade.

Reinos em disputa: dinâmicas territoriais no jogo de xadrez

O jogo de xadrez foi/é bastante difundido em todo o globo por despertar o fascínio pela disputa por territórios e por simular umas das formas mais primitivas de jogar, a guerra. A guerra, em termos lúdicos, simboliza a capacidade de demonstrar força mediante o combate entre opostos por algo que está em jogo, pois “dá-se início à guerra a fim de se obter uma decisão de valor sagrado, pela prova da vitória ou da derrota” (HUIZINGA, 2019, p. 120). Dessa forma, a bibliografia apresenta algumas evidências de que o xadrez foi desenvolvido com o intuito de representar os grandes conflitos armados entre reinos que batalham por poder e expansão das suas fronteiras, “sendo a versão moderna de jogos de tabuleiro que já existiam na Índia no século VI, como o *Chaturanga*”¹ (ALVES, 2018, p. 14), onde os jogadores se enfrentam em

1 Para Alves (2018, p. 14), o *Chaturanga* pode ser traduzido como “quatro divisões militares”, em referência às quatro divisões dos exércitos indianos do período do século VI: infantaria, cavalaria, “elefantaria” e carros de guerra (cujos correspondentes modernos seriam os peões, os cavalos, os bispos e as torres, respectivamente).

um espaço limitado do tabuleiro recorrendo a capacidade estratégica para vencer o oponente.

No início da partida, os dois jogadores que disputam por territórios no simulacro do xadrez possuem espaços territoriais iguais, divididos por uma linha imaginária, estabelecendo fronteiras. Cada jogador dá início à partida, tendo em mãos 16 peças, sendo um rei, uma rainha, dois bispos, dois cavalos, duas torres e oito peões, uma representação da sociedade monárquica. Via de regra, as peças que representam os dois exércitos são de cores diferentes (pretas e brancas), de modo a demonstrar as alteridades entres os reinos. Para Nascimento (2011), o início da partida ocorre com o jogador que estiver com a posse das peças brancas, mas comumente encontramos estudantes que utilizam o sorteio, o chamado “zero ou um”², como forma de escolher quem inicia a partida do jogo.

No primeiro momento, as regras do jogo de xadrez parecem ser complexas; no entanto, com o desenrolar das partidas, tornam-se simples. Elas dão maiores sustentações para despertar o fascínio dos competidores por possibilitar uma infinidade de jogadas/estratégias para alcançar o êxito da vitória e conquistar o *xequê-mate*, que representa a “morte” do rei adversário, a conquista territorial e o fim da partida. No quadro a seguir, são apresentadas as regras de acordo com cada peça/representação do jogo de xadrez, pois cada uma delas tem um movimento e uma função específicos.

2 O “zero ou um” é um jeito muito utilizado por crianças e adultos brasileiros para iniciar um jogo. Geralmente são estabelecidas regras, indicando que a pessoa que apresenta o número um, através do dedo indicador, tem o direito de começar ou escolher quem começa a partida. Para isso, os jogadores escondem suas mãos fechadas atrás das costas e ao concluírem a frase “zero ou um”, eles são obrigados a apresentar a mão para o outro. Quem estiver com a mão com o dedo indicador, representando o número “um”, estabelece quem começa a partida.

Quadro 1 – Regras estabelecidas de acordo com cada peça do jogo de xadrez

REI	Move-se em todas as direções, uma casa por jogada, para a frente ou para trás. Pode capturar qualquer peça, não pode pular peças e não pode ir para uma casa ocupada por outra peça da mesma cor.
RAINHA	Move-se para qualquer casa em todas as direções, quantas casas quiser, para a frente ou para trás. Pode capturar qualquer peça, não pode pular peças e não pode ir para uma casa ocupada por outra peça da mesma cor. É considerada a peça mais poderosa pelas possibilidades de movimentação.
BISPO	Seu movimento é apenas na diagonal que tem as casas na mesma cor da sua, para a frente ou para trás. Pode capturar qualquer peça. Não pode pular peças e não pode ir para uma casa ocupada por outra peça da mesma cor.
CAVALO	É a peça que tem movimentação diferente das demais. Seu movimento se dá em forma de “L”, ou seja, duas casas para a frente ou para trás, para a direita ou para a esquerda e uma casa para a outra coluna. Pode capturar qualquer peça. É a única peça que pode pular outras; não pode ir para uma casa ocupada por outra peça da mesma cor. Um cavalo, quando sai de uma casa branca, vai para uma casa preta e vice-versa.
TORRE	Anda para a frente ou para trás em linha reta, quantas casas quiser; não anda na diagonal. Pode capturar qualquer peça. Não pode pular peças e não pode ir para uma casa ocupada por outra peça da mesma cor.
PEÃO	Anda uma casa para a frente, sempre em linha reta e na mesma coluna. Somente na primeira jogada pode andar uma ou duas casas. Nunca pode andar para trás. O peão captura na diagonal.

Fonte: adaptado de Nascimento (2011, p. 41).

Através das regras, cabe a cada jogador tomar decisões assertivas que garantam a sua permanência no jogo de xadrez. Para aumentar a base territorial, o tabuleiro é composto por 64 casas (quadrados) distribuídas em oito colunas verticais e oito horizontais; é necessário que o jogador execute movimentos precisos de cada uma das peças, de modo a garantir esse domínio e a desterritorialização do oponente. Assim, como nas relações socioespaciais que emergem no espaço geográfico

em que estamos inseridos, as relações de poder apresentadas no simulacro do jogo de xadrez representam a realidade de fenômenos que ocorrem na sociedade, a exemplo do acúmulo de riquezas, do aumento da base da propriedade privada, dos meios de produção e do domínio do território por empresas multinacionais e transnacionais em um mundo globalizado.

Como foi mencionado anteriormente, cada peça do jogo tem a sua função dentro de uma hierarquia subdividida por camadas da sociedade e por elementos que representam a força (cavalo) e a segurança de um povo (a torre). O rei representa o Estado, o topo das relações hierárquicas. Nesse sentido, “[...] o Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo” (RATZEL, 1990, p. 76); assim, é preciso que a base da sociedade, os peões, dê sustentação a esse Estado, de modo a garantir-lhe a manutenção do poder de seus representantes, caso contrário a seguridade desse território/Estado é derrotada por coalisões de forças externas. Então:

Deve compreender o poder, primeiro como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem constitutivas de sua organização: o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes que as transformam, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras formando cadeias ou sistemas (FOUCAULT, 2009, p. 87).

A partir do que afirma Foucault (2009), os grupos organizados formam alianças em prol de um objetivo comum. No jogo de xadrez, o *xequemate* simboliza a vitória de um reino, mas pode ser a representação da vitória de grupos sociais que conquistam a terra, o território, por meio da luta, do confronto armado ou simbólico.

Segundo Haesbaert (2004, p. 79), “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Assim, como as territorialidades se multiplicam nos diversos espaços da vida, o jogo de xadrez representa esses arranjos territoriais na base do seu tabuleiro/

território fictício, já que ele é uma evasão da vida comum, como reitera Huizinga (2019).

De acordo com Amaral e Azevedo (2019), o movimento reto do peão, que representa a base da sociedade, a classe trabalhadora, abre espaço para que os bispos se desloquem na diagonal do tabuleiro, sendo esse movimento uma simbologia da fluidez da Igreja, sobretudo a Católica, nos diversos países e continentes onde o cristianismo ganhou força por meio da união entre Estado e hierarquias eclesiais, de modo que os seus dogmas sejam respeitados e difundidos em todos os territórios conquistados e fora deles.

A dama ou rainha é a peça mais influente no jogo de xadrez; esta pode movimentar-se por todas as direções; ela representa as leis, a justiça e, dessa forma, dialoga com todas as camadas da sociedade, conhecendo e gerenciando o território. A justiça (rainha) e a Igreja (bispos) têm correlações de forças, assim como na nossa sociedade, “[...] em que as leis e a religião se misturam, e estão nos espaços de decisões, que podem ser representados pela bancada evangélica no Congresso Nacional do Brasil, mesmo o Brasil sendo um país laico” (AMARAL; AZEVEDO, 2019, p. 1595-1596).

Os peões, ou classe trabalhadora, é a base que sustenta a hierarquia, é quem primeiro avança para o confronto; para a lida, essa peça abre caminhos a fim de que a cavalaria/polícia, que também é classe trabalhadora, possa se movimentar dando segurança para as torres/propriedade privada, e para que as demais relações de poder possam agir no território. As movimentações e relações de poder acontecem em ambos os lados, ou seja, nos diversos territórios, assim como ocorre em outros países, do outro lado do mundo, no bairro, na rua, na escola (AMARAL; AZEVEDO, 2019).

A imagem da Figura 1 representa e correlaciona as peças do jogo de xadrez aos grupos, instituições e agentes sociais que compõem as sociedades contemporâneas.

Figura 1 – Correlação das peças do xadrez com as camadas da sociedade



Fonte: Amaral e Azevedo (2019, p. 1595).

As relações socioespaciais de classe e poder estão presentes nos diversos territórios e o jogo de xadrez pode potencializar esse debate nas aulas de Geografia. Ademais, “a prática de xadrez e o ensino da geografia possuem uma relação mútua de mostrar através do jogo uma realidade mutável através de decisões contínuas acertadas ou não, mas que o simples ato impulsiona para querer modificar sua realidade” (CHAVES, 2020, p. 84), pois no jogo de xadrez há espaços privilegiados: os centros, onde há maiores chances para os confrontos, em detrimento das laterais, das bordas do tabuleiro que são neutras, que dificultam o ataque e a conquista dos oponentes. Dessa forma, pode-se abordar, nas aulas de Geografia, as relações de centro e periferia das cidades, os lugares de maior concentração de renda e os espaços com menores investimentos, articulando, assim, com as questões vinculadas ao território.

No simulacro do jogo, o xadrez passa a ser tridimensional, sendo a terceira dimensão para jogadas que ampliam o sentido do território, ensinado a partir das suas representações nas peças e no espaço da partida (tabuleiro). As inúmeras possibilidades de movimentos das peças do jogo possibilitam que o estudante, nas aulas de Geografia, possa compreender que as relações territoriais e territorialidades também

se intensificam e tornam-se mais complexas a partir das relações econômicas, sociais e culturais, das coalisões de poderes, a partir dos avanços tecnológicos de comunicação e informação e das redes de infraestrutura de transportes, entre outras.

O jogo de xadrez, no âmbito da sala de aula e da educação geográfica, pode ser utilizado por pessoas de diferentes faixas etárias porque trabalha a atenção e concentração dos estudantes, amplia as noções de regras e limites, dá condições para o desenvolvimento intelectual a partir do aperfeiçoamento de habilidades para elaborar estratégia e planejamento. Desse modo, aciona aspectos cognitivos dos estudantes para eles vencerem a partida, ao mesmo tempo que também apresenta novos conhecimentos atitudinais como o respeito à vez do outro e as afetividades que são adquiridas a partir das relações sociais. Nas aulas de Geografia, o jogo de xadrez, além dos benefícios mencionados, pode ampliar a compreensão sobre as dinâmicas do espaço geográfico, porque o jogo é uma representação da realidade, simboliza fenômenos socioespaciais que estão presentes nos espaços, territórios e lugares dos sujeitos aprendentes.

Xeque-mate: algumas considerações finais

O presente trabalho teceu algumas reflexões acerca dos jogos para o ensino da Geografia Escolar. Esses recursos metodológicos carregam consigo a linguagem imagética, escritas em enunciados, linguagem tátil e gestual, além das regras que regulam o que é e o que não é cabível dentro da partida, pois cada jogo tem seu modo de jogar. Cabe ao professor de Geografia apropriar-se dessas especificidades dos jogos para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem de tal componente curricular que, por muito tempo, foi tido como algo enfadonho, pouco atraente, mas com grande relevância para a formação cidadã.

Dentro da dinâmica da sala de aula, com o uso de jogos, os sujeitos são imersos no espírito lúdico do faz-de-conta em espaços, territórios e seus componentes definidores representados nas peças que compõem esse recurso pedagógico. Dessa maneira, tê-los nos espaços escolares, no ensino da Geografia, seria um recurso didático a mais para que os

estudantes compreendam a realidade e os fenômenos que os circundam de modo prazeroso, sendo autônomos de sua aprendizagem por meio dos erros e acertos que são possíveis através da tomada de decisões, do planejamento e das estratégias estabelecidas a partir do jogo.

O jogo de xadrez proporciona aprendizagens sobre dinâmicas territoriais, socioespaciais e relações de poder, sobretudo por causa das peças que o compõem – rei, rainha, bispos, cavalos, torres e peões. A coalisão das peças/personagens e suas hierarquias, dentro do jogo, buscam por territórios, por espaços de ataques, a partir de passos que precisam ser minuciosamente calculados para conquistar o território e desterritorializar o oponente. Essa dinâmica, aliada aos apontamentos feitos pelo(a) professor(a) sobre o conteúdo, em sala de aula, aciona processos cognitivos que, junto com os conhecimentos prévios dos estudantes, dão sentido a novos conhecimentos e informações para que estes compreendam os fenômenos que emergem na sociedade em que estão inseridos, ao articular os conteúdos com o jogo.

Vale salientar que apenas o jogo pelo jogo se torna uma atividade vazia de objetivos pedagógicos, pois é necessária a contextualização do que deseja ser ensinado para que tenha um sentido prático na vida dos sujeitos.

Consideramos que o jogo nos espaços escolares, nas aulas de Geografia, não possui uma receita pronta que garanta o total sucesso no processo de ensino-aprendizagem, mas é uma alternativa a mais para que os professores sejam criativos e busquem novos modos de dinamizar o trabalho docente e a aprendizagem geográfica dos estudantes, como mencionado por Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009), nas primeiras linhas deste texto.

Desse modo, a partir do exposto, reafirmamos a potencialidade dos jogos na Educação Geográfica, sobretudo o jogo de xadrez, como um dispositivo metodológico que permite ensinar e aprender temáticas da Geografia Escolar, como o conceito de território e outros temas correlacionados, além de exercitar o raciocínio e a concentração.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tiago Cicero. *Entre jogos e contracondutas: o uso de jogos de simulação como catalisadores de contracondutas sócio-espaciais*. 2021. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, MG, 2018. 164 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-BADNA3>. Acesso em: 10 nov. 2021.

AMARAL, Jéssica Danielle Ferreira; AZEVEDO, Sandra de Castro de. O xadrez como instrumento no ensino de geografia. *Anais... 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: Políticas, Linguagens e Trajetória. Ateliê de Pesquisa em Práticas de Ensino em Geografia*, Campinas, 2019, p. 1588-1599. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/download/2995/2859/12958>. Acesso em: 1º jul. 2022.

BREDA, Thiara Vichiato. *Jogos geográficos na sala de aula*. Curitiba: Appris, 2018. 153 p.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella; MORAES, Jeruza Vilhena de; SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. Jogos e resolução de problemas para o entendimento do espaço geográfico no ensino de Geografia. In: CALLAI, H. C. (org.). *Educação geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Inuijuí, 2011. p. 249-274.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Espaço geográfico escola e os seus arredores: descobertas e aprendizagens. In: CALLAI, Helena Copetti (org.). *Educação geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 61-74.

CHAVES, Luiz Claudio Martins. *Prática do xadrez e o ensino da Geografia*. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Maranhão: São Luiz, 2020, 93 p. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/pratica-do-xadrez-e-o-ensino-da-geografia/5789847/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

CHALITA, Ana Lucia. Ensinando Geografia através do lúdico: uma proposta de atividade significativa. In: SACRAMENTO et al. (org.). *Ensino de Geografia: produção do espaço e processos formativos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 138-155.

DUARTE, Ronaldo. A cartografia escolar e o pensamento (geo)espacial: alicerces da educação geográfica. In: ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio; GAUDIO, Rogata Soares Del; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira. (org.). *Conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas da educação básica*. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 28-52.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2019. 285 p.

KLIMEK, Rafael Luís Cecato. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações-problema; In: PASSINI, Elza Yasuko (org.). *Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 117-123.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Desenvolvimento dos estados da consciência e ludicidade. In: LUCKESI, Cipriano Carlos. (org.). *Ludopedagogia: educação e ludicidade*. Salvador: UFBA, 2000. v. 1, p. 83-102. (Ensaaios, 1).

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artemed, 2005.

MIRANDA, Simão de. No fascínio do jogo, a alegria de aprender. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 8, n. 14, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2989/2688>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, espistemologia e ontologia do espaço*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NASCIMENTO, Monica Dias do. *A contribuição do jogo de xadrez para o ensino de coordenadas cartesianas na educação de jovens e adultos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2011. 130 páginas. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/5937>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PINTO, Bismarque Lopes; PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de. O *google earth* e a maquete em sala de aula: Geografia Escolar e aprendizagens geográficas. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; MEIRELES, Mariana Martins de; SOUZA, Hanilton Ribeiro (org.). *Geografia na sala de aula: linguagens, conceitos e temas*. Curitiba: CRV, 2016. p.49-69.

PONTUSCHKA, N. N.; CACETE, N. H.; PAGANELLI, T. I. *Para ensinar e aprender geografia*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RATZEL, Friedrich. O povo e seu território. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 73-82.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. A produção dos jogos na formação docente: material didático no ensino de geografia. In: PORTUGAL, Jussara Fraga (org.). *Educação geográfica: temas contemporâneos*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 221-233.

SANTOS, Adelvan Ferreira; NUNES, Marcone Denys dos Reis; OLIVEIRA, Simone Santos. Carta na manga: o uso de jogos na educação geográfica. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 12, n. 22, p. 05-24, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1047/562>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, Adelman Ferreira. *Eu jogo, tu jogas e juntos aprendemos: abordagens do conceito de lugar na EJA*. Projeto de pesquisa de mestrado ampliado. Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador: Uneb, 2021. (Digitalizado)

ITINERÁRIOS CULTURAIS PARA A PRÁTICA DA AULA DE CAMPO NA CIDADE HISTÓRICA DE CACHOEIRA/BA

Perspectivas e novas aprendizagens geográficas¹

AISLLAN DAMACENA SOUZA DA SILVA

JANIO ROQUE BARROS DE CASTRO

Andanças iniciais

Na contemporaneidade, são vários os obstáculos vivenciados no meio escolar, sobretudo no contexto pós-pandemia, em que muitos estudantes têm apresentado constante desmotivação educacional. Nessa perspectiva, enquanto professores e professoras, temos um importante papel a cumprir: ser um colaborador na transformação dessa realidade através da utilização de novas propostas didáticas que sejam capazes de impulsionar os discentes. Nesse contexto, o trabalho com as dimensões culturais do espaço urbano, sob a ótica da Geografia em aula de campo, pode ter um papel importante no sentido de potencializar a educação geográfica.

1 O presente artigo é fruto da pesquisa “Cidade, cultura e ensino de Geografia: proposições para discutir as dimensões culturais de Cachoeira/BA nos espaços educacionais”, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estudos Territoriais, Universidade do Estado da Bahia (PROET-UNEB), na Linha de Pesquisa “Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional” e dos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa GEO(BIO)GRAFAR – Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores, Universidade do Estado da Bahia.

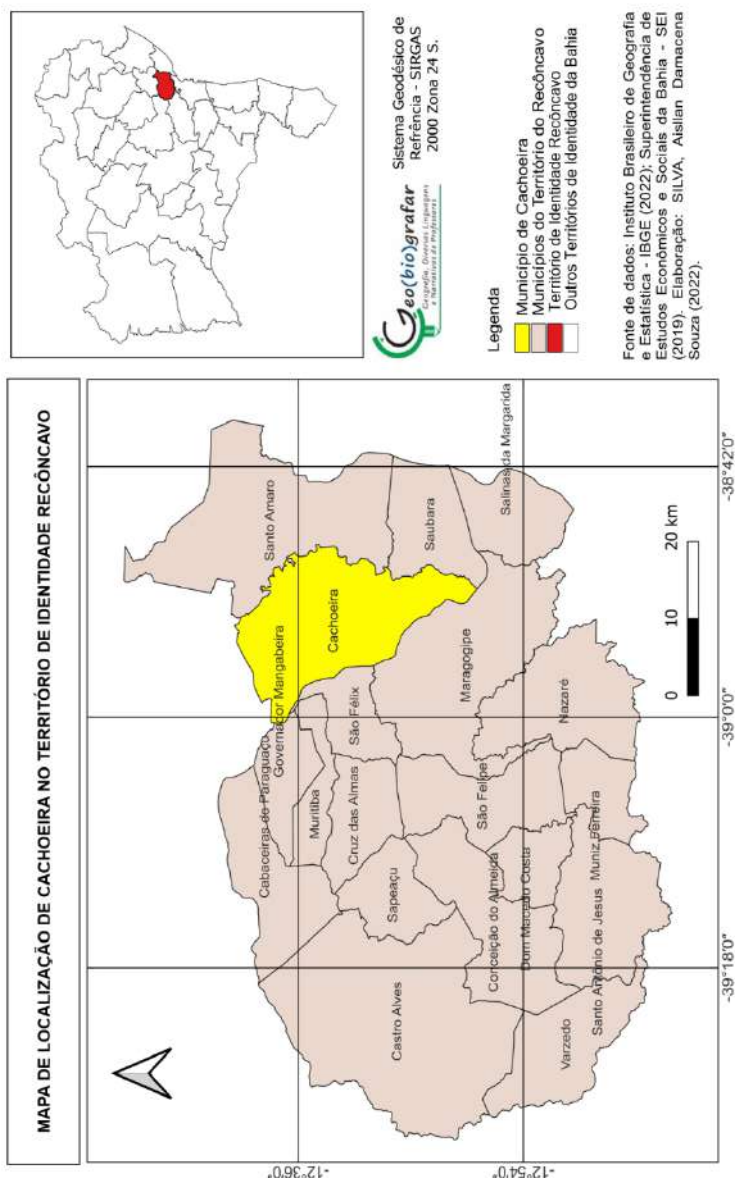
Cabe aqui mencionar a fala da Professora Livia de Oliveira (*in memoriam*) no V Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (Enpeg), realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) em 1999, quando a mesma chamava atenção para a criação de novas metodologias para um ensino de Geografia renovado, ao dizer que “a Geografia precisa ousar, vestir roupas novas, coloridas, enfeitadas e continuar privilegiando o seu conteúdo, o espaço terrestre e geográfico”.

Assim, por uma Geografia que busque “vestir roupas novas” é sempre importante destacar o cotidiano do estudante por meio das potencialidades locais e regionais como um aspecto discursivo a ser desenvolvido nas aulas de Geografia. Dentre essas potencialidades, cabe destacar a grandiosa diversidade cultural das cidades da região do Recôncavo Baiano, a qual se mostra ainda pouco explorada nos espaços educacionais dessa região, como é o caso, por exemplo, da cidade histórica de Cachoeira (Figura 1).

Conforme a mais recente regionalização instituída na Bahia, Cachoeira está localizada no Território de Identidade Recôncavo, a 100 km da capital baiana. Além disso, está situada no baixo curso do Rio Paraguaçu, rio que teve um importante papel durante o período colonial na região e que a consolidou como um dos poderios econômicos da época. O rio separa a cidade de Cachoeira (margem esquerda) da cidade de São Félix (margem direita), sendo um dos meios de ligação entre essas duas cidades a centenária ponte imperial D. Pedro II².

2 A imperial ponte D. Pedro II se constitui numa valiosa referência patrimonial edificada de Cachoeira, do Recôncavo e de toda a Bahia, estando localizada sobre as águas do rio Paraguaçu. A ponte foi inaugurada em 1885 pelo então doador e imperador D. Pedro II com sua construção em ferro e madeira importada da Inglaterra. A ponte mede 365,64 metros de comprimento e 86 metros de altura. Foi reconhecida e tombada no ano de 2002 pelo Governo da Bahia e no ano de 2007 foi tombada historicamente pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan).

Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Cachoeira no Território de Identidade Recôncavo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2022); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2019); Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan (2007).
Elaboração: Aislán Damacena Souza da SILVA (2022).

No passado, as ligações entre Salvador e Cachoeira também se faziam através de dois modais de transportes: os navios, através da navegação fluvio-marítima “*Rio Paraguaçu x Baía de Todos os Santos*”, hoje desativada em virtude do assoreamento do canal do rio formado por bancos de areia, dessa forma comprometendo a navegabilidade no trecho fluvioestuarino em questão; e os trens que partiam de Cachoeira, passando pelas cidades de Santo Amaro e Candeias, até a cidade de Salvador. Atualmente, o trecho da linha férrea de Cachoeira ainda é ativo apenas para o transporte cargueiro; já a ligação de Cachoeira com a capital do Estado é limitada, apenas para a modalidade de transportes rodoviários.

Para acessar Cachoeira vindo de Salvador pela BR 324, são 59 km até o entroncamento da BR-420, percorrendo mais 11 km em direção à cidade de Santo Amaro. Daí, segue-se para cidade desejada pela mesma BR-420 por mais 38 km de vias sinuosas até que se chega ao destino. Cachoeira possui área de aproximadamente 395 km² e a população, conforme estimativas do IBGE, é de 33.470 habitantes. A cidade é considerada Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), em virtude do seu imponente conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico tombado pelo mesmo órgão no ano de 1971.

A cidade é uma importante referência cultural para o Recôncavo Baiano, abrangendo um conjunto de elementos presentes desde suas manifestações culturais até o seu rico patrimônio material edificado (reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Iphan) que nos mostram através das suas paisagens arquitetônicas as marcas de um passado histórico de lutas, resistências e vitórias. Diante desse contexto, a pergunta que move este ensaio é: “Como explorar a potencialidade local para discutir cultura sob a ótica geográfica a partir de itinerários culturais na cidade de Cachoeira/BA?”

No presente texto, objetiva-se apresentar algumas proposições para atividades de campo, enquanto possibilidade para se discutirem temáticas culturais da região do Recôncavo Baiano, com enfoque no espaço urbano da cidade histórica de Cachoeira. Assim, este texto aborda proposições de itinerários culturais, que podem ser trabalhados por professores/professoras de Geografia para fomentar nos estudantes a

compreensão das dimensões culturais urbanas a partir de descrições, contextualizações, leituras e análises realizadas no espaço público, enquanto viés potenciador de significativas aprendizagens geográficas, tendo como base os conceitos geográficos e o cotidiano dos estudantes.

Para tanto, neste estudo serão propostas reflexões a partir de como o lugar, a paisagem e as manifestações da cultura local podem ser inseridos no contexto das aulas de Geografia, evidenciando como *locus* a cidade de Cachoeira, a qual apresenta riquezas histórico-culturais que não devem deixar de ser exploradas por meio da aula de campo, sobretudo pelos estudantes locais.

A cidade e suas dimensões culturais no ensino da geografia

Partindo do pressuposto de que nós, professores/professoras de Geografia, podemos provocar o desejo de aprender nos estudantes através de alternativas que contribuam para o fortalecimento de seus aprendizados, sobretudo a partir das relações cotidianas, o estudo da cidade ganha força, notadamente quando se abordam temáticas e questões tocantes aos aspectos culturais, pois estes dialogam com a afetividade e com as práticas lúdicas, festivas e brincantes de muitos desses estudantes, assim possibilitando que eles também compreendam as relações urbanas que os cercam e se reconheçam como cidadãos do seu local e do mundo.

A Geografia tem um papel muito importante nas abordagens dos estudos urbanos, pois é por meio delas que se fazem leituras e análises espaciais contextualizadas acerca das dimensões fisiográficas, sociais, econômicas e culturais que expressam diferentes formas de vida na cidade. Nisso, enquanto conteúdo didático, a cidade tem muita importância para o ensino da Geografia, pois os alunos vivenciam-na de diferentes maneiras, percebendo-a “como um mundo concreto e imediato, expressão de um modo de vida, lugar onde as pessoas se reúnem para conviver, aprender e participar da vida social e política” (LEITE e BOVO, 2014).

Diante disso, é preciso assegurar o que Cavalcanti (2008) afirma: a cidade pode ser educadora, visto que ela é capaz de “educar, formar valores, comportamentos, informar com sua espacialidade, com seus

sinais, com sua imagem, com seus sons, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes” (p. 74). Na perspectiva da referida autora, ao se referir às cidades como educadoras, faz-se referência aos conhecimentos que estão nas ruas das cidades e nas relações sociais que permeiam o espaço urbano, assim podendo ser oportunizadas como viés educativo no contexto escolar. Tudo isso pode/deve ser discutido com os/as estudantes, a fim de torná-los/as conhecedores de sua realidade, bem como, a partir dela, criar um raciocínio crítico voltado a sua formação cidadã.

A cidade educa não só para o conhecimento geográfico, mas também para a vida urbana cotidiana. O cotidiano está repleto de ações, de olhares, de vivências, de crenças, de costumes e saberes, as cidades congregam tudo isso, são lugares/espços de culturas, afinal estamos nos referindo ao encontro pessoas com identidades, marcas de vida e histórias diferentes.

No engendramento da sociedade urbana com a cultura, Ohtake (2017) enfatiza que as cidades crescem em razão da sua cultura e do acontecer da vida de seus habitantes, sendo importante lembrar as formas que as cidades adquirem no decorrer de suas histórias, das diferentes bases em que elas estão fundadas e seus costumes, pois são com elas que se constroem e sustentam os conceitos que estão impregnados em seus movimentos. Nesse viés, também se concorda com Mumford (1998) ao mencionar que, para o entendimento da cidade, seja necessário, numa primeira instância, abordar os pressupostos da técnica, da política, da religião e da cultura, sobretudo do aspecto religioso.

É importante destacar sempre que a diversidade cultural está presente no espaço urbano de diversas maneiras, o que leva a alertar para a necessidade de analisá-la na sua existência mais concreta nas cidades (CAVALCANTI, 2007). A dimensão cultural é extremamente relevante para a abordagem geográfica, visto que a cultura se expressa, também, do ponto de vista material, assim se constituindo como uma grande temática para estudo geográfico. As cidades brasileiras, por exemplo, são caracterizadas por dezenas de manifestações que refletem a diversidade cultural do país, com isso evidenciando histórias, singularidades e características, bem como formas distintas de viver e

conviver que podem ser levadas para o ensino da Geografia através de aulas sobre espaço geográfico, lugar, identidade e memória, por exemplo.

Portanto, adiante, evidenciaremos a cidade Monumento Nacional de Cachoeira e seu contexto cultural, presentes na materialidade e imaterialidade do seu importante patrimônio cultural, enquanto potencializador da prática da aula de campo na perspectiva da uma educação geográfica que contemple o cotidiano, bem como os conceitos geográficos.

A cidade monumento nacional: cachoeira e suas dimensões culturais no recôncavo baiano

O espaço urbano da cidade de Cachoeira é marcado pela presença de um rico patrimônio cultural que expressa, na materialidade, elementos da história urbana. O patrimônio cultural, conforme apresenta Figueiredo (2013), é entendido como o conjunto de todos os bens que, por conta do seu valor próprio e importância, devem ser entendidos como de grande interesse para a permanência e a identidade cultural de um povo, sendo assim classificado em dois grupos: bens materiais e bens imateriais.

No ano de 1971, Cachoeira foi elevada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) à condição de Monumento Nacional em virtude do seu imponente conjunto arquitetônico/edificado, o qual testemunhou o processo inicial de lutas pela Independência do Brasil na Bahia ocorrido nessa cidade, à época, Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Vale dizer que o patrimônio arquitetônico ou edificado corresponde, como o nome já sugere, às edificações que receberam significação histórica e cultural em determinada sociedade (Iphan, 2003, p. 7). Portanto, a trajetória, sobretudo de resistência da cidade de Cachoeira, é um dos fatores que a tornam reconhecida como cidade Monumento Nacional.

Considerando o pensamento de Clavel (2006, p. 69), em que a autora aborda que as cidades são cosmopolitas pelo fato de “que reúnem pessoas chegadas de outras cidades, de outros países e de outros horizontes”, assim, mencionamos que Cachoeira é marcada por uma extensa expressividade cultural, sobretudo por conta da presença e do processo

de escravização e de resistência dos africanos, o que inclui a conservação e valorização das suas ancestralidades; além também da presença dos europeus, refletidos na arquitetura e no catolicismo, tão atuante, o que resulta numa cidade com diferentes expressões culturais, fruto de interações etnográficas envolvendo europeus, negros e indígenas.

Constata-se, portanto, um extenso repertório cultural que se estende desde os ritmos musicais, até cheiros, sabores, ritos sagrados e práticas profanas, devoções, danças e festas populares que incluem a cidade no calendário cultural do Estado da Bahia, organizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (Ipac).

A religiosidade sempre foi um vetor marcante na vida cachoeirana, a cidade é sede da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte³, uma das mais importantes confrarias de mulheres pretas do Brasil, bem como é uma das cidades com expressivo número de terreiros de candomblé em diversas nações no Brasil. É também espaço de diferentes celebrações católicas e sincréticas, como por exemplo as festividades dedicadas a Nossa Senhora sob vários títulos, dentre eles Nossa Senhora D'Ajuda⁴, esta última que assume configuração muito interessante na dinâmica cultural local ao enfatizar as dimensões do sagrado e do profano sob a ótica urbana local.

O calendário festivo de Cachoeira é bastante rico e diversificado. Fazem parte desse calendário eventos que possuem ampla rede de organização e que envolvem famílias, poder público local, governo do Estado, além de agregar ofícios, como, por exemplo, confecção de roupas, fantasias, abadás e produção de comidas. São festas que têm a capacidade de inter-relacionar espaços diversos, além de redefinir os lugares em

3 A Irmandade da Boa Morte é composta por mulheres negras idosas e é considerada uma das primeiras irmandades exclusivamente femininas do Brasil. Estima-se que ela tenha sido fundada por volta de 1820. Ela exerce, desde a época de uma sociedade ainda escravocrata, o papel de um ambiente de resistência e amor ao povo negro. Na Irmandade, as mulheres professavam a religião dominante ao mesmo tempo que cultuavam e celebravam suas crenças ancestrais. As celebrações eram e continuam sendo caracterizadas por atos litúrgicos com banquetes, muita música e símbolos africanos.

4 A Festa de Nossa Senhora da Ajuda é realizada desde 1820 e é considerada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), desde 2017, como Patrimônio Imaterial da Bahia.

que acontecem, como é o caso dos festejos juninos, das festas de Nossa Senhora da Ajuda e de Nossa Senhora da Boa Morte e da Feira Literária Internacional da Cachoeira (Flica)⁵.

Não se pode deixar de mencionar que essa cidade abriga importantes lugares, desde suas igrejas, praças onde acontecem festas, feiras e encontros, ruas históricas em calçamento de pedras, monumentos, imponentes construções e prédios coloniais que retratam as marcas (rugosidades) do passado local e que compõem o arranjo urbano e paisagístico atual da cidade.

Portanto, a partir dessa perspectiva dos lugares da cidade, esses que congregam emoções, memórias, laços identitários e sentimentos, nota-se o quanto as cidades têm a contribuir a partir de sua dimensão cultural na formação de jovens em idade escolar, jovens que vivem e estão sob o contexto dos lugares da cidade, sujeitos atuantes dessa dimensão cultural, mas que não reconhecem a fundo a importância disso, devido à falta dessas discussões no cotidiano da sala de aula.

A partir de tais informações, a seguir será proposto um breve itinerário cultural da cidade de Cachoeira, enfatizando possibilidades de abordagens das dimensões culturais presentes no seu espaço urbano para serem discutidas na perspectiva da aula de campo, assim evidenciando as Geografias locais e cotidianas da cidade Monumento Nacional.

Percorrendo itinerários cachoeiranos para debater o espaço urbano sob a ótica cultural da Geografia

Buscamos enfatizar, nesta seção, as ruas das cidades, as quais não devem ser vistas apenas como lugar de passagem e de circulação, pois consistem num interessante exemplo para se pensar no significado de espaço urbano sob o enfoque cultural. As ruas possuem grande importância para a vida coletiva; assim, a rua é:

5 Trata-se de um *Festival Literário* que acontece anualmente no mês de outubro em Cachoeira. No evento, a arte e a literatura se unem aos nomes dos diversos escritores que vivenciam a partilha de seus escritos com a comunidade cachoeirana e com os turistas de diversos lugares do mundo que aproveitam a cidade nesse período.

lugar onde é possível a manifestação de grupos, onde ocorrem apropriações temporárias por determinados segmentos da sociedade, seja para expor suas reivindicações, seja para buscar, nela mesma, sua sobrevivência [...]. A rua, além disso, é lugar de lazer, de encontro, de circulação, de informação, de manifestações populares. É também ponto de referência simbólica (CAVALCANTI, 2007, p. 23).

Dessa forma, concorda-se com Castro (2013) ao se discutir que o desenho urbano não apenas é um reflexo da dinâmica política e socioeconômica, como também é produto e reproduz o contexto cultural no qual está inserido, sendo esse contexto muito importante para ser desenvolvido nas aulas de Geografia a partir de possibilidades múltiplas, dentre elas a aula de campo.

De acordo com Senicato e Cavassan (2004), a prática das aulas de campo se constitui em uma possibilidade de inovação do trabalho do professor. Com isso, essas aulas podem ser capazes de aguçar sensações ausentes numa aula tradicional, assim motivando os estudantes a alcançar novos aprendizados de forma satisfatória, lúdica e prazerosa. Além disso, tal prática possibilita aos estudantes o desenvolvimento de diversas habilidades, tais como observar e analisar os lugares e as paisagens, assim aproximando o conteúdo e o conhecimento desenvolvido na escola com o seu lugar, o seu espaço já habitado.

De acordo com Nogueira (2016, p. 199), compete ao ensino de Geografia “estudar o lugar a partir dos conhecimentos que o estudante tem deles (de seus lugares)”. Ou seja, na Geografia, o lugar deve ser estudado não apenas como localização ou fato social, mas também como espaço vivido e experienciado, lugar de formação de processo de identidade e de diferenças. Nesse sentido, partindo dos lugares e das paisagens, enquanto ambientes culturais que abrigam formas de ver e pensar a cultura, a rua e suas transformações, a aula de campo surge como uma proposta positiva e colaboradora para uma prática de ensino de Geografia que passa longe do tradicionalismo.

Criar, por exemplo, um itinerário na cidade de Cachoeira, com ênfase no estudo da sua organização cultural e do seu rico patrimônio material e imaterial, constitui-se numa estratégia colaboradora para o fomento de

novas aprendizagens e saberes a respeito da região do Recôncavo e dessa cidade tão importante na história do Brasil, cujas potencialidades locais e suas respectivas importâncias muitos estudantes, que moram e vivem-na em seu contexto urbano, (ainda) desconhecem.

A cidade de Cachoeira, como já dito, é reconhecida como Monumento Nacional em virtude de seu patrimônio cultural edificado; com isso, fazem parte desse conjunto edificado as igrejas, sempre situadas em pontos elevados, o mercado municipal e os suntuosos sobrados e casarões coloniais, os quais se constituem em formas que testemunharam um passado compreendido como glorioso. Dessa maneira, professores e professoras de Geografia não podem deixar de fazer uma reflexão integrada sobre os conceitos de paisagem, território e as relações de poder sobre este, chamando atenção para como tais relações podem se manifestar na expressão da materialidade visível da paisagem.

É importante destacar que muitas dessas construções perderam suas funções ao longo do tempo e foram ressignificadas, como é o caso de imponentes construções arquitetônicas que abrigam centros culturais, sedes de irmandades católicas e filarmônicas, clínicas médicas, universidade, hotéis, bares e restaurantes. Sobre a ressignificação das formas, Garbin e Santil (2020, p. 242) evocam que toda forma possui um enredo ou um significado, muito embora este possa ser modelado/modificado com a ação do tempo; essa ação se refere à função, ou seja, “uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 2014, p. 69).

Com isso, professores e professoras de Geografia, no contexto da aula de campo, também não devem deixar de chamar atenção para a ressignificação dos lugares da cidade de Cachoeira (os quais são marcados pela imponência arquitetônica, mas tiveram suas funções originais ressignificadas, conservando-se apenas a estrutura do formato) ou se convertem em ruínas por causa do abandono.

Ao transitar numa aula de campo pelas praças da cidade, as quais no entendimento de Lamas (2000) são compreendidas como lugares intencionais de encontros, de práticas sociais, de acontecimentos e de manifestações da vida comunitária, professores e professoras de Geografia não devem deixar de abordar com seus estudantes a multiescalaridade

das funções que se congregam numa praça, como é o caso da Praça Maciel, também conhecida como Praça do Mercado, onde ocorre nos dias de quarta, sexta e sábado a feira livre municipal.

O Mercado Municipal da Cachoeira, datado de 1949 e tombado pelo Iphan como parte do patrimônio cultural local, caracteriza-se por um espaço ocupado pela exposição e venda de carne, farinhas, ervas, temperos, pimentas, folha de maniçoba, queijos, além de abrigar em sua estrutura bares e restaurantes, bem como pequenas lojas de artesanato. Dessa forma, ao transitar nesse espaço, para além das trocas econômicas, é possível também compreender que os mercados públicos/populares municipais exalam a diversidade cultural oriunda da região em que eles estão situados, assim atraindo turistas e visitantes, interessados na gastronomia regional, marcada sobretudo pela tradicional comida baiana, feijoada e maniçoba.

Nesse contexto, evidencia-se que a praça também pode se transformar num palco efêmero, na territorialidade da feira livre, onde os feirantes se apropriam desse espaço para comercializar suas mercadorias, assim produzindo sociabilidades e afetividades nas quais consumidores e vendedores se encontram para comprar ou vender produtos, conversar, cultivar amizades e se divertir (LESSA, RIBEIRO E GONÇALVES, 2008).

Assim, os professores e professoras de Geografia não devem deixar de convidar os estudantes a refletirem: Qual a importância/papel das praças, dos mercados municipais e das feiras livres no contexto das cidades pequenas/interioranas? Por que é possível notar na paisagem urbana de Cachoeira a presença de formas passadas (coretos, chafarizes, bustos antigos)? Quais os significados que esses elementos materiais têm no espaço urbano da cidade? Por que tais espaços podem ser vistos como lugares de encontro e de manifestações comunitárias?

A análise das paisagens também se constitui em importante elemento de observação na prática do estudo de campo, pois elas têm o papel de desvendar a realidade do espaço em determinado momento do processo. Esse espaço é projetado com o passar do tempo da vida da população, de forma que se considere a sua cotidianidade, bem como as relações existentes entre elas e a natureza (CALLAI, 2012). Com isso, é

possível notar que os lugares, por meio da leitura da paisagem, conseguem apresentar a história da população que ali está ou esteve presente, além dos recursos naturais disponíveis e suas formas de utilização.

Assim, embora a aparência das paisagens, ou seja, suas formas se disponham unicamente estáticas e fotográficas, o modo como a interpretamos pode ser diversificado, conforme veremos no fragmento a seguir, que relata um flagrante paisagístico e literário da cidade de Cachoeira.

A ponte que divide as duas cidades pinta o céu com ferrugem, segura o vai e vem das pessoas, dos carros, o barulho do trem. A ponte que pinta o céu e divide as duas cidades sustenta as águas que correm, as redes de pesca que caem, a relação com a religião, o sobe e desce da maré. O sobe e desce da maré faz o rio receber as águas salgadas que entram pela Baía de Todos os Santos. O salgado encontra o doce, modifica o cenário, os cheiros, os ventos, as tardes, hoje, calmas. Em outros tempos, nessas mesmíssimas águas, navios e navios atracaram, deixando negros ancestrais escravizados. Deixando, em suas profundas águas, outras histórias que não atravessaram, outros nomes e sobrenomes, nacionalidades, línguas (DOS SEGREDOS..., 2021, p. 3).

A descrição da paisagem relatada no fragmento acima refere-se à Ponte Imperial D. Pedro II, que está situada sob as águas do Rio Paraguaçu, fazendo a integração entre as cidades de Cachoeira e São Félix, compondo um belíssimo cenário reconhecido internacionalmente. A priori, o que se observa na dimensão de uma paisagem é apenas um momento da trajetória da construção do espaço geográfico, “uma trajetória de movimentos da população em busca de sua sobrevivência e satisfação de suas necessidades (que são historicamente situados), mas também pode ser resultante de movimentos da natureza” (CALLAI, 2012, p. 83).

Sob a perspectiva da Geografia cultural, Claval (2014) entende a paisagem como uma categoria que

traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas

técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convecções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado. As crianças assimilam conhecimentos, atitudes e valores observando o que se faz a sua volta e imitando-os; as lições recebidas dos adultos destacam os símbolos dos quais são portadores os lugares. A paisagem torna-se, assim, uma das matrizes da cultura. As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas sua interpretação nunca é fácil; falam dos homens que as modela e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar (CLAVAL, 2014, p. 14-15).

Diante disso, é possível entender que a figura humana que constrói/transforma a paisagem, enquanto produção do espaço, é a mesma que o faz atravessada pela cultura, pelos valores e afetos. Assim, torna-se necessário que a interpretação da paisagem seja feita através do que está por detrás dela e dos significados que ela possui para quem está alcançando-a por meio dos sentidos.

Nesse viés, a partir do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira, professores e professoras de Geografia não podem deixar de problematizar as seguintes questões para a sua análise e interpretação: “O que é antigo e o que é recente? O que é típico e o que é excepcional? O que é acidental e o que é intencional? O que é transitório e o que é permanente? O que foi imposto pelo homem e o que foi dado pela natureza?” (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 37).

Por fim, outro contexto (e não o último) da cidade de Cachoeira, que pode ser analisado numa aula de campo sob enfoque cultural, são suas festas populares. Como abordado anteriormente, na contextualização da cidade, Cachoeira tem uma grande relevância no calendário de festas do Estado da Bahia. A partir dessas características festivas e culturais, Castro (2008) aponta alguns aspectos que podem ser observados numa aula de campo nos espaços em que são realizados esses eventos.

Pode-se procurar entender a dinâmica espacial das festas populares no espaço intraurbano ao longo do tempo: sua área de deflagração aumentou ou diminuiu? A área de concentração festiva mudou de lugar? E, se mudou, por que mudou? Quais os impactos destas manifestações populares no espaço urbano? (CASTRO, 2008, p. 85).

Em outro trabalho, Castro (2013), ousado, vai mais além, propondo aos professores/professoras o desafio de se fazer uma aula de campo nas festas populares a partir de atividades programadas, onde estes podem juntamente com os alunos analisar “as formas de uso do espaço público para as manifestações festivas e as interfaces/conflitos entre o espaço público e o espaço privado no contexto da promoção de eventos festivos” (CASTRO, 2013, p. 147).

Além dessas observações, podem ser refletidas também outras questões, como a ligação de Cachoeira com as religiões de matrizes afro-brasileiras e o seu amplo potencial turístico; por exemplo, por que a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte atrai tantos turistas? Porque é uma festa de origem afro-brasileira e é muito próxima ao catolicismo?

Diante do exposto, é relevante salientar a complexidade e a diversidade cultural da cidade de Cachoeira, situada em um contexto regional extremamente rico, do ponto de vista cultural, que é o Recôncavo Baiano. Cachoeira abrange um amplo contexto cultural, que pode ser evidenciado no contexto educacional através de práticas pedagógicas planejadas, como é o caso da aula de campo.

Andanças finais: algumas reflexões

Portanto, chegando ao fim deste texto, pautam-se algumas (não únicas) reflexões pontuais:

- Vale dizer que as cidades da região do Recôncavo, como é o caso de Cachoeira, têm muito a colaborar com o ensino-aprendizagem. Por isso, é importante que a relação dos conceitos geográficos (espaço, paisagem, lugar, território e região) com

o cotidiano dos estudantes seja articulada, ora na sala de aula, ora na rua, através da aula de campo, assim, aliando os saberes – que o estudante aprendeu com a vida – ao conhecimento científico.

- Através da aula de campo, em escala local, os estudantes podem desenvolver uma atividade a partir de sua realidade de vivência, pensando, confirmando ou agregando novas ideias e conhecimentos aos assuntos já discutidos na sala de aula. É importante chamar atenção para o que Lacoste (1885) chamou atenção: em sua concepção, o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, precisa articular-se para a formação teórica, que é imprescindível.
- O campo não deve ser feito por apenas ludicidade. É importante que a aula de campo tenha sentido e correlação com o assunto estudado, nesse caso, a partir das questões culturais presentes no espaço urbano. É preciso fazer com que o discente enxergue e valorize lugares e paisagens que compõem “as várias cidades na cidade” (CASTRO, 2013, p. 151).
- Vale destacar ainda o importante papel da interdisciplinaridade nesse contexto, visto que a temática cultural pode ser abordada num diálogo da Geografia com outras disciplinas, como, por exemplo, Educação Patrimonial, Artes, História e Literatura, fazendo, assim, com que o aluno atribua mais ainda significado ao seu aprendizado a partir da prática da aula de campo.
- É preciso chamar atenção também para o pós-campo, afirmando, assim, o que foi dito no ponto anterior: não se trata de fazer o campo por ludicidade, é preciso que este tenha contexto e relação com o que está sendo proposto. É importante que os estudantes no transcurso do campo façam anotações, fotografem, desenhem, etc., e que esse material colhido seja utilizado em sala de aula numa atividade posterior em que se proponha tecer as reflexões e os saberes adquiridos a partir da aula de campo realizada.
- A prática da aula de campo deve ser mais utilizada para garantir, sobretudo, a valorização geográfica das questões

culturais nos espaços educacionais, visto que tais questões ainda apresentam pouca notoriedade nesses espaços.

Espera-se que este artigo estimule professores e professoras de Geografia a buscarem nas cidades em que atuam – assim como buscamos aqui na cidade de Cachoeira – potencialidades para descortinar histórias, manifestações culturais, saberes, fazeres, lugares, paisagens e diferentes formas de atuação de sujeitos sociais, sem deixar de utilizar, obviamente, os conceitos geográficos para pensarmos em “Quem somos? O que queremos? Que espaços frequentamos, gostamos, evitamos?” (KAERCHER, 2016, p. 318). Sigamos refletindo em busca de contribuir com um ensino de Geografia que também nos motive a refletir sobre quais marcas queremos deixar nos nossos alunos e quais marcas nossos alunos querem deixar no mundo (KAERCHER, 2016).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: abr. 2022.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André (org.). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotiadiño*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

CASTRO, Janio Roque Barros de. Cultura, cidade e ensino de Geografia: proposições a partir de itinerários urbanos no Recôncavo Baiano. In: AQUINO, Maria Sacramento; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTANA, Elizabete Conceição (org.). *Educação, região e territórios: formas de inclusão e exclusão*. Salvador: Edufba, 2013.

CASTRO, Janio Roque Barros de. Desafios e potencialidades da Geografia Cultural nos espaços educacionais: uma abordagem reflexiva e propositiva. *Ateliê Geográfico*, Goiânia-GO, v. 2, n. 3 dez. 2008, p. 71-88. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/5335>. Acesso em: jul. 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, Flávia

Maria de Assis; CAVALCANTI, L. S. (org.). *A cidade e seus lugares*. Goiânia: Vieira, 2007.

CLAVAL, Paul Charles Cristhopher. *A Geografia cultural*. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CLAVEL, Maitê. Cidade e culturas. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador, Bahia: Edufba, 2006.

DOS SEGREDOS QUE O RIO GUARDA: Do lado esquerdo do Paraguaçu com Sued Nunes. [Locução de]: Sued Nunes e Giovane Alcantara. [S. l.]: 22 jul. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5SMbUeohZPEqIaaC1M7eMi?si=aowcnF7IT7yfPx3s5HnIBA&nd=1>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/8739>. Acesso em 12 abr. 2022.

GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL, Fernando Luiz de Paula. Forma, função, estrutura e processo: as categorias miltonianas sob a perspectiva da lógica formal. In: *Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020, ISSN 2175-862X (on-line). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/51155>. Acesso em: maio 2022.

KAERCHER, Nestor André. Das coisas que diz o autor Nestor, que saberá quem as lê, se as ler com atenção: Porto Alegre dos meus amores e dos meus homens. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos; RIBEIRO, Solange Lucas (orgs.). *Formação e docência em Geografia: narrativas, saberes e práticas*. Salvador: Edufba, 2016.

LACOSTE, Yves. *Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas/SP: Papirus, 1985.

LAMAS, José M. Ressano Gracia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

LEITE, Maria Aparecida.; BOVO, Marcos Clair. O estudo da cidade: diferentes linguagens no Ensino da Geografia. In: PDE. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unesp-campomourao_geo_artigo_maria_aparecida_leite.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

LESSA, Beatriz Cepelowicz Lessa; RIBERIO, Rafael Winter; GONÇALVES, Renata de Sá. Território e referências culturais em Cachoeira. In: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Rotas da alforria: trajetórias de população afrodescendente na região de Cachoeira, BA*. Rio de Janeiro: IPHAN/Cepedcoc, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. O ensino de Geografia e os desafios para uma abordagem cultural e humanista. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos; RIBEIRO, Solange Lucas. (org.). *Formação e docência em Geografia: narrativas, saberes e práticas*. Salvador: Edufba, 2016.

OHTAKE, Ricardo. A cultura na cidade. In: Urbanismo, sociedade e cultura, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191009>. Acesso em: jun. 2021.

OLIVEIRA, Livia. *Sobre as práticas de Ensino da Geografia*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2014.

SENICIATO, Tatiana; CAVASSAN, Osmar. *Aulas de campo em ambientes naturais e aprendizagem em ciências: um estudo com alunos do ensino fundamental*. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2004, v.10, n. 1, p.133-147. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132004000100010>. Acesso em: abr. 2022.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003.

UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UATI) E TERRITORIALIDADES

Tecendo análises sobre a atuação da Uneb no território baiano

FERNANDO DE SOUZA NUNES

SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA

O presente artigo é produto da pesquisa de mestrado “Universidade Aberta à Terceira Idade (Uati) em Serrinha-BA: narrativas (auto)biográficas e territorialidades” (NUNES, 2021), desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa II – Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional, do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I (DCET I), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus I/Salvador*.

No Estado da Bahia, localizado na região Nordeste do Brasil, existem quatro universidades públicas estaduais¹ e, dentre estas, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fundada em meados da década de 1980, estruturada no formato de multicampia, ou seja, possui 24 *campi*, sediados em municípios e cidades que se destacam no cenário econômico, cultural e nos Territórios de Identidade da Bahia².

1 São quatro universidades estaduais, na Bahia, a saber: Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

2 Segundo a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), o Governo da Bahia adotou, no ano de 2010, uma forma de regionalização nomeada como Territórios de Identida-

No âmbito da UNEB, existem muitas ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão, dentre os quais encontra-se a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), voltada para a promoção e defesa da dignidade humana da pessoa idosa.

Essas situações que envolvem a UNEB e a UATI despertam a nossa atenção para tecermos análises sobre a forma como elas atuam e territorializam o espaço baiano pelo impacto que produz e relevância social para uma parcela específica da sociedade, qual seja, o público idoso.

As questões que mobilizam e tecem esta escrita são: Que relação pode ser estabelecida entre a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da UNEB e as abordagens que versam sobre territorialidades? Qual a importância da UATI da UNEB no território baiano? Em quais territórios de identidade a UNEB/UATI está inserida?

A intenção desta escrita é tecer reflexões sobre as relações existentes entre a UATI da UNEB e as discussões que versam sobre territorialidades para compreender a atuação da UNEB no território baiano, bem como discutir a potencialidade da UATI como um importante lugar que reúne pessoas com expressões identitárias diferentes e, ao mesmo tempo, convergentes, cujos modos de ser e de viver podem evidenciar futuras ações e políticas públicas voltadas para o público idoso.

Portanto, esta escrita está centrada na revisão de literatura, vinculada ao capítulo teórico-metodológico da pesquisa de mestrado, ora empreendida, cuja discussão teórica perpassa pela identificação da UATI como um programa de extensão universitária que atua sob o

de, como forma de delimitar geograficamente o Estado em 27 classificações: Bacia do Jacuípe, Paramirim, Rio Corrente, Rio Grande; Baixo Sul, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Itaparica, Litoral Norte e Agreste Baiano, Médio Sudoeste da Bahia, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Metropolitano de Salvador; Piemonte da Diamantina, Paraguaçu, Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Seminário Nordeste II; Sertão do São Francisco e Produtivo, Sisal, Sudoeste Baiano, Vale do Jiquiriçá e Velho Chico. Eles foram forjados pelos seguintes critérios multidimensionais: econômico, ambiental, cultural, político, histórico, social e institucional, considerando a diversidade populacional. Essa definição foi proposta inicialmente pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, levando em conta a identidade, a coesão social, os aspectos culturais e territoriais. Dentre esses territórios baianos, o do Sisal é composto por 20 municípios, dos quais Serrinha, onde se situa o Departamento de Educação da Uneb/Campus XI, lócus da investigação empreendida por Nunes (2021).

princípio da educação continuada, em espaços não escolares, de educação de jovens e adultos, em consonância com o Estatuto do Idoso e da Política Nacional da Pessoa Idosa. E, do mesmo modo, é pertinente discutir o território enquanto categoria de análise da Geografia e seus derivados, a exemplo da territorialidade.

Estruturalmente, este texto encontra-se organizado em seis seções. A primeira é esta, nomeada como *Introdução*, que situa o leitor sobre a abordagem desta escrita. A segunda seção, *Sob o olhar da Ciência Geográfica não se pode negar a vitalidade da territorialidade*, tem a intenção de discorrer sobre a categoria de análise de território e seu derivado, territorialidade, enquanto um processo relacional, temporal, simbólica e política. A terceira seção, *A Uati na multicampia da UNEB*, objetiva apresentar a origem da UATI e da UNEB enquanto processo que marca a forma como essas duas entidades atuam hoje. Na quarta seção, *Territorialidades da UNEB e UATI no estado baiano*, apresenta uma discussão que versa sobre as territorialidades relacionadas à universidade e o programa da Uati. Por fim, encontra-se a quinta seção, *Considerações finais*, que tece as palavras finais desta escrita, acompanhada pela seção *Referências*, que reúne os autores e as obras que permitiram tecer reflexões sobre a UATI e as territorialidades a partir da multicampia da UNEB.

Portanto, este texto tece reflexões sobre as relações existentes entre a UATI da UNEB e discussões sobre territorialidades para compreender a atuação da UNEB no território baiano, bem como discutir a potencialidade da UATI como importante lugar formativo, marcado por expressões identitárias que refletem diferentes modos de ser e de viver dos estudantes idosos, cujo espaço-tempo formativo pode contribuir com futuras ações e políticas públicas voltadas para a população idosa.

Sob o olhar da Ciência Geográfica não se pode negar a vitalidade da territorialidade

A discussão sobre territorialidade está assentada na abordagem sobre território, importante categoria de análise da Geografia, cujos

debates geográficos emergem com força e destaque, a partir do entendimento de insígnies autores da área.

Etimologicamente, o termo *território* vem de *terra-territorium* e *terreo-territor* – entendido como terror, assustar, aterrorizar ou dominar no sentido jurídico-político a terra pelo terror, com base nos estudos de Haesbaert (2007).

No entanto, o território surge, primeiramente, num contexto de sistematização da ciência geográfica, apesar das críticas a essa concepção, por se constituir em “determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990, p. 23). Segundo esse autor, Friedrich Ratzel foi, provavelmente, o primeiro a reconhecer o papel do Estado no controle e no domínio do território.

Não há como negar o caráter eminentemente político do território enquanto “[...] porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo” (GOTTMANN, 2012, p. 523). Tal associação, entre território e governo, nos parece ser a mais citada e recorrente no imaginário popular, por ser o principal destaque dos dicionários de língua portuguesa.

O mesmo autor considera que existe, a partir do território, “[...] uma conexão ideal entre espaço e política [...] expressão dos relacionamentos entre tempo e política” (GOTTMANN, 2012, p. 523). Ora, a política é uma das principais formas, se não for a principal, de moldar o território nas múltiplas escalas de poder.

As discussões que envolvem poder, apesar de ser um tema amplo e vasto, emergem das reflexões geográficas sobre o território e, consequentemente, sobre a territorialidade, pela relação intrínseca com a política. Assim, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Igualmente, uma das concepções mais conhecidas dos geógrafos concebe o território como sendo “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). Não restam dúvidas sobre essa relação dialética entre espaço e poder, pela correlação de forças existentes nas inúmeras instâncias sociais, culturais e econômicas da vida.

Nisso, concordamos com Haesbaert quando afirma que o território “[...] diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

O território, nessa concepção, registra a prática dessas duas formas que podemos, também, chamar de material no sentido de ser algo palpável, concreto e, por outro lado, imaterial porque diz respeito às percepções e concepções que transitam, de forma complexa, entre os sujeitos.

Ao longo das últimas décadas, o entendimento sobre território vinculou-se à concepção de estar “[...] imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. (HAESBAERT, 2004, 95-96).

Os indivíduos e agentes sociais (Estado, empresas, instituições, a exemplo de Igrejas e grupos criminosos) usam e se apropriam do termo/conceito/categoria geográfica *território* conforme seus interesses e necessidades mais elementares.

Segundo Haesbaert (2021), há vários termos correlatos e relacionados ao território, como territorialidade, entendida como “[...] um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influência ou territórios claramente demarcados que são distintos e considerados pelo menos parcialmente exclusivos por seus ocupantes que o definem”, como conceitua Soja (1971, p. 19, tradução nossa)³.

Por ser um comportamento que está ligado à forma de organização do espaço, organização esta definida exclusivamente por quem o ocupa, está inserida no território e, dessa forma, há uma, ou mais, práticas territoriais, sejam elas materiais e/ou simbólicas naquele espaço.

Nesse contexto, chama-nos a atenção a ação de organizações não governamentais e movimentos sociais das mais variadas vertentes (campo,

3 [...] a behavioral phenomenon associated with the organization of space into spheres of influence or clearly demarcated territories which are made distinctive and considered at least partially exclusive by their occupants or defines (SOJA, 1971, p. 19).

cidade, negros, mulheres, sindicatos, associações, LGBTQIA+, quilombolas, jovens, dentre outros) que imprimem determinada dinâmica na correlação de forças, em contraponto aos grupos hegemônicos, pois

[...] territorialidade são os nexos que os coletivos organizados construíram entre si e com o espaço, permitindo-lhes uma apropriação e uma significação que lhes possibilitam construir novas formas de reprodução social. A territorialidade se manifesta no fortalecimento da organização e participação política, na inserção ao sistema produtivo e na (re)construção da identidade regional, condição que, imbricada, constrói novos horizontes para os sujeitos territoriais (COELHO NETO, 2016, p. 24).

Concordamos com o autor que esses nexos que os coletivos imprimem ao espaço produzem identidades territoriais forjadas na relação tecida entre os pares que compõem o movimento. Esse comportamento espacial diz muito sobre como tais sujeitos, em sua coletividade, tecem territorialidades, concebidas a partir da dimensão política, econômica, cultural, dentre outras. Isso mostra que a percepção e as práticas territoriais, mais especificamente as territorialidades, mudam constantemente no tempo, por se tratar de uma “[...] tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”⁴ (SACK, 1986, p. 19, tradução nossa).

Robert Sack (2011) contribui para os debates sobre territorialidade, ao inserir o controle de pessoas e coisas nas áreas, tanto públicas quanto privadas, assim como a sua justificativa a partir da inter-relação entre espaço e sociedade nas relações históricas. E Saquet (2015) entende a territorialidade com base em quatro níveis correlatos:

a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações

4 “[...] Attempt, by an individual or group, to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and ensuring their control over a certain geographic aerial” (SACK, 1986, p. 19).

precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades; e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimento, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107-108).

A territorialidade, a partir das reflexões sobre temporalidade, das expressões identitárias e das subjetividades, atrelada aos múltiplos recortes, se tornou cada vez mais diversa e ampla, associada a outras categorias de análise da Geografia, como a de rede, paisagem e lugar.

A UATI na multicampia da UNEB

Antes de nos debruçarmos sobre a UATI, consideramos importante contextualizar, mesmo que brevemente, o surgimento de uma das instituições de ensino superior mais emblemáticas do Estado da Bahia, no Brasil – a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Segundo Boaventura (2009), a UNEB surgiu no ano de 1983⁵ a partir das instalações existentes do Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEB) e das Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco; da Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus; e da Filosofia, Ciências e Letras, de Caetité.

Tendo como base o CETEB e a rede de faculdades distribuídas regionalmente e o apoio da recém-criada Superintendência de Ensino Superior e do Conselho de Educação, Boaventura (2009), então secretário estadual de educação, narra os eventos que antecederam o surgimento da UNEB e o entendimento de que era preciso interiorizar, de forma racional e organizada, o ensino superior, superando o isolamento com a proposta da multicampia, ou seja, *Campi* sediados em diferentes localidades baianas.

5 No ano de 2022, a UNEB completou 39 anos de fundação.

Foi na aula inaugural da antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI) que Edivaldo Boaventura (2009) apresentou a proposta inspirada na organização *multicampi* da Universidade da Califórnia e da Universidade do Estado de *New York*, que ele conheceu em Albany, e da Penn State na *Commonwealth*.

O nome UNEB foi sugestão de Alírio de Souza e Armando Otávio Ramos, inspirado no modelo paulista da UNESP. O lema *Hominem augere*, que significa “para o aperfeiçoamento do homem”, foi sugerido por Dom Timóteo Anastácio Amoroso, no congresso da Organização Universitária Interamericana (OUI), em 1983. Esse evento marcou a proposta de criação da UNEB e contou com o apoio de Pierre Casalis⁶, vindo da canadense *Université du Québec*, segundo Boaventura (2009).

De acordo com Boaventura (2009), o Conselho Estadual de Educação (CEE/BA), através da Resoluções n. 375/86 e n. 1.653/86, aprovou, respectivamente, o funcionamento e regimento da UNEB. A publicação da Lei Delegada 66/83 e do Decreto n. 31.299/83, ambos do período em que o governador da Bahia era o Senhor João Durval Carneiro, verifica os limites de atuação e prerrogativas da universidade, bem como os limites de tutela do Estado, simplifica exigências de documentos e dá outras providências. Posteriormente, o Decreto n. 92.937, de 17 de julho de 1986, assinado pelo presidente José Sarney, autorizou o funcionamento da referida instituição.

Uma década depois da autorização, a UNEB teve o reconhecimento, após avaliação do Ministério da Educação, publicado em Portaria n. 909/95, no *Diário Oficial da União (DOU)*, no dia 1º de agosto de 1995, segundo Boaventura (2009).

Assim, a expansão da multicampia da UNEB privilegiou as cidades de maior densidade populacional e possui 30 Departamentos, instalados em 24 *Campi*, distribuídos em diferentes municípios baianos, cuja sede administrativa está localizada em Salvador, capital do Estado.

Pela sua multicampia, mais especificamente a rede de gestão administrativa em 24 cidades-polo, a UNEB é a universidade pública

6 Pierre Casalis foi professor, Pró-Reitor de Planejamento e Vice-Presidente para assuntos internacionais da Universidade de Québec, Canadá.

estadual que mais recebe recursos públicos do Tesouro, dentre as demais instituições baianas, segundo levantamento de Silva (2019).

Cabe salientar que os recursos públicos repassados para a UNEB ainda são baixos e não correspondem ao orçamento necessário para o trabalho desenvolvido na multicampia, o que tem comprometido a qualidade do serviço prestado à comunidade baiana, sobretudo no que concerne à compra de equipamentos para a modernização dos 30 departamentos, valores destinados a projetos de extensão, monitorias de ensino, dentre outras atividades que envolvem o ensino, pesquisa e extensão, precarizando, assim, o ensino superior.

Dentre muitos projetos de ensino, pesquisa e extensão registrados e em pleno funcionamento nos *Campi* da UNEB, destacamos a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI).

No mês de agosto do ano de 1995, sob a gestão da Reitora, na época a professora Ivete Alves Sacramento (primeira mulher negra a assumir a função na instituição), um coletivo de servidores e professores, sob a coordenação da Professora Kátia Jane Chaves Bernardo, criou o Grupo de Trabalho da Terceira Idade (GTTI). Esse grupo foi criado com a finalidade de atender idosos, a partir do interesse pelo processo de envelhecimento populacional, e movidos pela forma como a sociedade tratava [e ainda trata⁷] os idosos. Além disso, tomaram como modelos as experiências exitosas de outras universidades brasileiras e internacionais para criar o GTTI, de acordo com o que afirma Bernardo (2010).

Em 1997, conforme Guerra (2012), foi ampliado o número de idosos atendidos e de servidores, professores e voluntários envolvidos com o projeto, a exemplo da servidora Sônia Maria Nogueira Bamberg, que assumiu a coordenação do GTTI, que passou a se chamar Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), com o objetivo de promover políticas públicas e cidadania voltadas aos idosos.

No ano de 2013, sob a gestão do Professor e Reitor Lourivaldo Valentim da Silva, o projeto UATI foi implementado em outros *Campi*

7 A tese de Bernardo (2010) retrata a discussão sobre idosos e o envelhecimento em Salvador.

da rede de multicampia da UNEB e, para dar conta dessa nova demanda, criou-se o Núcleo da Universidade Aberta à Terceira Idade (NUATI), conforme aponta Nunes (2018); foi reconhecido, assim, institucionalmente, como um programa de extensão universitária.

Atualmente, a UATI está presente em 21 *Campi* da UNEB, a saber: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Caetité, Camaçari, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Eunápolis, Guanambi, Ipiaú, Itaberaba, Jacobina, Juazeiro, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Valença.

Além da extensão universitária, a UATI atua sob o princípio da educação continuada, educação em espaços não escolares, educação de jovens e adultos, da pedagogia histórico-crítica e da pedagogia da autonomia, além de outras correntes de pensamento que contribuem com o trabalho voltado para a pessoa idosa, cujas ações são coordenadas por um grupo de profissionais vinculados a cada um dos 21 *Campi* que ofertam a UATI na UNEB.

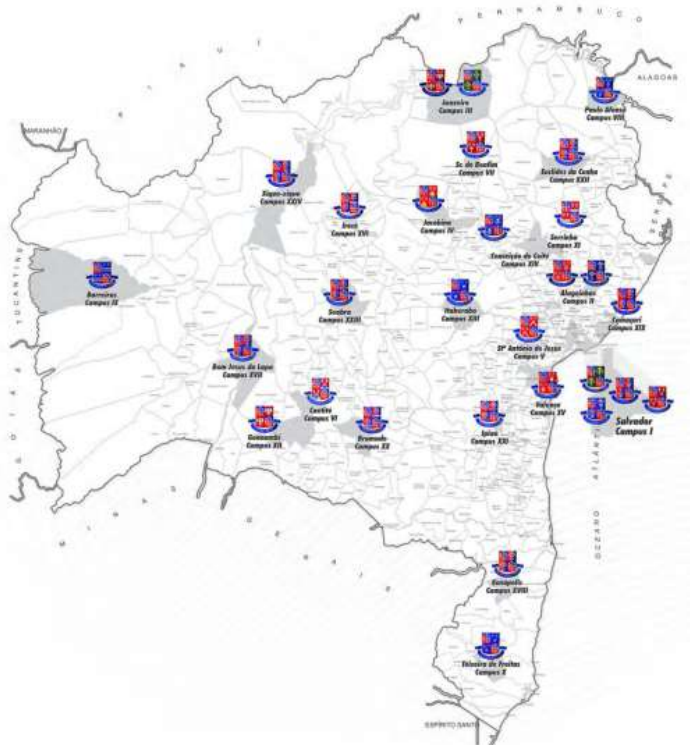
Cotidianamente, as UATIs da UNEB realizam, além de palestras, encontros, eventos, oficinas vinculadas aos núcleos teóricos (saúde na terceira idade, alfabetização de adultos, memória, nutrição, línguas estrangeiras, dentre outros), vivências corporais (lazer e qualidade de vida, danças, Yoga, Tai Chi Chuan e outros) e trabalhos manuais (artes, artesanatos, pinturas, dentre outros).

Territorialidades da UNEB e UATI no estado baiano

A UNEB é uma instituição mantida pelo Governo do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria Estadual de Educação, em articulação com a Superintendência de Ensino Superior do Estado, presente em 24 municípios, a saber: Salvador – *Campus* I; Alagoinhas – *Campus* II; Juazeiro – *Campus* III; Jacobina – *Campus* IV; Santo Antônio de Jesus – *Campus* V; Caetité – *Campus* VI; Senhor do Bonfim – *Campus* VII; Paulo Afonso – *Campus* VIII; Barreiras – *Campus* IX; Teixeira de Freitas – *Campus* X; Serrinha – *Campus* XI; Guanambi – *Campus* XII; Itaberaba – *Campus* XIII; Conceição do Coité – *Campus* XIV; Valença – *Campus* XV; Irecê – *Campus* XVI; Bom Jesus da Lapa – *Campus* XVII; Eunápolis

– *Campus XVIII*; Camaçari – *Campus XIX*; Brumado – *Campus XX*; Ipiaú – *Campus XXI*; Euclides da Cunha – *Campus XXII*; Seabra – *Campus XXIII*; Xique-Xique – *Campus XXIV* (Figura 1).

Figura 01 – *Campi da UNEB – 2022*



Fonte: Portal UNEB, 2022. Disponível em: <https://www.dch1.uneb.br/wp-content/uploads/2021/07/PROJETO-PEDAGOGICO-18.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Através da Figura 1, podemos verificar que a UNEB está presente em todas as sete mesorregiões baianas⁸ e em quase todos os Territórios

8 O Estado da Bahia está dividido em sete mesorregiões: Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Extremo Oeste Baiano, Centro Sul Baiano e Centro Norte Baiano. Essa divisão foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1990. As mesorregiões constituem grandes regiões do Estado, que foram determinadas tendo como critério três aspectos: as semelhanças naturais, sociais e as relações entre seus habitantes e a natureza. As mesorregiões diver-

de Identidade da Bahia. Significa dizer que essa instituição de ensino superior alcança os 417 municípios baianos, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão – o tripé da universidade pública, conforme a Constituição Federal de 1988.

A universidade possibilita um processo dialético entre sociedade e ciências e visa à promoção da dignidade dos sujeitos, em consonância com os direitos humanos universais, geração de trabalho, emprego e renda; defesa de minorias e valorização de povos tradicionais; fomento a iniciativas populares de emancipação, formação de professores, cidadania, preservação e memória coletiva, defesa do meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento social com equidade e demais ações. E, no caso da UNEB, ela é a principal instituição de ensino superior responsável pelo aumento do número de sujeitos, em especial jovens, habilitados/graduados e especializados no Estado da Bahia, capazes de intervir na sociedade, devido a sua abrangência territorial, resultado de seu processo de multicampia.

A UATI se beneficia, de várias formas, com esse modelo de multicampia, devido à possibilidade de alcance da população idosa, ao articular parcerias internas com outros projetos e ações universitárias e com o poder público local, somando forças para a valorização e a dignidade da pessoa da terceira idade na Bahia.

O referido programa está vinculado diretamente à Reitoria e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), funcionando em conjunto aos *Campi*/Departamentos da UNEB, viabilizando as ações das coordenações que são dirigidas por servidores e professores do quadro permanente e temporário da instituição.

Diante disso, percebemos que a UNEB possibilita inúmeras práticas territoriais no Estado baiano por meio dos grupos que lutam em

gem umas das outras pela posição geográfica, pelos aspectos naturais, pelo número de municípios e de habitantes, pelas atividades econômicas, dentre outros aspectos. Cada uma das mesorregiões baianas divide-se em microrregiões, as quais reúnem certo número de municípios, sendo um deles o município-sede. O município-sede geralmente é o mais populoso ou de maior desenvolvimento econômico e procurado pelos habitantes da região por apresentar uma diversidade de serviços. Esses municípios comumente são servidos pelas melhores estradas da região e oferecem maior opção de transporte coletivo urbano e interurbano.

defesa da cidadania e da participação social para além da mera formação profissional. Ela também permite que os idosos, mediante a UATI, também territorializem o próprio ambiente acadêmico, composto, majoritariamente, por jovens e adultos, ao tempo em que reúnem um público bastante heterogêneo da terceira idade, ampliando os espaços de atuação, reivindicação e reconhecimento, para além das vivências cotidianas no programa. Assim, a UNEB e a UATI se constituem como espaços de aprendizagem e de atuação dos idosos.

Da mesma forma que os coletivos de mulheres, negros, jovens e tanto outros territorializam e praticam territorialidades, conforme inúmeras pesquisas geográficas sobre o tema, o público de idosos da UATI também pratica territorialidades por se tratar de um coletivo de sujeitos, dotados de direitos e desafios por estarem inseridos em sociedade, que possuem relatos, histórias de vida e narrativas (auto)biográficas impregnadas de práticas territoriais, as quais podem contribuir com a compreensão de outras territorialidades, bem como outras formas de políticas públicas, pois no movimento de ir e vir da UATI na UNEB, os idosos assumem a identidade unebiana, uatiana e revelam outras expressões identitárias – resultado da relação tempo e espaço, vida e profissão, aprender a ser, refletir e fazer, em um processo de reinvenção.

Tais iniciativas institucionais da UNEB enobrecem seu papel e sua importância para a sociedade baiana, reforçando e estimulando outras ações, a exemplo dos conselhos municipais e estadual da pessoa idosa, o Fórum Permanente em Defesa da Pessoa Idosa, coadunando com o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional da Pessoa Idosa.

Para tanto, é importante que o Estado garanta mais recursos públicos, confirmando o que preceitua a legislação vigente, ao tempo em que a sociedade se mobiliza de forma participativa e ativa em torno de projetos e programas destinados aos idosos, a exemplo da UATI.

Considerações finais

Diante do exposto e com base no arcabouço teórico mencionado, podemos inferir que o território baiano é múltiplo e diverso, em todos

os sentidos: político, social, econômico, cultural e ambiental, não somente pela paisagem contida, do litoral ao sertão, mas pelo processo histórico de sua formação.

Territorialmente, o Estado da Bahia é extenso e equivalente à porção territorial francesa, o que demanda ações governamentais consistentes e capazes de fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico de forma inclusiva, no combate à pobreza e às desigualdades, gerando emprego e renda.

Para isso, compreender as territorialidades permite superar os mitos e preconceitos quanto à ideia de que a solução perpassa única e exclusivamente pelas iniciativas econômicas que colocam o serviço público de lado e transfere recursos para ações que visam ao lucro.

Entendemos que a presença da UNEB no território baiano se constitui em uma ação territorializante, por meio de suas ações e iniciativas, a exemplo da UATI, ou seja, das múltiplas territorialidades que geram dinâmicas socioespaciais de caráter político, técnico, profissional, cidadã, humanizadora, popular, cultural, dentre outras.

Assim, podemos inferir sobre as universidades públicas estaduais, como a UNEB, por exemplo, que têm um papel importante, sobretudo no cenário baiano, pois elas são responsáveis pela formação, em nível universitário, de muitos profissionais, como professores e diferentes trabalhadores qualificados e especializados para as diversas funções que impactam a vida, sobretudo a vida ativa dos baianos, além de acolher outros que se encontram na terceira idade, valorizando-os, enaltecendo os seus saberes e fazeres na sociedade baiana, através de ações desenvolvidas na UATI, pois, dentre os projetos desenvolvidos no âmbito das universidades públicas, destacamos a Universidade Aberta à Terceira Idade pela relevância social para os idosos que merecem tratamento e atenção mais dignos e respeitosos.

A própria UATI exerce formas de territorialidade não somente na UNEB, mas fora dela também, quando observamos as ações que se articulam nos municípios baianos, a exemplo dos conselhos municipais e estadual da pessoa idosa, o fórum permanente e demais políticas públicas voltadas aos idosos.

Observando o mapa da distribuição geográfica da UNEB e da UATI, podemos afirmar que as territorialidades são alavancadas a partir da atuação cidadã e política, beneficiando milhares de baianos, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, Kátia Jane Chaves. *Envelhecer em Salvador: uma página da história*. 2010, 330 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- BOAVENTURA, E. M. A criação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). In: BOAVENTURA, E. M. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 29-44.
- CAMPI DA UNEB. Portal UNEB. Disponível em: <https://www.dch1.uneb.br/wp-content/uploads/2021/07/PROJETO-PEDAGOGICO-18.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- COELHO NETO, Agripino S. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: SILVA, Ana; AMORIM, Ivonete; CASTRO, Selma (org.). *Educação, territorialidade e formação docente: contextualizando pesquisas*. Curitiba: Editora CRV, 2016. v. 1, p. 15-29.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Tradução Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, 2012. p. 523-545.
- GUERRA, Sérgio A. D. *Os caminhos da UATI*. Salvador: EDUNEB, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgrafia*, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-46, jun. 2007.
- MORAES, A. C. R. *Ratzel: Geografia*. São Paulo: Ática. 1990.
- NUNES, Fernando de Souza. *Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) em Serrinha-BA: narrativas (auto)biográficas e territorialidades*. Projeto de Pesquisa, Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET). Departamento de Ciências Exatas e da Terra I (DECT I). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2021. (Digitalizado).

NUNES, Fernando de Souza. A Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e a extensão universitária: ressignificando a práxis acadêmica na UNEB Campus XI – Serrinha. *Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 62-73, 2018. DOI: 10.5965/259464122162. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/12785>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 62-89.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164 p.

SILVA, Marta R. F. de A. M. Investimentos públicos em educação superior na Bahia: o orçamento das universidades estaduais baianas. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 979-995, Feb. 2019. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1046/913>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SOJA, Edward W. The political organization of space. Northwestern University. Washington, DC: Association Of American Geographers (AAG), *Resource Paper*, n. 8, 1971.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

IMIGRAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Apontamentos conceituais

EMANUEL GONZAGA DOS SANTOS

AGRIPINO SOUSA COELHO NETO

Segundo Coelho Neto (2021, p. 362), as migrações, isto é, “o movimento espacial da população está no cerne da ocupação do ecúmeno, sendo um fenômeno recorrente na história da humanidade, que compõe e conforma (mesmo que não exclusivamente) o espaço de fluxos”. Uma delimitação fundamental no conceito de migração fica explícita no “The Dictionary of Human Geography” (GREGORY *et al.*, 2009), estabelecendo que a migração envolve inexoravelmente uma mudança de residência e indicando uma classificação das migrações, baseado nos critérios escala geográfica, temporalidade, fator motivacional e condição jurídica.

As migrações internacionais se apresentam como um fenômeno expressivo, implicando no deslocamento populacional em diferentes escalas geográficas, temporalidades e motivações. Há contribuições importantes nos campos da Geografia, da Demografia e da Sociologia, que podem ser reunidas para compor uma análise que implique em amplitude e profundidade. O presente texto procura discutir teoricamente o fenômeno da migração, buscando realizar uma aproximação entre a Geografia e a Sociologia para pensar o fenômeno migratório em uma perspectiva interdisciplinar.

Essa tarefa está organizada em dois movimentos. Inicialmente, procuramos estabelecer um diálogo entre alguns conceitos-chave, a exemplo de fronteiras, territorialidade, nacionalidade, cidadania e estrangeiridade. Tais conceitos, trabalhados articuladamente, permitem identificar alguns elementos para pensar a condição migrante.

Em seguida, procuramos dialogar com dois sociólogos com importantes contribuições para pensar o fenômeno migratório: são os casos do Francês Pierre Bourdieu e do argelino Abdelmelek Sayad. Pierre Bourdieu foi professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), do Collège de France. Enfatizaremos sua contribuição para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa em torno da ideia do “corpo-migrante”. Essa agenda oferece possibilidades para compreender como o corpo é socialmente produzido no contexto migratório e como isso resulta nas relações sociais e de poder das quais o imigrante é parte. O sociólogo argelino Abdelmelek Sayad é uma referência nos estudos migratórios e na sua aplicabilidade em múltiplos contextos, mas suas reflexões consideram o fenômeno migratório como resultante das longas relações coloniais impostas pela Europa ao norte da África, mantidas apesar do processo de descolonização. Importante destacar que Sayad foi assistente de Pierre Bourdieu, tornando-se depois diretor de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

Elementos para pensar a condição migrante: fronteiras, territorialidade, nacionalidade, cidadania e estrangeiridade

As migrações internacionais estão diretamente ligadas com a temática do território, pois, conforme proposto por Gottmann (2012), ele é o recorte espacial pelo qual o Estado exerce o seu poder, inclusive nas questões que envolvem naturalidade, nacionalidade e políticas migratórias. Não por acaso, Allières (1980, p. 25), concebe “o território como função do Estado [...]. O território que é o meio de ação do Estado e não somente o quadro geofísico da sua competência”.

A relação do território do Estado com quem nele está inserido é abordada por Mazzuoli (2011) como a existência de um “povo” que consiste em seus cidadãos; já sua população seriam aqueles que

possuem a sua cidadania reconhecida, mais os estrangeiros ou apátridas. Dessa forma, o povo é uma dimensão jurídica, enquanto a população possui um caráter demográfico, ainda que tenham características sociais bastante diferenciadas entre si; logo, os imigrantes que residem em determinado território nacional fazem parte da sua população, mas não do seu povo, sendo o Estado quem reconhece quem é cidadão e quem não é.

Tibúrcio (2014), por sua vez, afirma que o conceito de nacionalidade possui perspectiva tanto jurídico-política quanto sociológica. A primeira é um *status* fornecido a determinados indivíduos que lhes atribui determinados direitos e deveres; a segunda consiste em uma identificação com determinado grupo, ainda que ele não seja homogêneo; a dimensão política, portanto, ocorre de maneira vertical e a sociológica, horizontal.

Se é a partir dos conceitos de nacionalidade e de estrangeiro que se impõe a condição de estrangeiridade – uma vez que eles são considerados todos os não nacionais –, ambos os conceitos são relativos, já que nós não temos todas as nacionalidades ao mesmo tempo; podemos ter a de um ou mais países, mas para os demais nós seremos considerados como estrangeiros. O mesmo vale para uma dimensão sociológica, uma vez que para determinado grupo podemos fazer parte dos de “dentro” e para os outros somos os de “fora”.

Tibúrcio (2014) ainda distingue nacionalidade, naturalidade e cidadania. Segundo ela, a naturalidade se refere ao território onde você nasce e a nacionalidade é o reconhecimento da cidadania de determinado país, tendo a pessoa nascido ou não em seu território.

A formalização da concepção do Estado contemporâneo no direito internacional, por sua vez, teve um importante marco na Convenção de Montevideo sobre os Direitos e Deveres do Estado, no ano de 1933. Segundo a aludida convenção, o Estado tem que possuir ao menos quatro características básicas, a saber: população permanente, território determinado, governo e capacidade de entrar em relação com outros Estados (LIGA DAS NAÇÕES, 1933).

Esses mesmos pressupostos aparecem, ainda que implicitamente, na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) no

que tange aos deveres do Estado, sobretudo no que se refere à autonomia dos governos sobre como os operar, o que implica na ideia de governo e território, na própria ideia de direitos humanos, que pressupõe uma presença de população, assim como a mera existência de uma organização internacional que reúne diversos países para garantir tais direitos é por si só, o reconhecimento de uma relação interestatal.

No contexto específico das migrações internacionais, consideramos o território como a fração da superfície terrestre pela qual o Estado exerce seu poder e soberania, e cuja delimitação se dá por intermédio das fronteiras, tornando-se, portanto, pertinente a interpretação de Domenech (2020) sobre o caráter político estatal em Sayad (1998).

Um dos primeiros aspectos abordados por Sayad (1998) se refere à migração como o atravessamento de fronteiras. Lembremos que os seus trabalhos foram focados em uma migração internacional de argelinos para a França no século XX e, conseqüentemente, de deslocamentos entre territórios de dois países diferentes, cujas causas estão relacionadas a uma série de fatores sociopolíticos, em que pessoas afetadas possuem a sua própria visão de mundo. Dessa forma, o simples fato de migrar já é um ato político.

Assumindo essa perspectiva, o sentido das políticas migratórias deve ser repensado, já que tendem a ignorar as variáveis sócio-históricas do ato político em questão. Políticas migratórias não são neutras, já que o simples fato de ignorar essa dimensão faz parte do que o sociólogo argelino denomina de “pensamento do Estado”, cuja desumanização, ao invisibilizar as estruturas a que os estrangeiros foram forçados a viver, ocorre de maneira intencional.

Domenech (2020) enfatiza que, na perspectiva de Sayad, o estrangeiro, no âmbito do Estado-nação, só existe por causa das fronteiras, sendo que a simples existência do imigrante necessariamente perpassa por uma reflexão sobre o Estado, principalmente no que tange a lembrar que ele é uma criação humana, não uma imposição da natureza, não sendo, portanto, algo dado, possibilitando, assim, novas perspectivas de lidar com a sua existência.

Gottman (2012) compreende que as fronteiras nacionais são delimitações territoriais, sendo que o Estado tende a fortalecer-se e a se

manter em prol dos seus próprios interesses; logo, esse conceito está intimamente ligado à concepção clássica de território. Atravessar fronteiras é mudar de um território nacional para outro com toda a carga política, jurídica e cultural que essa mudança implica.

As fronteiras no Estado moderno servem como apoio a todas as três condições estabelecidas pela Convenção de Montevideu de 1933 (território, soberania e população), pois um território nacional só pode existir a partir de alguma delimitação. É também através dessa delimitação que os países exercem a sua soberania, pois, em tese, uma nação possui autonomia dentro do limite das suas fronteiras. Também através das fronteiras é possível existir a população nacional, pois esta é contabilizada no interior dos limites fronteiriços.

As fronteiras são rupturas territoriais, todavia essas discontinuidades não são uniformes em todas as partes do mundo, uma vez que a relação entre os países que as constituem é muito diversa. Em alguns casos, pode haver um intenso cruzamento de mercadorias e pessoas, enquanto em outros casos podem existir hostilidades entre as nações de ambos os lados, refletindo em sanções comerciais e em restrições no tráfego de pessoas. Mesmo havendo um constante atravessamento de fronteiras entre os seus cidadãos, é possível que haja xenofobia contra pessoas que nasceram no outro lado de determinada fronteira territorial.

Essa situação nos remete ao entendimento de Domenech (2020), considerando-se que a condição de imigrante é tão arbitrária do ponto de vista de quem vive esse processo quanto a existência do Estado. Se levarmos em consideração a simbiose Estado e migração, chegamos à conclusão de que a forma como os países tratam os seus imigrantes é uma extensão de toda uma visão de mundo daqueles que regem as suas leis, sendo a “política” migratória uma consequência de toda uma estrutura ideológica daqueles que os governam. Nesse raciocínio, considerando o imigrante, o Estado e as ideologias, impõe-se a necessidade de se interrogar sobre as estruturas estatais que definem as normas e políticas de tratamento do imigrante.

Domenech (2020) também lembra que, apesar do Estado (e consequentemente o território nacional) não ser um fenômeno natural, as suas construções sociais estão extremamente arraigadas em nossas

mentes e corpos, quando nos identificamos como “filhos do Estado” e com tudo aquilo que ele nos introduz. É com essa mesma força ideológica do Estado que reproduzimos determinadas concepções e práticas em relação à imigração e aos imigrantes. Acrescentamos que desse ponto de vista o Estado não territorializa apenas áreas, mas, também, corpos e mentes.

Dessa forma, Sayad (1998) e Domenech (2020) entendem que encarar a imigração como um problema é um pensamento elitista que se reflete em ideologia estatal que territorializa nossas psicosferas e expressões de identidade nacional, possibilitando um etnocentrismo excludente por parte de indivíduos e instituições.

Isso se traduz nas arbitrariedades em relação à condição de imigrante, incluindo a posição de “colocá-los no seu devido lugar”, como um exemplo de marginalização social, reflexo de uma ideologia imposta que prega a existência de pessoas de primeira e segunda classe. Nesses casos, ser diferente é uma ameaça a um modelo social que defende a manutenção de uma ordem vigente.

Pensar o Estado, na interpretação que Domenech (2020) faz de Sayad (1998), é considerado como subversão, desordem, ruptura. O simples fato de discutir cidadania e nacionalidade seria uma verdadeira “heresia”, uma ameaça à ordem nacional, uma vez que existe a tendência de encarar os discursos propagados pelo Estado como a única possível.

Diante de todos os aspectos colocados acima por Domenech (2020), constata-se que, do ponto de vista de Sayad, na seara política, os imigrantes considerados como indesejados se caracterizam pela eterna situação de ilegitimidade pelo simples fato de não terem nascido dentro das fronteiras de determinado Estado. Costuma-se lembrar constantemente, seja através das leis, seja por pequenos atos no cotidiano, que eles são de “fora” e que, portanto, não devem ter o mesmo tratamento daqueles que saíram do ventre materno em território nacional.

Esses mesmos estrangeiros enfrentam uma série de adaptações, entre outras coisas, porque o imigrante passa a experimentar uma nova territorialidade. Soja (*apud* ROCANYOLO, 1988, p. 263) define a territorialidade como “um fenômeno comportamental associado com a

organização do espaço ou de territórios claramente demarcados considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam”. O debate sobre as fronteiras que demarcam o território nacional são fundamentais para a compreensão da condição do imigrante. Coelho Neto (2013, p. 25) explicita da seguinte forma:

A compreensão do território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras coloca, por conseguinte, a questão da exclusividade de apropriação e de uso, distinguindo “nós” (os incluídos, aqueles que integram o território) e os “outros” (aqueles que não fazem parte do território). Nessa perspectiva, enquadra-se adequadamente o recorte do Estado territorial, com limites estabelecidos de apropriação, uso, gestão e controle de fração do espaço, como um domínio político-estatal, cujo acesso exige a permissão de uma autoridade, de um poder instituído concentrado na figura do Estado.

Consideramos que essas características não “surgem do nada”, uma vez que

O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos (BONNEMAISON, 2002, p. 83).

Desse modo, o território, ou, melhor, as territorializações, consideradas como o processo de construção das territorialidades, fazem parte da formação das identidades nacionais, pois segundo Berger e Luckmann (2004) se constroem e se conservam dentro de determinada estrutura social, com a qual os diferentes grupos sociais interagem, surgindo, portanto, uma relação dialética entre o sujeito, o grupo humano e a estrutura.

A territorialização, portanto, não considera apenas os aspectos físicos de uma área delimitada por determinado grupo, mas leva em consideração os aspectos sociais, culturais e políticos da apropriação

do espaço, tendo o território como fundamento e inspiração da construção identitária.

As territorializações, ainda mais quando focamos a questão do Estado-nação, podem ser contextualizadas na globalização. Nela existem grupos de migrantes que experimentam o entrecruzamento de diferentes territorialidades. Cruz (2007) relaciona globalização e identidades territoriais, afirmando que

O processo de globalização vem redefinindo a experiência espaçotemporal das diferentes sociedades, deslocando e descentrando as diferentes formas de lealdades e identificações territoriais, tornando mais complexa a consciência socioespacial de pertencimento (CRUZ, 2007, p. 13).

As territorializações não são construídas pelas forças da natureza e sim pelo homem, cujos comportamentos são modificáveis e contextualizados no espaço e no tempo.

As relações de poder, e consequentemente as influências nas configurações das territorialidades não ocorrem do mesmo modo em todos os lugares, pois determinados agentes os pressionam com maior facilidade do que outros. Agentes hegemônicos impõem línguas, símbolos e narrativas históricas, assim como influenciam os mais destacados veículos de comunicação que tanto os propagandeiam para a população do seu país quanto criam determinada imagem a ser vendida para o exterior.

As territorializações possuem simbolismos e materialidades que se influenciam mutuamente, uma vez que as necessidades de legitimação dos Estados criam fronteiras, aparelhos ideológicos, aparatos legais-institucionais, modelando e conformando as identidades nacionais. As necessidades de legitimação dos Estados também criam hinos, nacionalismos, conservadorismos, heróis nacionais etc., enfim, toda uma dimensão simbólica que afeta a política, as estratégias dos agentes hegemônicos, influenciando as concepções e práticas dos cidadãos.

O migrante enquanto categoria sociopolítica: um diálogo com Pierre Bourdieu e Abdelmelek Sayad

Bourdieu (2000) nos fornece uma série de contribuições teóricas sobre as migrações internacionais, como o conceito de *habitus* (também considerado como práticas sociais), que são padrões comportamentais de determinado grupo ao qual os seus membros seguem ainda que de maneira inconsciente. A forma como tais práticas sociais se configuram varia de pessoa para pessoa, mas fato é que os imigrantes, sobretudo aqueles mais recentes, tendem a apresentar uma série de *habitus* diferentes da população local.

O autor salienta que o comportamento humano se configura de forma dialética, uma vez que nós exercemos influência sobre o meio no qual estamos inseridos, assim como somos fortemente influenciados pelo nosso círculo social e, dessa forma, nega a dicotomia entre o “interior” e o “exterior” ou entre o “indivíduo” e o “coletivo”. Os *habitus* são estruturalmente construídos e produtores de condicionamentos dos sujeitos sem precisar de uma norma jurídica que obrigue as pessoas a cumprir ou mesmo de um regramento explícito a ser obedecido, ainda que tais práticas sociais estejam de acordo com interesses velados; todavia, o autor não nega que os indivíduos possam desenvolver uma série de padrões comportamentais que estejam de acordo com os seus próprios objetivos pessoais.

Tomemos nota que, independentemente de os atos de um indivíduo serem alienados do próprio sujeito ou buscarem atingir uma finalidade consciente, os *habitus* não surgem do nada, mas antes fazem parte das histórias de vida dos sujeitos, cujas condições econômicas e sociais são fatores muito importantes na forma como nós os desenvolvemos. Além da questão histórica dos nossos comportamentos e percepções, eles também têm dimensão territorial, pois nós os incorporamos através de experiências familiares, escolares, religiosas e nos diversos ambientes dotados de regras implícitas às quais estamos sujeitos.

Aliado aos nossos valores subconscientes e alienantes, nas obras de Bordieu (1979) também existe o conceito de capital cultural que é o *status* social no qual estamos inseridos, o que repercute diretamente

em maior facilidade ou dificuldade do nosso acesso a melhores oportunidades de trabalho, estudos ou até mesmo a melhor visibilidade social. O capital cultural, por sua vez, pode se expressar através do “estado incorporado”, que são as disposições duráveis, isto é, os conjuntos de códigos que são internalizados.

Outra possibilidade de manifestação refere-se ao “estado objetivado”, cuja característica essencial é o acesso à educação, podendo então resultar em uma terceira forma da existência, a saber, diplomas e titulações. Dessa forma, Bordieu (2015) explicita que, apesar das fortes relações existentes entre os capitais econômico e cultural, eles não são sinônimos, já que o primeiro foca as condições financeiras dos indivíduos e o terceiro os seus *habitus*, arcabouço artístico, escolar e de títulos o qual as pessoas venham a ter.

Na interpretação que Oliveira e Kulats (2017) fazem desses conceitos de Bordieu, existe uma possibilidade de aplicação deles na temática migratória, no que eles adaptam como “*habitus* do imigrante” e “capital da mobilidade”. O *habitus* do imigrante são as relações existenciais e sociais que os estrangeiros desenvolveram no novo ambiente em que estão inseridos. Esse *habitus* é marcado por uma intensa alteridade simbólica e comportamental entre “nativos” e “forasteiros”.

Em síntese, **habitus imigrante** é o conjunto de disposições adquiridas que funcionam como princípio gerador de representações e práticas migratórias. Tem sua origem e formação nas experiências migratórias pessoais ou vivenciadas no interior do grupo étnico e/ou familiar. Esse tipo de *habitus* se apresenta como fonte de inspiração e como facilitador dos percursos migratórios. O **capital de mobilidade**, como qualquer outro capital na teoria de Bourdieu, tem papel preponderante na dinâmica social. Tal qual o **capital cultural**, trata-se de um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios – formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes – e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico (OLIVEIRA e KULATS, 2017, p. 15).

Na compreensão desses dois autores, o *habitus* do imigrante é configurado de acordo com as condições, os interesses e o capital cultural dos que atravessam as fronteiras internacionais. Alguns tiveram acesso a uma educação com língua estrangeira que possibilitou o domínio do idioma do país em que irão viver, mesmo antes da sua mudança, o que auxiliaria sensivelmente a melhor compreensão dos padrões sociais locais viabilizada por seu capital linguístico (OLIVEIRA e KULATS, 2017).

Essas motivações que afetam o *habitus* podem ter diversas origens, como o julgamento de que haveria melhores oportunidades no país onde se deseja estar, sensação de insegurança no país de emigração ou até mesmo um simples desejo de viver novas experiências. Fato é que existem pessoas que podem emigrar de modo muito mais planejado para lidar com as diferenças concretas e simbólicas no exterior do que outras.

Já o capital da mobilidade refere-se ao conjunto de condições que facilitariam o acesso e a permanência de determinados indivíduos ao exterior com relativa qualidade de vida, que por sua vez está intimamente ligada com as políticas migratórias locais, assim como ao capital cultural dos imigrantes. Determinados países possuem políticas de facilitação de imigrantes que se interessam por certas áreas do mercado de trabalho, enquanto outros têm abrandamentos burocráticos para aqueles que desejam se formar nas suas instituições de ensino superior.

Tanto o *habitus* do imigrante quanto o capital da mobilidade são influenciados pela estrutura familiar das pessoas, já que o fato de ter familiares morando em determinado país tanto facilitaria a compreensão da sua realidade social, que vai além do que a mídia mostra, quanto forneceria certa segurança para aqueles que desejam migrar, sobretudo no que tange a abrigo, provisão e imprevistos. Outra forma pela qual a experiência familiar se converte em capital da mobilidade, segundo os autores, é que, pelo fato de o membro da família ter maior experiência no que tange às condições de empregabilidade local, ele, em tese, poderia ajudar o seu parente a ingressar no mercado de trabalho. Devemos salientar que essas orientações dadas por diferentes graus de parentesco também se convertem em *habitus* do imigrante.

Oliveira e Kulaitis (2015) ressaltam que nem mesmo um elevado capital da mobilidade e conhecimentos prévios da cultura local é garantia de uma boa empregabilidade, já que ingressar no mercado de trabalho não é apenas uma questão de qualificação acadêmica e de agir de acordo com as convenções sociais locais, mas também estão atrelados marcadores identitários que podem ajudar ou atrapalhar a inserção dos diferentes indivíduos em uma ocupação profissional, como é o caso de fatores étnicos, culturais e até mesmo de nacionalidade, já que a condição de estrangeiro pode imputar uma série de preconceitos ao imigrante.

Tais fatores podem ajudar ou atrapalhar a busca de melhores postos no mercado de trabalho, sendo uma das razões pelas quais alguns passam a realizar o processo de naturalização, o que, por sua vez, converte-se em capital de mobilidade, não só para o país em si, mas também para Estados onde essa cidadania facilita o seu trânsito devido a acordos sobre a circulação de pessoas, sejam eles bilaterais ou por blocos econômicos.

Essa naturalização, segundo os autores, além de se tornar um capital da mobilidade, também se torna capital simbólico, isto é, um *status* identitário formado por meio de características imateriais. De tal forma, a naturalização fornece vantagens tanto de natureza pragmática quanto nas simbologias que permeiam o cotidiano dos indivíduos, podendo ser reconvertidos em outras formas de capital.

Cada um dos imigrantes possui a sua trajetória, e eles se diferem em classe social, grau de escolaridade, idiomas apreendidos, relações de parentesco no exterior, diplomas profissionais, expressões culturais etc., que, de diferentes maneiras, podem configurar as suas vivências em determinado território. Dessa forma, torna-se de suma importância nos livrarmos de visões estereotipadas no que se refere às experiências de vida dos que estão em situação de migrante.

Ainda no que tange à aplicação do pensamento bordeusiano aos estudos migratórios, Ennes (2020) formula o conceito de “corpo-migrante”, que de seu ponto de vista ultrapassa visões dicotômicas entre o senso de estranheza e a diversidade cultural, repercutindo diretamente nas diferenças e desigualdades nos contextos migratórios.

Na sua proposta, o “corpo migrante” está relacionado à objetificação das relações de força e “poder” físico, seja nas formas de cuidado corporal, nas técnicas corporais ou mesmo na mera presença, sendo, portanto, resultado de interações sociais e enquadramentos, assim como de lutas das trajetórias migrantes; também se refere ao corpo enquanto movimento e aos fatores que afetam a sua mobilidade, uma vez que os corpos possuem uma série de marcadores sociais, seja através da sua aparência física, seja por questões simbólicas.

Prosseguindo o seu raciocínio, Ennes (2020) argumenta que corpos migrantes são uma condição irremediável, já que estes não podem sair do seu próprio corpo e tampouco da sua história, estando inseridos em um jogo de poder de produtores de estigmas e hierarquias sociais, existindo associações entre as aparências e os diferentes *status* sociais por meio de estigmas, estereótipos e da ideia de raça.

A concepção de corpo migrante está diretamente ligada aos conceitos bourdieusianos de *habitus* e *hexis*. O primeiro, conforme discutimos anteriormente, sob a ótica de Oliveira e Kulats (2017), se refere aos comportamentos adquiridos ainda que de forma inconsciente por indivíduos de certo grupo, incluindo as pessoas de determinada nacionalidade em um contexto de diáspora, cuja especificidade os autores batizaram de “*habitus* migrante”. Se o *habitus* refere-se à mente, o *hexis* fundamenta-se nas marcas sociais dos corpos, palavra grega que curiosamente foi traduzida para o latim como “*habitus*” (MOREIRA, 2017). Ainda segundo Ennes (2020), o conceito de corpo no pensamento de Pierre Bourdieu articula-se com as suas definições de estratégia, capital e campo.

O campo seria o território pelo qual se manifesta o poder simbólico através do *habitus*, incluindo as disputas de poder internas, contradições e fragilizações por agentes externos, uma vez que se trata de “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Se dentro de um mesmo campo nós temos disputas, significa que os *habitus* e os interesses que o permeiam não são uniformes, resultando em uma disputa de influências e consequentemente em um domínio de territórios.

Conforme apontado por Nolasco (2016), as migrações internacionais são uma questão mais complexa do que uma mera diferença de riqueza entre os países ou de uma simples vontade de um indivíduo sair do seu país de origem, mas também estão relacionadas a uma questão política, uma vez que esse fenômeno envolve a vontade e o poder dos Estados de decidirem quem entra, quem sai e quem permanece dentro das suas fronteiras; portanto, definem quem é um cidadão nacional e quem é estrangeiro, uma vez que

um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras; mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se estrangeiro é a definição jurídica de um estatuto, imigrante é antes de tudo uma condição social (SAYAD, 1998, p. 45).

Sayad não era apenas um teórico das migrações, mas também alguém que de fato presenciou de maneira direta esse processo, uma vez que era um argelino que migrou ainda jovem para a França e viu de perto o crescimento da comunidade do seu país de origem no território francês, assim como também convivia de perto como essa população norte-africana na antiga colônia francesa (PEREZ, 2020). Esse conjunto de pesquisas e vivências o levou a ter uma série de reflexões sobre o que é ser um “imigrante”.

De tal forma, Sayad (1998) considera que “imigrante” não é apenas uma conceituação das ciências sociais ou uma definição verticalizada do Estado-nação ou do direito internacional, mas uma condição social que reúne uma trajetória caracterizada por várias repercussões sociais e psicológicas que a mudança de país acarretou no seu “ser”.

Ser imigrante seria viver uma série de incertezas. É não saber quando de fato retornará para o seu país de origem, ou até mesmo se de fato retornará algum dia. A condição de migrante gera uma angústia que não se encerra apenas no sujeito que migra de país, pois devemos nos lembrar que todo “imigrante” também é um “emigrante”, isto é,

ele saiu de um território para outro, território no qual a sua infância foi vivida, construiu laços, logo essa mudança também gera dúvidas em quem permaneceu no seu lugar de origem, e esses que “ficaram” também encaram incertezas e saudades do seu ente querido.

Como mecanismo de defesa em relação a essa angústia, é comum existir expectativas que nem sempre podem ser cumpridas, afirmando para si mesmo que retornará em um determinado período de tempo. No caso dos argelinos estudados por Sayad, não se sabia quando o seu país de origem poderia de alguma forma estar mais favorável a sua população local, que foi duramente afligida por expropriação e segregação étnica por parte dos franceses durante a colonização entre os séculos XIX e XX.

Também não devemos desconsiderar a possibilidade de que a vida de quem passa muito tempo em determinado país pode se reconfigurar de tal maneira que voltar ao seu país de origem poderia gerar entraves, devido a uma série de variáveis como a formação de um novo núcleo familiar no país de imigração, a consolidação em uma carreira cuja continuação da mesma em seu país de origem seria incerta, passar por um processo de reterritorialização e as dificuldades de readaptação à cultura da sua terra natal etc.

“Ser imigrante”, segundo o sociólogo argelino, também é ser um “bode expiatório”, pois a sua situação de permanência em determinado país fica ainda mais questionada em períodos de crise, passando assim, o imigrante, a ser responsabilizado por acontecimentos estruturais, tal como ocorre em períodos de recessão econômica. Ironicamente, muitos deles advogam que os imigrantes acrescentam economicamente ao país, se tornam anti-imigração quando o país está em um momento financeiro desfavorável. Percebe-se que mesmo os discursos pró-imigrantes são voláteis, rasos, utilitaristas e desumanizantes, já que sob esse ponto de vista desconsideram os migrantes como seres que possuem sentimentos, necessidades, famílias e histórias e os tratam como meras ferramentas de reprodução do capital.

Sayad (1998) também lembra que quando a argumentação pró-imigração possui um caráter essencialmente utilitarista no que tange à mão de obra estrangeira é que existe uma segregação de

gênero e de idade nesse discurso, pois em tal caso, os imigrantes desejados são os homens jovens, que saem dos seus países diretamente para o trabalho.

Apesar de existirem mulheres nessas mesmas condições, a maioria só chega depois que o cônjuge já está a certo período de tempo por lá e, ainda assim, inicialmente como dona de casa, não se inserindo de imediato no mercado de trabalho. As crianças, por demandarem tempo para se inserirem como força de trabalho, e os idosos, por sua indisponibilidade a ele, sobretudo o braçal, são vistos, tal qual as mulheres, como um peso a ser carregado. Esse fato ajuda a explicar a negligência de políticas migratórias no que se refere à família dos imigrantes.

Prosseguindo o seu raciocínio, Sayad (1998) aponta que o imigrante não é objetificado apenas do ponto de vista político. Essa desumanização também chega nas discussões acadêmicas quando se coloca todos os indivíduos de determinada nacionalidade como uma massa uniforme de pessoas, reduzindo-os a imagens estereotipadas como se suas trajetórias de vida não tivessem as suas próprias particularidades.

O autor critica a visão de que os imigrantes representam um problema a ser resolvido. Além disso, o mesmo é contrário à ideia do desafio de os estrangeiros estarem restritos a emprego e necessidades mínimas de sobrevivência, condição essa de imigrante por vezes naturalizada, naturalização que fortalece discursos limitantes de direitos a essas pessoas, afinal de contas, por que se importar tanto com direitos trabalhistas de médio e longo prazos se faz parte da “natureza” deles estar no país apenas temporariamente?

Abordagens positivistas desumanizadoras propagadas por muitos pesquisadores europeus no século XX, no entender de Sayad (1998), não afetam apenas a questão do emprego. Tais discursos também impactam a própria qualidade das políticas públicas para os estrangeiros, pois se eles não passam de mera mão de obra temporária e sem história ou sentimentos, não haveria por que alojá-los em abrigos minimamente confortáveis ou desfrutar de serviços públicos de maneira mais completa e muito menos se deveria facilitar a entrada da família dos imigrantes para os países em que eles estão.

Para Sayad (1998), a imigração, ainda que de maneira velada, é uma relação entre dominante e dominado, dominação essa imbricada de discursos simbólicos que viram campo de disputa entre o nacionalismo e o universalismo, seja pela conservação das características nacionais através do fechamento das fronteiras, seja pela abertura ao novo para a facilitação da entrada de imigrantes, pois, independentemente do seu viés, é o Estado e seus governantes, com as suas ideologias, que decidem juridicamente o destino dos estrangeiros.

É justamente nessa relação de dominação, tal como proposto por Sayad (1998), que se faz com que os imigrantes estejam constantemente encarando uma série de pressões. Pressões para se alienarem das políticas migratórias, pressões para aceitarem ser trabalhadores de segunda classe, pressões para se conformarem com políticas públicas objetificadoras, pressões para renunciarem às suas expressões culturais, pressões para aceitarem os piores serviços públicos, entre outras formas de subalternização da condição do migrante.

Diante dos fatores explicitados acima, Sayad (1998) sintetiza as características gerais da condição de imigração, questionando se a partir do momento em que os imigrantes sejam tratados na sua integralidade, estando horizontalmente integrados à sociedade por um longo período de tempo (trabalhando, investindo e criando), eles não deveriam adquirir a cidadania do país que os recebe e, da mesma maneira, o país de emigração reconhecer sua nova condição.

Fato é que Sayad reconhece que as ondas migratórias não transformam apenas indivíduos, mas os países de emigração e imigração, pois todo movimento migratório significativo, ainda que sobre o pretexto de se conseguir trabalho, cria comunidades no país que recebe os trabalhadores.

O pensamento de Sayad em relação à temática migratória tem gerado uma série de discursões importantes no Brasil. Dias (2020) compreende que o sociólogo argelino rompe com as definições estáticas de imigrante no espaço e no tempo, fornecendo uma ressignificação política que deve ser compreendida por meio da trajetória do imigrante e dos conflitos que motivaram a sua saída do país de origem, pois só assim se pode entender a complexidade do movimento migratório de

uma comunidade estrangeira em/para um determinado Estado. No seu entendimento, a utilização da Etnografia foi um grande diferencial das suas obras em relação ao que a ciência francesa vinha produzindo até então, pois, aliada à Sociologia crítica e à Etnossociologia, juntamente com a enorme influência de Pierre Bordieu em suas pesquisas, contribuíram enormemente no avanço científico do tema.

Ultrapassar as análises engessadas sobre a imigração, conviver com os imigrantes e refletir sobre suas trajetórias, na interpretação de Dias (2020), não é apenas um avanço acadêmico em si, mas implica em uma força política que impacta a própria ciência, questionando a quem ela está servindo. Essa perspectiva procura romper com a ideia de que são as elites dos países receptores de imigrantes que devem falar pelos imigrantes, como se fossem estes passivos e se resumissem a mera força de trabalho, podendo ser manipulados da maneira como os intelectuais a serviço das elites bem entendem.

Questionam-se os interesses dos grupos dominantes, marcados pela exclusão social dos imigrantes, ao imporem uma situação de “eterna provisoriedade”, em um contexto de exclusões, estigmatizações e objetificações, que a condição de imigrante impõe aos estrangeiros. Dias (2020) afirma que no pensamento de Sayad atribui-se importância ao lugar de fala, levando-se em consideração as diferentes trajetórias de cada uma dessas pessoas (transcendendo assim pesquisas meramente bibliográficas e documentais) para que assim possamos pensar junto com eles, de maneira mais humanizada. Ainda no que tange às múltiplas trajetórias, Dias (2020) afirma:

É através das suas reflexões desenvolvidas ao longo dos textos explorados nesse capítulo que Sayad nos possibilita refletir acerca de um sujeito composto por identidades múltiplas e transitórias. Compreender o imigrante demanda uma leitura diacrônica acerca da mobilidade migratória estudada. Sayad nos revela como a migração argelina desenvolve-se ao longo de gerações. Como ela é mutável, transitória e adaptável (DIAS, 2020, p. 65).

Desse modo, o imigrante não é só um imigrante, são seres humanos que carregam histórias e culturas múltiplas, diferentes etnias,

orientações sexuais, identidades políticas partidárias, afinidades ideológicas etc. Apesar de todas as pressões contra as múltiplas identidades do imigrante, ele não é passivo diante delas, sendo que cada um possui as suas próprias formas de reafirmá-las.

Os processos migratórios analisados por Sayad encerram um movimento geográfico Sul-Norte; todavia, existem outras ondas migratórias que não obedecem a essa mesma lógica geopolítica. A onda migratória da Venezuela para o Brasil, por exemplo, requer que pensemos as dinâmicas migratórias dentro da perspectiva Sul-Sul, o que inclui o combate de estereótipos regionais, já que

a governança das migrações internacionais implica que o Sul, na arena global das migrações, seja reconhecido como um ator social na construção do Pacto Global. A presença do Sul no processo do Pacto Global implica a não hierarquia na conceitualização das migrações seguras/ordenadas/ regulares. O Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países. Nesse contexto, é decisiva a posição dos países da região latino-americana, bem como a posição brasileira no Pacto Global. A promoção do Sul como ator fundamental do Pacto desloca a gramática do debate promovido pelos países do Norte, reforçando um outro olhar para o fenômeno (BAENINGER, 2018, p. 21).

Dessa forma, os países periferizados são muito mais do que Estados meramente passivos nas dinâmicas internacionais. Na verdade, segundo a Amnistia Internacional (2015), são os que quantitativamente mais acolhem refugiados, sendo que dos 10 países com a maior população refugiada nenhum faz parte do Norte.

Os países do Sul, inclusive os da América Latina, através de tratados, acordos e legislações, estão constantemente atualizando as suas políticas migratórias e de refugiados e, segundo a Amnistia Internacional (2015), recebem a maioria dos imigrantes em condição de refúgio no mundo. Todavia, isso não quer dizer que a relação entre refugiados, Estado e cidadãos nacionais seja harmônica, uma vez que mesmo países

subdesenvolvidos e em desenvolvimento podem possuir políticas e grupos xenofóbicos.

Devemos tomar cuidado para que não resumamos os migrantes a uma questão jurídica. Nessa direção, Marandola Jr. e Gallo (2010) fazem uma série de considerações sobre tal condição, considerando-os como seres humanos, não como meros dados da burocracia estatal e dos organismos internacionais.

Para os referidos autores, o “ser migrante” perpassa pelas searas da territorialidade e da existência, defendendo o ponto de vista de que a dimensão territorial faz parte da constituição do ser, cujo controle, ainda que simbólico, permite a continuação da sua existência. O desenraizamento causado pela migração pode causar problemas existenciais diante de choque de realidades deparadas em outra nação.

A ruptura do migrante também está relacionada com a fragilização com laços familiares e de amizade. Essas mudanças abruptas, por si só, são conflituosas e desgastantes, podendo evoluir para problemas emocionais. O lento processo de reenraizamento, possibilitando uma sensação de pertencimento, é denominado pelos geógrafos mencionados como “território do migrante”.

Ainda seguindo o raciocínio de Marandola Jr. e Gallo (2010), o território do migrante não existe isoladamente, ele se relaciona com os novos laços que são construídos fora do seu território de origem. Tais laços não ocorrem apenas com os “estranhos”, mas também com os que passam a ter mais contato a partir do momento em que os sujeitos se mudam. Essas relações entre o estrangeiro e o natural do novo país e a manutenção de contato com os seus velhos laços formam uma “rede social”. Quando esse fenômeno passa a ser analisado do ponto de vista do território, passa a ser denominado de “território-rede” (HASBAERT, 2000), que por sua vez pode ajudar para que as rupturas decorrentes da migração sejam menos traumáticas.

No que se refere às migrações internacionais, Marandola Jr e Gallo (2010) trabalham na perspectiva do transnacionalismo, ou seja, uma relação dialética entre o seu território de destino e de origem, mantendo vivas as relações com o país onde viviam, aliviando assim a pressão sobre a assimilação e o acultramento, adaptando a sua

territorialidade para uma nova realidade, podendo o indivíduo se identificar mais com o seu território de origem ou criar uma multiterritorialidade.

Considerações Finais

Território e fronteiras, territorialidade, nacionalidade e estrangeiridade são componentes fundamentais para pensar o fenômeno da imigração. A condição de (e)imigrante se evidencia no processo de deslocamento geográfico, manifesto na saída de um Estado-nação para outro, movimento que pode ter variadas motivações.

Ultrapassar as fronteiras nacionais e acessar um novo território está no cerne da condição do imigrante. As fronteiras que demarcam o território nacional são construções sociopolíticas e geográficas, incidindo decisivamente nos fluxos migratórios. Diéguez (2015) assevera que se trata de limites políticos reconhecidos que se convertem em guardiões da soberania nacional, marcados por ritos e símbolos específicos do poder, do controle, da defesa e da segurança.

A territorialidade, por sua vez, concebida nos termos de Coelho Neto (2021), equivale a uma relação que os agentes sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em um domínio e/ou apropriação que viabiliza a reprodução social, revelando-se uma condição fundamental para o imigrante. O movimento habitual do imigrante envolve um processo de desterritorialização no Estado-nação de origem e reterritorialização no Estado nacional que o recebe. Essa reterritorialização implica na construção de novas relações de apropriação com seu(s) novo(s) território(s), sem perder de vista os vínculos sociais, políticos e culturais com o(s) território(s) de origem, movimento que permite pensar em uma multiterritorialidade, nos termos concebidos por Haesbaert (2004).

Estamos defendendo que o diálogo entre migração e territorialidade é potente para construção de pistas para o entendimento do fenômeno da imigração. Como não temos a pretensão de apresentar conclusões fechadas, mas de construir apontamentos abertos para gerar o debate e oferecer caminhos para compreensão do fenômeno em tela,

formulamos algumas indagações que permitem pensar a relação entre imigração e territorialidade. Como os imigrantes constroem relações de domínio e/ou apropriação com os novos espaços de vida? Quais os papéis que a territorialidade desempenha na reprodução social dos imigrantes? Quais as relações que permanecem com o(s) território(s) de origem e que papéis elas ocupam na vida do imigrante? Como se conformam as multiterritorialidades vividas pelos imigrantes? Quais os significados do multipertencimento territorial e como ele incide nos modos de vida dos imigrantes?

REFERÊNCIAS

- ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires, 1980.
- AMNISTIA INTERNACIONAL. *Global refugees crisis in numbers*. 2015. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2015/10/global-refugee-crisis-by-the-numbers/>. Acesso em: 21 out. 2021.
- BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do Sul. In: BAENINGER, R. et al. *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudo de Pesquisa da População “Elza Berquó” (NEPO), 2018.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Editions du Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 30, nov. p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BORDIEU, P. *Sociologie Générale: les concepts élémentaires de la sociologie*. Paris: ed. Seuil, 2015.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia* (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Migrações, mobilidade da população (e do trabalho) e a covid-19: condicionantes e implicações. *Pegada* (UNESP. Impresso), v. 21, p. 361-384, 2021.
- CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A. et al. (org.). *Itinerários geográficos*. Niterói: Eduff, 2007.

DIAS, G. Da Objetificação a humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmelek Sayad. In: *A contemporaneidade de pensamento de Abdelmelek Sayad*. São Paulo: EdPUC-SP, 2020. p. 65-92.

DIÉGUEZ, Valentín Cabero. Fronteras. In: TRIGAL, Lorenzo López (dir.). *Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio*. Leon: Universidad de León, 2015.

DOMENECH, E. Inmigración, política (s) y pensamiento de Estado: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmelek Sayad. In: *A contemporaneidade do pensamento de Abdelmelek Sayad*. Ed. São Paulo: Educ, 2020. p. 93-114.

ENNES, M. A. Bordieu and the “migrant-body”: embodiment in the migratory context. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v. 8, n. 19, p. 26-58, maio/ago. 2020.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GREGORY, Derek. *et al.* The dictionary of human geography. 5. ed. Blackwell Publishers Ltd., 2009.

HASBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000. p. 185-193.

HASBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIGA DAS NAÇÕES. *Convenção sobre direitos e deveres dos Estados*. Montevideo, 1933.

MARANDOLA JR. E.; GALLO; P. M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existências da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MAZZUOLI, V. *O controle jurisdicional da convencionalidade das leis*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MOREIRA, C. O. F. A sociologia de Pierre Bordieu: ferramentas e pontos de vista. In: MARTALETO, R.M; PIMENTA, R. M. (org.). *Pierre Bordieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2017, p. 179-189.

NOLASCO, C. *Migrações internacionais conceitos: tipologias e teorias*. Coimbra: Oficina do CES, 2010.

OLIVEIRA, M; KULATS, F. *Habitus imigrante e capital da mobilidade: a teoria de Pierre Bordieu aplicada aos estudos migratórios*. *Mediações*, Londrina, v. 22, n. 7, p. 15-47, jan./jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 26. jan. 2022.

PEREZ, A. A liberação do conhecimento: Bordieu e Sayad frente ao colonialismo: In: DIAS, G. et al. *A contemporaneidade do pensamento de Abdemelek Sayad*. São Paulo: Educ, 2020, p. 21-36.

RONCAYOLO, M. Território. In: ENCICLOPEDIA EINAUDI. v. 8. *Região*. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1988. p. 262-290.

SAYAD, A. *A imigração ou paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

TIBÚRCIO, C. A nacionalidade à luz do direito internacional e brasileiro. *Cosmopolitan Law Journal*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jun. 2014, p. 131-167.

NARRATIVAS RACISTAS E COLONIALIDADE

Conexões no ciberespaço

MANUELA EVANGELISTA DA SILVA
JUSSARA FRAGA PORTUGAL

Tecendo redes e conexões: nossas notas introdutórias

“A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado.” (KILOMBA, 2019, p. 158)

O presente artigo é um recorte teórico-metodológico da pesquisa intitulada *Redes, conexões e narrativas: o racismo no ciberespaço*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), no Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/*Campus I*/Salvador), cuja intenção é analisar o enredo das narrativas racistas contra mulheres negras, construídas e disseminadas no contexto do ciberespaço, por meio das redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* e das suas interconexões com o racismo estrutural.

O contexto virtual no qual as narrativas racistas são construídas pode ser compreendido como uma categoria analítica da ciência geográfica? Seria o ciberespaço apenas uma extensão do espaço geográfico ou uma dimensão do virtual, em que se estabelecem outras relações? Tais questionamentos emergem como intermediações preliminares

para tecer as conexões necessárias entre os conceitos que são relevantes na abordagem do objeto desta pesquisa.

O ciberespaço configura-se enquanto categoria geográfica, no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, momento vivenciado pela sociedade em escala global, mesmo que diante das desigualdades, no qual os mercados financeiros começam a ser interconectados, sobretudo com a criação da *Arpanet*, atualmente internet, para conectar computadores militares e difundir informações. Foi justamente o acesso doméstico a essa ferramenta que permitiu ao ciberespaço ter grandes proporções, mesmo não sendo a internet a única dimensão que compõe esse espaço virtual (CASTELLS, 1999; 2003).

Todavia, existem concepções teóricas que não compreendem o ciberespaço enquanto categoria analítica, questionando a ausência de concretude desse espaço virtual. Tais concepções encontrariam respaldo nas contribuições de Pierre Lévy (1999), para quem a compreensão de virtualidade não seria totalmente adequada, em sua aplicabilidade, ao conceito supracitado, já que, em sua etimologia, o virtual é uma potência, um vir a ser, uma extensão, não uma oposição ao real.

Outra afirmativa que diverge da concepção do ciberespaço enquanto categoria geográfica refere-se à convergência de redes, as quais possibilitam maior fluxo de mercadorias, de informações e de pessoas, mesmo que de modo mais restrito no contexto capitalista, gerando uma concepção de que estamos vivenciando uma espacialidade que seria a ausência de representação espacial para os fenômenos, tornando a característica de *aespacialidade*¹ definidora do ciberespaço (SILVA, 2013). *Na verdade, a inexistência de um espaço físico no qual as relações se estabelecem e a dificuldade de dimensionar a extensão do ciberespaço não justificam a atribuição dessa característica, pois é importante conceber a existência de uma dimensão composta por nós e por redes, de forma horizontalizada e sobreposta, na qual os fenômenos se*

1 “A diminuição ou o encurtamento de distâncias físicas, proporcionados pela convergência dos meios de comunicação e pela eficiência dos meios de transporte, é muitas vezes propalada como se fosse o expoente de uma nova experiência humana: a da aespacialidade – uma ação que prescindiria de uma reflexão espacial ou que não necessitaria de uma representação espacial específica” (SILVA, 2013, p. 77).

desenvolvem, difundem e (re)configuram os modos de ser/estar no virtual.

Nesse ínterim, podemos defini-lo enquanto espaço da comunicação e de informação, multidimensional, no qual os computadores e as suas memórias, mas também outros dispositivos, são interconectados por um sistema de nós e de redes que se superpõem horizontalmente, permitindo a construção de camadas e o acesso a informações de forma rápida e instantânea (LÉVY, 1999; SANTAELLA, 2004).

Para tanto, intencionamos, no presente escrito, estabelecer conexões da colonialidade que se reafirma enquanto processo histórico-geográfico com as dimensões da racialidade, cujas expressões são construídas no contexto do ciberespaço. Reiteramos, pois, a dimensão analítica desse espaço da comunicação, o qual apresenta “novas formas de se relacionar com o espaço e o tempo [...] no âmbito das trocas individuais e coletivas promovidas pelo uso das redes de computadores conectados através da internet” (SILVA, 2013, p. 16), à medida que produz territorializações que se constituem diante de relações de poder, com disputas territoriais, que convergem nos cenários políticos, econômicos e culturais nesse espaço virtual.

A Pesquisa Narrativa: concepções teóricas e transcurso metodológicos

A Pesquisa Narrativa tem sido utilizada em distintas áreas do conhecimento, sobretudo no intuito de descortinar possibilidades de análise da realidade. Assim, Clandinin e Conelly (2011) enfatizam duas abordagens que constituem a narrativa enquanto percurso metodológico: tanto quanto fenômeno a ser estudado, nesse caso as narrativas racistas decorrentes de episódios construídos no âmbito das redes sociais, cujas mulheres negras são o principal alvo; mas também enquanto método que permite investigar distintas dimensões da realidade, sendo outra forma de apropriação no presente trabalho.

Assim, é possível evidenciar que a Pesquisa Narrativa tem como premissa um olhar criterioso para as experiências vividas pelo/a pesquisador/a, bem como as histórias narradas por outros. É um modo de compreender as vivências humanas, mediante as histórias que

entremeiam a vida dos sujeitos. Desse modo, “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 18). Todavia, as narrativas nem sempre são permeadas por situações e por experiências positivas, como é o caso desta pesquisa, que analisa o modo como os corpos e a vida de mulheres negras são atravessados pelo racismo disseminado no ciberespaço.

Comumente, a perspectiva narrativa está relacionada às histórias de vida, às experiências do sujeito que narra sobre a sua trajetória, contemplando múltiplas dimensões. Nesse processo de narração, muitas vivências são desveladas, revelando, para o outro, questões que se entrelaçam e que compõem os enredos das histórias que estão sendo socializadas de diferentes modos. E, nesta pesquisa em andamento, o foco que tematiza o objeto ancora-se nas narrativas que contemplam as dores e as delícias, os atravessamentos, as racialidades, as questões de gênero, as influências históricas e muitas outras questões que emergem na análise dos episódios que foram recolhidos nas redes sociais. É um olhar atento para (re)construir enredos permeados por noções marcadas pela colonialidade, que retratam uma inferiorização de pessoas não brancas, mediante a escravização e a subalternização (SILVA e PORTUGAL, 2021).

Portanto, é importante ponderarmos que

[...] enquanto pesquisadores, precisamos, para além do visível contemplado pelos olhos, ler, interpretar e aprender as nossas e as histórias do outro, com a memória e a emoção, posto que as histórias narradas traduzem vivências, testemunham fatos e tecem sentidos e significados singulares, constituídos ao longo das vidas (PORTUGAL, 2013, p. 23).

Corroboramos com as depreensões construídas por Portugal (2013), no sentido de ratificar o modo como as histórias do/a pesquisador/a se entrecruzam com as experiências daqueles/as cujos enredos e narrativas são analisados. No caso desta pesquisa em desenvolvimento, as práticas racistas também se constituem enquanto reflexos nas paredes

da memória da mulher negra que escreve e interpreta o racismo disseminado no ciberespaço.

Ao utilizar a narrativa enquanto recurso, método e fonte, é necessário ponderar que existem distintas temporalidades e espacialidades que constituem os enredos e as escritas de/sobre os sujeitos cujas trajetórias são investigadas. “Dessa forma, o que aconteceu no passado é narrado e, ressignificado no presente, produzindo um novo saber que estará associado ao futuro [...]” (COUSIN, 2015, p. 35). Os episódios racistas, cartografados nos perfis das redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* de seis mulheres negras, em diferentes faixas etárias e que desenvolvem profissões diferentes, possuem esta dimensão da Pesquisa Narrativa: são acontecimentos que se referem a uma atitude, a uma postagem ou a um comentário realizados no passado, cujas análises são tecidas no presente, mas correlacionadas preteritamente com o processo colonial e com a colonialidade.

Podemos, ainda, inferir que “[...] a narrativa acontece no presente sobre o passado, sendo que ela já é capaz de apresentar alterações no passado em função da sua compreensão sobre os acontecimentos narrados. Com isso, ela modifica o presente e, quiçá, o futuro” (COUSIN, 2015, p. 35). Portanto, as diferentes temporalidades estão em confluência, mas precisam ser analisadas pelo/a pesquisador/a, de modo a não desenvolver um equívoco sobre os dados interpretados. No transcurso da referida pesquisa, temos uma interlocução entre um passado colonial, que se retroalimenta e se apresenta no tempo presente mediante a colonialidade, fazendo um entrelace como resultado entre as feridas racistas do passado e do presente, como aponta Kilomba (2019), na epígrafe utilizada para iniciar esta escrita, a qual anuncia uma investigação e o seu devir.

O tempo é objetivo, quando nos permite demarcar os acontecimentos de forma cronológica, em um espaço específico, mas também é subjetivo, quando purifica as nossas memórias narradas, ausenta-nos e distancia-nos dos fatos para interpretá-los e analisá-los, fazendo vir à tona a nossa mais profunda subjetividade.

O ato de narrar é delineado por um percurso de tempo/lugar permeado pelo contexto histórico, as concepções culturais e as relações

estabelecidas entre os sujeitos. O lugar é a porção do espaço na qual a experiência se desenvolve, dando a ela maior significado, sendo marcado pela cronologia do vivido (SIMÃO; FRISON, 2020). Essa seria a dimensão da espacialidade, sendo o ciberespaço esse lugar no qual as narrativas racistas são construídas e disseminadas.

Mediante a recolha dos dados, as narrativas racistas serão caracterizadas, de forma a localizar o onde, o porquê, o quando e o desenvolvimento do enredo mencionado, a partir do episódio que culminou em tal disseminação das escritas postadas nas redes sociais, as quais se configuram como *locus* da pesquisa. A posteriori serão realizadas a interpretação e a análise das narrativas selecionadas, a partir das categorias raça, gênero e racismo, este último entendido como estrutural (ALMEIDA, 2021), no intuito de construir um diálogo sobre tais temáticas e sua relevância nos estudos no campo da Geografia.

Diante das considerações expostas, evidenciamos que a Pesquisa Narrativa é constituída a partir de uma tríplice de elementos, a saber: a perspectiva social e a pessoal, pelo modo como as narrativas racistas atravessam os corpos e a vida de mulheres negras; a temporalidade dos enredos e a sua correlação com a perspectiva histórica; e o lugar que, nesse caso, é o ciberespaço, com ênfase nas redes sociais (CLANDININ e CONNELLY, 2011; SAHAGOFF, 2015).

Reiteramos, com isso, que o objetivo da Pesquisa Narrativa não é construir generalizações, mas analisar o objeto em estudo de forma minuciosa, particular e singular ao mesmo tempo, reconhecendo as subjetividades que envolvem esse processo (ABRAHÃO, 2003). As narrativas configuram-se como histórias individuais e/ou coletivas, cabendo ao/à pesquisador/a saber como manusear e interpretar esse material (POLLAK, 1992) e, nesse caso em particular, intentamos identificar e ressaltar as marcas do racismo estrutural e estruturante em nossa sociedade.

Colonialidade e racismo no ciberespaço: algumas abordagens

As narrativas construídas de/sobre o processo de colonização no nosso país constituem-se em uma visão histórica fragmentada sobre as populações negras, à medida que evidenciam uma concepção

unilateral dessa análise. Para investigar, analisar e compreender o contexto social brasileiro de forma holística, é necessário investigar a presença do/a negro/a na construção histórica do país, enquanto sujeitos marginalizados nas percepções teórico-ideológicas (NASCIMENTO, 2021 [1974]).

Essa história “[...] tradicionalmente divulgada na perspectiva dos vencedores, pode ser escrita a contrapelo, dando vez a versões, mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heroicas, nem exemplares [...]”, mas que denotam as “[...] derrotas advindas de sua condição social, racial e de gênero” (SCHMIDT, 2017, p. 187). Portanto, buscamos, também, no decurso deste trabalho de pesquisa, des-reconstruir outras tantas narrativas sobre a historicidade negra no Brasil, no intuito de apresentar a visão negra dos fatos, sobre a dor, a morte, a subordinação, mas também sobre resistência, resiliência e esperança.

O enredo que coloca a Europa como centro da humanidade, sendo os demais povos subjugados ao imperialismo de suas nações, não existia até 1492. Não havia uma universalidade das narrativas que constituíssem uma história mundial, mas partes justapostas que versavam sobre distintos acontecimentos, não tendo a concepção eurocêntrica forjada como a primazia para narrar os fatos em escala global (DUSSEL, 2000).

Essa noção de superioridade constitui-se a partir da concepção de modernidade, que é basilar para os processos de colonização em nações dos continentes africano e americano. Tal paradigma pode ser descrito a partir de quatro dimensões que convergem com a colonialidade, a saber: a noção de superioridade da civilização moderna; a construção da concepção do bárbaro, em detrimento do civilizado; o caminho educativo a ser seguido; e o uso da violência em oposição ao processo colonizador (DUSSEL, 2000).

No que tange ao processo de colonização no Brasil, aprendemos que os portugueses intencionavam lançar-se além-mar para reestabelecer o comércio com as Índias, mas ventos contrários os fizeram aportar nestas terras; daí terem denominado os nativos como “índios” (SANTOS, 2015). Todavia, apesar de os portugueses afirmarem desconhecer as terras pindorâmicas, o Tratado de Tordesilhas foi assinado de forma a

pressupor o conhecimento deste território, pois, logo que aqui aportaram, deram a esta porção geográfica um nome: Terra de Vera Cruz.

A primeira justificativa colonial utilizada para a escravização de indígenas, de início, e posteriormente de negras e de negros, para o trabalho nas lavouras e nos engenhos, era a perspectiva de uma docilidade e de uma passividade para a submissão e a obediência aos seus senhores, fato que também justifica a mesma visão construída em relação aos brasileiros/as (SANTOS, 2015; GONZALEZ, 2018). Arelada a essa justificativa estava a noção de sujeitos a-históricos, irracionais, sendo tratados praticamente como animais, com referências à bestialidade e à ferocidade, sendo “[...] uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de *desumanização* que antecede práticas discriminatórias ou genocídios” (ALMEIDA, 2021, p. 29, grifo do autor) até os dias atuais.

O sistema escravista constitui-se em uma das bases para a construção de uma história universal e, contraditoriamente, opõe-se ao moderno, ao mesmo tempo que é a válvula propulsora da modernidade e dos processos de colonização (NASCIMENTO, 2021 [1975]). O/A negro/a escravizado/a foi a espinha dorsal para a construção das bases de uma colônia imperialista, cuja economia esteve, por séculos, estruturada em sua força de trabalho. “Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (NASCIMENTO, 2016 [1975], p. 59).

É mediante as noções de colonialidade que perpassam a vida das populações negras e emergem nesta Pesquisa Narrativa como uma dimensão da temporalidade que, ao apresentar acontecimentos pretéritos, permite-nos analisar os modos como o racismo reflete essas relações raciais e sociais, em diferentes dimensões. Para isso, corroboramos com as apreensões de Almeida (2021), quando apresenta, embora não seja uma concepção por ele elaborada, uma categorização do conceito de racismo a partir de três subdivisões: racismo individualista, racismo institucional e racismo estrutural.

Na primeira análise, o racismo é compreendido enquanto uma anormalidade, uma patologia, uma condição ética e psicológica de cunho pessoal e coletivo, que poderia se restringir a um grupo

específico, podendo ser sanado mediante medidas civis e jurídicas. Essa concepção permite a menção à inexistência do racismo, existindo apenas o preconceito, extinguindo a dimensão política da questão.

A interpretação que confere o racismo como institucional, mediante as relações de poder, delimita que tais atos são provenientes das instituições e daqueles que as comandam, os quais se utilizam de normas e de legislações para estabelecer o domínio sobre os demais grupos. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2021, p. 40). É essa concepção que coloca como ideal civilizatório e comportamental a estética de determinado grupo.

O racismo estrutural se constitui mediante a própria estrutura da sociedade, no âmbito político, econômico, familiar, não sendo uma anormalidade individual, nem um desarranjo institucional, mas abrangendo uma dimensão histórica das relações sociais e raciais. Conforme assevera Almeida (2021, p. 51), “o racismo como processo histórico e político cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”, não sendo suficiente uma punição jurídica sobre as ações cometidas, mas um pensar sobre as bases que constroem as relações raciais e sociais no nosso país.

Mediante tais ponderações, podemos ressaltar que “o racismo é assim, cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades” (CARNEIRO, 2020, p. 279), as quais podem ser vistas diariamente, em fatos tidos como corriqueiros, sobretudo nas redes sociais, cuja virtualidade “encoraja” os sujeitos a exporem suas concepções raciais por meio de narrativas racistas.

Tecendo redes e conexões: nossas últimas notas

Os enredos que constituem este trabalho, e são entrelaçados como redes e conexões, permitem analisarmos o modo como as histórias e as trajetórias das populações negras foram sendo escritas por uma visão

de universalidade, a qual está relacionada ao paradigma da modernidade, mas também ao processo de colonização.

O que ainda fica por dizer, mediante todas as análises teóricas e metodológicas tecidas, é que, tendo sido as mulheres negras apropriadas de suas terras africanas, foram “[...] escravizadas, discriminadas e inferiorizadas racialmente. Arrancaram os [...] filhos de [...] [seus] seios. [...] [as] obrigaram a amamentar e criar filhos que não eram [...] [seus]. [...]” (CARNEIRO, 2020, p. 115), como se essas mulheres fossem meras máquinas de/para servir. Ademais, as crianças brancas alimentadas pelos seios negros escravizados tornaram-se aquelas que os torturavam, comercializavam seus corpos como pedaços de carne, esturpavam as escravizadas e praticavam barbáries sem tamanho, fazendo com que precisássemos conhecer o outro, o branco e os privilégios que ele construiu mediante o cerceamento de nossa liberdade. Mas, ainda assim, mediante esses acontecimentos “vividos por tabela” (POLLAK, 1992) e marcados nas paredes da memória do povo negro, “[...] nos fez descobrir que ninguém é racista por natureza. Aprende-se a sê-lo.” (CARNEIRO, 2020, p. 115).

Diante disso, podemos (re)construir os caminhos que, por meio da colonialidade enraizada na história deste país, fizeram emergir práticas racistas, com noções de inferioridade e de subalternidade da negra e do negro, produzindo uma contracolonialidade ou uma de(s)colonialidade, possibilitando que outras narrativas possam ser construídas, acreditando que os sujeitos podem ser educados para acolher e para respeitar as diferenças na diversidade.

É necessário continuarmos a revisitar esses episódios do passado, mesmo que eles se manifestem enquanto feridas que marcam as trajetórias negras, a fim de analisá-los no tempo presente e de ressignificar as narrativas que emergem dessas relações, visando, por fim, construir um futuro que permita às pessoas negras definirem os caminhos de sua própria história, narrando-a.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *Revista História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 79-95, set. 2003.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural: feminismos plurais*. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1, p. 39-66.
- CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Edufu, 2011.
- COUSIN, Claudia da Silva. O estágio supervisionado em Geografia como um *locus* que problematiza a identidade docente: narrativas de constituição em roda. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins (org.). *Educação geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes*. Salvador: Edufba, 2015. p. 25-41.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 41-53.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

PORTUGAL, Jussara Fraga. “Quem é da roça é formiga!”: histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2013, 352 p.

SAHAGOFF, Ana Paula. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. In: Anais da XI SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis. *Anais eletrônicos...* UniRitter – Laureate International Universities, 2015. p. 1-7.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos, modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCHMIDT, Simone Pereira. Posfácio: a força das palavras, da memória e da narrativa. In: EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 185-190.

SILVA, Guilherme Carvalho da. *O ciberespaço como categoria geográfica*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade da Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Manuela Evangelista da; PORTUGAL, Jussara Fraga. Sobre “quem traz no corpo a marca [...], a dor e a alegria”: narrativa, raça e gênero no ciberespaço. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. *Anais eletrônicos...* Edição online, 2021. p. 1-14.

SIMÃO, Ana Margarida da Veiga; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Histórias de vida em pesquisa (auto)biográfica: circuito que inclui tempo, lugares e autorregulação da aprendizagem. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 5, n. 13, p. 71-90, jan./abr. 2020.

SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS

AGRIPINO SOUZA COELHO NETO – Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Administração (UFBA). Bacharel em Economia (FACCEBA/BA). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus I). Professor do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB-BA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET-UNEB). Coordenador do grupo de pesquisa TERRITÓRIOS (UNEB-Campus I) e TECEMOS (UNEB – Campus XI). Pesquisador dos grupos de pesquisa GEOMOV (UEFS). Autor dos livros: *Gente Ajudando Gente* (UEFS Editora, 2011) e *Geograficidade das ações coletivas* (Consequência, 2021). Organizador dos livros: *Geografia dos movimentos sociais* (UEFS Editora, 2010), *Identidade, território e resistência* (Consequência, 2014), *Ação coletiva e territorialidade: dinâmicas, práticas, significados e abordagens* (EDUNEB, 2016), *Espacialidade e movimentos sociais* (Consequência, 2018) e *Miradas territoriais* (Consequência, 2022).

E-mail: agscneto@uneb.br.

EDNICE DE OLIVEIRA FONTES BAITZ – Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, possui Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB). Coordenadora do Programa de Iniciação a Docência (PIBID); coordenadora do Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental (LAPA).

JUSSARA FRAGA PORTUGAL – Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Supervisão Escolar (UEFS) e em Avaliação (UNEB). Mestre e Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Realizou estágio de doutorado sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Fez estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI/Serrinha, na Área de Prática de Ensino de Geografia. Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB) e professora colaboradora no Núcleo de Pós-graduação Gastão Guimaraes. Líder do Grupo de Pesquisa GEO(BIO)GRAFAR: Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral – GRAFHO/PPGEduC/UNEB. Sócia efetiva da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica – Biograph.

E-mail: jfragaportugal@yahoo.com.br.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ADELVAN FERREIRA SANTOS – Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UNOPAR) e em Metodologia de Ensino de Geografia (UNIASSELVI). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/Campus I/Salvador). Coordenador pedagógico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Colégio Municipal Arionete Guimarães Sousa (COMAGS), em Serrolândia-BA. Membro do grupo de pesquisas GEO(BIO)GRAFAR (Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores).

AISLLAN DAMACENA SOUZA DA SILVA – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus V. Especialista em Cidadania e Ambientes Culturais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestrando em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (PROET/UNEB). Membro do grupo de pesquisa Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores (GEO(BIO)GRAFAR/UNEB). Atua nas áreas de Ensino de Geografia e Geografia Cultural, com o interesse para os seguintes temas: as diversas linguagens no Ensino de Geografia; as dimensões culturais da/na cidade

nos espaços educacionais; manifestações culturais materiais e imateriais no/do espaço urbano.

E-mail: profais10@gmail.com.

ANDRÉ PIRES MACIEL – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus VI). Especialista em Educação e Meio Ambiente (UNEB – Campus XVI). Mestrando em Estudos Territoriais (PROET) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus I). Professor de Geografia da Rede Pública Estadual da Bahia. Integrante do grupo de pesquisa TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política).

E-mail: andrepiresmaciel@hotmail.com.

CLEO ROGER DE LIMA HECK – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus de Lauro de Freitas. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológico (ConECTividade) e do Grupo de Estudo e Pesquisa Avançada em Energia – GEPAE.

DAIANE CRISTINA MALTEZ DOS SANTOS – Bacharel em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade Batista Brasileira. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo Instituto de Educação Eugênio Gomes. Mestranda em Estudos Territoriais pela UNEB. Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na SEMA/BA. Docência em cursos técnicos e profissionalizantes nas áreas de meio ambiente e segurança do trabalho. Atuação na área ambiental e extensão rural.

DAGMAR RIBEIRO DUARTE – Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Coordenação Escolar (UEFS). Mestranda no Programa de

Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/Campus I/Salvador). Vice-diretora do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Feira de Santana/Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores (GEO(BIO)GRAFAR).

EDUARDO JOSÉ FERNANDES NUNES – Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Departamento de Educação). Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1981), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1989) e Doutorado em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona (2003). Professor-pesquisador do PPGEDUC/UNEB e PROET/UNEB. Co-Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. Coordenador do Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal. Editor da Revista de Educação e Ciências Sociais/UNEB.

E-mail: ejnunes@uneb.br.

EMANUEL GONZAGA DOS SANTOS – Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrando em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Foi professor-monitor no Programa Universidade para Todos (UNEB-UPT). Bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/FAPESB).

FERNANDO DE SOUZA NUNES – Licenciado em Geografia pela UNEB, Campus XI. Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano pela UEFS. Especialista em Gestão Pública pela UNEB. Mestrando em Estudos Territoriais (PROET/UNEB). Possui experiência em gestão pública, ensino de Geografia na EJA, projetos de educação continuada em espaços não escolares e extensão universitária voltada à pessoa idosa. É Secretário Acadêmico e Coordenador do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), Campus XI – Serrinha. Membro do Grupo de Pesquisa Geo(BIO)grafar.

E-mail: fernandodsouzanunes@hotmail.com.

GUSTAVO BARRETO FRANCO – Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial (UESC). Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pós-Doutorado em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) e do Colegiado de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial e Ambiental (GEPLAN).
E-mail: gbfranco@uneb.br.

JAQUELINE LIMA AMORIM – Bacharel em urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestranda em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (PROET). Projetista pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Membro da comunidade brasileira do OpenStreetMap. Secretaria da União dos mapeadores brasileiros do OpenStreetMap (UmbraOSM). Vice-presidente do capítulo do Youth Mappers e grupo de extensão Mapeadores Livres UFPR. Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

JANIO ROQUE BARROS DE CASTRO – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Santo Antônio de Jesus. Professor do quadro permanente do Mestrado em “Estudos Territoriais” da UNEB, no Campus Salvador. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Recôncavo: Território, Cultura, Memória e Ambiente. Membro do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações – NEER.
E-mail: janioroquec@yahoo.com.br.

LIRANDINA GOMES SOBRINHO – Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa (UL), Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia

(UFBA), Especialista em Interpretação e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professora Titular dos cursos de Urbanismo e Turismo e Hotelaria (Campus I / UNEB). Professora do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB/BA), Pesquisadora da Cátedra Fidelino Figueredo (Instituto Camões/UNEB). Autora do livro *Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégia e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais* (EDUNEB/2013). E-mail: liragomes11@gmail.com

LUCIANA DE OLIVEIRA CIDADE – Graduação em Administração pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG). Graduação em Matemática pela Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA). Especialização em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB). Analista Administrativo no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI-BA. E-mail: lucianadeoliveiracidade@gmail.com.

LYSIE DOS REIS OLIVEIRA – Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2006), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (1992) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1998). Atualmente é Professora Titular da Universidade Estadual da Bahia, lotada no Departamento de Ciências Humanas (Campus I – Salvador). Através da extensão universitária vem atuado como assessora de comunidades inseridas em áreas urbanas de caráter patrimonial. Sua produção (livros, capítulos de livros, artigos em revistas) tem enfatizado a história dos desenhistas anônimos das cidades brasileiras, a educação para cuidar das áreas urbanas de caráter patrimonial e o empoderamento de grupos sociais nas articulações sobre seu direito à cidade. Em 2017 concluiu um estágio para pós-doutoramento na Universidade do Porto, no centro de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (CEAU), desenvolvendo pesquisa sobre a reabilitação do Centro Antigo da Cidade do Porto. E-mail: lysiereis@gmail.com.

MARA ROJANE BARROS DE MATOS – Doutora em Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Ecologia pela Universidade de Brasília (UNB). Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB) e do Mestrado em Modelagem e Simulação de Biossistemas (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq SISBIOS – ESTUDO DE SISTEMAS BIOLÓGICOS. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial e Ambiental – GEPLAN e Recursos Naturais dos Ecossistemas do Litoral Norte do Estado da Bahia. Organizadora do livro *Litoral norte da Bahia: caracterização ambiental, biodiversidade e conservação* (EdUFBA, 2017). Coordenadora do Centro de Pesquisa em Ecologia e Recursos Hídricos (CEPERH) e do Núcleo de Estudos em Matas Ciliares e Nascentes (NEMAC).

MANUELA EVANGELISTA DA SILVA – Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XI). Especialista em Metodologia de Ensino de Geografia (UNIASSELVI). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/Campus I/Salvador). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do grupo de pesquisa Geo(bio) grafar (Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores).

MARCELA OLIVEIRA DA SILVA SANTOS – Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Bahia com atuação profissional em instituições públicas. Atualmente é mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (PROET/UNEB), vinculada à linha de pesquisa Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial e Ambiental. Bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/FAPESB). Membro do grupo de pesquisa Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores (GEO(BIO)GRAFAR).
E-mail: molisis.malu@gmail.com.

PATRÍCIA DOS SANTOS FRANCISCO – Licenciada e bacharel em Geografia, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestranda pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais. Professora efetiva da Rede Pública Estadual da Secretaria de Educação da Bahia.

RAFAELA BARBOSA FONSÊCA – Bacharela em Urbanismo e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Gestão Hospitalar pela Universidade Salvador (UNIFACS). Coordenadora do Centro de Pesquisa Clínica e Membro Titular do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Hospital Fundação Bahiana de Cardiologia (HFBC).

ROZILDA VIEIRA OLIVEIRA – Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Especialista em Geografia (UEFS/IAT), Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutora em Energia e Ambiente (UFBA). Professora Titular da UNEB, atuando nos cursos de Licenciatura em Geografia (DCH, Campus V) e no Mestrado em Estudos Territoriais (PROET). Coordenadora do Laboratório de Geociências (DCH-V) e Líder do Grupo de Pesquisa sobre Degradação dos Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente (DNAA).
E-mail: rvoliveira@uneb.br.

SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA – Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Campus XI/Serrinha e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB/Campus I/Salvador). Licenciada em Geografia (UEFS). Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia, Especialista em Ensino e Especialista em Projetos Educacionais. Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade (UEFS). Doutora em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB). Desenvolve trabalhos no contexto da formação (inicial e continuada) de professores,

especialmente na área de Geografia. Membro do Grupo de Pesquisa GEO(BIO)GRAFAR: Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores, e pesquisadora do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFHO).

E-mail: ssoliveira_valentec3@yahoo.com.br.

SIRIUS OLIVEIRA SOUZA – Licenciado em Geografia pela Faculdade Pitágoras – Unidade Teixeira de Freitas. Especialista em ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio, de Mesquita Filho” (UNESP – Rio Claro). Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pesquisador líder do Núcleo de estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST/UNIVASF). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (PROET/UNEB).

THIANA DO NASCIMENTO CAZAI – É mestranda em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (PROET/UNEB). Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (UNINTER). Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Geografia pela UESC. Tem experiência na área de ensino de Geografia, projetos de ensino e pesquisa na área de Zona Costeira Integrada na Bahia e Reservas Indígenas da Bahia. Bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/FAPESB).

SOBRE O LIVRO

Formato: 16X23 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 322
Versão: E-book / Físico

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.



C&A ALFA COMUNICAÇÃO
Rua Coronel Anacleto, nº 1298 – Setor Pai Eterno
CEP 75.388-235 – Trindade/GO
editoraalfacomunicacao@gmail.com

Parte III

EDUCAÇÃO E ESTUDOS TERRITORIAIS

Jogo de xadrez na educação
geográfica: metodologia
potencializadora para abordar
questões territoriais

Itinerários culturais para a prática da
aula de campo na cidade histórica de
Cachoeira/BA: perspectivas e novas
aprendizagens geográficas

Universidade Aberta à Terceira Idade
(UATI) e territorialidades: tecendo
análises sobre a atuação da UNEB no
território baiano

Imigração e territorialidade:
apontamentos conceituais

Narrativas racistas e colonialidade:
conexões no ciberespaço

Organizadores

Agripino Souza Coelho Neto
Ednice de Oliveira Fontes Baitz
Jussara Fraga Portugal

Autores

Adelvan Ferreira Santos	Jussara Fraga Portugal
Agripino Sousa Coelho Neto	Lirandina Gomes
Aisllan Damacena Souza da Silva	Luciana de Oliveira Cidade
André Pires Maciel	Lysie Reis
Cleo Roger de Lima Heck	Manuela Evangelista da Silva
Dagmar Ribeiro Duarte	Mara Rojane Barros de Matos
Daiane Cristina Maltez dos Santos	Marcela Oliveira da Silva Santos
Ednice de Oliveira Fontes Baitz	Patrícia dos Santos Francisco
Eduardo Manuel de Freitas Jorge	Rafaela Barbosa Fonsêca
Emanuel Gonzaga dos Santos	Rozilda Vieira Oliveira
Fernando de Souza Nunes	Simone Santos de Oliveira
Gustavo Barreto Franco	Sirius Oliveira Souza
Janio Roque Barros de Castro	Thiana do Nascimento Cazais
Jaqueline Lima Amorim	